

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Csaba Deák

À BUSCA DAS CATEGORIAS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO



Concurso de Livre Docência
Departamento de Projeto

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Csaba Deák

**À BUSCA DAS CATEGORIAS
DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO**

Memorial crítico

Apresentado como condição parcial
para inscrição em

Concurso de Livre Docência
Departamento de Projeto

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Csaba Deák

À BUSCA DAS CATEGORIAS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO



Concurso de Livre Docência
Departamento de Projeto

Meu agradecimento a Yvonne Mautner pelo apoio abrangente e ajuda específica, incluindo a revisão, com Klára K Mori, dos três primeiros capítulos. A elas e Chico Béla e Anna por colaboração na produção final. A Lina e Francisca pela organização do material do *Memorial descritivo* e dos documentos anexos. Aos colegas e amigos da FAU, do GDPI e do *Infurb* pelo apoio e incentivo recebido.

Desenho da capa: Yvonne Mautner e Klára K Mori

Índice

Apresentação	2
--------------	---

FORMAÇÃO

1 Os anos formativos	5
2 Dias de ouro do planejamento urbano	17
3 Métodos quantitativos (e modelos de simulação)	34

TRANSFORMAÇÃO

4 Uma interpretação histórica da teoria de renda	54
5 Localização e espaço: valor de uso e valor	84
6 O mercado e o Estado na organização da produção capitalista	109

DESDOBRAMENTOS

7 Acumulação entravada no Brasil	139
8 O processo de urbanização	167
9 Globalização ou crise global	176

Bibliografia	206
--------------	-----

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Categories são formas de ser, características da existência

Marx

Durante o período de meu aprendizado formal, da escola primária à universidade, vivi em países pertencentes a três diferentes ‘mundos’: a Hungria, a França e o Brasil. Com isso adquiri experiência vivida em uma sociedade socialista (a Hungria), em um país capitalista ‘avançado’ (a França) e na ‘periferia’ do capitalismo (o Brasil). Essa vivência determinou, em boa medida, e sem que eu mesmo me desse conta, à época, meu programa intelectual a cumprir. A saber: teria de formar uma visão do mundo que desse conta daqueles três tipos de sociedade, tanto entendidos cada um em separado, como vistos os três em conjunto. Boa parte de meu trabalho – especialmente na pesquisa e no ensino – foi investida na formalização de tal visão do mundo, e seus estágios principais correspondem bastante de perto aos estágios de elaboração dessa formalização.

O período *até o mestrado*, este inclusive, corresponde à elaboração de um arcabouço racionalista que, no seu limite, acabou impondo a necessidade da superação do racionalismo, o que provocou a inserção nesse arcabouço, na undécima hora, de um esboço de sua própria crítica. Já o *doutorado* orientou-se claramente para o domínio do materialismo dialético e da crítica da Economia Política, com a enorme vantagem de ser desenvolvido no próprio berço da capitalismo – a Inglaterra –, e que à sua conclusão já permitia efetuar uma interpetação crítica do capitalismo e também distinguir entre este e seu anverso, o socialismo real. Essa visão do mundo tinha assim uma abrangência considerável, mas deixava ainda a

descoberto a interpretação/ compreensão da *terceira* sociedade, a brasileira. A produção dessa interpretação acabou sendo, precisamente, o objetivo de minha busca e trabalho a partir da volta ao Brasil, resultando ao cabo de alguns anos, na conceituação da *acumulação entravada* como uma variante do modo de produção capitalista em uma sociedade de elite de origem colonial, como a brasileira.

É esse percurso que será descrito no que segue, na esperança de que algo de uma experiência é transmissível, sim.

São Paulo, janeiro de 2001

C.D.

1 OS ANOS FORMATIVOS

1 OS ANOS FORMATIVOS

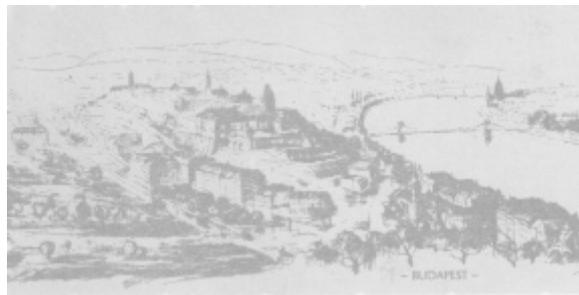
Países, regimes políticos e uma profissão

Era um tempo em que ninguém morria...

Rimbaud

A Hungria em 1948-56

Três anos após o término da Segunda Guerra Mundial, em 1948, o Partido Comunista tomou o poder na Hungria e implantou-se um 'regime', uma forma de organização social, cuja trajetória seria emblemática da história do socialismo enquanto tal, assim como do socialismo 'real' em particular. Para quem tinha sete anos, então, viver o período que vai dessa data até o levante de 1956 constituiu-se em uma experiência única.



Neste curto espaço de tempo, de apenas oito anos, o regime socialista passou por um atribulado período de consolidação (até 1951), uma fase de stalinismo 'clássico' (até a morte do próprio Stálin, 1953), um período de 'degelo' (com Imre Nagy, até 1955) e finalmente pela reação neo-stalinista que acabaria por provocar o próprio levante de 1956. Estes são alguns dos importantes períodos históricos do 'socialismo real', contraponto inseparável da história do capitalismo contemporâneo.

Na vivência cotidiana e imediata, havia a escola primária (oito anos de educação universal e gratuita) onde estudava uma seção trans-

versal da sociedade sem outra segregação que a espacial (uma vez que as escolas eram organizadas por bairros), todo o comércio de varejo: alimentação, vestuário, material escolar e livrarias, inteiramente estatizado e com os dois últimos itens a preços fortemente subsidiados; o mesmo valendo para equipamentos de cultura e lazer: teatros, cinemas, parques de diversão, campos e clubes esportivos e piscinas públicas. Isto combinado com um transporte público abundante a barato (50f, ou algo como um centavo de dólar)², tornando os recursos que a cidade oferecia efetivamente acessíveis se não a todos, ao menos à grande maioria. A estrutura de salários reconhecia diferenças em níveis de formação e especialização, mas o fazia numa escala comprimida de 1 para 4 para a esmagadora maioria dos salários (do mínimo de Ft 600.-, a Ft 2 400.- para um engenheiro experimentado com dez anos de prática, a excepcionais 5000 a 7500 florins para dirigentes e altos funcionários de grandes empresas – sempre estatais). Assim, se todos não eram iguais, todos com certeza pertenciam a uma mesma comunidade, ou coletividade. No caso, uma coletividade que se declarava socialista, ou mais exatamente, que tinha como objetivo declarado a construção do socialismo.

*A ideologia do socialismo*³

Desde o início da tomada de poder pelo Partido Comunista, o governo, após três anos de lutas internas, acabou se transformando em ‘regime’. Em seu afã de difundir a idéia de socialismo –e construir sua própria legitimidade–, a cúpula do partido procedeu a uma conscientização forçada das ‘massas’. A prática, presente na escola primária, nas escolas noturnas para adultos, e até na universidade, transformou o pensamento de Marx e de seus seguidores em ‘Marxismo’. *Esse* marxismo, o produto de ‘ideólogos’ do Partido, era, na verdade, um conjunto de lemas e dogmas desencontrados em conteúdo, ainda que de certa coerência conjunta. Ela apontava para algo que poderia se chamar de socialismo utópico – coisa que Marx e Engels não cessavam em criticar e prevenir contra. Essa coerência era um tanto remota, no entanto, e ao fim das contas, a ideologia do socialismo – o marxismo – que assim se difundia era pouco mais que um conjunto de chavões e absolutamente não estava

à altura das realizações concretas da sociedade em construção.

“O homem é nosso valor mais importante”, reminescente do lema aristotélico de “O homem é a medida de todas as coisas”, “Trabalho, aqui, é uma questão de glória e de honra”, para substituir o burguês “o trabalho enobrece”, e “Nossa pátria não é um desvão, senão um forte bastião, no campo do socialismo” de indisfarçado chauvinismo, eram apenas alguns de um sem-número de frases de efeito em larga circulação – a metade das vezes, em termos de chacota. Hoje, e fora de seu contexto, soam simplesmente ridículos. Se os lembro aqui, é para evocar o contexto, a sensação concreta da época, da qual faziam parte integrante e importante.

Tentando avaliar *a posteriori* minha vivência de então –eu estava na quinta série do primário–, a morte de Stálin, em 1953, se fez sentir como uma espécie de primavera tímida que durou dois anos, a ser seguida por um também não muito manifesto ‘fechamento’ do regime, com a volta de um líder stalinista, em 1955. A reação a esse fechamento, frente ao abrandamento do regime na própria União Soviética – era a era Kruchov – foi uma



Rákosi, Gerö e Imre Nagy a uma reunião do Partido, cca. 1955.

das causas do levante de 1956, uma outra sendo a recuperação da soberania nacional via expulsão dos russos. Adicionalmente o que deu suporte à ação foi a idéia completamente infundada, de que a ‘guerra fria’ era séria e portanto, que os americanos interviriam a favor dos revoltosos. Quando, após os sucessos iniciais, chegando à montagem de um governo provisório, o país foi esmagado por um exército regular de invasão –a aniquilação da resistência em Budapeste levou quatro dias–, duzentos mil húngaros emigraram através da ‘cortina de ferro’ recém-desmontada, e ainda não restabelecida. Entre eles estava minha família. Ela foi para Paris onde já vivia meu avô, arquiteto como meu pai, que daria o suporte inicial para nosso estabelecimento na França.

A França pós-guerra

A França era literalmente um outro mundo, um país capitalista, um dos importantes centros de domínio mundial, ainda que meio

decadente. Em 1956 ainda conservava alguns restos de seu império colonial em acelerada decomposição – ela acabara de ser derrotada no Vietnã. Era um país um tanto sonolento – por oposição à Alemanha, em meio a seu esforço de reconstrução, ou a Inglaterra, ainda em sua glória um pouco desbotada de grande potência vitoriosa de duas guerras. Mas a metade dos músicos de jazz negros dos EEUU estava lá, fazendo excelente *cool jazz* nas *caves* de Paris e produzindo boas trilhas sonoras para os filmes de *nouvelle vague* que atraíam a admiração do mundo.



De minha parte, quando estava definitivamente me aclimatando no país, mas antes que tivesse ali me firmado, fiz dezoito anos, tirei carteira de motorista, terminei o curso secundário na especialidade de matemática –o *baccalauréat*, o famoso *bac*, ou *bachot*, para os íntimos–, e segui minha família em sua nova migração, agora, para o Eldorado, a terra promissora e misteriosa da América do Sul, o Brasil.

Ao todo, minha estada na França não chegou a completar três anos. Ainda assim, o francês tornou-se minha segunda língua e a França meu segundo país. Seu significado e importância derivaram de minha idade à época: dos 15 aos 18 anos.

São Paulo, 30 de outubro de 1959

São Paulo já era uma cidade grande, em '59: tinha uma população de 3 milhões e meio (o Rio era um pouco maior, com 3,8 milhões). Estava longe de ser uma Paris (então com seus 5 milhões no Departamento do Sena e uns 7 milhões na aglomeração metropolitana), mas certamente não chegava a haver cobras nos pontos de ônibus, como imaginavam muitos europeus, inclusive alguns entre os próprios imigrantes. Em suas imagens de então, retidas na memória, à experiência concreta de sua precariedade se somam, tanto as



interpretações simplificadoras do estrangeiro frente ao desconhecido, quanto os registros distorcidos, desalentados e espertalhões filtrados pelos conterrâneos.

As caixas de correio eram iguais às européias, exceto que delas não se recolhiam as cartas. Os homens que portavam gravata eram chamados de *doutô* pelos outros – o povão – e podiam entrar nos cinemas e teatros. Se atropelassem alguém na rua, fugiam e contratavam um advogado que os livrava ou sumia com o ‘processo’ de vez. Nos bares, o cafezinho era servido transbordando da xícara e às vezes do pires. Era o país da abundância e do esbanjamento.

O carnaval ainda estava distante de quatro meses, mas não faltava animação popular, as ruas fervilhavam: acompanhava-se a apuração da recém-realizada eleição para presidente e o painel luminoso na Praça da República mostrava Jânio na frente, virtualmente empatado com Jango –de quem acabou ganhando com uma margem menor que $\frac{1}{2}\%$ – e o marechal Lott, em um distante terceiro lugar.

Queria fazer arquitetura, e nunca vou saber se foi porque meu pai era arquiteto, diga-se de passagem. De qualquer modo, tratava-se, ao chegar, de localizar o curso de Arquitetura. Entre os membros da ‘colônia’ húngara, já mais aclimatados, havia um que cursava Mecânica na Poli. Lá, entre as diversas Engenharias, havia também Arquitetura, dizia ele, e me inscrevi no vestibular da Poli e –por descuido de consciência, no Mackenzie. As inscrições eram condicionadas à apresentação, na hipótese de passar na seleção, do atestado de revalidação do *Baccalauréat*. Ela consistia em exames de Português (incluindo literatura portuguesa e brasileira), História, e Geografia do Brasil. Nunca estudei tanto na vida quanto nas seis semanas em que me preparei para este exame, a ser feito no Colégio D Pedro, no Parque D Pedro. Por sorte, acabei passando, em janeiro de 1960, com nota mínima em Português (4,0) e valores não muito mais altos em História e Geografia (5,5 e 5,25). Se não fiz Engenharia, provavelmente civil, é porque apesar da média geral alta, correspondente a um virtual 27º lugar na Poli, fui eliminado pela nota de corte em Português, que era quatro: havia tirado três. Assim, esperando o próximo vestibular, trabalhei um ano como desenhista em um escritório de arquitetura (Lucjan Korngold, do

edifício *Grande Avenida* da nascente ‘Nova Paulista’ e fábricas da Volkswagen do Brasil). Durante esse ano, pelo menos, ficou claro *onde* era a Faculdade de Arquitetura, afinal, e a seu fim passei nos vestibulares da FAU e da Matemática – essa última, uma expressão da dúvida do que exatamente queria cursar. Após um semestre, abandonei o curso noturno da Matemática, para ficar só na FAU.



Vista do pátio de entrada da FAU.

Rua Maranhão 88, 1961-65



Skira books/ Corbu, modulos/ Arquitetura: para riqueza e monumentos -> urbanismo, planejamento/ São Sebastião (fragilidade da natureza, Maresias)/ ‘Engajamento’ político /AP, JUC, PC-zão, PCdoB... mapeados a posteriori./ a assembléia de estudantes / O nacionalismo ilusório

Começo com a citação de um contemporâneo: a forma como em uma recente reminiscência, Rubens Ricúpero caracteriza essa mesma época (na verdade, 4-5 anos anterior ao nosso):

“Era um tempo em que ninguém morria”, dizia Rimbaud sobre a juventude. De fato, é assim que lembro da época em que mudei para o Rio de Janeiro, pouco depois de completar 21 anos. Não só ninguém morria mas também, a cada semana, o mundo dos vivos, que eu começava a explorar, revelava-me alguém novo: um cronista, um crítico, o dr. Alceu, dom Helder. Vivíamos os anos finais da era JK, o único presidente que encarnou a alegria vital, o otimismo absurdo do povo brasileiro. Não existiam o aterro do Flamengo, nem os jardins de Burlle Marx, nem o calçadão ampliado da Avenida Atlântica. Em compensação, tínhamos Guimarães Rosa e Clarice Lispector, fazendo seus grandes livros, Bandeira e Drummond escrevendo poesia, Rubem Braga produzindo crônicas. As quarteladas dos oficiais udenistas terminavam invariavelmente em ópera-bufa e anistia: “Perdono a tutti”, como na ópera (e no “Dom Casmurro”). Lúcio Costa e Oscar Niemeyer construíam Brasília, criando do nada um mundo de beleza pura e de impossível fraternidade.

Só nesse clima poderia ter germinado e florescido a bossa nova, a expressão em música da sensibilidade nova, a dos que tínhamos então 20

anos Desse modo é que sonhávamos viver a vida, com ternura brasileira e sofisticação universal, doce ironia, poesia sutil, sem retórica nem ênfase, malícia entremeada de delicadeza, uma ponta de melancolia diluída em humor e graça. (Rubens Ricúpero “Genebra em dezembro” *Folha SP* 00.12.24:B-2)

Essa passagem um tanto comprida ilustra, por um lado, como é difícil a arte da reminiscência. É eloquente e expressa de fato algo da época a que se refere, e no entanto, a rigor, não faz qualquer sentido. Ou o que poderia significar Brasília ser “um mundo de beleza pura e de impossível fraternidade”? – para não falar do fato de com certeza não ter sido construído por dois arquitetos deslumbrados pela modernidade, senão por centenas de milhares de candangos amontoados na cidade-satélite. No entanto, ela expressa à sua maneira a ‘cultura brasileira’ e mostra como deve ser difícil a apreensão dessa aos olhos do imigrante recém-chegado. Também é um pouco específico ao Rio, que então ainda era a capital e a maior cidade do país. Em São Paulo se falaria com um sotaque um pouco mais italiano (Giò Bananere), lembrar-se -ia do colorido oriental da Liberdade, do anarquismo, já um tanto desbotado, dos movimentos operários e de Macunaíma e do ‘rouba mas faz’ de Ademar (não existia crime de colarinho branco ainda). No todo, uma mistura apenas *diferente* do carioca, mas não de absorção mais fácil.

Minha aclimatação de fato, minha inserção na cultura brasileira começou na FAU. A Escola, ainda jovem no casarão da Rua Maranhão, a Vila Penteado, era um foco de aculturação bastante fiel ao ambiente maior do qual fazia parte. Seus menos de duzentos alunos (cinco turmas de trinta, mais os repetentes) e outros tantos professores e funcionários conheciam-se pessoalmente nos cinco anos de convivência. Entre os nomes que evocam círculos de conhecimento e de ambiente registro alguns meio ao acaso: Renina Katz, Mange, Flávio Motta, Vitor Souza Lima, Maitrejean, Milan, Cláudio Gomes (e a presença forte, se um tanto misteriosa de Artigas). Valho-me de recordação de Flávio Motta para ajudar na descrição do ambiente físico:



(Mas) a ‘Vila Penteadado’ ainda tem muito de “originalidade transmissível”, apesar da ocupação territorial de seu jardim antigo ter se intensificado. Ela ainda é simétrica em seus volumes, vista da rua ou do alto dos edifícios que a circundam. Tem a pátina ocre do São Paulo antigo, emoldurada pelo cinza homogêneo dos arranha-céus. Tem ainda suas árvores, suas roseiras, suas dracenas, seu laguinho, seus chorões, seus íris. Quando, nos idos de 68, dávamos nossas lições “na velha FAU”, olhávamos sempre aqueles íris e recordávamos os íris pintados por Van Gogh...

Flávio Motta *A velha FAU*, 1975⁴

Importante ainda eram a biblioteca onde sempre dava para folhear mais um livro da Coleção Skira sobre Braque ou Modigliani, ou outro de Gropius ou Corbusier e seu *modulor*, a maquete com seu equipamento de primeira e naturalmente, o grêmio com seu telefone, poltronas e uma gravura maravilhosa de Renina. O grêmio – é fácil sentir o entusiasmo mal contido de qualquer um que a ele se refere, como aqui:

O espaço dos porões é apropriado pelo recém-criado GFAU e se transformam em lugar de memoráveis sessões lítero-político-artístico-músico-sociais e outros... Prontamente equipados com poltronas e banquetas de palhinha, arquivos e gaveteiros de metal, gravuras e desenhos de Grassman, Aldemir, Darel, conseguidos a duras penas junto aos mecenas de então em doação ou à custa de infindáveis listas de subscrições...

Cláudio Gomes *FAU: 1948-1975/ Itinerário de uma metamorfose*, 1975⁵

No atelier –onde no inverno fazia mais frio, e no verão, mais quente *dentro* do que *fora*, renunciando já a arquitetura da ‘nova’



FAU–, à medida que progredíamos lentamente pelas pranchetas, da ala esquerda para a direita, ao longo dos cinco anos, ficávamos sabendo das tesouras e empenas, dos chumbadores, e do misterioso *traço* desse herói da arquitetura brasileira, o concreto; da profundidade de armário embutido, do *Neufert* e de *Dibujo para arquitectos*, do raio de curvatura de estradas e de

trevos de acesso, da Bauhaus na nebulosa República de Weimar, da igualmente nebulosa Carta de Atenas, e das unidades de vizinhança. A soma dessas informações fez-me sentir, paulatinamente, que arquitetura era ‘residência’ para ‘rico’ e raros monumentos ocasionais e talvez tenha sido isto que me empurrou para o lado do urbanismo e do planejamento. Já a partir do terceiro ano ia cultivando essa



preferência, sempre com mais clareza. Em um dos trabalhos de planejamento, acompanhado de visita detalhada ao litoral – um plano diretor para Maresias, (um distrito de São Sebastião) – senti, creio pela primeira vez, um dos pontos vulneráveis do Brasil, na forma da fragilidade subjacente à deslumbrante exuberância da ‘natureza’ (no caso, no litoral norte paulista), em sua origem dupla: a base fina da vegetação subtropical, de rápido crescimento, aliada à depredação voraz assim que o homem entra em cena. Fragilidade já aparente numa época (mil novecentos e sessenta e poucos) em que os assentamentos no litoral ainda se restringiam essencialmente a assentamentos caiçaras e grupinhos isolados de casas de veraneio da elite paulista – Maresias, em particular, era uma praia deserta e nem uma estrada de acesso existia ainda. Nada disso levou a alguma posição muito de bem definida e nosso projeto (era um trabalho de equipe, com Célio Abrusio, Sadamu Ishigami e Shigueiro Kudo) consistia em um desenho que lembraria a *ville radieuse*, uma estrutura linear paralela à praia, com os prédios de 4 andares se complementando com grupos entremeados de casas isoladas, como era frequente em conjuntos habitacionais nórdicos, na época. Não era pior, provavelmente, que um loteamento só de lotes individuais de Lúcio Costa, em uma praia vizinha (loteamento dos Brancante em Guaecá). E era suficientemente interessante para entrar em uma extensa reportagem da revista *Quatro rodas* sobre o litoral norte de São Paulo.

‘Engajamento’ político era representado por certo número de grupos que para mim pouco significavam; AP, JUC, PC-zão, PCdoB..., eram meramente siglas que só cheguei a mapear muito mas tarde, *a posteriori*. Devo ter participado uma única vez de uma assembléia de estudantes; e ‘política’ para mim, não fazia qualquer sentido em nenhum nível – tanto *MUD* como *Ligas camponesas* reverberavam de longe (em São Paulo não havia nem favela, nem camponês) – e eu não tinha o background emocional-vivencial que para os nativos servia de motor. A consciência nacional, até onde posso discernir em retrospecto, alimentava-se de Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda e por uma *terceira* vertente, de Caio Prado Júnior, mas o



Um canto predileto nos intervalos

conjunto das informações que captei ficou longe de ajudar em uma compreensão da sociedade⁶. Falava-se, às vezes, de revolução e de burguesia, mas onde estavam os burgueses? Só via quatrocentões geralmente decadentes e ocasionalmente ancorados em algum ramo da agricultura, e novos-ricos oriundos de negociatas. O orgulho da indústria nacional era a Cosipa e a FNM, duas estatais das quais a que era *mais* indústria – a FNM – foi vendida ao cabo de alguns anos⁷. O sentimento de nacionalidade e a identidade nacional, que eu procurava, resolvia-se invariavelmente, aos olhos do imigrante agora em processo de adaptação, em um nacionalismo ilusório não melhor lastreado que no carnaval e no futebol, o que acabou deixando as portas abertas para o ‘Racionalismo’. Este não precisaria de outra bússola, que – a própria racionalidade. Racionalidade difícil, dada a irracionalidade do comportamento da elite, mas que à época pôde ser posta na conta do subdesenvolvimento do Brasil e do ‘Terceiro Mundo’. Tudo, pois, pelo desenvolvimento!



Os episódios políticos de 1961 e 1964 não fizeram qualquer sentido para mim – ou a alguém que conhecesse, e assim, ficaram sem explicação. Formei-me arquiteto em 1965. Registro aqui ainda um episódio referente a uma personagem que fez diferença conhecer: Joaquim Cardoso, a quem visitei no Rio ‘em embaixada’ da parte de minha turma de formandos, para sondá-lo se aceitaria ser nosso paraninfo. Ele declinou, por causa de sua idade, creio, mas as duas ou três horas de conversa com ele foram marcantes: era um homem culto, íntegro, capaz e responsável. Dizia-se que era tão bom poeta quanto calculista de estruturas (ele calculava todas as obras de Niemeyer, até o incidente de Belo Horizonte, quando foi cassado). Certamente tinha uma biblioteca de tamanho respeitável e de variedade riquíssima. Era o tipo de brasileiro ‘velha guarda’, do qual conheceria alguns poucos mais tarde; ele foi o primeiro.

Notas

¹ Assim, em uma escola da região central de Budapeste, como a minha, havia filhos de zelador e de alfaiate, mas não havia filhos de operários.

² Tão barato, de fato, que *a posteriori*, me perguntei mais de uma vez, porque não o tornaram gratuito de uma vez? O ‘preço’ de um serviço público é, na verdade, simples tarifa, e regula sua distribuição – sua produção sendo coisa resolvida *de partida*, seu custo coberto pela arrecadação de impostos em uma economia de

mercado, e a maior razão, em uma economia centralmente planejada— e *quem*, em princípio, haveria de ser excluído do direito ao transporte, em uma sociedade socialista? Parece-me que o governo perdeu uma tremenda chance de oferecer um serviço público cotidiano inteiramente de graça, no melhor espírito de “a todos, segundo sua necessidade”. De qualquer maneira, o trabalhador usa o transporte para ir ao trabalho e atender aos requisitos de sua subsistência e reprodução — e todos eram trabalhadores, desde que as fortunas pessoais, e com essas, os meios de produção, haviam sido expropriados.

- ³ Sobre a prática de planejamento e regulação na sociedade, cf. Cap.6: O mercado e o Estado na organização da produção capitalista.
- ⁴ Em *Exposição Vila Penteadado*, FAUUSP, 1976 (:15). É de se lembrar que o chorão foi cortado por ter pego cupim, ao que parece, mas o projeto de paisagismo da reforma do jardim de há apenas alguns anos (por volta de 1997) teria se beneficiado da leitura desse parágrafo: talvez não tivesse feito *tabula rasa* do jardim e acabado com os resquícios de caráter que o jardim ainda conservava. Isso para não falar sobre o caráter destoante dos canteiros nas laterais e no fundo do prédio...
- ⁵ Em *Exposição Vila Penteadado*, FAUUSP, 1976 (:125). Adiante (cito para enfatizar a *diferença* entre a FAU Velha de hoje e de então):

“...o surgimento de novo ciclo: a utilização do espaço, a partir de 1973, com os cursos de pós-graduação.

A utilização agora, se dará através do exercício de atividades rigidamente institucionalizadas e formalizadas. O modo de utilizar os espaços agora, não exhibe mais a riqueza e elasticidade do período anterior que impunha uma qualidade ao espaço... Agora, é um contrair-se do espaço sobre si mesmo, um atomizar-se em mil pequenos espaços especializados, fechados sobre si mesmos. Os espaços, agora, se exibem reduzidos e despojados do supérfluo, insinuando aquela funcionalidade de puro desempenho eficiente e neutro. Aqui a informação queda estanque e separada. A produção se dá a horas certas e sem ambigüidade. O aluno —o novo usuário do espaço— nele não se vê nem se reconhece, preocupado que está com o desempenho eficiente e utilitário.” (reticências omissas -N.A)



Vista do saguão Desenho Cláudio Gomes

- ⁶ Ironicamente, o livro de Nícia Vilela Luz, *A luta pela industrialização do Brasil*, e que foi uma das revelações para mim, exatos vinte anos depois de me formar (na volta do doutoramento em Cambridge), foi publicado no mesmo ano em que entrei na FAU —em 1961—, e a biblioteca *tinha* o livro. É impossível saber, hoje, qual teria sido seu efeito se o tivesse lido, digamos, no segundo ou terceiro ano. Por outro lado, o *outro* esteio da acumulação entravada, a sociedade de elite de Florestan Fernandes, estava ainda distante mais de dez anos no futuro (Florestan, 1973).
- ⁷ E era nesse país que a FAU tentava implantar um grupo de *desenho industrial* — Sobre a fragilização da estrutura produtiva nacional, ver adiante a tese elaborada a partir de 1985-7: a *acumulação entravada* (Capítulo 7).



2 OS DIAS DE OURO DO PLANEJAMENTO URBA-

2 OS DIAS DE OURO DO PLANEJAMENTO URBANO

Planos de desenvolvimento urbano

Faire un plan, c'est préparer un souhaitable, que soit plausible à l'esprit prospectif, et que devienne probable pour une société attachée à sa réalisation.

Pierre Massé *Le plan ou l'anti-hasard* 1966¹

No escritório Jorge Wilhelm AA

Depois de passar dois anos testando as possibilidades de trabalho, procurando uma posição profissional, em maio de 1968 comecei a trabalhar no escritório de Jorge Wilhelm (Jorge Wilhelm Arquitetos Associados, ou JWAA, um dos escritórios de arquitetura mais ativos em planejamento urbano na época. Era de porte médio, mas tinha uma tradição de se consorciar com uma empresa de consultoria de grande porte, a Serete Engenharia, para os grandes projetos. Na divisão de trabalho, cabia à JWAA o 'setor físico-territorial', e à Serete, o resto: tipicamente, planos setoriais de transporte e demais infraestruturas, e o 'setor sócio-econômico' (significando educação, saúde, potencial econômico e programa de investimentos). Quando entrava legislação urbana no escopo de um plano, era compartilhada. Além dos projetos maiores, executados geralmente em consórcio, o escritório JWAA tinha também seus próprios trabalhos de porte menor, além de manter uma divisão de arquitetura de edificações.

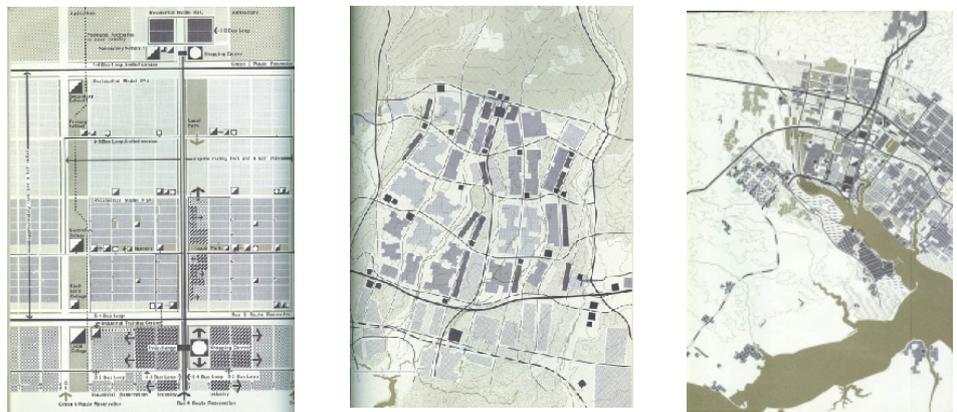
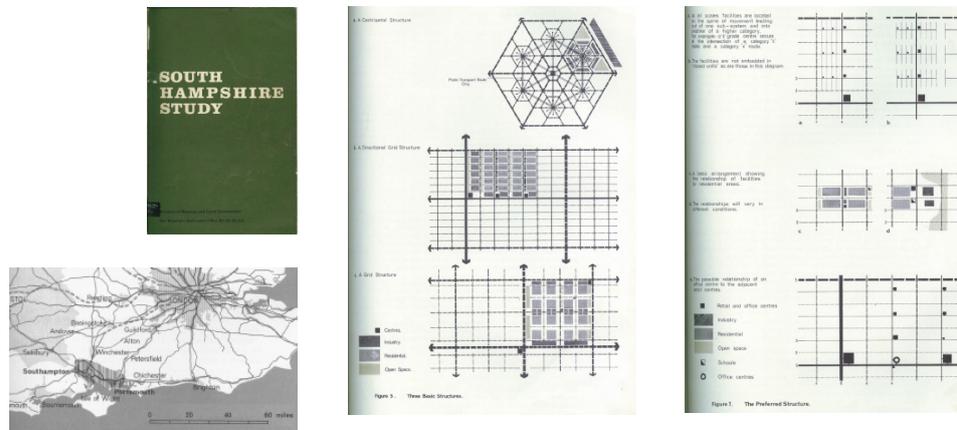
Quanto ao planejamento, em conjunto com um colega também recém-formado na FAU, Volker Link, logo no primeiro ano fizemos os planos diretores de Goiânia, São José dos Campos e Campinas –entre outros–, decididos a pôr ordem, com grande aplicação e afinco, no mundo urbano. A trabalho de desenvolver os planos já contratados era complementado por permanente 'propostagem' à

razão de algo como meia-dúzia de propostas de concorrência anualmente, além de projetos menores. Esse seria o ritmo de trabalho por sete anos, período correspondente praticamente ao que depois veio a ser chamado de ‘milagre brasileiro’. As várias dezenas de planos diretores, de desenvolvimento, etc., me levaram em viagens frequentes pelo país, quando conheci o Brasil de Belém a Porto Alegre, ainda que de modo um tanto pontual, centrado mormente nas grandes cidades. Toda a extensão das diferenças regionais e de classe, assim como as estranhas características da classe dominante – estranhas ao olho ainda meio europeu – tornavam-se sempre mais contundentes.

South Hampshire Study

Entre as ‘ondas’ do momento estavam o célebre *South Hampshire Study* com sua ‘malha direcional hierarquizada’ de Colin Buchanan e “A cidade não é uma árvore” de Christopher Alexander, ambas obras-primas do pensamento racionalista. A idéia básica era que, na posse de suficiente informação e com o apoio de um raciocínio suficientemente ‘complexo’, chegaríamos a uma compreensão do fenômeno urbano. E a partir de tal compreensão, seria fácil – segue o raciocínio – resolver os ‘problemas urbanos’. Quais eram os problemas urbanos? Falta e/ou eventual ineficiência de infraestrutura e serviços, ‘desorganização’ espacial, analfabetismo e pobreza ‘urbana’. Uma metade causada pelo ‘subdesenvolvimento’ do país, a outra metade, pela falta de eficiência na administração das cidades. Nessas condições, era natural voltar-se a atenção à informação, e mesmo, à teoria da informação, assim como aos métodos quantitativos e à cibernética, ainda mais que a análise e a prática no âmbito político e social passou um período de hibernação por por mais de uma década após o golpe de 1964.

Sintomaticamente, Colin Buchanan era engenheiro que adquiriu sua prática profissional em grandes obras na Índia, ex-colônia inglesa, e Christopher Alexander, além de arquiteto, era também matemático. O projeto paradigmático do primeiro é, sem dúvida, o prestigioso *South Hampshire Study*, um trabalho enxuto e que mereceu uma edição esmerada pela HMSO² (cf. figura abaixo). O propósito do



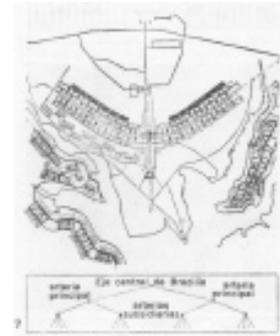
South Hampshire Study - Elaborado em 1968 para orientar uma eventual conurbação de Southampton e Portsmouth, ao sul da Inglaterra, o *South Hampshire Study* deve ter sido um dos estudos mais influentes durante a época áurea do planejamento na pós-guerra. Da esquerda para a direita, a capa do volume e mapa de localização da área de estudo (p.13), esquemas ilustrativos das estruturas urbanas alternativas analisadas (radio-concêntrico, malha retangular e malha quadrada; p.97), sendo proposta a malha retangular por sua flexibilidade, ilustrado em mais detalhes (p.101, em cima). Seguem o plano de conjunto do conceito da malha direcional (p.116), ilustração de sua adaptabilidade a condições geográficas concretas, ainda fictícias (p.121), e detalhe de sua adaptação efetiva à área de estudo, aqui, a extremidade Southampton (p.158:9; em baixo). Hoje é curioso ler a legenda dessa última figura: “Development in the Corridor - situation at 2001” — e é desnecessário dizer que nada da estrutura proposta foi implantada (Colin Buchanan and Partners, 1966 *South Hampshire Study* HMSO, London).

plano é o de consagrar a malha retangular, ou direcional, como uma espécie de estrutura urbana de referência ideal, através de uma exposição analítica e um exemplo de aplicação no caso da potencial conurbação entre os polos formados pelos portos de Portsmouth e Southampton, ao sul da Inglaterra. Outras estruturas competiam também, com a notável ‘dinápolis’ à frente, com seu centro de gravidade móvel, de Doxiades (aquele da revista *Ekistics/ ΟΙΚΙΣΤΙΚΟΣ* – ele ficaria contente em ver a evolução de São Paulo a partir dos anos 1960, com seu centro se deslocando na direção sudoeste); mas nenhum chegou ao prestígio do South Hampshire Study. Em muitos dos planos que ilustram o texto abaixo, se reconhecerá a influência – reverbera o reflexo, do *SHS*.

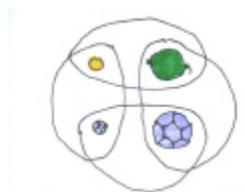
A cidade não é uma árvore

Quase igualmente influente foi o artigo de Christopher Alexander, de 1966, que chegou ao Brasil via o *Cuadernos summa-nueva*

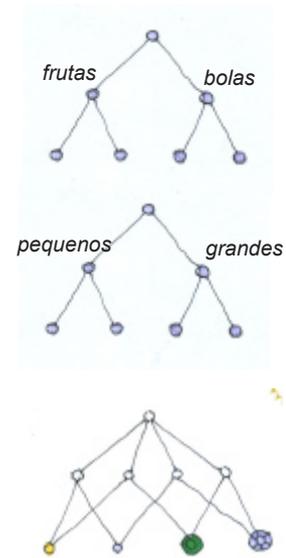
Chandigarh e Brasília, na interpretação de Christopher Alexander: estruturas em árvore.



visión, de Buenos Aires, em 1968.³ Nele o autor sai em campanha contra o caráter simplificador, e até, simplório, das concepções de estrutura urbana contemporâneas, como as refletidas no desenho de cidades novas. Traduzindo suas estruturas em grafos, mostra que todas se reduzem a árvores – resultado da obediência a um só critério de organização, como nos exemplos reproduzidos abaixo, referentes a Chandigarh e Brasília – o artigo traz mais de meia-dúzia de exemplos. A sugestão é que todos os desenhos urbanos de prancheta são simplificados e simplificantes. Para ilustrar, o



exemplo da laranja, bola de tênis, melancia e bola de futebol: nossa tendência seria de percebê-los ora como dois conjuntos de bolas grande e pequeno, cada um sub-dividido em fruta e instrumento de esporte, ora como um conjunto de frutas, outro de bolas de esporte, cada um subdividido em grande e pequeno. Na verdade, vem o alerta, os subconjuntos se formam segundo ambas as distinções agindo simultaneamente, resultando, em termos de grafo, na semi-trama mais densa em conexões, no lugar de qualquer uma das ‘árvores’ simplificadoras.



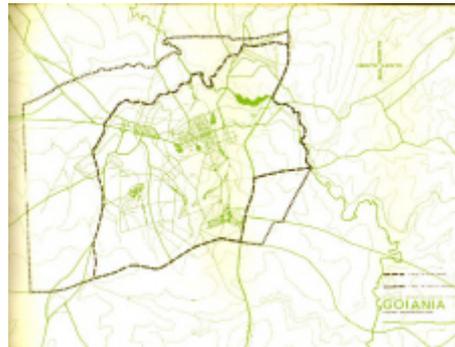
Em essência, a peça de Alexander é um alerta contra a forma simplificada com o qual se encara a cidade. No entanto, ele próprio é o primeiro a reconhecer que a complexidade necessária não seria alcançada pela simples superposição (*overlapping*= superposição parcial) de critérios de organização

Pero la superposición por sí sola no proporciona una estructura; debemos utilizar la superposición correcta, y ésta es a mi juicio muy distinta de la vieja superposición observable en las ciudes históricas.

Mas então que critérios utilizaríamos para gerar a complexidade suficiente para permitir uma vida urbana rica e complexa? A isto Alexander não oferece resposta, e a passagem conclusiva produz um contraponto um tanto melancólico à brilhante argumentação que a precedeu:

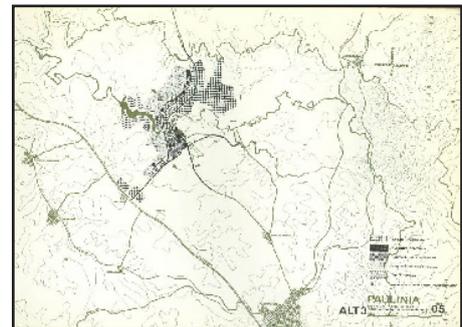
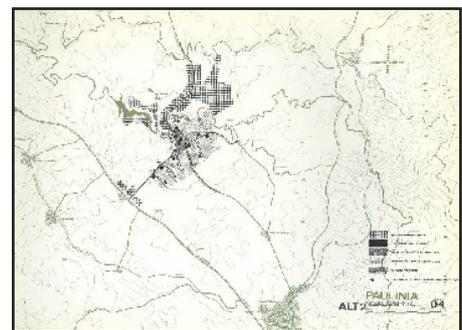
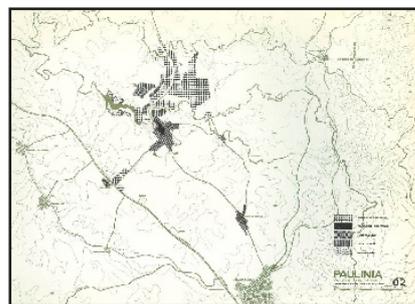
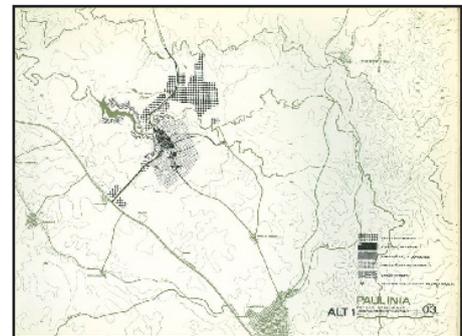
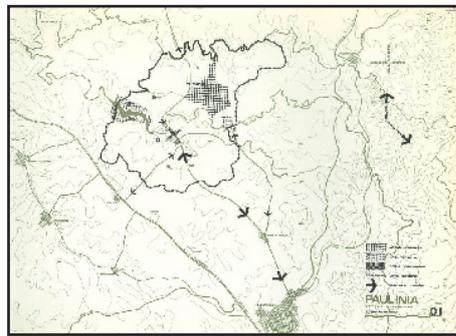
A tarefa de determinar com exatidão o tipo de superposição que a cidade moderna requer, e de traduzir tal superposição em estruturas físicas eficazes, ainda está apenas engatinhando. E enquanto esse trabalho não estiver terminado, não fará sentido propor esquemas de estruturas gratuitas e improvisadas.

Tal restrição não impediu toda uma geração de arquitetos e urbanistas de procurar soluções urbanísticas no aumento do poder de análise de sistemas, em tentativas sempre repetidas de ‘conquista da complexidade’, estando o âmbito político-social por ora sempre excluído da abordagem dos planejamento. O assunto da complexidade é retomado adiante, na discussão do MoSAR – um modelo de simulação de assentamento residencial elaborado paulatinamente ao



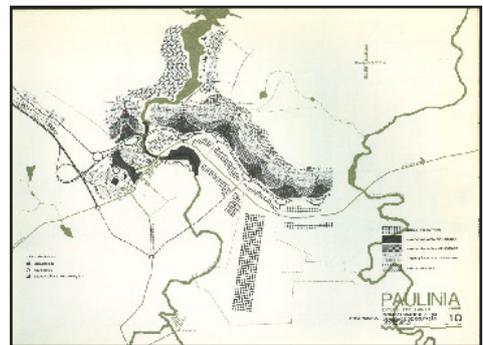
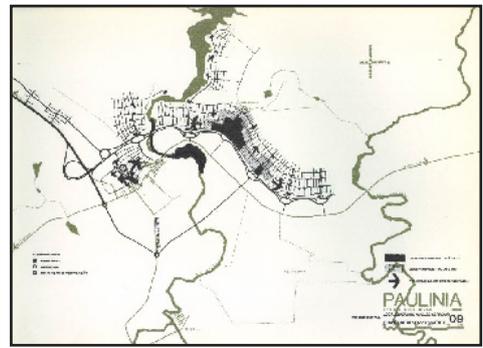
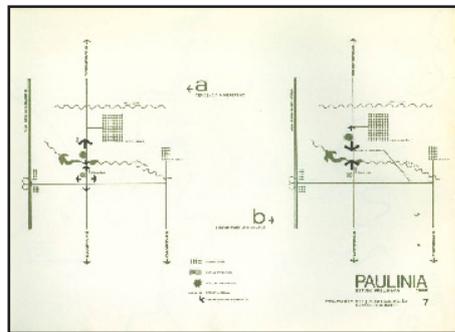
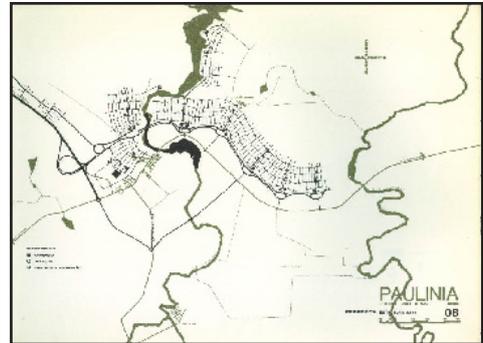
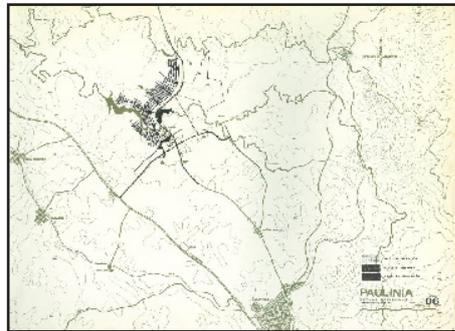
GOIÂNIA, 1968

Goiânia, 1968: Plano de Desenvolvimento Integrado- Goiânia era um dos casos de 'cidade planejada': uma forma geométrica desenhada há três quartos de século para 20 000 habitantes era apenas perceptível na cidade que em 1968 tinha 400 000 e havia engolido o 'plano-piloto' por completo (em cima, à esquerda). As propostas do plano eram fortemente influenciadas pela 'malha direcional' de Buchanan (à direita, em cima e no meio). Em baixo à esquerda, a capa do volume do plano preliminar, e à direita, detalhe do símbolo do plano, refletindo a sempre presente preocupação com a comunicação visual.

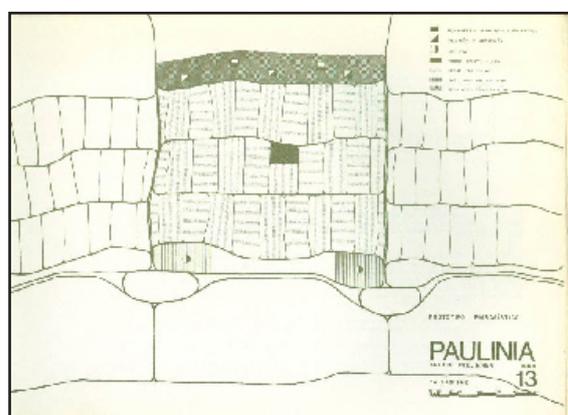
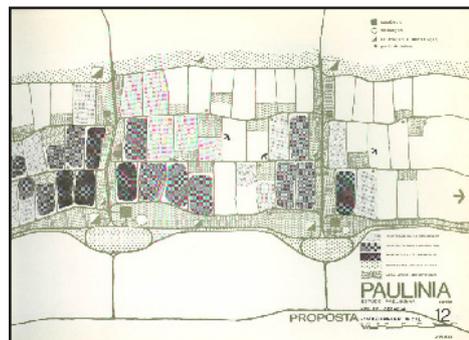
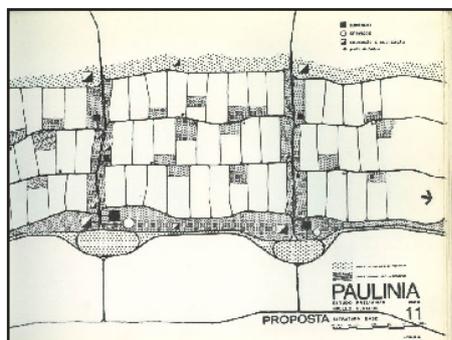


PPDI PAULÍNIA, 1968

Paulínia 1968: Situação e porpostas alternativas- Paulínia, um núcleo insignificante de 2 700 habitantes (em cima, à esquerda), tinha sido separada de Campinas para dar mais autonomia à recém-implantada refinaria (que supostamente induziria um polo petroquímico) da Petrobrás (Refinaria do Planalto-*Replan*), o maior elemento que se destaca em todos os mapas (em forma de um papagaio). Seu desenvolvimento futuro teria de se apoiar inteiramente na imaginação, fosse ela meramente prospectiva ou também pro-jetiva. As quatro ‘Alternativas de desenvolvimento’ são um exercício em ambas: da alternativa ‘espontânea’ (à esquerda, em cima) às três alternativas ‘planejadas’ (acima, à direita).



Paulinia 1968 (cont.) Estratégia e etapas de implantação- A Alternativa 3 foi eleita proposta com base em uma argumentação acerca de algumas qualidades da estrutura urbana e facilidade de implantação (PUBD:80), e complementada por uma análise comparativa de estratégias de implantação (à esquerda). A partir daí, uma previsão das etapas de implantação da estrutura urbana proposta foi elaborada em alguns detalhes referentes à estrutura viária e de uso do solo (à direita).../cont.



PPDI PAULÍNIA, 1968 (concl.)

Paulínia 1968 (cont.) Detalhes da estrutura proposta- /... e descendo até a detalhes quanto à organização local em nível de vizinhança. A inspiração na malha ortogonal de Buchanan é óbvia e consistente até nos detalhes. O esquema de 'paisagismo' (última prancha), sempre um item explícito dos planos da época, tornou-se um tanto redundante, uma vez que a organização das áreas verdes e de lazer é parte integrante do esquema Buchanan.

longo de alguns anos e alguns planos diretores. Abaixo, voltamos aos planos elaborados nessa virada da década de sessenta.

Os planos

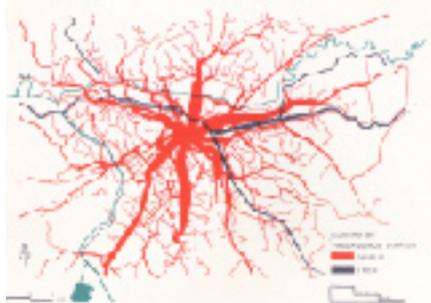
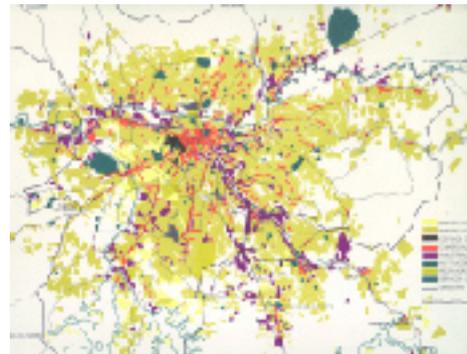
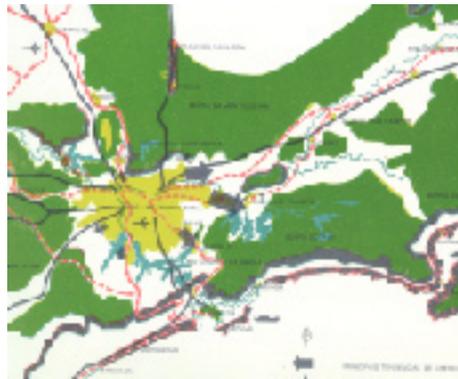
O primeiro plano em que trabalharia seria o de Goiânia, elaborado em 1968. Ainda no mesmo ano faríamos, isto é, iniciáramos, também, os estudos de São José dos Campos, Indaiatuba, Campinas e Paulínia. Logo seguiriam Fortaleza, Belo Horizonte, as cidades do Circuito das Águas, (Bragança, Serra Negra etc.) e muitos outros. Todos esses trabalhos buscavam a ‘boa’ informação, os ‘pontos críticos’ da estrutura urbana, as áreas mais sensíveis à intervenção (para otimizar o efeito dos investimentos). Eles compartilhavam, assim, do mesmo espírito, apresentando alguma evolução quanto ao desenvolvimento das técnicas utilizadas em sua elaboração.

Procurávamos imprimir alguma particularidade a cada plano que se seguia, ao mesmo tempo em que se procurava aproveitar a experiência decorrente da elaboração dos planos anteriores. Se um se concentrava na definição da estrutura urbana (Goiânia), um outro criava zonas homogêneas e indicadores urbanos (Campinas), e um terceiro se aventurava em desenho urbano, propondo um esquema de ocupação na área central em uso misto habitação-comércio e pedestrianização parcial (São José dos Campos). Os planos de cidades pequenas desciam a níveis mais pormenorizados (Paulínia), um caso extremo sendo provavelmente Indaiatuba –na época, uma cidadezinha de 20 000 habitantes–, em que chegamos a ponto de projetar um símbolo para a cidade, para ‘ajudar’ na criação de um senso de identidade local (Indaiatuba)⁴.

O PUB- Plano Urbanístico Básico de São Paulo



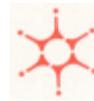
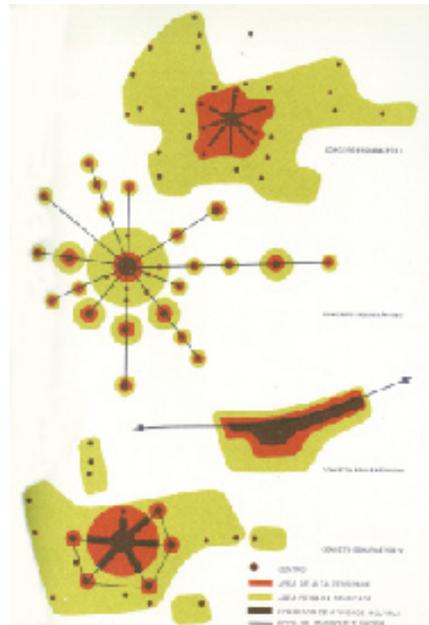
O contexto da época não estaria completo sem uma menção ao período de rápido crescimento econômico que seguiu meia década de quase-estagnação; tão rápido, que veio a ser apelidado de ‘milagre brasileiro’, uma referência ao ‘milagre alemão’ no período da reconstrução alemã pós-guerra. Na verdade, não era tão milagroso



PUB- Plano Urbanístico Básico
Situação

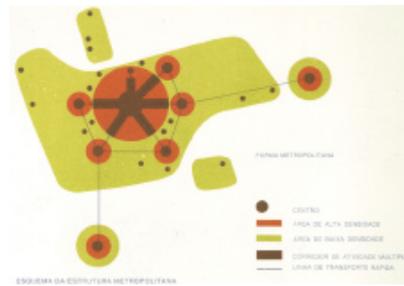


PUB- Plano Urbanístico Básico de São Paulo, 1968- Planta de situação regional, onde se observa a amplitude do contexto considerado, tratando-se de plano para o município (em cima, à esquerda); uso do solo ‘generalizado’ –manchas obtidas a partir de predominância a nível de quadra (à direita); estrutura viária principal (ao menos 12 m de faixa pavimentada, à esquerda); e gráficos de fluxos de viagens por transporte coletivo (ao meio) e individual (em baixo) –na época, 2/3 das viagens eram feitas de ônibus, o dobro das



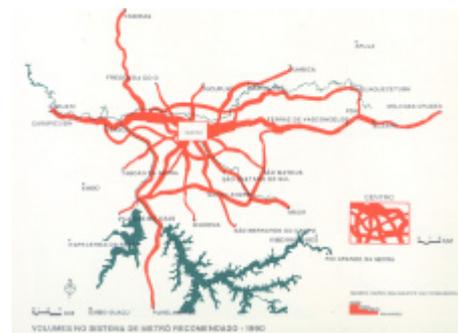
PUB- Plano Urbanístico Básico Alternativas

Alternativas de estrutura urbana- Variações de estrutura rádio-concêntrica e uma linear como alternativa examinada para ser proposta como nova estrutura para São Paulo. Impressiona a coragem das concepções e a confiança -- característica da época do 'milagre econômico' -- nos instrumentos de implantação do Plano, que poderiam induzir estruturas tão diferentes entre si -- ou da estrutura urbana atual.



PUB- Plano Urbanístico Básico Propostas

Acima, o conceito esquemático preferido; à direita, as propostas de malha de vias expressas, de 650 km de extensão, de rede de Metrô, também de 650 km (incluindo 400 km de trem urbano). Observe-se o traçado em malha retangular, mais absoluto no caso das vias expressas e mais híbrido no caso do Metrô, apesar do caráter rádio-concêntrico da estrutura preferida.



Apresentam-se, a seguir, as principais diretrizes e proposições recomendadas à Prefeitura de São Paulo para a realização do Plano até 1990. A maior parte das recomendações refere-se a medidas que a Prefeitura poderá adotar, contando exclusivamente com seus recursos e dentro de suas atribuições. Outras tratam de funções que, pela sua natureza, excedem os limites municipais e exigem soluções conjuntas, ao nível metropolitano, tais como as relacionadas a transportes, saneamento básico, habitação e abastecimento de gêneros alimentícios. Nesses casos, as recomendações visam dotar a Prefeitura dos elementos necessários para a sua atuação conjunta com os governos do Estado e do País e com as demais prefeituras da Grande São Paulo, no sentido de resolver melhor os problemas comuns.

As recomendações constituem um conjunto integrado de medidas a serem efetivadas para atingir os objetivos gerais do PUB e são apresentadas de acordo com as cinco grandes áreas de atuação pública. Entretanto, além da ação pública recomendada, a participação da iniciativa particular é indispensável para que sejam alcançados os objetivos do Plano.

As cinco grandes áreas de atuação pública são:

Desenvolvimento urbano, abrangendo uso do solo e execução dos grandes projetos de urbanização;

Desenvolvimento social, abrangendo educação, saúde pública, bem-estar social, recreação, habitação e cultura;

Circulação e transportes, abrangendo transportes coletivos, sistema viário, controle de tráfego e todas as medidas relativas aos vários sistemas de transportes;

Serviços urbanos, abrangendo abastecimento de água, coleta de esgoto, drenagem, controle da poluição do ar, energia elétrica, iluminação pública, comunicações, serviço funerário, distribuição de gás, abastecimento, limpeza urbana, segurança pública e proteção contra o fogo;

Administração pública, abrangendo todas as medidas legais, administrativas e financeiras para permitir a realização do Plano, inclusive as medidas de estímulo e promoção das atividades produtivas.



PUB- Plano Urbanístico Básico Síntese das diretrizes

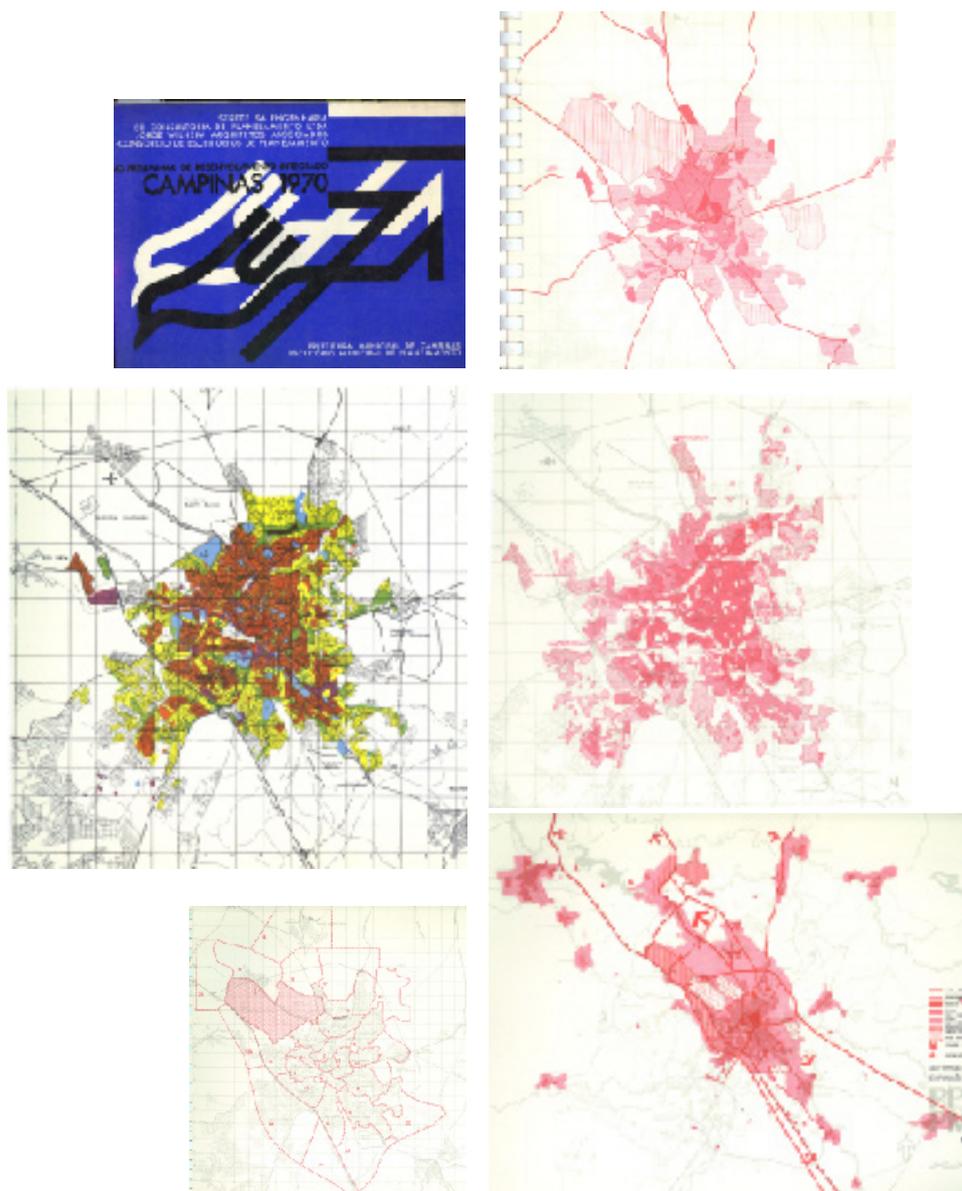
PUB- Plano Urbanístico Básico de São Paulo, 1968- Síntese das diretrizes (pg 23): reprodução do texto em diagramação similar ao original.

– a economia brasileira vinha crescendo acima de 5% ao ano havia uma século –, mas taxas entre 7 e 14% durante sete anos foram, sem dúvida, excepcionais.

Seguramente o plano de maior vulto elaborado nesse período, um marco do planejamento urbano no fim dos anos sessenta,⁵ foi o PUB- Plano Urbanístico Básico de São Paulo. A marca do otimismo dinâmico emanado do ‘milagre’ é manifesto em todos os seus aspectos (que ficam tanto mais evidentes *a posteriori*, se compararmos o *PUB* com outros planos elaborados desde então, tais como o tímido *PMDI*, 1985, ‘filho’ da recessão 1981-84, ou o natimorto *Plano Diretor 90*, em plena época neoliberal e privatizante, e até o *PMDI 94* de âmbito metropolitano e de cenários bem traçados, porém desprovido de propostas). O seu amplo escôpo incluía não só o município, como também a região metropolitana, (de modo a abarcar toda a aglomeração urbana, – ‘conurbação’, na época), as projeções demográficas e econômicas, que previam a triplicação da população e decuplicação do produto (mais que triplicando, assim, a renda *per capita*), e a escala das intervenções propostas era generosa, como a rede de Metrô, de 615 km e uma malha de vias expressas de 815 km de extensão. Deve estar claro que se nenhuma de suas proposições foi executada – ao menos, não na escala proposta – isto não significa necessariamente que o plano estava ‘errado’ ou era ‘ilusório’, como frequentemente se afirma; um assunto ao qual voltaremos a partir do Capítulo 7.

Indicadores urbanos: Campinas

Enquanto isso, no trabalho desenvolvido no escritório JWAA, por ocasião do plano de Campinas, surge uma novidade: o levantamento e projeção de dados, segundo um tratamento não mais pontual (a nível de lote ou quadra), mas em termos de médias, ao nível de unidades geográficas maiores, denominadas ‘zonas’. Os dados assim definidos foram chamados, por sua vez, de ‘indicadores urbanos’. A novidade foi induzida principalmente pela introdução do uso de modelos de tráfego nos métodos de trabalho do ‘setor de transportes’ dos planos. Discutiremos esse novo método, que viria a dominar o planejamento urbano por pelo menos uma década, no próximo capí-



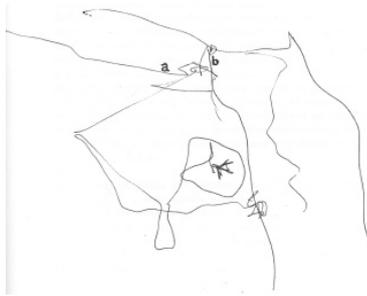
Plano de Desenvolvimento Integrado de Campinas/ PDDI-Cam, 1969 - Capa do relatório e estrutura urbana 'atual', isto é, no ano-base de 1968 (em cima); levantamento do uso do solo 'generalizado' e da densidade demográfica, ambos levantados ao nível da quadra, segundo o método tradicional (cf. também PUB) (segunda fila), enquanto já se esboçava o método dos indicadores urbanos inclusive suas projeções segundo zonas homogêneas (acima, à esquerda). Finalmente, o 'Plano de estruturas proposto' para o ano-meta de 1990 e seu desenvolvimento inicial a curto prazo, até 1973 (em baixo a direita e ao lado).



tulo. Mencionamos aqui apenas que, no caso de Campinas, fizemos um modelo de simulação – projeção dos indicadores de acordo com um algoritmo único – sem nenhuma formalização, praticamente em forma de esboço e com as contas, ou cálculos, efetuados ‘à mão’. Isto foi possível pelo número reduzido de zonas, estando o uso de computadores ainda distante de alguns anos no futuro. Mas os conceitos básicos do método nascente, tais como atratividade das zonas, capacidade de saturação, assim como a essência do algoritmo de distribuição das variáveis de uso do solo, a saber, o trabalho com estimativas em passos sucessivos, procedendo da escala mais geral para o mais detalhado, já se concebiam claramente. Assim, pode-se dizer que o Plano de Campinas serviu de incubadeira aos modelos de simulação da estrutura urbana cujo uso se generalizou nos anos setenta, e em particular, ao MoSAR (Modelo de Simulação do Assentamento Residencial), aplicado pela primeira vez no plano de Fortaleza (1970-1). O caráter híbrido do método seguido pelo plano de Campinas se reflete já no levantamento de uso do solo: uso do solo ‘generalizado’ (como o já referido PUB de São Paulo,) e dados estatísticos segundo zonas homogêneas. Na verdade, o velho mapa de uso do solo em mosaico ao nível de quadras não servia mais – tornara-se inútil, ou melhor, superado.

Notas

- ¹ Pierre Massé: *commissaire* do *V^e Plan*, ou *V Plano de desenvolvimento nacional* da França.
- ² Her Majesty’s Stationary Office – a imprensa oficial do governo britânico.
- ³ Christopher Alexander (1966). Na biblioteca da FAU, há uma tradução mimeografada dessa versão de *Cuadernos*, datada de 1971.
- ⁴ O símbolo, desenhado por Volker Link, era –pouco surpreendentemente– um “i”, que foi efetivamente construído em concreto e colocado numa praça, financiado pelo Rotary Club local.
- ⁵ O PUB foi elaborado pelo consócio Asplan-Daly-Montreal e coordenado por Mário Laranjeira, por encomenda da Prefeitura de São Paulo, em 1968.



3 MÉTODOS QUANTITATIVOS E MODELOS DE SIMULAÇÃO

3 MÉTODOS QUANTITATIVOS E MODELOS DE SIMULAÇÃO

Em matemática, as deduções iniciais fornecem razões muito mais para acreditar nas premissas porque consequências verdadeiras decorrem delas, do que para acreditar nas consequências porque essas decorrem das premissas.

Bertrand Russell, 1910 ¹

Ao iniciarmos o plano de Campinas encaminhamos linhas de trabalho que se desenvolveram com trajetórias próprias, mas que ao mesmo tempo, tinham que ser mantidas interconectadas: os indicadores urbanos, os modelos de simulação e de maneira mais abrangente, os métodos quantitativos e análise de sistemas. Para esboçar a relação entre as três linhas, podemos talvez caracterizá-los segundo seus respectivos objetivos e alcances: os *indicadores urbanos* visavam a descrição de uma estrutura urbana; os *modelos de simulação* pretendiam representar o comportamento da mesma estrutura urbana levando em conta também seus condicionantes; ao passo que *métodos quantitativos* e análise de sistemas procuravam explicitar um corpo teórico que abranjesse os dois anteriores e os generalizasse para quaisquer sistemas ‘complexos’, em particular, aos vários âmbitos da sociedade. No que segue não pretendemos dar um panoram geral e completo dessa abordagem, apenas esboçar alguns de seus rumos principais e o papel que tiveram na prática do planejamento.

Indicadores urbanos e modelos de simulação

As experiências na elaboração de mapas de uso do solo e de maneira mais geral, de sistematização das informações colhidas nas fases de ‘levantamento de dados’ conduziam bastante naturalmente à criação de um método de representação baseado em ‘zonas homogêneas’. As zonas homogêneas eram uma abstração que permitia que uma aglomeração urbana fosse subdividida (desagregada) em unidades territoriais (zonas) menores, para as quais os dados estatísticos (densidade, renda, nível de infraestrutura etc) fossem mais significativos do que os dados relativos à aglomeração inteira. Uma vez que tais dados viessem a expressar valores médios (renda, densidade, taxa de emprego médias etc) referentes a determinadas porções do espaço urbano – ‘unidades territoriais de análise’, ou simplesmente ‘zonas’, eles seriam tanto mais ‘significativos’ quanto mais homogêneas fossem as zonas² – daí o esforço de traçar zonas que fossem as mais homogêneas possível, dados os limites operacionais de desagregação, isto é, sem multiplicar o número de zonas indefinidamente.

Um estímulo importante para a difusão do uso de indicadores foi dado pelos estudos de transportes, que começaram a trabalhar com modelos um pouco antes dos modelos urbanos mais abrangentes. Os modelos e a metodologia utilizada eram importados – daí a vantagem (cronológica) dos estudos de transportes na utilização de modelagem, uma vez que nos EEUU o uso de computadores era ali mais difundido.

Assim, alguns anos antes do advento (no Brasil) do computador e em paralelo, porém meio a reboque do desenvolvimento e difusão do uso de modelos de transportes, ia se formando um método que teria seu desenvolvimento pleno alguns anos mais tarde, nos modelos de simulação operados em computador. E a primeira pré-condição para seu desenvolvimento foi precisamente a disponibilidade de uma base de dados, por zonas, sobre o uso do solo urbano. Foi esta base que extensas pesquisas domiciliares, – largamente praticadas na época – , asseguravam, uma vez que a base de informação que os estudos de transporte e os estudos urbanos necessitavam era praticamente a mesma. É de se lembrar que não existia no Brasil,

como aliás ainda não existe, uma base de dados intraurbanos; os órgãos estatísticos, o IBGE à frente, limitando-se a divulgar dados globais do país, dos estados e no máximo, dos municípios. Todo plano tinha, portanto, de coletar todos os dados que precisasse, e uma pesada *pesquisa domiciliar* era o inevitável primeiro passo de cada plano, demorada e cara (seu custo chegava normalmente a quase um terço do custo total dos planos). Assim tornou-se praxe determinar o escopo da pesquisa domiciliar em conjunto com o setor de transporte e o físico-territorial.

O plano de Fortaleza e o MoSAR

Durante os trabalhos de elaboração do plano de Fortaleza – o PLANDIRF–, o modelo de simulação do assentamento residencial – meu MoSAR – tomou uma forma acabada, ganhou um algoritmo formalizado e um programa de computador.³

A utilização de um modelo de simulação obrigava à formalização dos pressupostos de desenvolvimento dos ‘fatores exógenos’, isto é, dos fatores sobre os quais o Plano não tinha competência, assim como dos componentes da ‘estratégia de desenvolvimento’ do plano. (De minha parte, sempre achei que uma das principais vantagens da modelagem era precisamente a necessidade de explicitação, tanto dos componentes da situação, quanto dos objetivos e da estratégia de intervenção proposta dos planos). Em conjunto, constituíam os insumos do modelo, complementados pela elaboração também de uma “estrutura urbana provável” (ilustrados na figura acima).

É de se observar que o modelo não criava informação, apenas sistematizava-a e permitia sua desagregação esmiuçada ao nível das zonas homogêneas (91 zonas, no caso de Fortaleza, incluindo 41 zonas de expansão) – tanto é que, como mencionado acima, uma estrutura urbana provável era um *insumo* ao modelo. E tinha uma formalização simples, cujos resultados podiam ser facilmente avaliados. Como haveria de formular na dissertação de mestrado:

O princípio-base da calibração do MoSAR é que as hipóteses operacionais são boas se fornecem resultados plausíveis à macro-escala: então, os resultados fornecidos à micro-escala (zonas homogêneas) serão confiáveis *a fortiori* (Deák, 1980:110).



PLANDIRF 1970

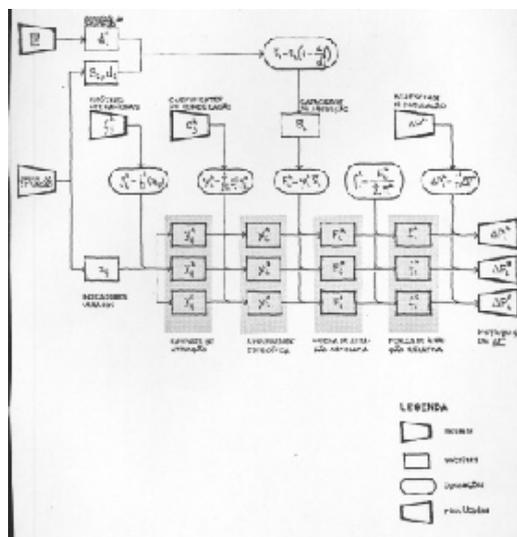
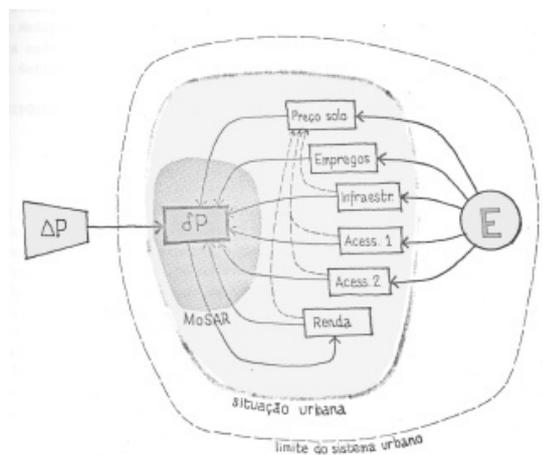
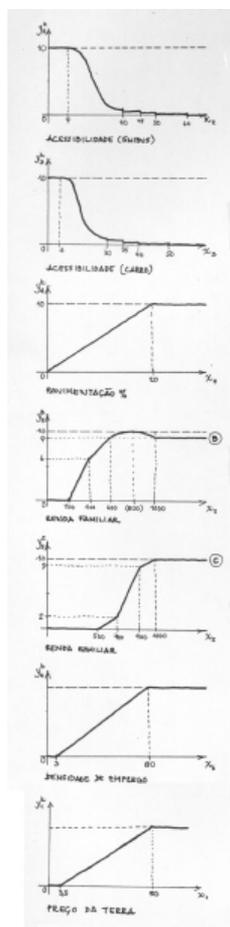
Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza, 1970- Elementos da estratégia de desenvolvimento: zoneamento proposto (a cima a esquerda), a estrutura urban provável (acima), elementos que informariam o modelo de simulação (MoSAR, abaixo); e alternativas de localização do Novo Centro administrativo (à esquerda).

Essa qualidade se destaca quando comparada com a tendência, encontrada nos modelos de tráfego e particularmente entre os importados, que tinham uma formalização e processamento pesados, o que tornava seus resultados de difícil avaliação, desencorajando fortemente a reformulação do algoritmo ou ao menos a calibração.

E, por fim, mas não em último lugar, seu método provinha do meio, a saber, do campo do planejamento urbano nacional, onde era utilizado, ao invés de se constituir em corpo estranho e de difícil aclimatação, como era o caso dos modelos de tráfego.

Procurando divulgar o método assim elaborado, publiquei uma descrição do MoSAR na *Revista de Administração de Empresas* (Deák, 1971 – na época não existia revista de planejamento no Brasil). Retomei-o quando comecei o programa de mestrado na FAU, em 1973 – onde já lecionava desde 1969–, ao escolher como

MoSAR



Modelo de Simulação do Assentamento Residencial- Diagrama ilustrativo da posição do MoSAR (textura mais escura) no sistema urbano; funções de conversão dos indicadores urbanos em fatores de atração (extrema esquerda); e algoritmo do MoSAR, especificados os insumos, procedimentos e resultados.

tema da dissertação sua descrição, a avaliação do método de trabalho e a crítica da abordagem ao planejamento que ele implica. A elaboração da dissertação foi um processo muito vagaroso, tendo levado mais de sete anos, vagaroso até demais no sentido em que o ambiente de trabalho que prevalecia ao seu início, (no auge do milagre econômico do começo dos anos setenta) não existia mais na época de sua conclusão; tendo mudado igualmente, ao longo do período, a prática do planejamento, e com essa, o pensamento

de quem o praticava.

O caráter híbrido do pensamento expresso na dissertação se mostra na coexistência da discussão das técnicas de modelagem propriamente ditas com observações sobre a competência e o alcance dos métodos quantitativos, e a rigor, do próprio racionalismo. Tomo duas citações para ilustrar:

“(Essa afirmação de) Ashby explicita a razão do poder explicativo da análise histórica, como oposta a um sistema de categorização; bem como as dificuldades enfrentadas pelo positivismo lógico*. Em sistemas biológicos, o ataque frontal à complexidade equivale a uma derrota antecipada...”

A nota referida pelo asterisco dizia, citando Massey (1974): “... a substituição (de verdadeira análise histórica por um sistema de categorização) empresta à análise [de Harvey] um grau preocupante de abstração a-histórica – e frequentemente, de complexidade desnecessária. MASSEY (1974/a), p.233.”

Tomados em conjunto, esses eram passos no esforço de superação dos limites do racionalismo...

Para mim, os sete anos que acompanham a elaboração do mestrado corresponderam a uma transição; na verdade, uma ruptura, ainda que gradual: a ruptura com o racionalismo e a construção de uma ‘visão do mundo’ mais ambiciosa em poder de análise, interpretação e crítica – que viria a ser, como sabemos *agora*, o materialismo dialético.

Métodos quantitativos na FAU

A escolha das variáveis chamadas a representar o uso do solo e até mesmo a estrutura urbana, segundo as zonas homogêneas, tornava-se naturalmente crucial para a representatividade dos dados e dos ‘modelos’ daí derivados. Tais variáveis foram denominados de *indicadores urbanos* cuja discussão tornou-se praticamente um ramo do urbanismo e chegou a alimentar numerosos simpósios e seminários.⁴ O tratamento dos dados requeria o uso de estatística e sua projeção permitia algum nível de formalização de algoritmos que passavam por modelos de simulação (do comportamento do crescimento urbano). Em conjunto, tais técnicas eram denominados de métodos (ou técnicas) quantitativas e desfrutaram de grande prestígio durante toda a década de 70. Foi como decorrência de tal prestígio que fui instado, professor de *Resistência dos Materiais* que era, pelo então diretor da escola Nestor Goulart Reis, a montar um curso de métodos quantitativos na FAU. O que fiz em 1972 tendo

lecionado *Métodos quantitativos e análise de sistemas aplicados à arquitetura e urbanismo* (AUP 251) por cinco anos a partir de 1973 com certo sucesso, a julgar pelo fato de que o curso, optativo, tinha boa frequência e excelentes alunos. A base teórica do curso era *Introdução à cibernética* de Ashby,⁵ um livro verdadeiramente magistral sobre os alcances e os limites da confecção de algoritmos representativos de comportamentos de processos sociais. Com a exposição do recém-elaborado MoSAR como exemplo de aplicação, e por parte dos alunos, com exercícios práticos sobre temas à sua escolha. Esse curso concentrou, por alguns anos, os meus esforços em matéria de didática e de elaboração intelectual.

Paralelamente, vinha elaborando, ao lado das atividades profissionais no Grupo 5 e as aulas na FAU –nas horas vagas–, lentamente, a dissertação de mestrado, centrada sobre a experiência da elaboração do MoSAR.

O ocaso dos planos diretores e apogeu dos modelos de simulação/ O Grupo 5

Houve uma mudança de direção de várias ordens no país, nos meados de 1970. Por um lado, o ‘milagre’ econômico assustou – a elite – com seus efeitos potencialmente duradouros (a apreciação plena desta afirmação pressupõe a interpretação baseada no conceito de acumulação entravada, capítulo 7) e assim, foi declarado ‘findo’. Com ele, acabou também a era de ouro do planejamento. O escritório JWAA praticamente cessou de funcionar (o próprio JW foi ser secretário de planejamento do governo Paulo Egídio). De minha parte, procurei uma nova inserção profissional e acabei montando um escritório próprio, com mais três sócios⁶, a que chamamos de *Grupo 5 Arquitetura e Planejamento*, ou simplesmente *Grupo 5*, por conta de um potencial quinto sócio cuja entrada no escritório nunca se concretizou. Por outro lado, como fator externo, assumiu um presidente (Ernesto Geisel), que se recusou a ministrar o remédio usual pós período de expansão: a saber, recessão, estagnação, importação e endividamento. Era o início do *II PND*.

grupo 5

O II PND

O segundo Plano Nacional de Desenvolvimento foi tão rapidamente abandonado que na época mal se percebeu sua existência – pelo menos, no que tinha de mais importante, ao nível da economia nacional; a parte que se referia a uma política urbana, pela primeira vez expressa em um plano nacional, era, no entanto, bem conhecida nos meios de planejamento (ainda que um pouco esquemático, desprovido que logo ficou de sua base econômica). Menciono-o aqui por sua importância, mas o teor das observações a seu respeito vem em retrospecto⁷.

A principal característica do *II PND* era o propósito de prover a estrutura produtiva brasileira ampliada sobremaneira após quase sete anos de ‘milagre’ – ou crescimento acelerado – de uma infraestrutura condizente não somente com sua escala à época, mas também com uma perspectiva de *crescimento continuado*, impulsionado por uma política fiscal, monetária e tributária a favor da indústria manufatureira, e reforçada, por seus efeitos multiplicadores, pelos próprios investimentos que a implantação dessa infraestrutura inevitavelmente requeria.

O fato de ter sido abandonado apenas um ano depois de seu anúncio (1974), deixou muitos projetos – entre eles, projetos de desenvolvimento urbano ‘pendurados na brocha’ e deu o pano de fundo para todo o período de 1975 até a ‘redemocratização’ e o início efetivo da recessão de 1981-2 que inauguraria as ‘décadas perdidas’. No que toca ao planejamento urbano, pode-se dizer que foi a pá de cal na era dos planos de desenvolvimento integrado (doravante, quando muito, far-se-iam projetos setoriais)

O Projeto Macro-Eixo

O projeto Macro-Eixo era o resquício de uma idéia grandiosa de alguns anos antes: a conurbação Rio-São Paulo (cogitava-se, por volta de 68, da construção –por japoneses, é verdade–, de um ‘trem-bala’ que fizesse o percurso São Paulo-Rio em duas horas e pouco), e essa conurbação formaria uma megalópolis. Mas quando a Sep-

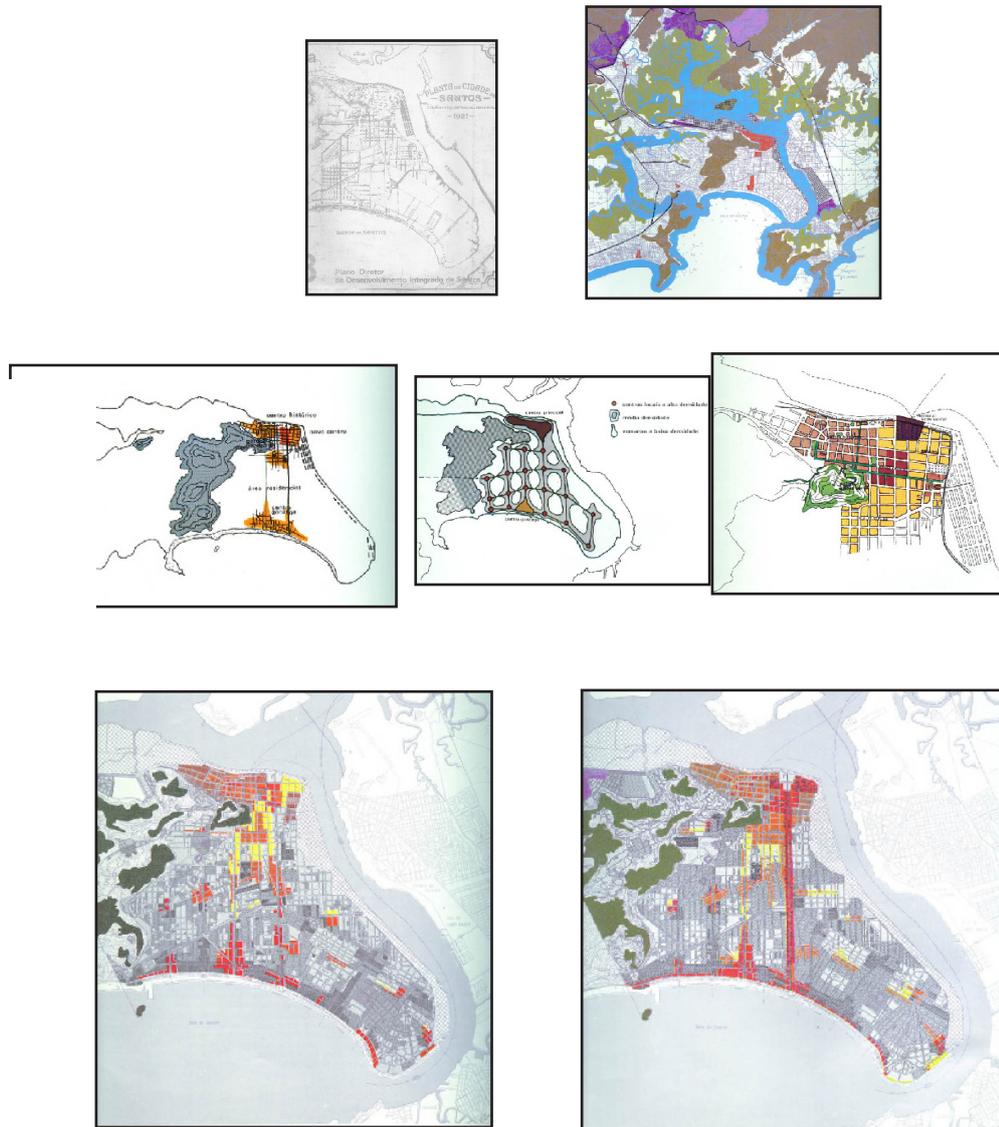
lan–Secretaria do Estado de Planejamento abraçou a idéia (em 1976: o projeto durou toda a gestão Paulo Egydio, até 1979), o ‘milagre’ já tinha passado e o II PND já tinha despertado seus opositores. Nessas condições, o projeto Macro-Eixo acabou virando algo como o contrário do PUB: *aquele* era do município mas abrangia sua região, ao passo que *esse* era chamado de Macro-Eixo (isto é, de São Paulo-Rio), mas se restringia ao trecho paulista do eixo, ainda assim excluindo sua cabeceira paulistana, a Região Metropolitana. Desnecessário dizer que o que sobrava tinha menos autonomia que uma fatia de salame... Além disso, foi ficando claro que, feitas as contas, o Estado não tinha praticamente nenhum instrumento de intervenção à mão, para executar qualquer proposição, se alguma houvesse. Poder-se-ia dizer que o Projeto Macro-Eixo acabou se tornando o próprio epítome da extinção dos planos integrados.



Croquis do Macro-Eixo em tempos melhores (1971), quando ainda era inteiro e se chamava de Passangua: São Paulo, Santos, Guanabara (croquis do autor para uma proposta de estudo conjunto JWAA--CEBRAP).

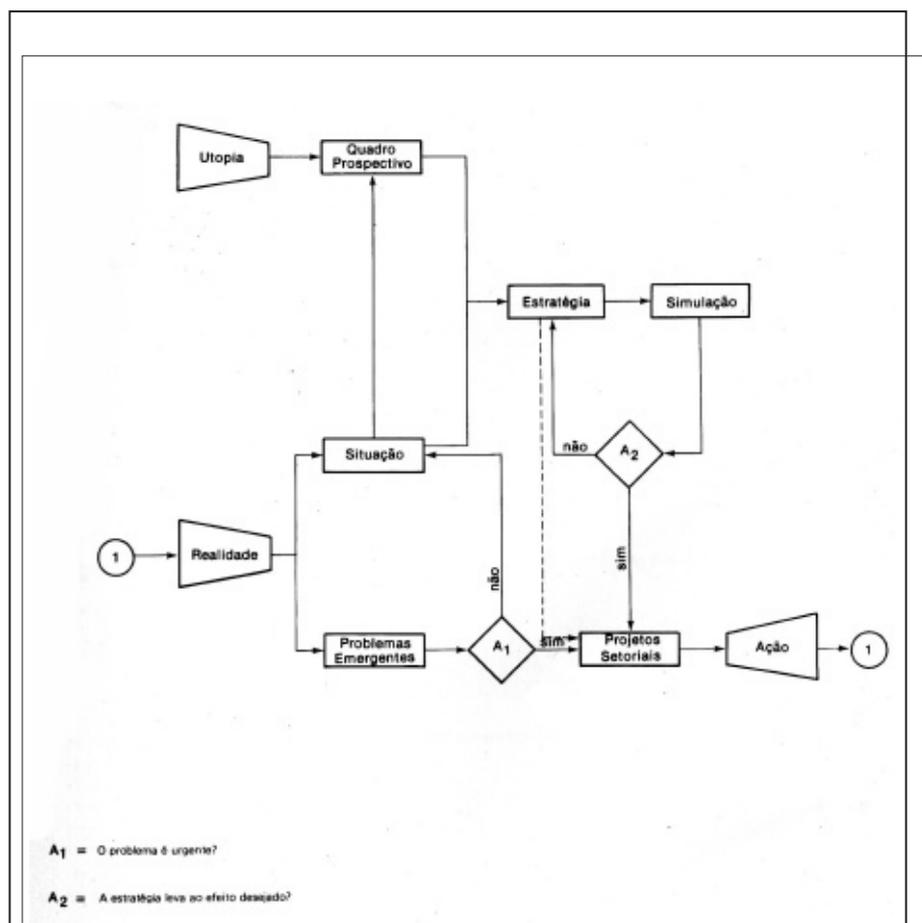
O Plano de Santos

Por anos e anos, defendemos que os planos deveriam ser elaborados por equipes locais, de preferência em órgãos de planejamento permanente, municipais. Pois o PDDI de Santos, –onde minha participação foi uma consultoria semanal de meio período durante quatro anos– foi feito exatamente dessa maneira,. Não havia necessidade de levantamentos, já que todos conheciam sua cidade, e que portanto o escritório do plano tinha os ‘dados’; contato com a ‘administração local’ para tentar definir uma política de intervenção (endógena) também não era problema pois que a equipe do plano estava *dentro* dessa administração, fazendo parte dela. Foi um dos trabalhos mais satisfatórios de que participei em muitos anos de prática profissional, apesar de que ter resultado em qualquer ‘revelação’ ou grande novidade, conquista teórica ou prática. Na verdade, Santos era uma das cidades menos problemáticas do Brasil ou de São Paulo, e planejamento significava em boa medida administrar o dia-a-dia da vida da cidade. Alguns produtos desse trabalho estão ilustrados na prancha abaixo.



PDDI-San, 1978

Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Santos- PDDI-San, 1978- Plano elaborado por equipe local da Prodesan, com assessoria semanal de um período durante quatro anos. Acima: detalhe da capa do relatório do plano e mapa regional de uso do solo; ao meio, macroestrutura urbana ao primeiro e segundo níveis, com um detalhe do Centro: em baixo, desenvolvimento do uso do solo previsto pelo plano a médio e longo prazos, 1990 e 2000.



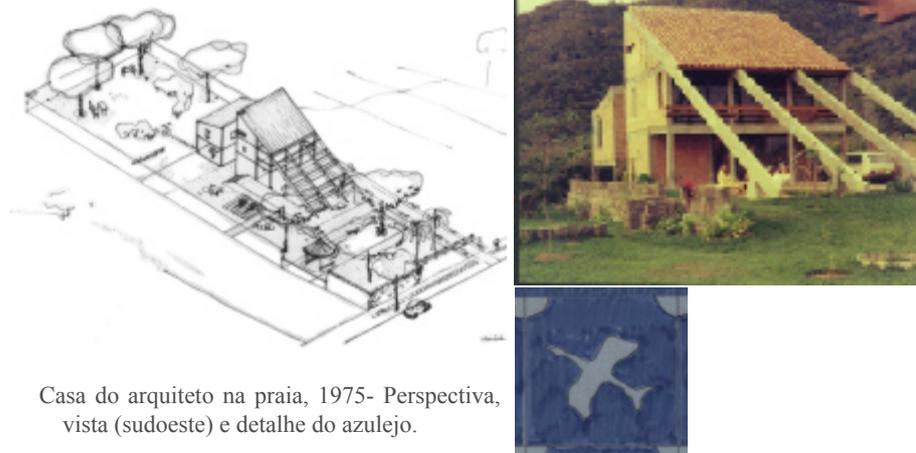
PDDI-San, 1978: *Esquema do processo de planejamento*- Uma das representações mais sintéticas do processo de planejamento como era entendido na década de 1970. Uma curiosidade é o uso do termo ‘problema emergente’, uma expressão que fazia sua aparição no cenário do planejamento urbano por essa época – como um substituto à cidade como um todo enquanto objeto de planejamento.

Plirhine-MoDEIR

Um dos maiores projetos em que participei e certamente o maior do *Grupo 5* foi a projeção dos fatores de demanda de água para os 1300 municípios do Nordeste, no âmbito do Plano de Aproveitamento dos Recursos Hídricos do Nordeste, o *PLIRHINE* (1978-8), a cargo da Geotécnica e contratado pela Sudene. Uma vez que não recuávamos frente a novos desafios, fizemos a projeção (ano-meta 2000) da população, emprego, cabeça de gado, de carneiro e cabra,

mediante um modelo que denominamos de MoDEIR, abreviação de Modelo de Desenvolvimento Intra-Regional. Acredito que fizemos um trabalho tão bom quanto possível, mas o caráter arriscado de fazer projeções a longo prazo na faixa atlântica, no cerrado e no semi-árido, vale dizer, numa região com uma base econômica levíssima sobre a qual qualquer investimento teria fortes efeitos localizados e dos quais dependia o desenvolvimento global da região, sendo que não havia *nenhum* plano nacional, regional ou local (a época do II PND já havia passado) que pudesse orientar as ‘previsões’, era deveras amedrontador. Uma atenuante foi conseguir lastrear o modelo em *algo* sólido: uma *capacidade de suporte* do solo (a capacidade de saturação, utilizada no MoSAR, para áreas urbanas, aqui não faria qualquer sentido), que podia ser estimada com base em pedologia.⁸ Tinha a limitação de se referir apenas ao uso agrícola, mas o uso agrícola era o uso principal na virtual totalidade dos municípios da região, com a exceção de menos de uma dúzia de polos urbanos regionais, que projetávamos em separado.

Pelo bem ou pelo mal, o PLIRHINE dominou minha vida profissional no período, no que pese que o peso relativo de minhas atividades profissionais, por sua vez, ia diminuindo, e deixando paulatinamente mais espaço às atividades didáticas na FAU. Nessa época comecei também retomar os trabalhos de mestrado e em particular da dissertação, reelaborando coisas já velhas do início da década. Mas haveria ainda um outro grande projeto que me serviria de ponte rumo à intensificação da pesquisa acadêmica, que se concretizou com minha ida a Cambridge para fazer doutorado. Trata-se do MUT, ou Modelo de Uso do Solo e Transportes para São Paulo, ao qual voltaremos em seguida. Antes, porém, abrimos um parêntese para lembrar alguns projetos de arquitetura executados nessa época.

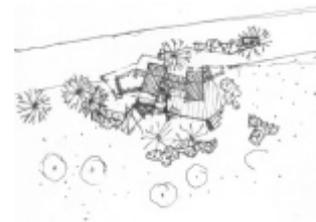


Casa do arquiteto na praia, 1975- Perspectiva, vista (sudoeste) e detalhe do azulejo.

Um pouco de arquitetura

Enquanto arquiteto, sempre permaneci amador. Isso não significa, no entanto, que não gostasse de arquitetura e entre 74 e 81 fiz pouco mais de meia dúzia de projetos de casa, dos quais cinco foram construídas, uma sendo própria (a “casa do arquiteto”, de praia) e as demais, todas para amigos próximos.

Típicamente, levava entre seis a dez meses para fazer um projeto – não em tempo integral, é claro – e não haveria honorários que pudessem pagar pelas horas investidas. Nada disso me fez arrepender de não ter seguido carreira de arquiteto, mas achei sempre prazeroso exercitar a mão com desenho de arquitetura.



Casa de campo em Cotta, 1979

O MUT - Modelo de Uso do solo e Transportes

O *MUT* era um modelo de simulação ao mesmo tempo de uso do solo e de transportes, contratado pela COGEP- Coordenadoria Geral de Planejamento, do Município de São Paulo, a Marcial Echenique & Partners, que tinha sede em Cambridge, e que vinha elaborando o projeto com a colaboração de uma poderosa equipe local centrada nos técnicos da CET e reforçada por consultores *ad hoc*⁹. Em 1978 fui chamado para colaborar no acompanhamento

do projeto por parte da COGEP e no ano seguinte entrei na equipe regular do próprio, sendo responsável pela operacionalização da parte *uso do solo* do modelo. As demais partes eram *transportes* e *avaliação*, dos quais o último nunca chegou a ser desenvolvido.

O MUT foi possivelmente o maior modelo já montado, de todos os tempos, em qualquer lugar do mundo. Era também extremamente ambicioso no propósito de ‘integrar’ os modelos de uso do solo e transportes, explicitando e incorporando a seguinte interação: o uso do solo determina a demanda por transportes, e (no futuro) uma política de transportes concebida em função de tal demanda retroage sobre o uso do solo. Essa relação –óbvia– nunca havia sido incorporada aos modelos de simulação urbana, que se satisfaziam com políticas de transporte elaboradas com base na simulação do uso do solo futuro, em função da estrutura presente.

No caso, a pretendida ‘integração’ dos dois sub-modelos nunca chegou a ser operacionalizada. O elo de ligação entre ambos – uso do solo e transporte – seria o *preço da terra*: os assentamentos se dão em função (*inter alia*) da acessibilidade e do preço do solo atuais e induzem uma demanda por transportes; uma política de investimentos concebida em função dessa demanda altera os preços da terra, além da estrutura de acessibilidade; e os novos assentamentos serão induzidos pela nova acessibilidade e nova estrutura de preços; – em tantas iterações quantas se queira em função do período de projeção e da ‘precisão’ da simulação pretendida.

Como dizíamos, a interface – um modelo de oferta e demanda – nunca chegou a ser implantado e na prática, o que ocorria é que além de tratar do modelo de uso solo propriamente dito, eu acabava produzindo também seu insumo principal: a estimativa do próprio preço do solo, puramente com base na intuição sobre a evolução futura da estrutura urbana (que é o que sempre havia feito, porém, sem pretender simular a dinâmica urbana completa, apenas o assentamento residencial).

O dia-a-dia da calibração e operação do MUT, e particularmente do sub-modelo de uso do solo lidava com a determinação das densidades de assentamento em função do preço do solo, a estimativa

desse último segundo políticas de desenvolvimento (o passo de mágica), a calibração do modelo, e a explicitação, para a *COGEP*, dos elementos de políticas alternativas de desenvolvimento a serem avaliadas.

No início, havia esperança de que a interconexão dos submodelos pudesse ser efetivada, e a elaboração dos insumos sobre o preço do solo era considerada uma atividade provisória. A interconexão não se materializou, no entanto, e o passo de mágica do *input* dos preços tornou-se permanente. Era uma questão de tempo eu me dar conta que o gigantesco arcabouço do modelo repousava sobre essa improvisação, e ficou claro que em última instância todo modelo de simulação deveria incluir a modelagem do preço do solo – coisa que nunca havia sido feita. Adicionalmente, eu acreditava que *não* seria com base na interação de dois submodelos tão pesados quanto aqueles do MUT, e isso com base na simulação do mercado – onde se ‘equilibrariam’ oferta e demanda– que tal simulação, se é que fosse possível, poderia ser obtida.

Cheguei assim à conclusão ineluctável: ou bem conseguiríamos ‘simular’ o preço do solo, ou bem não se poderia, com os modelos de simulação, superar o estágio de desenvolvimento alcançado pelo MoSAR. Já cogitava fazer doutorado, assim que terminasse o mestrado e minha idéia era tentar em Londres. Ao saber desses planos, Marcial Echenique, que era também professor na Universidade de Cambridge, me convidou para lá. Após uma correspondência de mais de um ano com a administração daquela Universidade, todos os detalhes acertados, e tendo terminado o mestrado, embarquei para Inglaterra para uma estadia que estava prevista para durar três anos¹⁰, para descobrir de uma vez o segredo do preço da terra, e se possível, incorporá-lo num modelo de simulação.



Brasão de King's College, Cambridge

Já desconfiava que o projeto assim montado seria difícil de ser desenvolvido, e que talvez, no meio do caminho, a pesquisa iria se direcionar para a crítica das teorias econômicas (as neo-clássicas) sobre as quais se baseava a idéia do preço ser o resultado do equilí-

brio entre oferta e demanda. Mas isso eu não podia colocar no projeto de pesquisa apresentado à Fapesp, nem tampouco, que pesquisa é justamente fazer uma coisa que não sabemos aonde leva...

Epílogo: a crise do racionalismo nos anos 70

Em retrospecto, acredito que a trajetória que ora estou relatando estava relacionada com a conjuntura da época: no Brasil, acabado o ‘desenvolvimentismo’, os conflitos e antagonismos da sociedade vieram mais à tona e ficaram mais contundentes. É de se lembrar que em condições semelhantes é que se deu o ‘renascimento marxista’ (*Marxist revival*) na Europa, após a exaustão do ‘boom’ da reconstrução do pós-guerra e dos movimentos libertários espontâneos. A volta da crise recolocou a própria palavra *crise* no discurso da época e abriu as portas para a *crítica*, inclusive da ordem social. A reação neo-liberal demoraria uns dez anos para se estruturar, o que favoreceu nesse intervalo, o florescimento do pensamento crítico. O que levou naturalmente uma grande parte da produção intelectual – certamente, a mais sofisticada – a adotar a postura ‘marxista’, seja internamente, seja para uso externo. Na Inglaterra, em particular, as idéias fervilhavam (e a reação ia se preparando e se estruturando).

Notas

1 Prefácio de *Principia Mathematica*, cit. in Deák (1980):111.

2 Em princípio, para a variável em questão, como a renda da população, no exemplo acima. Na prática, uma vez que não se poderia traçar um zoneamento para cada indicador urbano, as zonas deveriam ser homogêneas – as mais homogêneas possível – em relação ao *conjunto* dos indicadores utilizado na caracterização do uso do solo e da estrutura urbana. Estes se resumem em boa medida, na tipologia de uso e ocupação do solo, mas havia lugar para considerar também a posição das zonas na estrutura urbana como um todo, para caracterizar centros, polos e eixos principais.

3 A Serete tinha um CPD (Centro de Processamento de Dados) ocupando meio andar, com ar condicionado, no prédio de sua sede na Al. Santos e equipado com perfuradoras, leitoras de cartão perfurado (!), todo um rol de armários com discos de armazenamento de dados, e o cérebro (eletrônico) de tudo isso: um IBM 1130 com 48kb de memória expandida para 96kb. Para quem não lembra, isso era quinze vezes menos do que

os primeiros XT 86, os computadores pessoais, que chegaram 15 anos mais tarde. Ali trabalhavam dezenas de digitadores, programadores e analistas de sistemas. A gente levava o algoritmo completamente especificado, como na figura abaixo (da referência a esta *nota*), e eles faziam o programa – em FORTAN– e processavam. A cada rodada de calibração vinha um calhamaço de várias dezenas de listagens de computador. É esse poder de computação, e na realidade, muito mais, que temos hoje à disposição sobre nossa mesa de trabalho.

4 Veja-se por ex, SEMINÁRIO SOBRE INDICADORES URBANOS, de 1971, sob os auspícios do IAB-São Paulo, ou em escala bem mais ampla, I SEMINÁRIO NACIONAL DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS PARA O PLANEJAMENTO METROPOLITANO, pelo CNPU/ Emplasa, São Paulo, 25-29.4.1977

5 Cibernética, teoria de sistemas ou ainda análise de sistemas eram expressões para a mesma coisa: uma ciência nova.

6 Luisa Battaglia, que comigo cuidava mais da parte de planejamento, e Antonio Battaglia e Carlos Welker, que se encarregavam principalmente dos projetos de arquitetura. Em 1980 o escritório cindiu-se em dois e saiu a parte de arquitetura; com minha viagem à Inglaterra passou a hibernar e pouco após minha volta em 1985 foi desativado (1986).

7 A interpretação aqui esboçada e que está por trás das observções sobre o II PND formaram-se apenas a partir de minha volta de Cambridge e a elaboração da tese de doutorado, mais de dez anos após o II PND; e acredito que se apoiam nas teses sobre a acumulação entravada no Brasil, como expostas no Capítulo 7.

8 Ainda assim, devido em parte à escala do projeto, e provavelmente também, às situações extremas com as quais lidava, tais dúvidas manifestavam-se de forma mais aguda – na verdade, em vários momentos conheci aquela sensação de realismo fantástico, uma das bases do romance latino-americano.

9 O coordenador de planejamento (o titular da COGEP) era Cândido Malta Campos, o coordenador do acompanhamento do projeto na COGEP, Luiz Carlos Costa. Marcial Echenique coordenava o projeto e Ian Williams, a elaboração dos modelos e fazia também os programas de computador. A equipe local tinha a coordenação de Francisco Moreno, a parte do modelo de transportes, de Paulo Custódio e a parte do modelo de uso do solo, minha mesmo. No primeiro estágio, do acompanhamento do projeto, quando a tarefa era de fazer uma análise crítica de proposta apresentada pela Consultora, no que tocava ao modelo de uso do solo e da concepção geral do MUT, estava na companhia de Ibrahim Eris e Luiz Paulo Rosenberg, que faziam o mesmo para modelo de avaliação.

10 Ganhei uma bolsa da FAPESP por um ano, prorrogável por mais um. No caso, foi prorrogada duas vezes, e no último e quarto ano obtive uma complementação pelo CNPq.

PARTE II

TRANSFORMAÇÃO

PARTE II: TRANSFORMAÇÃO

Os capítulos dessa *Parte II* correspondem a material elaborado quando da preparação do doutorado, no período 1981-85, dois dos quais já foram publicados anteriormente. Ao voltar da Inglaterra onde tive a boa sorte de poder estudar em tempo integral durante quatro anos, era natural que quisesse compartilhar ao menos parte dos resultados que tinha alcançado e logo comecei trabalhar em peças que visavam recapitular e apresentar em português os resultados que julgava mais relevantes. Um terceiro capítulo é a tradução direta –e inédita– de um do capítulos.

Assim, *Uma interpretação histórica da teoria da renda* (Capítulo 4) resume os três primeiros capítulos da tese, expondo as razões que encontrei para a rejeição incondicional da teoria de renda. Segue *Localização e espaço* (Capítulo 5), tradução direta do 4º capítulo da tese – a primeira após a conclusão da revisão da teoria de renda, esboçando os contornos de uma teoria de organização do espaço e enunciando algumas de suas categorias. *O mercado e o Estado* completa essa Parte II (Capítulo 6) com um resumo de formulações relativas à dialética do mercado e do Estado, assim como de uma periodização do capitalismo.

Cabe, talvez, uma menção aqui sobre algo que *não* está aqui incluído, apesar de estar entre os resultados de minha pesquisa de doutorado: a saber, um tratamento do capital fixo e da renovação de técnicas de produção – incluindo a transformação do uso do solo. A

razão da omissão, não somente dessa memória de atividades, mas também de todo meu trabalho publicado em quinze anos, é que esse assunto é árido até na Inglaterra, e mais geralmente, é praticamente ausente de toda a Economia Política, para nem mencionar a economia vulgar. Mais do que árido, é malvisto –reputo– porque é uma precondição para a análise da *transformação*, quando a economia vulgar se apega ao *equilíbrio*. Com maior razão, então, fica este tema sem contexto no Brasil, onde prevaleceriam as mesmas restrições, porém acrescidas do desinteresse pelo progresso técnico, ao menos enquanto processo que *poderia* ocorrer entre nós, e não vindo de fora, como fazemos questão de assegurar. E de novo: isso é mais que desinteresse, na verdade: é aversão visceral, por sabermos, em algum nível da consciência, que progresso técnico é subversivo do *status quo*, tão ciumentamente guardado pela sociedade de elite ... mas isso nos remete aos assuntos discutidos na Parte III.

4 UMA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA DA TEORIA DE RENDA

4 UMA INTERPRETAÇÃO HISTÓRICA DA TEORIA DE RENDA

O preço do solo é o instrumento de mercado fundamental na organização espacial da produção capitalista em geral e na grande aglomeração urbana em particular. No entanto, sua análise ficou obstruída pela teoria de renda da Economia Política, segundo a qual o preço do solo é uma categoria derivada, sendo apenas a forma ‘capitalizada’ de sua renda. Uma análise crítica da teoria de renda mostra que a própria renda não passa de uma categoria relativa ao modo de produção feudal e impropriamente aplicada à análise do capitalismo.

No espaço aberto pela rejeição da teoria de renda esboça-se um arcabouço de uma análise da organização espacial da produção mediante uma construção de categorias novas, próprias do capitalismo, tais como *espaço*, localização e preço do solo como forma de pagamento pela localização e parte integrante do preço de produção das mercadorias.

Introdução

Categorias são formas de ser, características da existência.

Marx

É uma noção das mais intuitivas que resulta da experiência de cada dia, que o preço do solo urbano está de alguma maneira ligado à

‘distribuição espacial’ da atividade humana. Mas, para a Economia Política e também para Marx, o preço do solo é a forma ‘capitalizada’ de sua renda e assim, a análise do processo urbano continua sendo dominada, para não dizer obstruída, até hoje pela aderência à teoria de renda. Durante os anos 70 o interesse nessa última estava no auge. No entanto, as numerosas tentativas de aplicação da teoria de renda ao processo urbano fracassaram, enquanto que uma linha crítica, potencialmente mais promissora, e o respectivo debate extingüiram-se sem que tivessem chegado a uma conclusão¹.

O objetivo deste capítulo é alinhar as principais vertentes de uma crítica e de uma interpretação histórica da teoria de renda, que permita a rejeição da teoria de renda, e mostrar que isto é um passo inicial necessário para desobstruir o caminho da análise da organização espacial da produção capitalista. Uma primeira etapa subsequente para a elaboração de um arcabouço teórico da organização espacial propriamente dita está esboçada no próximo Capítulo 5². Mencione-se desde já apenas, para colocar o que será exposto abaixo em contexto, que a rejeição da teoria de renda deve ser seguida de uma etapa dedicada à construção de conceitos básicos tais como espaço e localização, por um lado, e por outro lado, a transformação do processo individual de produção, incluindo o tratamento do capital fixo e circulante. Aí finalmente se pode construir o arcabouço de análise da organização espacial no capitalismo enfocando-se, em um primeiro momento, o preço do solo e a regulação pelo mercado, momento esse que, por suas limitações inerentes, leva necessariamente ao enfoque, em um segundo momento, de uma interpretação da intervenção estatal. Nessa etapa acaba por se revelar a articulação de ambas as instâncias de organização, a saber, regulação pelo mercado e intervenção estatal, através da dialética da forma-mercadoria constituída pelo antagonismo entre as tendências e contratendências para a generalização da produção de mercadorias, assim como para a concomitante reificação das relações sociais, no capitalismo.

Se a questão da teoria de renda tem uma importância óbvia para a questão da organização espacial, a mesma é igualmente relevante e central para outras questões, umas mais, outras menos, ligadas àquela última, tais como o chamado ‘caos’ das cidades e a especula-

ção imobiliária, o problema habitacional, o preço das mercadorias ou a questão da tendência de queda da taxa de lucro, isto é, o próprio desenvolvimento do capitalismo. Assim, mesmo se o motivo inicial em focar a teoria de renda for uma indagação acerca do preço do solo e de seu papel na organização espacial, no prosseguir da crítica o mesmo enfoque inevitavelmente se amplia para abranger algumas das questões fundamentais da produção e reprodução capitalista. Tais questões, no entanto, serão apenas assinaladas aqui, onde nos ateremos principalmente ao primeiro passo para uma análise da organização espacial da produção capitalista, a saber, à crítica e interpretação histórica da teoria de renda em Economia Política.

A transição do feudalismo para o capitalismo na Inglaterra

Na grande luta do século XVII para decidir a quem iria o proveito decorrente da extensão do cultivo que era necessária para alimentar as cidades em crescimento, o povo subalterno (*common people*) foi derrotado tão decisivamente quanto a coroa.

Christopher Hill *God's Englishman*³

O pano de fundo da teoria de renda, assim como da própria Economia Política, é a sociedade que emergiu da Revolução Inglesa após a Restauração da monarquia em 1660. Com efeito, a teoria de renda é inglesa e somente pode ser interpretada tendo em vista as peculiaridades da sociedade que lhe deu origem. Tais peculiaridades, por sua vez, decorrem do modo pelo qual se deu a transição do feudalismo para o capitalismo na Inglaterra.

A transição começa com a conclusão das guerras de dinastias do século XV (as prolongadas ‘Guerras das Rosas’) e que marca a dissolução da ordem feudal naquele país. O período que se segue já pertence a uma nova era. Não houve transformação nas instituições – Henrique VII era rei ao mesmo título que seu predecessor, Ricardo III – mas o longo reinado dos três Tudors corresponde ao nascimento e consolidação *de fato* do Estado-nação burguês. Henrique VII usava chapéu em vez de coroa, empenhava-se na construção de uma poderosa marinha mercante e ao estímulo do comércio e das manufaturas, e governava apoiando-se na burguesia das cidades⁴, política essa seguida também por seus sucessores, de

Henrique VIII a Elisabeth I. A derrota da Armada Invencível de Filipe II pela frota inglesa (1588) foi apenas um marco visível e consequência do dinamismo da nova nação-estado. Em contraste com as monarquias absolutistas a que a crise do feudalismo deu origem na Europa continental, onde se desenvolvia a burocracia estatal que substituíra a classe dominante decadente –dos senhores feudais–⁵, o período Tudor na Inglaterra é marcado pelo fortalecimento ininterrupto da burguesia.

Desenvolvimento capitalista em arcabouço institucional feudal tinha seus limites, naturalmente. Estes se fizeram sentir assim que um monarca menos esclarecido (Charles Stuart I) se resolveu à fútil tentativa de dar marcha a ré e reverter o processo de erosão do poder real. A crise impunha a solução de quebrar as instituições feudais e assentar as fundações do Estado burguês, vale dizer, impunha a revolução burguesa. O modo pelo qual a revolução seria realizada era imposto pela especificidade da trajetória histórica que a precedia, acima esboçada.



A Revolução Inglesa que se desenrola entre a revolta de 1640 e a Restauração (da monarquia, agora sob a tutela do Parlamento) de 1660 tem isso de particular: que a burguesia leva sua luta contra a nobreza sem entrar em aliança com as classes subalternas do campesinato – à diferença, por exemplo, da Revolução Francesa⁶, tida por muito tempo como o próprio modelo de revolução burguesa⁷. A possibilidade de tomar tal curso havia sido aberta à burguesia pelos desenvolvimentos do período Tudor, do qual essa última emergiu suficientemente forte para poder estabelecer sua dominação através da utilização de seus próprios recursos. É bem verdade que ‘homens comuns’ –cultivadores independentes, artesãos, baixo clero, etc.– tomaram parte nas lutas ao lado da burguesia, que no entanto nunca perdeu a *direção* dos acontecimentos. Sempre que esta foi desafiada pelo movimento dos *Levellers* (‘Niveladores’, que propunham a igualdade de todos através da abolição da propriedade privada), como em 1647 e 1649, o movimento era imediatamente sufocado e seus dirigentes executados⁸. Assim, a burguesia inglesa era capaz de conduzir os acontecimentos segundo seus próprios desígnios durante todo o desenrolar da revolução.

Aí reside, precisamente, a especificidade da Revolução Inglesa, e que teve um resultado duplo. Por um lado, o caminho estava livre para a transformação integral do campesinato, servos e cultivadores livres igualmente, em proletariado, constituindo força de trabalho *assalariado* abundante⁹. Para ressaltar esse ponto fundamental, Christopher Hill contrasta as duas revoluções, resumindo a essência da questão:

A Revolução Francesa garantiu a sobrevivência do campesinato na França: a revolução inglesa cuidou de seu desaparecimento na Inglaterra.

Hill, 1970, p. 252

Por outro lado, a vitória da burguesia não sendo tão completa a ponto de aniquilar a nobreza, houve condições para a formação de uma aliança entre as classes dominantes velha e nova, resultando naquilo que tem sido visto como uma espécie de dominação dual da burguesia e dos senhores de terra.

Tal aliança se manteria durante dois séculos, embora com o paulatino fortalecimento da posição relativa da burguesia. É esse o período de gestação e florescimento da Economia Política, a ciência da burguesia *ascendente*. A conquista final da hegemonia pela burguesia no campo institucional através do alargamento do sufrágio de uma base de 220 000 para cerca de 670 000 eleitores pela ‘Reform Bill’ de 1832¹⁰, e que permite assumir o pleno controle da economia (vitória do ‘livre-comércio’ e abolição das barreiras de proteção à produção de cereais – as *Corn Laws*, 1846), vale dizer, a conquista do aparelho do Estado, já marca também o declínio da Economia Política através de sua vulgarização em economia utilitário-marginalista (Mill, Evans, Marshall) – a ciência da burguesia *no poder*.

O conceito de renda em Economia Política

É apenas uma classe lucrando às custas de uma outra classe.

Ricardo¹¹

Assim, em toda a história da Economia Política, pôde permanecer a visão de uma sociedade estruturada em ‘três grandes classes’ a saber, dos capitalistas, dos senhores de terra e dos trabalhadores¹². E a renda, o pagamento por parte do capitalista ao senhor de terra

pelo direito de uso dessa condição de produção, pôde ser elevado à categoria de análise por ser uma relação social, um pagamento de transferência de uma classe – os capitalistas – a outra: os senhores de terra.



Adam Smith

A gênese do conceito de renda capitalista é complementada pelo fato de que a Economia Política herdou o conceito de renda dos fisiocratas. Assim, tanto o conceito de renda, quanto os pressupostos básicos da teoria de renda, decorrem da maneira pela qual Adam Smith efetua a incorporação da categoria ‘renda’ em sua teoria do capital. Ora, Smith já negava à terra o atributo de ser ‘fonte de toda riqueza’, como era tido pelos fisiocratas¹³, atribuindo este ao trabalho, mas conservava a visão – que viria a ser conservada por toda a história da Economia Política – de que a terra é um *recurso natural* e a noção que daí decorre, a saber, que a renda é um pagamento por uma dádiva da natureza ‘monopolizada’ por uma classe. É fácil ver que a mudança operada por Smith corresponde às mudanças sociais ocorridas na Inglaterra. Mais de cem anos após a revolução – *A riqueza das nações* data de 1776 – a hegemonia burguesa estava inequivocamente estabelecida a esta dependia do trabalho assalariado, o que impunha o enunciado da teoria do valor-trabalho. Por outro lado, a presença da classe de senhores de terra na visão da Economia Política trazia com ela a noção da natureza, herdada do feudalismo assim como a própria noção daquela classe.

Em suma: o conceito de renda no pensamento da economia clássica da linhagem Smith–Ricardo–Marx é de que a renda é um pagamento de transferência do excedente do trabalho entre duas classes: dos capitalistas aos proprietários de terra, em troca de direitos de uso desse recurso natural – dádivas da natureza – monopolizado por aqueles últimos enquanto classe.

Essa conceituação corresponde precisamente ao estágio de desenvolvimento das forças e das relações de produção na Inglaterra nos quase dois séculos que se seguem à revolução burguesa naquele país.

Vale salientar o que já está implicado no exposto acima, a saber, que para a Economia Política ‘renda’ não é mera technicalidade¹⁴, mas

é uma categoria fundamental derivada da visão de uma sociedade concreta. Ainda, e como decorrência, que a teoria de renda ocupa uma posição central no arcabouço teórico da Economia Política, sendo relacionada a alguns de seus pressupostos e teses fundamentais, tais como a concepção de equilíbrio, a teoria do valor ou a taxa generalizada de lucro e sua tendência à queda. Antes de passar à discussão desses últimos, vamos considerar por um momento as ‘tecnicidades’, isto é, a forma específica da teoria de renda.

Ricardo e a renda diferencial

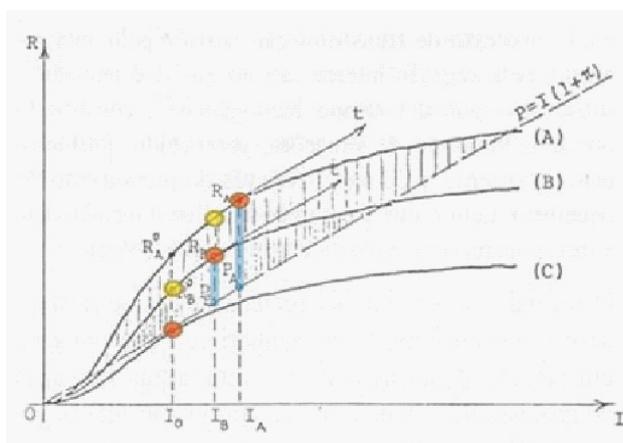
A teoria de Ricardo ostenta assim uma simplicidade encantadora, precisamente por causa da pureza do conceito abstrato (i.é, valor-trabalho) que utiliza e a ingenuidade com a qual o conecta a conceitos mais complexos.

Ben Fine, *Theories of the capitalist economy*

Aos pressupostos fundamentais decorrentes do conceito de renda, tal como é proposto por Adam Smith e exposto acima, somam-se outros que adquiriram sua forma mais depurada – e um tanto simplista – apenas na versão ricardiana¹⁵. São os pressupostos subjacentes de modo explícito ou implícito, à teoria de renda diferencial. Para Ricardo, renda é renda diferencial e é também na forma proposta por Ricardo que a teoria de renda desfrutou do prestígio que teve mesmo após a investida de Marx. *A história da teoria de renda é, de fato, a história da teoria de renda diferencial.*

Ricardo expôs o essencial de sua teoria de renda em seu *Princípios da Economia Política* (1817) de uma forma clara e concisa, e que pode se expor em síntese como segue. Os investimentos em um regime de retornos decrescentes e livre circulação de capitais sobre terras de diferentes qualidades *A*, *B* e *C* definidos pelas respectivas funções de produção são tais que os retornos sobre a última unidade de capital investido – os retornos marginais – são iguais entre si e à taxa média de lucro na economia (figura abaixo). O preço de mercado do cereal (o mesmo em todas as terras, sendo o ‘produto básico’) é o preço de produção¹⁶ na pior terra *C*, onde não há renda. Assim, os capitalistas produzindo nas terras melhores, *A* e *B*, podem – e também devem, devido à competição entre capitalistas pela terra–

pagar as rendas $R_A P_A$ e $R_B P_B$ respectivamente, ficando com um lucro à taxa média π . Renda é assim um ‘excedente de retorno’ acima da taxa média de lucro –às vezes chamada de ‘sobrelucro’¹⁷– que resulta da produção de um mesmo produto (cereal) sobre terras de diferentes qualidades, sobre todas as terras exceto a de pior qualidade. É um resultado das condições naturais da produção e embora ela vá parar no bolso dos senhores, ou proprietários de terra, esses últimos não têm nenhuma participação em sua criação – de fato, no capitalismo, eles foram tão completamente alienados da produção que “o proprietário de terra poderia passar toda sua vida em Constantinopla, enquanto suas terras estejam na Escócia”¹⁸.



Renda diferencial: Funções de produção de três tipos de terra de diferentes fertilidades A, B e C. A parcela do retorno total abaixo de cada curva assinalada pela hachúria é ‘sobrelucro’, acima da linha $R = I(1 + \pi)$, onde P é o retorno sobre o investimento I e π é a taxa média de lucro na economia.

Algumas implicações imediatas da ‘teoria’ e que tiveram sua importância nos debates em que a mesma tomava parte em torno da abolição da ‘Lei dos Cereais’, são, primeiro, que é o preço da mercadoria que determina a renda e não vice-versa (e assim uma maneira de diminuir as rendas seria através da baixa dos preços mediante importação de cereal barato). Segundo, que em a ocupação das terras se processando (naturalmente) das melhores para as piores e a pior terra regulando o preço do grão, o desenvolvimento

da produção leva a uma paulatina elevação do preço dos alimentos e, portanto, dos salários e assim, em última instância, à queda da taxa de lucro. Assim, para Ricardo as condições naturais da produção encerram as causas da tendência a longo prazo da produção capitalista à estagnação. Por último, uma taxação sobre as rendas não acarretaria uma elevação do preço dos alimentos, sendo que seria uma mera dedução das rendas apropriadas pelos senhores de terra e, por esse fato, perdas para o propósito da acumulação.

Os pressupostos da teoria de renda



Havíamos visto que os pressupostos fundamentais da teoria de renda decorrentes do próprio conceito de renda são, primeiro, que renda é o *pagamento por uma dádiva da natureza* – as propriedades produtivas naturais do solo –, e segundo, que a mesma é um pagamento de *transferência de uma classe a outra*, de capitalistas a senhores de terra. A esses pressupostos somam-se outros, específicos à teoria de renda diferencial acima esboçada.

Em primeiro lugar, o pressuposto do *equilíbrio* que permite que todos os capitais estejam, ‘em determinado instante’, nas devidas posições sobre as funções de produção para serem remunerados com o mesmo retorno marginal. Em segundo, o pressuposto da perfeita *fluidez de capitais* que permite que, após uma alteração das condições de produção (como, por exemplo, uma expansão da produção ou introdução de uma nova técnica de produção), um novo equilíbrio possa ser atingido instantaneamente – isto é, os atuais processos de produção possam ser substituíveis pelos novos sem fricção, ou custo, como seria a inutilização do respectivo capital fixo. Em terceiro lugar, o pressuposto da existência de um *produto único*, ou ‘básico’ (na tradição da teoria de renda, grão), cujo preço no mercado unificado¹⁹ estabelece os diferenciais de produtividade das terras de diferentes qualidades – com produtos diferentes produzidos sobre terras de qualidades diferentes, cada qual com seu próprio preço de mercado, a renda diferencial torna-se inconcebível, independentemente de haver ou não pagamento pelo direito de uso da terra²⁰.

Por fim, vale mencionar aquilo que parece ser uma dedução, mas em verdade é um pressuposto, a saber, que *a pior terra não paga renda*. Isso poderia parecer uma questão de somenos importância, ainda que a assunção como tal contradiga o bom senso (já que ninguém cederia o direito de uso de sua terra sem uma contrapartida). No entanto, o mesmo é de fato um pressuposto necessário para salvaguardar não menos que a teoria do valor de Ricardo:²¹ o preço da mercadoria (aqui, o grão), expressão do valor da mesma, e determinado pelo preço de produção na pior terra, não pode incluir um componente que não se origine no trabalho. Daí que a renda é um ‘sobrelucro’ (nem lucro, nem trabalho necessário); mas sobrelucro na pior terra é nulo e assim necessariamente nula é também sua renda.

O conjunto de seus principais pressupostos, assim reunidos, permite-nos efetuar uma avaliação crítica da teoria de renda²², que a seguir esboçamos sumariamente. Tendo em vista que o interesse na teoria de renda deve-se a uma eventual aplicação sua à análise do processo urbano, um critério relevante de avaliação diz respeito à correspondência, ou não, de seus pressupostos às características do capitalismo contemporâneo. O que precede provavelmente já deixa entrever que a teoria de renda dificilmente resistirá a uma crítica por esse critério. A surpresa maior deve ser a descoberta que, na verdade, os pressupostos da teoria de renda nunca tiveram raiz em características concretas de *qualquer* estágio do capitalismo.

Quanto ao pressuposto fundamental de que renda é um pagamento por uma dívida da natureza, poderia parecer razoável na Inglaterra do séc. XVIII – época de nascimento da teoria de renda – quando a principal ‘indústria’ era a agricultura²³ e o teor ‘natural’ das condições de produção parecia predominante. Já a mesma visão carece de qualquer verossimilhança no capitalismo contemporâneo até na agricultura, para não falar das aglomerações urbanas que são espaços historicamente produzidos em que se paga pela terra enquanto localização naquele espaço e não como recurso natural. Mas não é só isso: um exame mais atento revela que de fato nunca se pagou por terra *enquanto* recurso natural, senão enquanto *propriedade privada* o que é certamente um produto social e não um dom da

natureza (haja visto o caso do desafortunado Mr. Peel contado por Wakefield, e recontado por Marx).²⁴

Segundo o outro pressuposto fundamental indispensável ao próprio conceito de renda, essa última é um pagamento de transferência da classe dos capitalistas a uma classe de proprietários de terra, o que implica naturalmente na existência dessa última como uma terceira classe da sociedade capitalista ao lado do proletariado e da burguesia, ou seja, na ‘Fórmula da Trindade’ da Economia Política já referida. Aqui também é inevitável a conclusão de que imaginar a sociedade capitalista em três classes não é somente um erro, hoje evidente, de interpretação histórica e que há um século seria menos evidente²⁵, como também não encontra fundamento na dialética das relações sociais em que capitalistas opõem-se a assalariados e senhores feudais opunham-se (no feudalismo) a servos. Como assinala Rey,

atrás do capitalista, personificação do capital, descobrimos a relação social que o faz agir. Atrás do senhor de terra, personificação da terra, não encontramos nada.²⁶

O primeiro pressuposto auxiliar, específico à teoria de renda diferencial, é, como vimos, o conceito subjacente de *equilíbrio*. Esse não diz respeito tanto a um estágio específico de evolução da sociedade (a uma época histórica específica) quanto a uma visão sobre a natureza dos processos sociais, de fato, a uma visão do mundo. E na visão do equilíbrio, um processo de transformação é um estágio intermediário, transitório entre duas situações de equilíbrio, invertendo-se a polaridade daquilo que *é* (o processo) e daquilo que *não é* (a situação). É precisamente o conceito de equilíbrio que está atrás da posição de Ricardo, que Marx criticou por seu caráter a-histórico. O processo de transformação movido pelo antagonismo, pela negação interna: aquilo que *é*, é anulado e substituído por um tempo homogêneo²⁷, constituído por uma sucessão de situações, preenchido, portanto, pelo inexistente: pelo *nada*. Através do pressuposto do equilíbrio, tudo o que se oferece à análise é o nada, deixando o terreno livre para a produção de ideologia.

O segundo pressuposto, da *perfeita fluidez de capitais*, decorre do pressuposto do equilíbrio e é precisamente um exemplo de anulação do concreto (a transformação do processo de produção) e sua

substituição pela ficção do equilíbrio ('estados' tecnológicos de geração espontânea). É assim que o processo de substituição de técnicas de produção, ou seja, a obsolescência das técnicas e o próprio progresso técnico, nunca pôde ser satisfatoriamente analisado em teoria econômica. A melhor tentativa, na corrente neoclássica, é provavelmente Salter (1960). Mas seu conceito subjacente de equilíbrio em que taxa de retorno, taxa de lucro e taxa de juros se confundem, leva Salter à tentativa de construir um modelo de 'equilíbrio móvel', do qual os processos cruciais de desvalorização e crises ficam excluídos. Assim, as correntes de teoria econômica, sejam elas marxistas ou vulgares, continuam sem instrumento de análise da transformação do processo individual de produção, seu capital fixo e capital circulante, precisamente devido à presença do pressuposto da perfeita fluidez de capitais. É desnecessário dizer que tais teorias não podem servir de base a uma análise da transformação do uso do solo²⁸ – sendo essa última nada mais do que a transformação de um processo de produção (ou de reprodução) –, vale dizer, do movimento elementar da organização espacial da produção.

Finalmente, quanto ao último pressuposto da teoria de renda diferencial, a saber, do *produto único*, ou 'básico', já foi mencionado que o mesmo não leva senão a uma indefinição na alocação de uma localização entre dois usos competidores. Também já foi assinalada a inconsistência daí decorrente para a teoria de renda (diferencial), que não pode admitir que a renda entre no preço do produto. Assim acrescentemos apenas que se pelas razões acima o pressuposto do produto único é inaceitável mesmo para uma análise da Inglaterra pré-revolução industrial, o mesmo torna-se irrisório para a análise do processo urbano contemporâneo, em que o fato crucial é precisamente a *diferenciação* do espaço e a diversificação dos usos na medida que a divisão social do trabalho se aprofunda²⁹.

É fácil ver que a crítica de qualquer um dos cinco pressupostos aqui examinados fornece uma razão suficiente, mesmo tomada isoladamente, para uma rejeição da teoria de renda. O quadro completo pode ser resumido como segue.

No estágio primitivo do capitalismo, a categoria de renda feudal foi transposta para a análise do capitalismo pela Economia Política, junto com o fantasma da classe de senhores de terra, a saber, os proprietários de terra. Membros dessa classe detêm um suposto monopólio de algumas dádivas da natureza – inclusive, da terra – renda sendo o pagamento pelo uso dos “poderes produtivos” da terra extraído por seus donos aos capitalistas. Tendo sido identificada com essa categoria fictícia, a renda da terra foi então analisada sob o pressuposto do equilíbrio (como na teoria de renda diferencial de Ricardo). Pelo fato desse último, por sua vez, implicar em perfeita fluidez de capitais (permitindo a transição de uma situação de equilíbrio a outra sem custo), a teoria de renda não pode sequer abordar a questão da transformação do uso do solo onde o fato crucial é a rigidez de capitais materializados em processos concretos (individuais) de produção³⁰.

Para se formar uma idéia de pleno peso das limitações da teoria de renda, lembremos ainda que marginalismo é precisamente sua generalização para a economia como um todo³¹ – mas isto nos leva ao próximo tópico. A saber, à questão de, posta a extrema fragilidade de seus pressupostos, qual a razão do inegável e indisputado sucesso de que a teoria desfrutou desde sua promoção por Ricardo até recentemente, isto é, por mais de um século e meio? A resposta a essa questão reside naturalmente, não em alguma análise mais pormenorizada da teoria, senão em uma interpretação histórica da época específica em que tal sucesso prevaleceu.

O sucesso de Ricardo

Não é aberrante, mas necessário, que a debilidade teórica do pensamento (autoritário) seja solidária com sua eficácia prática.

Marilena Chauí³²

“Ricardo – escreveu Keynes – conquistou a Inglaterra tão completamente quanto a Santa Inquisição conquistou a Espanha.” Isso é inteiramente verdade, no entanto o fato assinalado tem razões mais específicas do que “um complexo de conveniências na doutrina para o meio no qual o mesmo foi projetado” que aquele mestre

da prestidigitação propôs hipoteticamente³³. Os contornos de tais razões já estão traçados no que precede, propomo-nos aqui apenas a uma breve recapitulação das mesmas.



Ricardo

No tempo de Ricardo a ‘revolução industrial’ já estava em seu auge. A indústria inglesa em que agora predominava a manufatura, construída em um século e meio atrás das barreiras protecionistas³⁴ implantadas desde a revolução de 1640-60, era a única indústria mecanizada do mundo e com uma capacidade de produção até então inimaginável que só poderia continuar a crescer através da conquista de mercados externos. Nestas condições, a política protecionista tradicional tornou-se obsoleta. A proteção à indústria manufatureira era simplesmente supérflua já que essa detinha ampla superioridade técnica em relação à indústria de qualquer outro país. Já a proteção à agricultura tornou-se francamente prejudicial para o capital industrial, por duas razões. Primeiro, porque mantendo o preço do cereal alto, obrigava à elevação dos salários para cobrir os custos de subsistência do proletariado que, naturalmente, incluem a alimentação – e, também para Ricardo, os salários são uma ‘dedução’ dos lucros³⁵. Segundo, porque se a indústria inglesa estava pronta para exportar seus produtos mundo afora, protecionismo nos demais países era um obstáculo a isso, e a Inglaterra não podia razoavelmente esperar que seus parceiros comerciais levantassem as barreiras protecionistas *deles*, enquanto ela mesma mantinha suas próprias, situação essa da qual Metternich produziu um resumo cristalino ao dizer para o representante britânico em Viena: “Compremos nosso trigo e nós compraremos vossas manufaturas”³⁶.

Os objetivos do capital estavam assim claramente definidos e se tornaram ainda mais prementes em meio à recessão que seguiu a conclusão das guerras napoleônicas (1815), que deram um estímulo extraordinário à grande indústria. Para completar o quadro em que a burguesia teria de operar para alcançar aqueles objetivos, resta esboçar a configuração das forças sociais em que tal processo se desenrolaria.

Havíamos dito que o período de dois séculos a contar da revolução inglesa era caracterizado pela ascensão ininterrupta da burguesia. Isso não significa dizer que a mesma ascensão tivesse se dado seg-

undo uma trajetória linear e uniforme, ou na ausência de resistência dos trabalhadores a sua submissão à condição de assalariados; apenas que *em última instância* a burguesia acabou sempre prevalecendo em sua luta para remover os obstáculos em seu caminho. Particularmente turbulento no referido período foi precisamente sua fase final, entre Waterloo (1815) e as revoluções européias de 1848, em que a burguesia estabeleceu seu controle político direto e implantou as modificações na política econômica em seu interesse. A luta pelo poder político foi conduzido em meio a intrincadas e efêmeras combinações entre classes e frações de classe, cuja interpretação desafiava a própria historiografia inglesa tradicional³⁷. Uma das características principais desse período de transição compondo sua complexidade ‘desconcertante’ é que como resultado da revolução industrial, a iniciativa e liderança da burguesia estava passando dos mercadores aos industriais e que os primeiros estavam usualmente ao lado dos senhores de terra. Uma outra é que, em sua luta pelo poder institucional, a burguesia tentou arregimentar – com sucesso – a classe operária a seu lado. Para esse efeito, de todas as medidas que comporiam a legislação de ‘livre comércio’, a abolição da ‘Lei dos Cereais’ foi erigida como bandeira (combate à carestia, etc.) para angariar suporte popular, enquanto generosos fundos eram canalizados para financiar a panfletagem, transporte, etc, necessários para os movimentos de massa. Assim que a ‘Reform Bill’ foi aprovada (1832), essa ‘aliança’ foi rompida – o operariado ficou excluído do direito eleitoral –, mas a mesma explica a intensidade da agitação operária durante as primeiras décadas do século XIX, desproporcional para as relações de força prevalecentes entre o operariado e a burguesia³⁸.

Nessas condições, a abolição da *Lei dos cereais* tornou-se a pedra angular de toda a política de livre comércio e colocou os acalorados debates contemporâneos em termos de uma oposição entre ‘senhores de terra’ e ‘burguesia’. A teoria de Ricardo fornecia farta munição e uma arma eficaz para o lado dos abolicionistas. Além de apresentar argumentos para o rebaixamento do preço do cereal e assim a favor do desmantelamento das barreiras protecionistas, justificava a imposição de taxas sobre a renda, recuperando parcela dessa última para o controle do capital. Ainda, e numa perspectiva mais ampla, ao situar no aumento da renda a causa da tendência

de queda da taxa de lucro, ressaltava o conflito de interesses entre proprietários de terra e capitalistas ao extremo: se a pressão do preço do trigo sobre os salários era um fardo no presente, a mesma tornava-se uma ameaça fatal a longo prazo para a própria existência do capitalismo.

Ricardo estava, portanto, do lado progressista e vencedor – é nesse sentido que ele “tinha razão, tanto do ponto de vista prático quanto do ponto de vista histórico”³⁹ e aí residem as razões de seu imenso prestígio frente ao qual as eventuais fraquezas de sua teoria podiam ser facilmente silenciadas e perdoadas. Na verdade, aquilo que na crítica acima esboçada aparece como a mais grave das fraquezas da teoria de renda, a saber, o pressuposto de retornos marginais iguais – que implica, por sua vez, o pressuposto do equilíbrio e imprime o caráter a-histórico à teoria de Ricardo –, estava longe de ser percebida como uma ‘fraqueza’ teórica pela burguesia industrial. Devido àquele pressuposto a renda aparece como se surgisse independentemente da vontade dos proprietários de terra, sendo uma decorrência da própria produção, da ‘ordem natural das coisas’. Ricardo nunca sequer aludiu à abolição das rendas, discutindo apenas o nível das mesmas, advogando sua diminuição e taxaço.

Essa característica de sua teoria permitiria mais tarde, após a vitória do capital industrial sobre os senhores de terra – ver também nos lucros uma simples consequência da produção *em geral* e não da produção capitalista em particular, assim como orientar a discussão entre trabalhadores e capitalistas para se manter nos confins de uma disputa sobre os *níveis* de salário, sem questionar a relação salário/capital mesma. Como se sabe, foi precisamente o que ocorreu com a referida generalização da teoria de renda para a economia como um todo pela economia neoclássica.

Assim, se o fato de que a teoria de renda de Ricardo fornecia uma justificativa para duas importantes medidas econômicas – a saber, a abolição da *Lei dos cereais* e a taxaço sobre a renda – no interesse da burguesia contra os senhores de terra, tornava a teoria bastante atraente para a burguesia ascendente, o fato de ter logrado isso sem pôr o papel dos proprietários de terra na produção e distribuição do excedente em contornos demasiadamente nítidos ou em

perspectiva histórica, tornava essa teoria ainda mais atraente, e sua fraqueza teórica acabou por constituir mais uma das razões de seu sucesso.

Marx e a teoria da renda

... eu ainda não vejo a transição dialética de propriedade em terra para trabalho assalariado claramente.

Engels, *Carta para Marx*, 9 abril 1858



Ortodoxia em marxismo hoje refere-se quase exclusivamente à questão do método.

Lukács

Em vista do peso e da natureza da avaliação crítica da teoria de renda precedente, cabe aqui ainda uma nota sobre uma questão que se levanta inevitavelmente: como se deu que Marx, que se propôs à *crítica* da Economia Política, tenha acabado por aceitar e incorporar a categoria ‘renda’ e a classe de proprietários de terra em sua análise, tendo procedido apenas a modificações menores na ‘teoria’ de renda.

Várias abordagens se propõem aqui e nós nos ateremos abaixo a apenas uma delas. Assim, deixaremos de lado uma análise das contradições contidas nas perto de 500 páginas que Marx escreveu sobre a renda, ou a discussão da renda absoluta e sua relação com a teoria do valor⁴⁰. Vale lembrar, no entanto, inicialmente, a natureza das fontes que contêm o grosso dos escritos de Marx sobre renda. O terceiro volume do *Capital* foi editado por Engels onze anos após a morte de Marx partindo de um mero esboço⁴¹ datado de 1865, enquanto que *Teorias da mais-valia* é efetivamente uma série de cadernos de notas tomadas no período 1861-3. Marx mesmo, não chegou a editar uma linha sequer sobre a teoria de renda, fato esse freqüentemente ignorado e que deu origem a numerosas interpretações apressadas e inadvertidas⁴².

O fato inescapável é que o estágio de evolução do capitalismo em seu tempo não permitiu a Marx ver que ao perseguir a análise da renda e da propriedade em terra por uma classe, na verdade ele

estava se debruçando sobre coisas do passado. Por volta de 1865 as transformações se aceleraram com o advento da Grande Depressão e Marx abandonou de vez essa linha de investigação, preparando-se para começar um novo estudo sobre renda que afinal não pôde realizar⁴³. No entanto, mesmo que as condições históricas não fornecessem uma base para Marx refutar a teoria de renda e abandonar a própria categoria renda – e o que é o mesmo, a classe de proprietários de terra⁴⁴ –, a lógica dialética impunha exatamente isso: *na medida* em que o modo capitalista domina a produção (*Capital III:614*), não havia lugar em sua análise para categorias correspondentes a relações baseadas em modos de produção pré-capitalistas eventualmente sobreviventes. Análise histórica deve seguir não somente a observação, senão também a lógica dialética. Essa necessidade, se não levou Marx a rejeitar de uma vez a categoria renda, o conduziu a uma alteração de vulto de toda a estrutura projetada de *Capital*. É esse filão que vamos explorar abaixo.



Quando em 1857 Marx estruturou o trabalho que pretendia escrever sobre Economia Política, ele previa uma seqüência de seis livros. Os três primeiros corresponderiam às três classes da sociedade (capitalista) de acordo com a ‘Fórmula da Trindade’ já referida e incontestemente em Economia Política, sendo:

I Sobre capital

II Sobre a propriedade em terra

III Sobre o trabalho assalariado

Esses seriam seguidos por outros três (*IV Sobre o Estado*, *V Sobre o comércio exterior* e *VI Sobre o mercado mundial e crises*) correspondendo a níveis sucessivos de expansão do processo de produção capitalista às escalas nacional, internacional e mundial respectivamente, a última sendo o próprio limite da expansão e por esse fato, a mesma leva à questão das crises, que também incluiria. À primeira vista tal plano parece ser tão bom quanto concebivelmente pode ser. Parte-se das forças sociais que se confrontam no processo de reprodução social e a seguir passa-se a explorar os limites do mesmo processo. No entanto, em 1865 Marx introduziu uma modificação – que se tornaria final – e os seis livros foram

reduzidos a um, sendo:

Capital

Esse único livro sobre capital era para ser dividido em três volumes, segundo níveis decrescentes de abstração, a saber, capital em si, muitos capitais e formas concretas de (re)produção, respectivamente:

- Vol. I O processo de produção do capital,
- Vol. II O processo de circulação do capital,
- Vol. III Formas do processo como um todo,

seguidos por um quarto volume (que se tornaria conhecido como *Teorias da mais-valia*):

- Vol. IV A história da teoria,
dedicado a uma interpretação histórica da Economia Política.

Trata-se obviamente de uma alteração substancial e que tem atraído surpreendentemente pouco interesse. Ainda assim, a questão foi levantada de quando em quando e Rosdolsky (1967), de sua parte, dedicou a ela o segundo capítulo de seu *The making of Marx's Capital* que fornece uma valiosa abordagem como ponto de partida. O nosso próprio interesse aqui será especificamente o importe da alteração para uma avaliação da crítica de Marx da teoria de renda.

No que concerne o conteúdo específico de ambos os projetos, a alteração equivale ao abandono (ou postergação?) dos Livros IV-VI do primeiro esboço, à incorporação do Livro II (sobre propriedade em terra) na Parte VI do Vol. III do *Capital* na forma *reduzida* de 'Renda do solo capitalista', e à inclusão do material do Livro III (sobre trabalho assalariado) no Vol. I⁴⁵. Finalmente, o Vol. IV é um acréscimo em relação ao plano original.

Quanto a uma interpretação da alteração, começemos com um breve relato da discussão do próprio Rosdolsky (*op. cit.* p.23-55). Rosdolsky mesmo refere-se primeiro a uma interpretação proposta por *Grossman* (p.23) de quem ele cita uma passagem conclusiva:

Enquanto que a articulação do esboço de 1858... é, do ponto de vista do mate-

rial a ser trabalhado..., a estrutura da obra no esboço final é do ponto de vista do conhecimento...⁴⁶

A seguir ele relata que Behrens, em meio a ‘severas críticas’ a Grossman,

acaba de fato vindo com isso –de novo, reproduzindo sua citação–: “Se Marx originalmente partiu de um ponto de vista externo... e seguiu a classificação tradicional em Economia até então, ele agora construiu sua obra (isto é, segundo o esboço modificado) de acordo com uma abordagem rigorosamente científica.”(p.24)

Comparada à de Grossman, diz Rosdolsky prosseguindo, “é evidente que a explanação de Behrens se lhe assemelha exatamente”. Com isso só podemos concordar, mas então o próprio Rosdolsky toma um caminho surpreendente. Por sua vez, ele dirige ‘severas críticas’ a ambos, Grossman e Behrens, por suas “tentativas superficiais” baseadas em uma “passagem (de Marx) interpretada arbitrariamente” (p.25) e por efetivamente subentenderem que “o abandono desse (isto é, do velho) esboço significava o rompimento do que era essencialmente uma casca da Economia Vulgar, que havia aprisionado Marx até 1863!” (p.24). Aí segue uma longa preparação para sua própria conclusão. É bem verdade que a mesma também constitui uma dissecação extremamente cuidadosa da luta de Marx com a conceituação do papel da classe de senhores de terra e com a crítica da ‘Fórmula da Trindade’, e também, uma colocação da questão em uma forma das mais pertinentes:

... como enfatiza o próprio Marx, a “transição do capital para a propriedade em terra” deve ser entendido em um sentido duplo – tanto dialeticamente quanto historicamente (p.36)

No entanto, quando Rosdolsky finalmente propõe sua própria explicação (“Uma coisa é certa. Não são as razões sugeridas por Grossman e Behrens! Em vez...”), o que lemos vem como uma surpresa ainda maior em vista do que o precedeu:

(Em vez) a alteração do esboço pode ser explicada por razões... que uma vez que Marx cumpriu a parte mais fundamental de sua tarefa –a análise do capital industrial– a estrutura anterior de sua obra, que havia servido como meio de auto-esclarecimento [selfclarification], tornou-se *superflua*. (p.53)

Em outras palavras, Rosdolsky apresenta, por uma *terceira* vez, o mesmo argumento de Grossman e Behrens.

Na verdade, o argumento é correto num certo sentido, mas também é incompleto. Ele reproduz a contradição de Marx entre as compreensões histórica e dialética da transição do feudalismo para o capitalismo, mas não consegue resolver a contradição porque recua ante a decisão entre a aparência da existência histórica, * em capitalismo pleno, de uma classe de senhores de terra e a necessidade dialética da recusa, ao mesmo tempo, de sua existência.

* Mesmo essa aparência se refere à Inglaterra apenas (cf. também adiante).-N.do A, 2001.

Eis aqui a origem das contradições no tratamento de Marx da teoria de renda referidas anteriormente, muito mais do que em seu caráter inacabado. No entanto, a investigação das razões da alteração, em que a lógica dialética impôs a eliminação da propriedade em terra da estrutura de *Capital*, mostra a extensão do caminho percorrido por Marx em direção ao reconhecimento da extinção da classe de senhores de terra e de que a teoria de renda tornou-se obsoleta. É verdade que a mesma lógica operou a eliminação também do trabalho assalariado *como um elemento separado* da estrutura, mas enquanto o trabalho foi deslocado para o centro da análise para formar em conjunto com o capital – em uma ‘unidade dos opostos’ – o *core* e núcleo mesmo do *Capital*⁴⁷, a propriedade em terra ficou relegada ao limbo das formas concretas do ‘processo como um todo’. Tal modificação, e em particular, o afastamento da propriedade em terra do centro da análise permite a interpretação de que, em verdade, o método de Marx levou a melhor sobre ele mesmo. Em toda probabilidade, Marx estaria longe de ver na vitória de seu método uma derrota sua.

Epílogo

Expostas as limitações da teoria de renda à luz da crítica, compreendidas as razões de seu prestígio através de uma interpretação histórica, e concluído que a mesma sempre foi um instrumento de produção de ideologia e não de conhecimento, a rejeição da teoria de renda torna-se a um tempo possível e necessária.

Esse resultado é também o ponto de partida para uma investigação da organização espacial da produção capitalista em que terra, enquanto recurso natural, dá lugar à localização em um espaço social-

mente produzido. ‘Localização’ e ‘espaço’ só adquirem especificidade enquanto suporte às atividades econômicas e, inversamente, as leis econômicas que governam a produção e reprodução social permanecem incompletas a não ser que levem em conta, desde sua inepção, a dimensão espacial da economia⁴⁸.

Tal determinação recíproca entre o ‘espacial’ e o ‘econômico’ é integrado, dentro do processo urbano, através do pagamento por localização no espaço urbano, uma condição necessária a toda atividade econômica. Isto leva a investigação a se centrar sobre o preço da terra, a forma predominante em que o pagamento por localização se materializa no capitalismo contemporâneo.

A essência do capitalismo é a generalização da forma-mercadoria dentro das limitações geradas pelo próprio processo de imposição dos valores de troca sobre os valores de uso. Assim em economias capitalistas a regulação da produção se dá por uma combinação das ‘leis’ do mercado e da intervenção do Estado, sendo postulada a primazia do primeiro. A compreensão do processo de produção depende de uma teoria analítica que dá conta da regulação pelo mercado, combinada com uma interpretação histórica que dê conta da intervenção estatal.

Pelo fato de a produção do espaço escapar a sua mercadorização⁴⁹, a inclusão do enfoque sobre a organização espacial na análise do capitalismo põe em evidência a dialética da forma-mercadoria como método privilegiado de interpretação da evolução histórica do capitalismo. Uma economia não pode ser completamente mercadorizada, nem as relações sociais podem ser completamente reificadas. A totalidade da vida reemerge do processo urbano inevitavelmente e de certo modo triunfalmente: ela se reimpõe contra o fetichismo da forma-mercadoria.

Notas

(1) Entre as tentativas de aplicação, veja-se por exemplo Lojkine (1971), Alquier (1971), Lipietz (1974), Edel (1975) e Broadbent (1975), enquanto que para a crítica e debate, veja-se Ball (1977), Murray (1977-8), Fine (1979), Ball (1980)

e Fine (1980b). O primeiro desses grupos é dominado pela escola francesa (de tendência estruturalista), enquanto que o segundo é domínio do ‘renascimento marxista’ da Inglaterra.

Não há menção aqui à produção brasileira nesse campo, pela simples razão de que esta apresentação é resultado de pesquisa conduzida no exterior e da correspondente falta de familiaridade minha com a mesma. Não obstante, e sem que isto seja uma crítica específica a qualquer contribuição particular, parece-me que se pode afiançar que a controvérsia sobre a teoria de renda no Brasil é marcada por um amplo predomínio da influência francesa e predomínio absoluto da ortodoxia em relação à teoria de renda mesma.

- (2) Uma exposição mais completa encontra-se em minha tese de doutoramento (Deák, 1985), mas os capítulos desta *Parte II* resumem as principais etapas da mesma.
- (3) Hill (1970):251.
- (4) Morton (1938):174ss. “Henrique VII, fundador da nova monarquia, era uma figura simbólica no sentido completo do termo... Homem de negócios capaz, ... ele era a encarnação viva de todas as virtudes e vícios da pujante burguesia que prosperava sob a proteção do regime Tudor e a cujo apoio esse último devia sua estabilidade” (*op.cit.*, p.174-5).
- (5) Veja-se, por exemplo, o clássico de Perry Anderson, *Linhagens do Estado absolutista*, Anderson (1974).
- (6) A aliança da burguesia com o campesinato contra a aristocracia na Revolução Francesa (além de Hill, 1970, já citado, vide também por exemplo, Morton, 1938:238 ou Soboul, 1965:21,155,160) teve a consequência de longo alcance que o pequeno agricultor permaneceu uma classe numerosa na França após a Revolução, o que por sua vez impediu a formação de um proletariado abundante, razão pela qual nesse país o capitalismo nunca chegou a seu pleno desenvolvimento.
- (7) A própria historiografia inglesa escamoteou (por razões similares àquelas discutidas em conexão com o sucesso de Ricardo, abaixo) a transição feudalismo–capitalismo, atribuindo a gênese do Estado burguês à geração espontânea ocorrida na ‘Gloriosa Revolução’ de 1668, num movimento semelhante ao da historiografia brasileira que ‘produziu’ a Revolução de 30 (vide de Decca, 1975). A ‘descoberta’ da Revolução Inglesa é relativamente recente e data dos anos 1930. Ainda em 1942, o historiador marxista Christopher Hill sentiu a necessidade de demonstrar que *houve* uma revolução inglesa, e que a mesma *não* ocorreu em 1668 (Hill, 1940).
- (8) Hill (1970): 86ss, 105. Em particular, os cercamentos prosseguiram durante e após a Revolução, privando os camponeses de seu meio de subsistência e forçando-os a se submeter ao assalariamento.
- (9) A importância deste fato para o desenvolvimento do capitalismo é resumida por Marx em uma frase só: “Acumulação é o crescimento do proletariado” (*Capital I* :576).
- (10) Morton (1938): 392. O ‘alargamento’ da base eleitoral de 220 000 para 670 000 eleitores, em uma população de 14 milhões de habitantes pode parecer irrisório. No entanto, o mesmo era o suficiente para incluir os capitalistas e seus partidários da classe média, que assim conquistaram uma representação majoritária no Parlamento.



Henry VII

- (11) Ricardo (1817):40n.
- (12) Visão essa compartilhada inclusive por Marx, que se propôs à crítica da Economia Política. Falta espaço aqui para uma discussão das razões de porque foi Marx incapaz de se livrar da visão de três classes sociais – e da própria teoria de renda –, mas veja-se Deák (1985), especialmente ‘2.4. Marx and the class of landowners’, p. 58ss, onde se interpreta também uma contribuição de Rey (1973) que critica a concepção de uma sociedade capitalista estruturada em três classes. Alguns elementos relacionados a essa questão encontram-se na seção 6 adiante.
- (13) A visão dos fisiocratas nutria-se no feudalismo burocrático das sociedades das monarquias absolutistas, em que a principal fonte de excedente era a renda feudal (isto é, extraída do trabalhador diretamente do senhor da terra). Abstraídas as instituições feudais que impõem o trabalho servo, confundidas com a ‘ordem natural das coisas’, a apropriação do excedente depende do controle da terra e esta última aparece como a própria ‘fonte’ de riqueza.
- (14) À qual foi reduzida com o eclipse da Economia Política e notadamente, na linha neo-ricardiana e baseada na reconstrução de Sraffa (Sraffa, 1960). Na formação de Sraffa renda não é mais que um resíduo decorrente de operações algébricas efetuadas sob a égide da equalização da taxa de lucro em condições de equilíbrio, fertilidade diferenciada e demais pressupostos da renda diferencial (discutidos adiante, na seção *Ricardo e a renda diferencial*).
- (15) Ricardo elaborou uma teoria de renda mais pormenorizada e mais consistente do que Smith, ao preço de uma simplificação considerável. Sobre o caráter simples, e até simplista, da teoria de Ricardo quando comparada com aquela de Smith, veja-se a interpretação de Ben Fine:
- ‘Devido à amplitude de seus conhecimentos e o desejo de comparar e contrastar estágios diferentes e desenvolvimento da sociedade e as forças que deram origem à transição de um estágio a outro, Smith se apóia sobre um vasto cabedal de ... material histórico... como um meio de colocação e de resolução de problemas teóricos. Aqui reside um contraste total com Ricardo. Muito embora Ricardo pretende aplicar sua análise às questões importantes da época, em relação à taxação e livre comércio, o que é crucial é a exigüidade das fontes subjacentes à teoria de Ricardo. (...) A teoria de Ricardo ostenta assim uma simplicidade encantadora por causa da pureza do conceito abstrato (a saber, do valor-trabalho - C.D.) que ele utiliza e a ingenuidade com a qual o conecta a conceitos mais complexos, como se, ou na esperança que, os mesmos não fossem mais complexos.’ (Fine, 1982:22).
- (16) Preço de produção: custo de produção mais lucro à taxa média. O preço de mercado é determinado pelas condições de produção na pior terra: se o preço fosse menor, ali não poderia haver produção e a quantidade total de cereais produzidos na economia cairia. Inversamente, para um aumento da produção, é necessário um aumento do preço de mercado para igualar o preço de produção sobre novas terras ainda piores - a razão mesma, para Ricardo, da tendência de queda da taxa de lucro com o desenvolvimento do capitalismo (vide ainda abaixo).
- (17) Um péssimo nome para uma quantia que nunca existirá <i>enquanto lucro</i>, senão sempre somente enquanto renda.
- (18) *Capital III*: 618. Marx –como também Ricardo– estava empenhado em apresentar o proprietário de terra no capitalismo como um parasita –por oposição ao capitalista, esse “funcionário indispensável da produção capitalista”, que “não apenas ‘deduz’ ou ‘rouba’, mas assegura a produção de mais-valia e assim

- primeiro ajuda a criar aquilo que será deduzido”. “Marginal Notes on Adolf Wagner”, *cit.in* Rosdolsky, 1967:31-2.)
- (19) O rompimento dos limites de mercados até então separados e sua amalgamação em um mercado unificado é um dos processos fundamentais da gênese do capitalismo (veja-se Merrington, 1975) assim como, vale adiantar, da constituição do próprio “espaço” (Deák, 1985:99ss, aqui, Capítulo 5).
- (20) Ricardo cala sobre “outros produtos” e Marx subscreve à noção de Smith segundo a qual (“Adam Smith – e isso é de seus méritos... já demonstrou que ...”, *Capital III:767*) um outro produto (por exemplo, gado) deveria simplesmente pagar a mesma renda por uma determinada terra que a renda diferencial ali determinada pelo produto ‘básico’ (geralmente, grão). Pode-se demonstrar facilmente que tal condição é insuficiente, mesmo mantidos os pressupostos de equilíbrio e de perfeita fluidez de capitais, para levantar uma indefinição quanto à alocação dessa terra entre os dois produtos em questão (isto é, gado e grão). Observe-se ainda que nesse caso (isto é, para produtos não-básicos) a renda é determinante do preço do produto, à diferença do que ocorre com o produto básico – uma possibilidade que tanto Ricardo como Marx negam enfaticamente, em função de suas respectivas ‘teorias do valor’ (Deák, 1985:55ss).
- (21) *Theories of Surplus Value II:129*. Veja-se também nota anterior, *in fine*.
- (22) Note-se que a crítica de uma teoria que desfrutou de amplo prestígio durante séculos passa necessariamente por seus pressupostos. Alguém observou que eventuais falhas de lógica, dedução e, portanto, de coerência interna são certamente detectadas logo nos primeiros anos de vida de uma teoria nova. A teoria de renda não é exceção a essa regra e seus pontos críticos estão nas suposições sobre as quais o arcabouço teórico é erguido, e não tanto no arcabouço em si.
- (23) Esta respondia, antes da Revolução Industrial, por quase metade do produto nacional (Deane & Cole, 1967:157).
- (24) Wakefield era um ‘teórico’ e principalmente um advogado da colonização nos anos 1830. Mr. Peel, na Inglaterra um capitalista, desembarcou na Austrália com máquinas e equipamentos no valor de 50 000 libras esterlinas, junto com 3 000 trabalhadores, para montar uma fazenda. No entanto, algumas semanas depois, encontrava-se sem um servidor para lhe amarrar os sapatos... (*Capital I:717*). Na Austrália, a terra era um recurso natural e até mesmo os despossuídos podiam cultivá-la, pois que isso não implicava em pagamento algum; fato que lhes permitia, precisamente, escapar da condição de assalariamento. –Coitado do Mr. Peel– ironiza Marx, –havia levado os meios de produção à Austrália, mas esqueceu de importar também as relações capitalistas de produção.
- (25) Vide também adiante, na seção sobre Marx.
- (26) Rey (1973):55. Essa contribuição significativa de Rey foi largamente ignorada, devido provavelmente ao uso que ele fez da mesma, a saber, utilizá-la em sua concepção realmente problemática de articulação dos modos (capitalista e feudal) de produção, aliado a sérias fraquezas em suas interpretações históricas e o fundo estruturalista (mais tarde reconhecido) de seu pensamento.
- (27) Os conceitos de tempo e de história, como em Chauí (1978):24 ss.
- (28) Para uma análise da transformação do processo individual da produção, e dessa sobre a localização dentro do espaço urbano, veja-se Deák (1985) Capítulos 5 e 7, respectivamente.

- (29) No entanto, como já mencionado, a rejeição desse pressuposto torna sem sentido o próprio conceito de renda diferencial. Daí que, nas tentativas de aplicação da teoria de renda à análise urbana, era mister encontrar nas aglomerações urbanas um ‘produto único’, algum equivalente ao cereal da teoria de renda. Tendo reconhecido corretamente o problema, Lojkin (1971) propôs que o produto básico urbano é a construção (o edifício), o que também resolveria o problema da renda absoluta, já que a indústria da construção tem tradicionalmente uma composição orgânica de capital notoriamente baixa e provavelmente abaixo da média. O exemplo de Lojkin mostra a que extremos se pode chegar ao se querer aplicar a teoria de renda à análise urbana a todo custo.
- (30) Da mesma maneira, a Economia Política não dá conta da transformação do processo individual de produção. Mesmo em Marx e não obstante a sugestão correta contida no conceito de desvalorização, o tratamento de capital fixo/circulante é totalmente ausente. Engels inseriu, é verdade, no terceiro volume de *Capital* o seguinte: “A única distinção essencial em seu capital que se impõe no capitalista é aquela de capital fixo e circulante” (p.75); mas essa observação e o exemplo numérico que segue (onde, diga-se de passagem, o preço do solo entra como capital fixo e no preço do produto) permanecem referências isoladas.
- (31) Vide Fine (1980a):145ss.
- (32) Chauí (1978):31. Meus parênteses.
- (33) Keynes (1936): 32-3. A explicação citada — onde se reconhece o estilo peculiar de Keynes, para quem o capitalismo é “a economia como a conhecemos” (*op. cit.*, 232) e capitalista é empresário ou ‘rentista’ — é introduzida por “deve ter sido”. ‘Prestdigitação’, que poderia também ser ‘malabarismo’, é uma tradução livre da expressão ‘Kaleidics’ cunhada por Shackle em seu livro *Keynesian Kaleidics*, University Press, Edinburgh, 1974.
- (34) Hill (1967):181 ss. É surpreendente quão geralmente tem esse primeiro estágio do capitalismo, restrito basicamente à Inglaterra, sido chamado de capitalismo concorrencial ou de livre-comércio, quando no período de dois séculos assim designados (a ser seguido pela Grande Depressão de 1875-95 para daí emergir um estágio “monopolista”), a Inglaterra seguiu uma política de livre-comércio por apenas três décadas, a saber, a partir de 1846.
- (35) Observe-se que, na verdade, trata-se nada mais que de interesses conflitantes entre frações de capital em diversos ramos industriais, e mais especificamente, entre uma indústria ‘velha’ e indústrias mais novas. Situações análogas se produzem constantemente, variando apenas os ramos industriais. Hoje, por exemplo, a indústria de aço é uma indústria ‘velha’ necessitando de proteção em todos os países “industrializados”, ao que se opõem, naturalmente, a indústria automobilística e aeronáutica; à proteção dessas últimas se oporá (como ocorre de fato nos EUA) a indústria da informática, e assim por diante.
- (36) Como relatado no Parlamento inglês em 16.3.1837 (Simmel, 1970: 149). Metternich, chanceler do Império Austríaco, o qual, com mais do dobro da população da Inglaterra (33 milhões) constituía um mercado potencial dos mais atraentes.
- (37) Trevelyan, um dos mais prestigiosos expoentes dessa corrente escrevia: “A história política da época é desconcertante para o estudioso e rica em acontecimentos paradoxais” (cit. em Morton, 1938: 386).

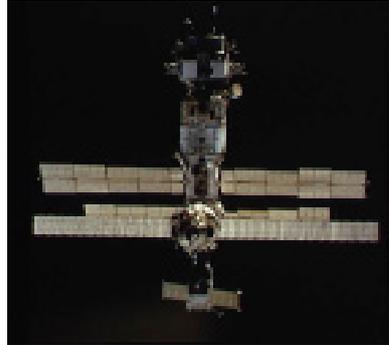
- (38) O processo de agitação assim desencadeado na década de 1820, combinado com a frustração provocada pela traição de 1832, produziu o maior movimento operário da história do capitalismo, o movimento Chartista (Morton, 1938: 431 ss). Fundado em 1837/8, em 1842 o movimento colheu mais de 3,3 milhões de assinaturas –que correspondia a algo como o total da população adulta masculina da Inglaterra– sobre uma ‘Petição’ ao Parlamento em prol de reformas que hoje seriam chamadas de ‘democráticas’. Cinco anos depois o movimento era virtualmente suprimido e nas décadas subseqüentes seguiu-se a derrota total dos movimentos operários através da aplicação de um misto de violência e de suborno, segundo é testemunhado pelas ‘tristes impressões ... (de) um antigo Chartista’ escrevendo em 1870 (citado em Hobsbawn, 1968:126), ou também por Engels, em sua famosa resposta a Kautsky: “Você me pergunta o que os operários ingleses pensam sobre a política colonial? Bem, exatamente o mesmo que pensam sobre política em geral. Não há partido dos trabalhadores aqui, só há conservadores e radicais liberais, e os trabalhadores participam alegremente do festim da Inglaterra: monopólio das colônias e do mercado mundial” (Engels, 1882).
- (39) Quando comparado com Anderson e Malthus (o primeiro o ‘originador’ o segundo, um ‘plagiador’) que empregavam a mesma teoria para defender os interesses dos proprietários de terra (*Theories of Surplus Value II*: 236 e 115).
- (40) Ambas essas abordagens podem ser encontradas em Deák (1985), p.58ss e 49ss, respectivamente.
- (41) “No caso do terceiro volume (por oposição ao segundo, também editado por Engels) não havia outra base senão um primeiro esboço extremamente incompleto.” – Prefácio de Engels, *Capital III*:2.
- (42) Por exemplo, no capítulo sobre a renda absoluta, Marx propõe uma solução tentativa para a existência de renda também sobre o pior solo, em que estão enunciadas duas condições (a saber, baixa composição orgânica de capital e classe de senhores de terra), cuja existência histórica permanece hipotética. Lojkine (*op. cit.*, p.89) escreve a esse respeito: “Marx *provou* no *Capital* que essas duas condições são preenchidas no setor da produção agrícola” (grifo meu), ignorando até a referência explícita de Marx segundo a qual mesmo que haja renda absoluta em um determinado estágio do capitalismo, ela pode desaparecer em um estágio subseqüente.
- (43) Segundo relata Engels: “Nos anos ’70 Marx empreendeu estudos específicos inteiramente novos com respeito a esta Parte (VI) sobre renda do solo. Durante anos ele havia estudado... publicações sobre o regime de propriedade de terra (na Rússia)... Devido à variedade de formas tanto de propriedade de terra quanto de exploração dos trabalhadores agrícolas na Rússia, esse país deveria ter o mesmo papel no tratamento da renda do solo que a Inglaterra tinha no Livro (volume) I com respeito ao trabalho assalariado. A oportunidade de realizar esse plano lhe foi, infelizmente, negada” (*Capital III*:7). – Após 1865, a Inglaterra cessou de ser aquele ‘país modelo’ e campo de observação favorável que havia sido até então; o centro dinâmico do capitalismo, em seu estágio emergente de acumulação predominantemente intensiva (no sentido de Aglietta, 1976) havia passado, ironicamente, para a terra natal de Marx, a Alemanha.
- (44) Trata-se de um fenômeno difícil de ser captado fora da Inglaterra, mas nesse país a existência ou não de uma classe de proprietários de terra, ou a época de seu desaparecimento é assunto para polêmica até hoje. Morton coloca o declínio

final daquela classe na primeira metade do séc. XIX (*op. cit.*, 401ss), Ball (1981) para o fim do mesmo século (p. 166-7) e Massey & Catalano (1978) julgam que a mesma classe “tem mesmo mostrado uma capacidade de permanência notável” (p.186). Uma das razões que tornou essas colocações, que situam a extinção da classe de senhores de terra no tempo, com pelo menos três ou quatro séculos atrasadas, é que a forma histórica predominante de pagamento por localização no estágio inicial do capitalismo (caracterizado pelo regime de acumulação extensiva) é, precisamente, a renda. Note-se aqui que esse estágio é historicamente restrito à Inglaterra: a difusão do capitalismo se deu quando o mesmo já estava entrando em seu estágio de acumulação predominantemente intensiva. Uma das conseqüências desse processo é que nos demais países o pagamento pela localização tomava diretamente a forma preço (para uma discussão mais detalhada dessa questão, veja-se o capítulo 6: “Accumulation and the form of payment for location” em Deák, 1985), de maneira que a forma renda ficou restrita à Inglaterra dos séculos XVI-XIX. Com o que (*inter alia*) esse país torna-se mais único do que “modelo”, cuja trajetória de evolução *não* seria seguida por qualquer outro país.

- (45) Para detalhes da alteração, veja-se Rosdolsky (1967): 10-23.
- (46) P.23n. – A própria data do primeiro plano (assim como aquela de sua alteração) era assunto para polêmica. A data acima referida (isto é, 1857) é proposta por Rosdolsky, que disputa a data proposta por Grossman.
- (47) Como Rosdolsky mesmo assinala (*op. cit.*, p.54).
- (48) É por essa razão que não pode haver uma ‘teoria de organização espacial’, do mesmo modo que não pode haver uma ‘teoria de localização’ – que não passa de uma inserção de última hora na teoria da economia neoclássica, como se pudesse haver processos individuais de produção determinados intrinsecamente, para a seguir serem ‘localizados’.
- (49) Isto é, imposição da forma-mercadoria. Localizações podem ser *consumidas* individualmente *como se fossem* mercadorias, mas só podem ser *produzidas* coletivamente, como resultado da transformação do espaço como um todo (cf. capítulo subsequente).

5 LOCALIZAÇÃO E ESPAÇO:
VALOR DE USO E VALOR

LOCALIZAÇÃO E ESPAÇO: VALOR DE USO E VALOR¹



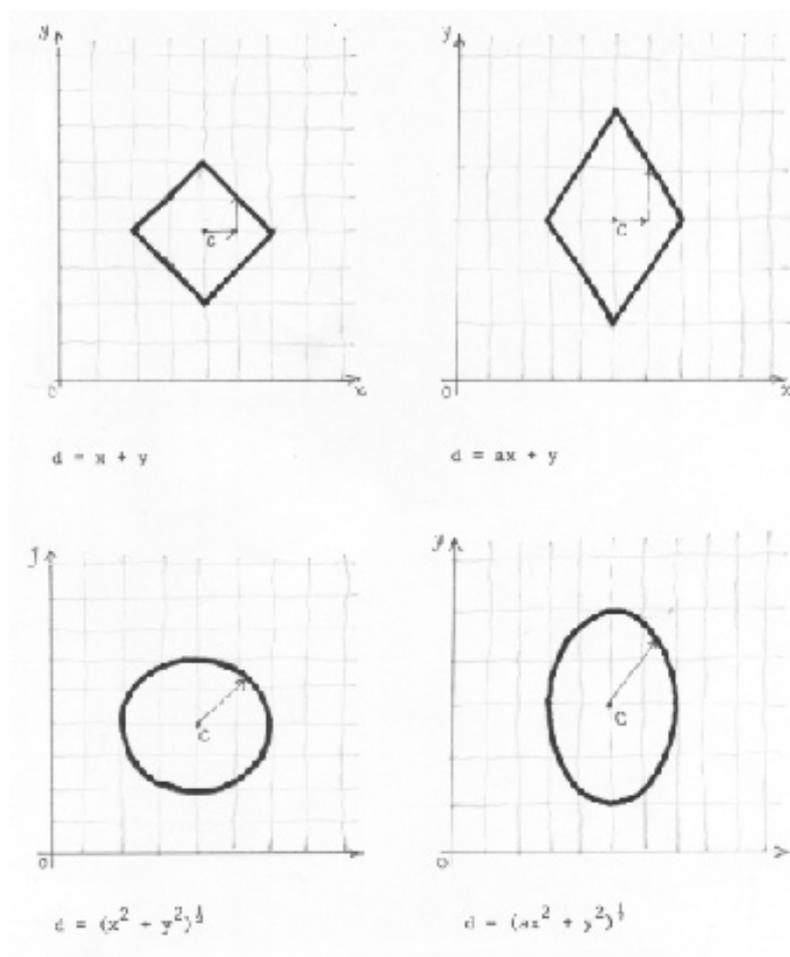
Estação espacial Mir

Localização e espaço

Os conceitos de localização² e espaço derivam da prática social de produção e reprodução no contexto da divisão social do trabalho. Toda sociedade precisa de um território para viver; com a divisão social do trabalho esse território é estruturado em espaço.³ Atividades individuais, isto é, processos de produção e reprodução, requerem uma localização, e entre essas localizações se estabelece uma interconexão de acordo com a interação entre aquelas atividades. Tal interconexão é o próprio estofo, matéria constituinte do espaço e define *como* o espaço está estruturado.

A mais simples –a mais abstrata– representação do espaço é o espaço matemático. Em matemática o espaço é definido pelo modo segundo o qual as distâncias entre pontos são medidas: uma *métrica*. Em outros termos, espaço é formado por pontos –localizações adimensionais– relacionados entre si de uma maneira específica, descrita pela métrica que o define. Localização e espaço são definidas simultaneamente, a matéria constitutiva do espaço sendo o conjunto de relações entre as localizações nele contidas, e a especificidade do espaço consistindo na maneira específica pela qual as localizações são relacionadas entre si.

No mundo concreto em que as sociedades vivem, tanto as localizações como as relações entre as mesmas –que constituem o espaço econômico– precisam se materializar, e para tanto, precisam ser pro-



Espaço em matemática - Um espaço é definido por uma métrica, que é uma representação de como se desloca entre dois pontos. Para as métricas ilustradas, os contornos em linha grossa representam pontos equidistantes ('bolas') dos respectivos 'centros' -- pontos C. Ainda que isso não seja seu objetivo principal, os exemplos correspondem de fato a estruturas espaciais concretas bastante comuns: a malha ortogonal quadrada; a mesma exceto que se move mais facilmente (digamos, mais rápido) em uma das direções; um plano isotrópico sobre o qual se move livremente em todas as direções (como no mar, no ar, ou no deserto); e o mesmo sobre um plano inclinado segundo o eixo Ox.

duzidas. As localizações, de 'pontos', se transformam em extensões finitas, delimitadas, de território, cuja expressão elementar é a forma jurídica de propriedade (ou, anteriormente, direito feudal) -- uma porção de terra, uma área construída (fábrica, habitação, escritório etc) -- materializada em uma superestrutura assentada sobre, abaixo ou acima da superfície terrestre.⁴ Do mesmo modo, as relações que constituem o espaço econômico são caminhos, estradas, fios, cabos,

tubulações, antenas, satélites etc, pelos quais objetos materiais e pessoas podem ser transportados de localização a localização. São estruturas físicas –em seu conjunto uma infraestrutura– e devem ser construídas para existirem. Somente assim a distância entre duas localizações (em comprimento, em tempo, em custo monetário), a estrutura do espaço e em última análise, o próprio espaço, se materializa. O espaço econômico é um produto do trabalho.

Localização e espaço no capitalismo

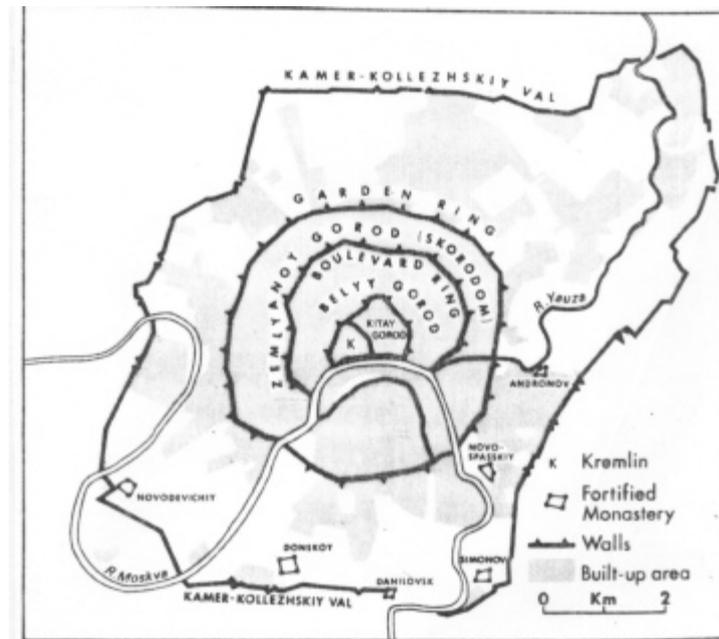
A especificidade do espaço no capitalismo, em particular, se coloca em contornos nítidos à luz das transformações geradas pela substituição do modo de produção feudal pela produção capitalista de mercadorias. No feudalismo a dicotomia campo-cidade derivava da separação da produção (no campo) e troca/consumo (na cidade). A forma-mercadoria era limitada pela produção de subsistência (produção direta de valores de uso) dos servos, ficando restrita ao excedente –a renda–, apropriado pelo senhor feudal que o levaria ao mercado na cidade. A própria existência da forma-mercadoria –e a da classe de mercadores–, nessa forma limitada, dependia da existência de “mercados e esferas de produção *separados*”, que tornava possível “comprar barato e vender caro” (Merrington 1975:177).

O surgimento do capitalismo é precisamente o processo de transformação através do qual a forma-mercadoria se torna generalizada e dominante, a produção para subsistência (alimento, vestuário, moradia) e a produção do excedente enquanto tal (a renda) são subsumidas na produção de valores na forma de mercadorias, através de trabalho assalariado, sob o comando do capital. O valor da produção para subsistência se transforma em salário, o excedente é apropriado na forma de lucro, ambos incorporados no valor das mercadorias, e troca se torna uma troca de equivalentes num mercado *unificado*. Assim, enquanto no feudalismo a separação entre a produção e a troca/consumo, numa constelação de mercados separados, impunha a dicotomia campo/cidade e a fragmentação do território em uma

constelação de espaços locais, a produção capitalista de mercadorias num mercado unificado impõe, pelo contrário, a dissolução da dicotomia campo/cidade e a redução da constelação de espaços locais a um espaço único, no qual mercadoria, trabalho e capital fluem livremente, a uma escala suficiente para sustentar um processo de acumulação autônomo – como aquele realizado historicamente dentro dos limites do Estado-nação moderno.

O mercado unificado requer que seu espaço seja suficientemente homogeneizado por uma infraestrutura de transporte e comunicações, de forma que, embora a diferenciação no espaço persista, sua homogeneidade assegure que não possam emergir regimes independentes de acumulação autônomos (em meio ao que seriam mercados separados *de fato*). Por algum tempo no início do processo de generalização da forma-mercadoria e do trabalho assalariado, os recursos naturais prendiam ainda a produção a sua localização original, até mesmo com o advento da maquinofatura – as primeiras fábricas eram construídas perto dos locais de potencial hídrico que forneciam a energia para mover as máquinas e das fontes de matéria-prima (carvão, ferro). Mas o desenvolvimento dos meios de transporte liberou rapidamente a localização da produção de tais amarras, permitindo a concentração da produção e da força de trabalho, num processo que ficou conhecido como ‘de urbanização’, gerando, de passagem, uma nova diferenciação do espaço que acabara de homogeneizar.⁵

Tal processo de homogeneização do espaço supera tanto a velha distinção cidade/campo quanto a multiplicidade de cidades e campos, isto é: dos espaços locais. A cidade ultrapassa seus muros atrás dos quais guardava a riqueza que não produzira. Muitas cidades haviam já se tornado maiores, antes, que suas prévias muralhas: isso apenas estimulava a construção de novas, num perímetro maior, e tais cidades acumulariam durante os séculos uma coleção de anéis, fortificações concêntricas sucessivas. Mas doravante não se construirá mais muralhas:⁶ a “cidade”, a “urbs”, não tem mais limites; na verdade, não há mais cidade. O que há é um espaço contínuo, que é homogêneo porque as localizações nele contidas são intercambiáveis e *porisso* diferentes entre si, de forma que o espaço se diferencia ao se homogeneizar. Ambas, a homogeneidade e a diferen-

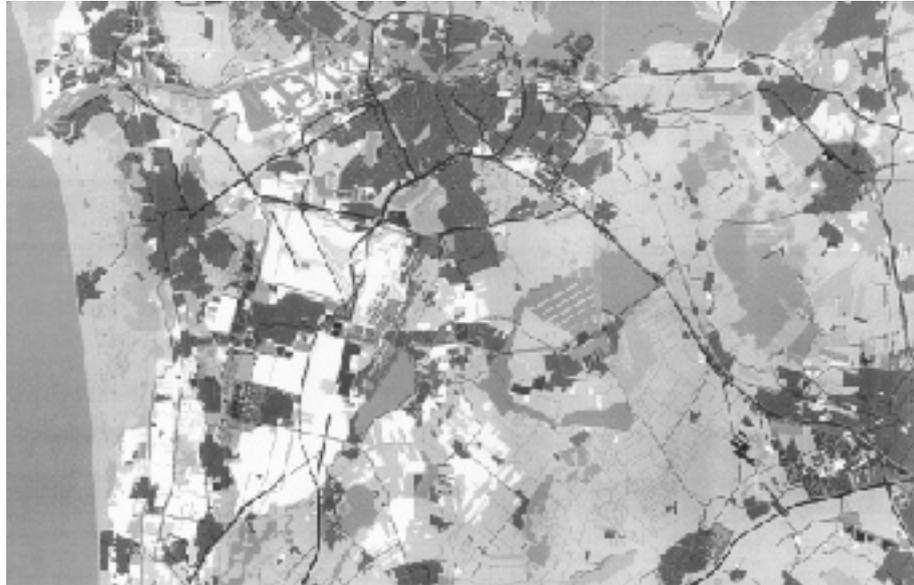


Crescimento de uma cidade feudal: Moscou. Um breve histórico dos sucessivos anéis de fortificação reza:

“A fortificação original, o Kremlin, foi gradualmente desvestida de funções outras que a defesa e o exercício da autoridade (tanto temporal quanto espiritual), como artes manufatureiras, comércio, e a residência dos comerciantes, artesãos e trabalhadores, deslocados para um bairro comercial a Leste, conhecido como o *Kitay Gorod* [Bairro Chinês]. Com o tempo este também foi murado, mas a cidade em expansão se espalhou para novos subúrbios artesãos – o semi-círculo do *Bielyi Gorod*, ou Cidade Branca. O *Bielyi Gorod* foi também cercado no século dezesseis, mas nesta época Moscou estava se expandindo ainda mais para fora, num anel de novos subúrbios, chamados *Zemlianoi Gorod* ou Cidade de Terra, que em 1592 foi também protegido por um muro de terra e palissada (...) Em 1742 a expansão de Moscou muito além de seus velhos limites medievais foi reconhecida através do estabelecimento de novos limites urbanos, o *Kamer-Kollezhskiy Val*, ou Muralha... À diferença dos muros anteriores, o *Val* não era uma obra defensiva, mas uma barreira fiscal...” Figura e citação de Sutcliffe (Ed,1984):356-7.

ciação do espaço se moldam incessantemente pela intervenção de capital e de trabalho. Cada época adiciona uma transformação, e a base ‘natural’ é encoberta cada vez mais profundamente sob um número sempre crescente de camadas de transformação histórica.⁷ Cidade, campo, floresta, lago, flora e fauna se tornam assunto de arqueologia. Em seu lugar, esse espaço possui ‘usos do solo’. Toda

atividade humana: moradia, comércio, serviços, finanças, indústria, lazer, agricultura, e mesmo a natureza (confinada ao jardim botânico



Mapa da região de Amsterdam (no centro, ao alto). À esquerda, Haarlem, à direita Utrecht, na confluência das estradas em baixo, à esquerda, justo fora do mapa,

Haga. Ao meio, o aeroporto (Schiphol).

e zoológico, à reserva natural ou parque nacional) se tornam usos do solo, confinados em zonas e distritos próprios, apoiados por edificações, regulamentos e serviços específicos. Este é o *espaço urbano*, um produto histórico, cada porção do qual fica sujeita às relações dentro do todo – sendo essas relações as próprias relações de produção capitalista e de reprodução social.⁸ O espaço urbano é o espaço de um mercado unificado na economia (produtora) de mercadorias.

Valor de uso e pagamento pela localização

Agora podemos resumir o que precede e passar a investigar a natureza do pagamento pela localização no capitalismo. Localização é um valor de uso para toda atividade de produção ou reprodução, uma vez que é uma condição necessária para o desempenho de qualquer atividade. Uma localização é constituída de uma estrutura física (edifício) apoiada geralmente direto sobre o solo. As propriedades

distintivas de diferentes localizações individuais derivam de suas respectivas posições no espaço urbano. Espaço urbano é a totalidade de (localizações interligadas por) uma infraestrutura – vias, redes, serviços etc. – construída e mantida por trabalho social, que atende aos requisitos da economia e que torna a localização ‘útil’ (isto é, dotado de valor de uso). *Na medida em que* a regulação da economia capitalista, e com ela, a organização espacial da produção (e reprodução) é exercida pelo mercado, localização comanda um preço, ele próprio estabelecido no mesmo mercado. Surge portanto um *pagamento pela localização*, porque localização é um valor de uso, e porque é comercializada enquanto mercadoria, dotada de valor de troca. O pagamento pela localização entra no preço de produção de mercadorias, junto com o pagamento pelas demais condições de produção: trabalho e meios de produção. O preço de mercado dos produtos, que regula as quantidades relativas das mercadorias a serem produzidas, regula assim, ao mesmo tempo, também a distribuição espacial da produção no espaço urbano⁹ e regulação da produção implica necessariamente em organização espacial, através do instrumento do pagamento pela localização. Este último pode tomar, como historicamente tomou, a forma de *renda* ou de *preço*, de acordo com a duração do período pelo qual a localização fica assegurada como uma condição da produção. Se verá abaixo (Capítulo 6 – isto é, de Deák, 1985 – *N.A.*), que uma dessas formas se torna predominante em cada estágio específico de acumulação, preço sendo a forma o predominante no capitalismo contemporâneo. A própria localização em si pode se materializar segundo uma variedade de maneiras no espaço urbano, e essas formas concretas não ‘se explicam’ exceto enquanto localização. Como historicamente a maioria esmagadora das localizações tem tido por suporte a terra, e talvez mais importante que isso, porque no feudalismo a terra era a única ‘fonte de riqueza’, isto é, o suporte da forma dominante de produção de excedente, o pagamento pela localização passou a ser confundido com o pagamento pela terra. De fato, através de toda a história da Economia Política, a terra permaneceu identificada com localização, um “espaço necessário como um elemento de toda produção e toda atividade humana” (*Capital III:774*). Mais tarde, a análise do pagamento pela localização se afastou ainda mais da natureza deste último quando, sendo o pagamento pela localização já identificado com o pagamento

pela terra, na forma seja de renda, seja preço, ela construiu a figura ‘renda capitalista da terra’ ou simplesmente ‘renda da terra’, em uma efetiva transposição de uma categoria: ‘renda’, de um modo de produção ao subsequente, a saber, do feudalismo ao capitalismo.

Portanto, ‘terra’ comanda um preço porque e somente porque é um suporte para localização. Reciprocamente, ainda que uma localização *não* esteja sobre terra, haverá um pagamento por ela. De fato, embora *terra* (ou ‘solo’) seja o suporte mais usual de localizações no espaço urbano, ela certamente não é o único – na verdade, com a transformação e diversificação constante do espaço urbano, em função de novas exigências do desenvolvimento da produção, emergem sempre novas formas de localização em crescente variedade. Concessões em águas territoriais, para pesca e agricultura marinha ou para extração de petróleo, dão origem a pagamentos –similares à renda– por localizações nos oceanos, enquanto em satélites artificiais surgem pagamentos análogos, por exemplo, por estações de transmissão, e logo por locais de produção e pesquisa para indústrias, procurando (e tendo os recursos para tanto ou gozando de subsídios estatais¹⁰) explorar técnicas de produção em condições de baixa gravidade e/ou de vácuo. Neste último caso algumas dessas localizações podem ser relativamente ‘fixas’, como em satélites de órbita geo-estacionária, mas igualmente bem podem ser efetivamente ‘móveis’, evidenciando que no espaço urbano não só a localização não se apoia necessariamente na ‘terra’, mas que ela pode ser dissociada até mesmo do conceito de ‘fixidez’ com respeito a um sistema referencial terrestre. O valor de uso de uma localização obviamente não depende de qualquer uma de tais particularidades.



Estação espacial Mir

A localização, enquanto valor de uso comercializado no mercado como uma mercadoria, levanta as questões de seu consumo e de seu valor. Retornaremos ao último em conexão com a produção do espaço, abaixo, mas embora os dois se interrelacionem, a questão do consumo da localização já pode ser respondida em parte. Uma localização só *não* é consumida na produção –como alegaria a teoria de renda*– ao nível individual apenas. Mas localizações se tornam obsoletas com o tempo, tanto devido à degradação física, quanto porque o fluxo das inovações tecnológicas, que acompanha

* Porque renda é paga –lembramos– pelos poderes ‘originais e indestrutíveis’ do solo...

o desenvolvimento da produção, impõe mudanças nos requisitos espaciais de produção e reprodução, às quais o espaço – se não a localização individual – precisa ser adaptado constantemente através de dispêndio de trabalho adicional. Por isso nenhuma localização particular é – como a forma-preço do pagamento pela mesma poderia sugerir – uma condição ‘permanente’ de produção, ou possui um valor de uso intrínseco. O valor de uso de uma localização é transformado incessantemente, e as atividades econômicas individuais precisam, a sua vez, adaptar-se às mudanças do espaço urbano, comparecendo sempre de novo no mercado como “consumidores” negociando por localizações adequadas.

Valor e a produção do espaço

Vimos que espaço urbano é um produto do trabalho. Isso não significa tanto que espaço urbano perca seu conteúdo ‘natural’ – certamente êle é formado por materiais encontrados na natureza. Significa, antes, que quaisquer que tenham sido as transformações que a natureza tenha sofrido até qualquer dado momento particular, ela – natureza, e o produto do trabalho realizado (*past labour*) – podem ser transformados novamente, de forma a não sobrar nela nenhum elemento permanente. É por isso que é infrutífero tentar descobrir o componente natural do espaço – como no caso da teoria da renda – ou tentar determinar a quantidade de trabalho ‘contido’ no espaço em algum período histórico específico, com vistas a mensurar seu valor – como é o caso da teoria do trabalho incorporado (*embodied labour*). Ambas essas abordagens, que buscam determinar *o que é* ao invés de *o que está se tornando* (no sentido de *devenir*), implicam o conceito de equilíbrio – como se um equilíbrio (dos processos produtivos, da distribuição espacial das atividades, etc.) pudesse surgir instantaneamente sobre a base de uma determinada estrutura concreta – apenas para ser rompido no instante seguinte. Nosso enfoque se volta, ao invés disso, às transformações impostas ao espaço pelo trabalho, em consequência do desenvolvimento das forças produtivas que necessariamente acompanha o processo de acumulação. De fato, ‘produção do espaço’ é *transformação* do espaço no sentido estrito de que o produto final das intervenções espaciais não é alguma determinada (‘nova’) estrutura, mas a própria

transformação de uma estrutura particular *em si*. Estruturas físicas que surgem em meio ao processo podem permanecer – e uma parte delas permanece de fato – inalteradas por um algum tempo, mesmo que seja somente na espera de serem transformadas de novo assim que a necessidade para tanto se faça sentir. Mesmo enquanto se mantêm inalteradas em sua forma física, no entanto, essas mesmas estruturas vão se alterando *enquanto valores de uso*, à medida que o processo produtivo se desenvolve – como vimos acima em conexão com o valor de uso das localizações, ou como os exemplos de muitas ‘cidades históricas’, conservadas virtualmente intactas por muito tempo, que pode chegar a vários séculos, vivamente ilustram.¹¹ O ponto crucial é que intervenção no espaço – produção do espaço – significa transformação, mais do que quer a conservação de estruturas existentes, quer a produção de determinada estrutura particular enquanto ‘produto final’, que só poderia ser concebida como um ‘ideal’. O que o desenvolvimento do processo de produção requer é a incessante *transformação* do espaço.

A produção do espaço urbano é governado por leis diferentes daquelas da produção de mercadorias, devido ao fato de o mesmo não poder ser produzido enquanto valor de uso individualizado. No âmbito de produção de mercadorias, o trabalho dispendido na produção de determinada mercadoria é validado socialmente pelo seu consumo, através da venda da mercadoria como valor de uso. Se a mercadoria é inútil, ela não pode ser vendida, e o trabalho gasto na sua produção, validado. Já o trabalho dispendido na produção do espaço não pode ser validado dessa forma, porque espaço não é valor de uso: espaço enquanto tal não pode ser utilizado por um processo de produção ou consumo individual. O valor de uso do espaço é representado pelas localizações nele contidas – mas, por sua vez, uma localização, sendo uma posição no espaço, não pode ser produzida enquanto tal. Qualquer intervenção numa particular porção do espaço resulta numa transformação do espaço como um todo e, em última instância, de todas as localizações nele contidas. O que é *produzido* é o espaço, enquanto localizações – valores de uso – resultam coletivamente. Isso significa que a produção do espaço não pode ser governada pela lei do valor imposta num mercado e, portanto, tem de ser executada coletivamente, ao nível social. Um *quantum* da capacidade produtiva da sociedade (trabalho abstrato)

é destinado anualmente à produção da totalidade das transformações em infra- e superestruturas físicas¹² necessárias para adaptar o espaço urbano aos requisitos da produção e reprodução. O tempo de trabalho dispendido na produção do espaço durante determinado período representa o valor deste último. Este valor não é, de forma alguma, a dedução de um excedente, que ‘de outra forma’ seria de algum modo maior: ao contrário, é uma das precondições da própria produção de excedente. Sem transformação do espaço não pode haver produção sustentada, de forma que o trabalho dispendido na produção do espaço é tão necessário quanto o trabalho dispendido na reprodução dos meios de produção, o mesmo valendo também para todos os demais trabalhos necessários para a manutenção do aparato estatal, isto é, para reproduzir a superestrutura legal, política e administrativa da produção.

Marx provavelmente chegou o mais perto de uma formulação do papel do trabalho dispendido na produção do espaço, em uma passagem sobre os transportes, ao investigar o período de circulação do capital na forma de mercadoria, em *Grundrisse* (pp.521ss). Ele certamente encara este trabalho como necessário, e mesmo a idéia de que seja improdutivo (de mais-valia) é expresso em termos bastante cautelosos. Consideremos a passagem (p.533):

Trabalho pode ser necessário sem ser produtivo. Todas as condições *gerais, coletivas* de produção – enquanto sua produção ainda não possa ser realizada pelo capital enquanto tal e sob suas condições – são portanto pagas de uma parte da renda nacional – através do tesouro nacional – e os trabalhadores não parecem ser trabalhadores produtivos, ainda que aumentem a força produtiva do capital.¹³

Aqui, claramente, os trabalhadores *parecem* improdutivos porque trabalham num setor da economia que não foi mercadorizado – em que a “produção ainda não possa ... ser realizada pelo capital enquanto tal” – de forma que seu “tempo de trabalho excedente, embora [possa estar] presente no produto, não é trocável”. Mais tarde, no *Capital*, Marx – contrário a sua própria intenção – volta a essa aparência, retrocedendo de fato em relação a esta formulação tentativa “que ainda não pode ser bem definida a essa altura” (*id. ibid.*), e virtualmente restringe sua investigação sobre o capitalismo à produção de mercadorias, como Sweezy aponta corretamente.¹⁴ Mas a forma-mercadoria, apesar de ser *dominante* no capitalismo, encontra seus limites *não* devido a alguma força externa, ao con-

trário: os limites à mercadorização da produção e, conseqüentemente, à produção de valores de uso não mercadorizáveis, pertencem à dialética da produção capitalista.¹⁵ Portanto, se *valor* fôr a expressão de trabalho socialmente necessário, ele não pode ser restrito às mercadorias.¹⁶

Nem o trabalho para produzir a estrutura espacial, nem o trabalho para produzir as superestruturas jurídico-político-administrativas estão explícitos na fórmula clássica da valorização

$$VE = V + VS, \quad (1)$$

na qual a relação salarial divide o trabalho abstrato total, ou o valor do trabalho total da sociedade, VE , em o valor da força de trabalho, V , e a mais-valia VS , ambos *sòmente na produção de mercadorias*. Para explicitamente incorporar aquelas porções do trabalho social, podemos então escrever

$$VS = VA + VL + VT,$$

onde VL e VT são os tempos de trabalho gastos na produção do espaço e em todas as outras atividades do Estado, respectivamente, e VA o valor disponível para acumulação (desprezando aqui, e no que segue, o consumo dos capitalistas). Então (1) se torna

$$VE = V + (VA + VL + VT), \quad (1a)$$

com

$$VA = VS - (VL + VT) \quad (2a)$$

Alternativamente, VL e VT podem ser incluídos no tempo de trabalho necessário para reproduzir *todas* as condições de produção. Se W for o tempo de trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho (bens de subsistência) e os meios de produção diretos (bens de capital) consumidos na produção de mercadorias, podemos escrever

$$V = W + VL + VT.$$

Neste caso (1) se torna

$$VE = (W + VL + VT) + VS \quad (1b)$$

com

$$VA = VS. \quad (2b)$$

A primeira formulação é centrada na distinção trabalho produtivo/ improdutivo, enquanto a segunda, na distinção trabalho necessário (produtivo e improdutivo)/ trabalho excedente, ou sobretrabalho. As duas formulações são, obviamente, equivalentes.¹⁷ A taxa de acumulação, a medida da expansão da potência, ou força produtiva da sociedade, definida como o tempo de sobretrabalho sobre o tempo de trabalho total necessário (produtivo e improdutivo), é, na primeira formulação

$$e = \frac{VA}{V + (VL + VT)} \quad (3a)$$

e na segunda formulação, que será usada no que segue por ser consistente com a relação capital/trabalho assalariado definido ao nível da sociedade, temos

$$e = \frac{VS}{W + VL + VT} \quad (3b)$$

Do ponto de vista da acumulação, tudo que importa é a quantidade total de trabalho gasto na produção do espaço como proporção do trabalho necessário. A distinção trabalho produtivo/ improdutivo é uma outra divisão do trabalho social, que se refere à distinção entre produção de mercadorias e produção de valores de uso, mas ela não pode dar conta, por si só, do fato da reprodução ampliada – vale dizer, da acumulação.

O valor da força de trabalho dispendida na produção do espaço dissipa as objeções da economia política clássica quanto ao pagamento pela terra estar incluído no preço de produção das mercadorias. O trabalho gasto na produção do espaço é validado indiretamente, ao nível coletivo, no consumo das mercadorias que tenham sido produzidas por todo o espaço urbano. A transformação do espaço urbano dá origem a novos pagamentos pelas localizações nele contidas, que serão ocupadas por novos processos (técnicas) individuais de produção. Tais pagamentos serão incorporados ao preço da produção das mercadorias, de forma que o trabalho dispendido na produção do espaço é finalmente validado dessa forma mediata no consumo das mercadorias. ‘Valor de uma localização’, entretanto, não tem significado, pois que, como vimos, nenhuma porção do espaço tem qualquer conteúdo específico de trabalho abstrato: todo trabalho efetuado em qualquer parte do espaço redefine (transforma) o espaço urbano como um todo.¹⁸ Assim –e na verdade, exatamente como no caso das mercadorias–, o preço de uma localização não provém de seu suposto valor, senão, simplesmente, de sua condição de instrumento de organização da produção sob as condições correntes de competição entre capitais. Uma vez que a mercadorização e, com ela, a regulação pelo mercado, não podem se generalizar pelo todo da economia capitalista, tais condições de competição são circunscritas pela intervenção estatal. Assim como o fluxo de capital entre firmas e indústrias é regulado em maior ou menor grau (de acordo com o estágio de acumulação), através de taxas, subsídios,

intervenção direta, regulação afetando concentração e centralização de capital, controle alfandegário transnacional e assim por diante, da mesma forma é a localização espacial enquadrada por leis de zoneamento, tributos imobiliários, serviços públicos etc, de forma que o preço da localização exerce sua função de organização apenas dentro dos confins da ‘liberdade’ remanescente do mercado.

O pagamento pela localização e acumulação

Em ortodoxia em relação à teoria da renda clássica, o preço da localização (na forma do preço da terra) tem sido visto como uma barreira à acumulação capitalista, conduzindo a teses bastante difundidas sobre a nacionalização, ou desapropriação da terra como solução.¹⁹ Uma forma arquetípica do argumento reza:

...o preço de compra da terra (renda da terra capitalizada subsumida sob a ficção legal [*sic*] do valor da terra) tem o efeito de subtrair capital do investimento em produção agrícola. A propriedade particular (grande ou pequena) constitui um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas na agricultura.²⁰

Uma visão como essa confunde capital com uma soma de dinheiro.²¹ A única coisa que poderia acelerar a acumulação, no que toca à localização, é a redução do tempo de trabalho necessário para produzir o próprio espaço (VL), reduzindo assim o tempo do trabalho necessário total (V) e nós vimos que isso não tem absolutamente nada a ver com o preço da terra.

Se a terra não tivesse preço (e a regulação espacial estivesse sendo executada por um planejamento central, algo tão pouco provável quanto anarquia total da produção), tudo o aconteceria é que a quantidade de *dinheiro* correspondente seria retirado do investimento de capital, do preço das mercadorias e dos salários –vale dizer, de circulação– e a expressão monetária do trabalho abstrato se alteraria de acordo. Mas a quantidade de trabalho dispendido, as técnicas de produção, e em última instância, a taxa de acumulação SV/V permaneceriam inalteradas. Mudariam apenas as denominações sob as quais os fluxos de capital seriam efetivados (excluindo, no último caso, a denominação ‘preço da terra’), ou, no caso de meras

variações do preço da terra (como aquelas geradas pela regulação legal, como o zoneamento de usos do solo, que não a eliminam mas interferem em sua magnitude) as *proporções* dos fluxos sob a mesma denominação, e que compõem o capital adiantado para a produção, mas sem alterar VS/V , ou sequer a taxa (monetária) de lucro.

O exemplo acima mostra, incidentalmente, que o argumento atrás da idéia do ‘planejamento racional’ é o mesmo que aquele segundo o qual ‘renda’ constitui um freio à acumulação: planejamento –através de zoneamento de usos, empreendimentos públicos etc.– tornaria a produção ‘mais eficiente’. Do que precede, já podemos concluir no entanto que planejamento –isto é, intervenção estatal– não vem para aumentar a ‘eficiência’ (vale dizer, a taxa de acumulação) que, ‘de outro modo’, isto é, sem planejamento, seria mais baixa, mas por pura necessidade imposta pelos limites à mercadorização da economia. Em outras palavras, a intervenção estatal não torna a produção de mercadorias mais ‘eficiente’ – ela a torna *possível*.

A necessidade de planejamento na organização espacial

Se a pura e simples ‘abolição’ do pagamento pelas localizações não alteraria, por si só, as condições de produção (contanto que uma igualmente ‘eficiente’ regulação planejada seja colocada no lugar da regulação pelo mercado), e, por conseguinte, da acumulação, ainda assim, a percepção intuitiva, numa economia regulada pelo mercado, de que os preços da terra são ‘muito altos’ tem, ou pode ter, um sentido. Isto é, pode significar que o espaço urbano esteja diferenciado demais, ou, reciprocamente, que não esteja suficientemente homogeneizado pela infraestrutura, resultando numa competição acirrada pelas localizações desejadas. Em outros termos: mais trabalho investido na infraestrutura espacial, mesmo que seja desviado da produção direta de mercadorias²² (e assim, como que ‘perdido’ para a produção de *mas-valia* durante o período de construção), tornaria a produção mais eficiente (a acumulação mais rápida), ao reduzir o trabalho total necessário V durante certo período durante o qual os efeitos de tal investimento se fizessem sentir (isto é, antes

de serem exauridos ou se tornarem obsoletos).

Por exemplo, se o desvio de 10% da força de trabalho durante 2 anos cria um sistema de transporte (ou melhora o existente) de forma a reduzir o trabalho necessário (ou evita seu aumento) em 5% para os subsequentes 18 anos, tal investimento resulta em uma redução do trabalho necessário, e, se o tempo de trabalho total permanecer inalterado, em um acréscimo correspondente da mais-valia e em um acréscimo (relativo) ainda maior da taxa de excedente.

Tanto o decréscimo em trabalho necessário V como o acréscimo na taxa de excedente e dependerão do valor vigente de e . Assim, o novo excedente $SV' = e' V'$ (média anual relativo a todo o período de 20 anos) será

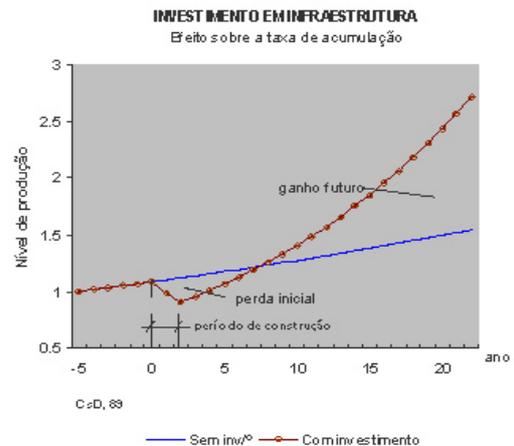
$$e' V' = \left(1 + \frac{18 \cdot (0,05/e) - 2 \cdot (0,1)}{20}\right) \cdot e V$$

ou

$$\frac{e' V'}{e V} = 1 + \frac{0,9/e - 0,2}{20}$$

mostrando que o acréscimo da mais-valia é positivo para todo $e < 4.5$ (isto é, para todo e menor que um improvavelmente alto 4,5, acima do qual os ganhos não compensam a perda de *toda* a mais-valia produzida pelos 10% da força de trabalho em dois anos de construção), e constitui geralmente a maior parcela, a menor sendo o valor de partida e . Em particular,

e	e'	Δe (%)
.03	.078	160
.05	.099	97
.10	.151	50
.15	.202	35
.33	.391	17
.50	.563	13



Investimento em infraestrutura: efeito sobre a produção através do tempo. - Após um primeiro período (de construção), durante o qual há uma perda inicial de consumo (produto de tudo menos a própria infraestrutura, a produtividade do trabalho mais alto em função da própria infraestrutura, acaba compensando, com folga, o investimento inicial.

taxas incômodamente baixas, abaixo de 5%, serão mais que duplicadas, enquanto taxas acima de 50% crescerão meros 10% ou menos.

O exemplo numérico que precede pode ser facilmente generalizado. Assim, se o melhoramento toma x anos para 100λ por cento da força de trabalho e reduz o trabalho necessário em 100δ por cento para os seguintes T anos, temos

$$k = \frac{e' V'}{e V} = \frac{x(1 - \lambda) + T(1 + \delta/e)}{x + T} \quad (4)$$

e

$$\frac{e'}{e} = k [e(k - 1) - 1] \quad (5)$$

É desnecessário dizer que eventuais ganhos obtidos através da redução do trabalho necessário não são automaticamente incorporados ao tempo de sobretrabalho – isto dependerá da organização do processo de trabalho, com a participação tanto dos trabalhadores como dos capitalistas (como oponentes, por causa de seu respectivo interesse imediato, tanto enquanto indivíduos quanto como classes) – mas a redução do trabalho necessário é uma condição necessária, se não suficiente, para o aumento da taxa de excedente (produção de ‘mais-valia relativa’) em um regime de acumulação intensiva.

O exemplo acima mostra, de um lado, porque investimento em infraestrutura espacial é particularmente vantajoso em tempos de crise, quando a taxa de excedente é baixa; e isso além do fato de o mesmo constituir uma aplicação conveniente para (capital e) trabalho que não encontra escoadouro na produção direta de mercadorias porque na velha estrutura de produção o trabalho abstrato gasto em sua produção não pode ser validado.

A história ilustra a estreita relação entre crises de produção e *booms* de construção de estradas de ferro, transporte, obras civis, etc. Após a intensa acumulação de capital fixo em manufaturas durante a revolução industrial, a acumulação foi estancada por volta de 1830 – que é também o momento do primeiro *boom* ferroviário.²³ Na véspera da retomada da expansão industrial induzida pelo ‘Livre Comércio’ (1847) veio o segundo *boom* ferroviário, esse, o maior de todos (na Inglaterra)²⁴ que preparou o caminho para a ‘idade de ouro dos industriais’, os anos 1850 e 1860. Quando, finalmente, a grande depressão se implantou, ela foi acompanhada, durante a primeira década, pelo “pico de investimento para todos os transportes (estradas de ferro e marinha mercante) ... alcançado nos anos

1870”.²⁵ Similarmente, o horizonte das cidades americanas (New York, Chicago) foi transfigurado pela proliferação de arranha-céus, tanto na véspera –os anos vinte –, como na esteira –a década de trinta– da grande crise. O *Empire State Building*, construído em 18 meses a 24 horas por dia pela “mão-de-obra barata da pré-recessão”²⁶ é apenas o espécime mais famoso de uma espécie populosa criada por essa explosão de construção civil que aumentou o investimento em infraestrutura para mais da metade do capital fixo total.²⁷ A crise atual também não deixou de chamar a atenção de alguns sobre a necessidade de investimento em infraestrutura,²⁸ embora sem resultado decisivo. Isso se deve provavelmente ao fato de a taxa de acumulação no setor de mercadorias ter sido sustentada até o presente crise adentro (fim de 1984) por uma política sem precedentes de acumulação de dívida (externa, pública, bancária, corporativa, de consumidores, hipotecária – totalizando hoje [isto é, 1984 -N.A] em torno de US\$ 8 trilhões, ou duas vezes o produto nacional) praticada pelos Estados Unidos, com o que *parece* que a taxa de excedente *e* continua alta (na verdade, é apenas consumo a crédito).

Por outro lado, também fica evidente no exemplo analítico acima que virtualmente todas as variáveis envolvidas na avaliação dos efeitos do investimento preconizado estão fora da alçada dos capitalistas individuais, mesmo em termos de informação, o que dizer de controle. Uma crise indica inequivocamente a necessidade de redução do trabalho necessário total, como uma proporção da capacidade de trabalho social. Disso, entretanto, nenhuma regra pode ser derivada a respeito da distribuição do trabalho necessário entre o setor de produção de mercadorias (ou, dentro deste, entre os ‘departamentos’ produtores de bens de produção e de consumo, respectivamente) e o setor estatal (e no arcabouço deste, entre a produção de espaço e a produção de todos os demais serviços). Anteriormente havíamos enfatizado em conexão com a formulação de trabalho necessário

$$V = W + VL + VT \quad ,$$

que uma redução do trabalho necessário para produção do espaço aumentaria a produtividade do trabalho social, mas é claro que uma

redução equivalente do trabalho necessário em ‘todas as outras atividades’ do Estado (VT) ou no setor produtivo (W) aumentaria a produtividade igualmente. Uma queda da taxa de acumulação provoca uma ‘crise’ que alerta que a produção tem que ser transformada –reorganizada –, e em particular, que algum dos componentes do trabalho necessário precisa ser reduzido. Isto pode ser feito através da redistribuição do uso da força de trabalho – isto é, pela reorganização do processo produtivo – na base de alguma regulação. No capitalismo, como que um modelo da economia é constituído na economia de mercado, onde a taxa de acumulação é colocada (*posited*) como lucro materializado na relação capital/salário, e que então é deixada a cargo da regulação através da competição no mercado. Se a mercadorização pudesse ser estendida à totalidade da produção, essa última poderia ser integralmente regulada pelo mercado – uma suposição cujo absurdo é refletido pelo fato de que a totalidade da produção social seria ‘anárquica’. Uma sociedade não pode ser anárquica, nem as relações sociais podem ser totalmente reificadas. O setor de mercadorias fica, portanto, dependente do setor estatal, e inversamente; pois ambos fazem parte do mesmo todo. A regulação da produção é exercida portanto em primeira instância pelo mercado, e numa segunda instância pela intervenção consciente (planejada) praticada pelo Estado através de tentativa-e-erro e guiada pelos sinais emitidos pela economia de mercado. A regulação da produção de mercadorias vem a ser uma regulação dos processos individuais de produção que competem entre si sob as condições geradas simultaneamente por sua própria competição –geralmente chamadas de *forças de mercado*– e pelas atividades do Estado, geralmente referidas como *intervenção estatal*.

No entanto, para dar conta do processo de produção concreto, é necessário distinguir entre as formas concretas de capital que participam do primeiro com respeito a sua inércia, ou rigidez, quanto a alterações no processo de produção. O exemplo acima na verdade já dizia respeito à produção de capital fixo, isto é (em sua forma mais geral), à produção de uma dada estrutura que viesse a aumentar a produtividade do trabalho por algum período duradouro. A regulação do processo de produção, tanto no caso dos processos individ-

uais de produção de mercadorias, quanto no caso da produção direta de valores de uso – infraestruturas espaciais por exemplo–, torna necessário introduzir a distinção capital fixo/capital circulante, e com ela, o conceito correlato de técnicas de produção.²⁹

Notas

- 1 Este é o Capítulo 4 de minha tese de doutorado, traduzido por Francisco de Almeida, aluno-estagiário de 1988 no curso de graduação da FAU, e revisado por Klára K Mori e pelo próprio autor.
- 2 Localização: no sentido de *locus*. Era *location* em inglês, que não se traduz por ‘locação’ e também se traduz um tanto precariamente por ‘localização’, mas talvez ‘lugar’, que também seria uma possibilidade, também não seria melhor. Adiante, uma outra dificuldade: *commodity economy* não se traduz por economia de mercado, sendo preferível o um pouco pesado ‘economia (produtor) de mercadorias’ (N.do A).
- 3 No comunismo primitivo, em que a produção não é individualizada, o território não necessita ser estruturado em espaço. Certamente membros da comunidade se movem de local a local no território, mas este último é usado em sua forma natural e não é transformado por intermédio do trabalho; localizações não se tornam individualizadas. É isto que permite a essas comunidades se deslocarem de um território a outro sob o efeito de algum impulso externo, seja uma agressão de outra comunidade ou sociedade, ou meras variações sazonais da natureza. Um número reduzido dessas formas de sociedade sobreviveu até nossos dias, como, por exemplo, alguns grupos de indígenas da região amazônica, sociedades cuja permanência até hoje foi viabilizada por um território suficientemente amplo para permitir sua forma nativa de vida.
- 4 Notar que a forma mais simples de localização, uma porção de terra, já é um produto social materializado –mesmo se não considerarmos a cerca a seu redor– num título legal escrito, a concreção do qual os pequenos proprietários (*freeholders*) da Inglaterra do século 17 sentiram duramente na pele, após a abolição do direito feudal pela instituição do direito burguês à terra – a saber, a propriedade privada (Hill, 1967:147).
- 5 Diferenciação e homogeneização vão de par – uma particular localização se diferencia de qualquer outra somente por ambas pertencerem ao mesmo espaço, que é suficientemente homogêneo para incluir uma e outra – duas localizações não pertencentes ao mesmo espaço não são diferentes: elas não se comparam. Homogeneização e diferenciação formam a unidade dialética do processo de produção do espaço (ver também adiante).
- 6 A inutilidade, e mesmo desutilidade, dessas fortificações em torno das cidades não poderia ter sido demonstrada de forma mais vívida que durante as revoluções européias de 1848, quando do cerco de Viena: o inimigo –estudantes, trabalhadores e segmentos da classe média de Viena– estavam no *interior* dos muros,

- e as tropas do Imperador, *fora*. Onze anos mais tarde a mesma cidade forneceu mais um exemplo de reinterpretação de ‘segurança’ nas cidades, no edital de concurso de um dos primeiros planos de desenvolvimento urbano (ver Seção 8.4 em Deák, 1985, acerca do surgimento do planejamento), o concurso *Ringstraße*: “A influência do exército sobreviveu à queda das fortificações... O próprio edital de concorrência exigia a manutenção dos quartéis ao Sul da velha cidade, e o planejamento de novos ao Norte. A comunicação entre esses dois pontos militarmente significativos teria que ser concebida numa escala generosa para permitir rápido movimento de tropas” (Breitling, 1980:40).
- 7 O que se segue não se aplica a economias “locais” apenas – ou então, toda economia é local: “...a estrutura das economias locais pode ser vista como o produto da combinação de “camadas”, da imposição sucessiva, ao longo dos anos, de novas levas de investimento, novas formas de atividade” (Massey, 1984:117-8, formulado pela primeira vez em Massey, 1979).
- 8 A palavra ‘urbano’ e seus derivados não têm sido usados consistentemente na literatura atual. O significado predominante que se lhe associa tem sido “similar à cidade”, (cidadino), como, por exemplo, em Merrington, quem, após discorrer acerca da redução da dicotomia cidade/campo no capitalismo, fala de “desurbanização da metrópole” como sinônimo de “dissolução da cidade na região urbana” (Merrington, 1975:190) – o uso correto seria ‘urbanização da cidade’ ao invés de sua ‘desurbanização’. Da mesma forma, ‘urbano’ tem sido utilizado em contradição a ‘rural’. Entretanto, vimos que a dicotomia cidade/campo não foi meramente transformada no capitalismo (numa suposta dicotomia urbano/rural); senão ela foi completamente aniquilada, dissolvendo a ambos, a cidade e o campo, no espaço urbano. É por isso que “região urbana”, “economia urbana”, etc, não possuem qualquer conteúdo específico, como evidenciado pela falência das diversas tentativas de capturá-lo (para uma revisão e crítica destas tentativas, ver Ball, 1979). Para designar o que as cidades se tornaram, usamos ‘aglomeração urbana’ – uma expressão conveniente por aludir ao fato de se referir a concentrações de atividades de densidade acima da média, e, ainda, a que seus limites são indefinidos e irrelevantes, cujo traçado, se o caso se apresentar, depende de alguma definição arbitrária, como todos os planejadores de zoneamento de uso do solo bem o sabem.
- 9 “O preço natural (preço de produção) de uma mercadoria é simplesmente o preço que tem que ser pago, sob condições competitivas, para assegurar a produção dessa mercadoria em qualquer escala dada” (Rowthorn 1980:183-4, citado acima em parte). Nesta definição do preço de produção não é colocado, mas é evidente que “assegurar a produção” necessariamente deve incluir que essa mercadoria seja capaz de conquistar (pagar por) uma localização adequada para sua produção na escala apropriada.
- 10 Novos processos de produção frequentemente pagam pela localização na forma renda preferencialmente a preço, por razões discutidas no Capítulo 6 abaixo [de Deák, 1985- *N.A.*], e por razões similares frequentemente gozam de subsídios estatais. No caso de um laboratório ‘espacial’ (extraterrestre) planejado a que se referiu no exemplo, tais subsídios são antecipados na ordem de centenas de milhões de dólares. Uma nota adicional caberia aqui, devido a localizações terem sido associadas tão estreitamente, por tanto tempo, com uma base ‘natu-

- ral', indestrutível, etc. O pagamento por uma localização num satélite *poderia* parecer um pagamento correspondente a seu custo de produção, uma vez que ele é inteiramente 'feito pelo homem' (sem conteúdo 'natural'). Isso será retomado adiante; mas pode-se observar desde já que nada no exemplo aqui apresentado se alteraria se a mesma estação espacial a servir de suporte ao laboratório fosse estabelecida, digamos, na Lua.
- 11 Ou, de forma similar, "os meios de comunicação e transporte herdados do período manufatureiro logo se tornaram amarras intoleráveis para a Indústria Moderna" (*Capital I:363*).
- 12 Infraestruturas: que servem de suporte a unidades jurídicas de localização definidas ao nível da superfície terrestre, ou (quando definidas no solo) *lotes*. Superestruturas: construções dentro do lote, que podem (ou não) dar origem a localizações individuais derivadas, como apartamentos ou escritórios. A distinção relevante entre infraestrutura e superestrutura é que a primeira recai no âmbito do "público" – assim tanto sua produção como utilização são necessariamente realizadas coletivamente, enquanto a última pode ser produzida, distribuída e usada em posse por indivíduos, quer dizer, no âmbito da propriedade privada. No que se segue nos ateremos sobretudo à infraestrutura, mas é útil assinalar que a distinção entre infra- e superestrutura, assim como a precisa delimitação de uma 'localização', dependem ambas da maneira – que pode se adaptar à prática social ao longo do tempo – pela qual a propriedade privada é definida no território.
- 13 Onde podemos seguramente supor que a expressão final seja um deslize de pena, que deveria se ler: "...aumentam a capacidade produtiva do trabalho (a serviço do capital)".
- 14 Sweezy (1972):49ss.
- 15 Em oposição ao ponto de vista sustentado por Uno (1964) seguido por Sekine (1967) e outros, e que, tendo levado a lógica do *Capital* até suas últimas consequências, chega à conclusão de que uma 'sociedade totalmente capitalista' não pode se desenvolver por causa dos limites à mercadorização da economia. É apenas um passo lógico a mais, sustentar então que "o Estado burguês (é) uma instituição alheia ao capital" (Sekine, 1967:154).
- 16 Compartilhamos, aqui, o ponto de vista de Aglietta segundo o qual assim como o trabalho necessário, ou abstrato, tal também valor só pode ser definido ao nível social (Aglietta, 1976, especialmente pp.38-47). A despeito dessa visão, no entanto, o próprio Aglietta acaba restringindo valor à forma-mercadoria, na qual o trabalho socialmente necessário é *diretamente* validado, e a produção de valores de uso (não-mercadorias) entra apenas como uma *divisão de lucros*, que então pode ser inscrito de volta no campo do valor *a posteriori*, como "simplesmente um resultado *ex-post*, sem maior significado" (*op.cit.*, p.62).
- 17 Rowthorn deu uma demonstração formal desta equivalência em outro exemplo. Ele mostrou que se numa economia a força de trabalho no setor privado, E_p , é especializado e no setor educacional (governamental, 'improdutivo') a força de trabalho E_G não é especializado, e provê a especialização da primeira, o valor total no setor privado é $E_p (1 + E_G/E_p) = E_p + E_G$. "Este resultado poderia ter sido obtido diretamente considerando-se todo o trabalho realizado na economia como unskilled (isto é, 'trabalho abstrato homogêneo' –CD) e então simplesmente somando-se o trabalho realizado nos dois setores" (Rowthorn, 1980:241-2).

- 18 Isso na verdade vale também para as mercadorias que só ‘incorporam’ quantidades específicas de trabalho *concreto*, onde mesmo a quantidade de trabalho abstrato necessário para produzir uma mercadoria particular fica sem sentido, pois que o trabalho necessário só pode ser definido ao nível social em qualquer estágio prevalecente de desenvolvimento da produção. O não-reconhecimento disto deu origem ao assim chamado ‘problema da transformação’ – a transformação de valores em preços (ver, por exemplo, Kay 1979, Aglietta 1967 e uma interpretação deste último, Driver 1981). A propósito, note-se que Driver diz que Aglietta resolveu o problema da transformação (*op.cit*, p.162): melhor teria sido dizer que segundo Aglietta isto não é um ‘problema’, porque valores e preços não pertencem ao mesmo âmbito, ou espaço. De qualquer modo, se é mais difícil perceber que ‘valor de uma mercadoria’ é uma expressão sem sentido, porque *parece* que mercadorias possam ser produzidas individualmente, o mesmo se torna bem mais evidente no caso das localizações no espaço, que são simplesmente inconcebíveis isoladamente.
- 19 Apesar de que tenha sido largamente assinalado que a propriedade privada da terra seja essencial para privar o trabalhador de seus meios de subsistência, ou, o que é o mesmo, à existência do trabalho assalariado e portanto ao capitalismo, propostas de nacionalização da terra têm alcançado o nível do debate político, da Inglaterra (Massey & Catalano, 1978:16ss) ao Brasil (Singer, 1978) e ao Japão (Uno, 1964:102,108).
- 20 Hindess (1972):16 citado por Massey & Catalano (1978):52.
- 21 Ao mesmo título se poderia dizer então que salários são uma “dedução” dos lucros (como na formulação neo-ricardiana, onde salário é uma ‘variável distributiva’). Capital, é claro, comparece no mercado na forma monetária, na qual assegura as condições de produção: localização, meios de produção e trabalho. As proporções nas quais estes se manifestam na composição do capital total é um resultado da regulação da produção. Em particular, a organização espacial entra na regulação da produção por intermédio do pagamento pela localização que é uma parte do capital total *empenhado* como uma *condição* da produção. – Notemos, de passagem, que o pressuposto de que a renda, no capitalismo, pudesse ser paga ao final do período produtivo (implícito na conceção de que a renda é paga com base no ‘sobrelucro’) é uma idéia fantástica peculiar à teoria da renda, como aquela da existência de uma classe de terratenentes que possuem a terra mas nada mais (de forma que não podem ser capitalistas). Seguramente, a renda feudal era realizada (mais do que paga) durante o período de produção, e seu resultado aparecia ao final do mesmo, exatamente como no caso do sobretabalho do trabalhador assalariado. No entanto, o senhor feudal controlava o processo produtivo assegurando assim tanto a produção quanto a apropriação do excedente – uma condição que claramente não está presente no capitalismo, como todos os economistas clássicos e Marx faziam questão de enfatizar.
- 22 Isso não é um pressuposto necessário. De maneira mais geral, este exemplo se refere a uma queda temporária da taxa de mais-valia enquanto a produção é reorganizada, de maneira a permitir a recomposição da taxa de acumulação no futuro.
- 23 Deane & Cole (1967):231.

- 24 Os gastos somente em sua construção chegavam a perto de 10% do produto nacional (*op.cit*, p.239).
- 25 (*id.ibid.*) Mais adiante: “A indústria (de transporte) contribuiu para o crescimento do produto nacional não apenas em virtude de seus próprios incrementos de produtividade, mas também reduzindo os custos de outros ramos de indústrias.” Os custos de transporte de cargas a granel caíram para a metade entre 1820 e 1866, e fretes de cargueiros caíram mais de 40% de 1871 para 1911 – (*id.ibid.*).
- 26 Amery, Colin (1984) “City of dreadful height” *Financial Times* July 2:15.
- 27 Aglietta (1967):106.
- 28 Na Grã-Bretanha, “reivindicações de maiores gastos em projetos de infraestrutura tiveram forte presença” a uma conferência annual da Confederation of British Industry [o equivalente à CNI -*N.A*] reunida para apresentar à Primeira Ministra [Margaret Thatcher *N.A*] uma lista de prioridades da indústria britânica” (*Financial Times*, Nov.8 1984:6). Nos EE.UU, a manchete de capa trazia: “A Decadência da América (Suas Barragens, Pontes, Estradas e Sistemas de Água Estão Ràpidamente Desmoronando)” e apresentava uma estimativa de US\$ 3 trilhões como o “custo dos consertos necessários” (p.22). De fato, as despesas do governo americano em infraestrutura haviam efetivamente caído de 1973 a 1981 em cêrca de 25% em termos *absolutos* (p.27).
- 29 Esta frase remete aos capítulos 5 (subsequente) e 7 da tese de doutorado (Deák, 1985), que tratam do capital fixo; aqui omissas pelas razões mencionadas na introdução a essa Parte II.

O MERCADO E O ESTADO
na organização
espacial
da produção capitalista

6 O MERCADO E O ESTADO NA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA PRODUÇÃO CAPITALISTA

O debate sobre a teoria da renda, o preço da terra urbana —e conseqüentemente, o preço das próprias mercadorias—, a questão habitacional, a especificidade da regulação capitalista em contraposição ao planejamento socialista ou a atual crise do capitalismo tem o seguinte em comum: todas as questões assim levantadas estão relacionadas com a organização espacial da produção. Por esta razão, é conveniente, senão necessário, abordar tais questões a partir de um arcabouço teórico que inclua a análise da organização espacial da (re)produção capitalista desde o princípio, em vez de ser uma inserção de última hora como a ‘teoria da renda’ da Economia Política ou a ‘teoria da localização’ na economia vulgar¹. Propomo-nos aqui a substanciar essa posição e esboçar algumas teses de tal arcabouço, que admite ainda uma segunda característica básica: a de situar o antagonismo mais profundo e a própria força motriz do capitalismo no que se pode chamar de dialética da forma-mercadoria.

Na falta de se poder expor detalhes de uma teoria dentro dos limites de um artigo² utilizaremos algumas das questões acima referidas simplesmente como exemplos para ilustrar a abordagem em casos específicos. Espera-se, contudo, que através da sucessão de exemplos haja uma progressão, senão um movimento ininterrupto, dos níveis de abordagem concreto para abstrato, e que resulte num esboço coerente de uma teoria *em uso*.

Renda ou preço da terra?

A noção de que o preço da terra urbana se relaciona de alguma forma à ‘distribuição espacial’ da atividade humana constitui uma noção das mais intuitivas em decorrência da própria experiência cotidiana. Porém, para a Economia Política e também para Marx, o preço da terra é a ‘forma capitalizada’ de sua *renda* e conseqüentemente, a análise urbana tem sido obstruída até hoje pela ortodoxia em relação à teoria de renda. Durante a década de 1970 o interesse nessa ‘teoria’ encontrava-se no seu auge. Contudo, as várias tentativas de aplicação da teoria de renda à análise urbana falharam e uma linha crítica, potencialmente mais promissora e acompanhada de acalorado debate, esgotou-se sem chegar a sua conclusão³.

O argumento em favor da rejeição da teoria da renda pode ser resumido como segue^{**}. No estágio inicial do capitalismo, a categoria de renda feudal foi transposta para a análise do capitalismo pela Economia Política (Smith, Stewart) junto com o *fantasma* da classe dos senhores feudais, a classe dos ‘proprietários de terra’. Membros desta classe mantêm um suposto monopólio de alguns dons da natureza –notadamente da terra–, a renda sendo o pagamento que eles conseguem extrair dos capitalistas pelo uso dos ‘poderes produtivos’ “originais e indestrutíveis” do solo. A renda da terra, tendo sido assim promovida ao *status de categoria* com base em tal conceituação, foi então analisada sob o pressuposto do equilíbrio (como na teoria da renda diferencial de Ricardo, que se tornaria hegemônica e da qual o próprio Marx não iria conseguir se livrar). Uma vez que o pressuposto do equilíbrio implica, por sua vez, a perfeita fluidez de capitais (permitindo a passagem de um equilíbrio para outro, instantaneamente, e sem custo), a teoria da renda não pode sequer abordar a questão da transformação do uso do solo, onde o fato crucial é a rigidez dos capitais materializados em processos concretos (individuais) de produção⁴.

Para se ter uma idéia de todo o peso de suas limitações, recorde-se que o marginalismo consiste precisamente na generalização da teoria da renda para a economia como um todo⁵. Na época de Ricardo tal desenvolvimento era apenas uma possibilidade, mas não passou despercebido para muitos e precisamente por essa razão,

Ricardo conquistou a Inglaterra tão completamente como a Santa Inquisição conquistou a Espanha, (Keynes, 1936, p.32)

Para a burguesia, que tinha acabado de dar um importante passo na conquista do poder político através da extensão do sufrágio com a aprovação do *Reform Bill* (1832) e que agora estava em posição de impor qualquer política que fosse de seu interesse – a rejeição das Leis dos Cereais (*Corn Laws*) e a vitória do livre-comércio (*Free Trade*) viriam logo a seguir –, era da maior importância que o capitalismo fosse visto como uma ordem natural e ser ‘analisado’ a partir do pressuposto do equilíbrio (harmonia, comunidade de interesses [*commonwealth*] etc, os próprios pilares da ideologia liberal), um arcabouço no qual a teoria da renda seria a peça central. *Para a crítica*, o mesmo reconhecimento conduz à necessidade de eliminação da teoria da renda da análise dos processos que regulam –especialmente ou não– a produção capitalista.

O abandono da teoria da renda deixa um vácuo que tanto permite quanto exige ser preenchido por novas categorias. No que tange à ‘terra’ é preciso ressaltar, de início, que no capitalismo não se paga pela terra enquanto tal e muito menos enquanto ‘recurso natural’, senão enquanto uma *propriedade* que permite o uso de uma determinada porção da Terra em exclusividade individual. Uma vez que a terra é uma propriedade privada, ela pode ser comprada e vendida e, portanto, comanda um preço. Tal preço não pode ser visto como uma forma ‘capitalizada’ de renda em vista do desaparecimento desta categoria com o advento do capitalismo; ao contrário, deve ser analisada diretamente enquanto categoria por direito próprio. Contudo, não há relação social específica correspondente ao preço da terra a não ser a propriedade privada – uma pré-condição da própria relação capital. A especificidade do preço da terra, em relação ao preço das mercadorias em geral, reside na sua vinculação tanto com a produção quanto com o uso do espaço e, de fato, o preço da terra é governado pela necessidade da organização da produção por sobre o espaço.

Espaço e localização

Categorias são formas de ser, características de existência.

Marx

O espaço não é uma ‘nova dimensão’ da reprodução em sociedade – ainda que a organização espacial tenha-se tornado uma preocupação somente no estágio da acumulação predominantemente intensiva do capitalismo. Engels disse que *matéria sem movimento* é tão inconcebível quanto *movimento sem matéria*; é apenas um corolário dizer-se que *produção material sem espaço* é tão inconcebível como *matéria sem movimento*. Toda sociedade necessita de um território para viver; com a divisão social do trabalho este território é estruturado em espaço⁶. Os conceitos de *localização* e *espaço* derivam da prática social da produção e reprodução dentro de uma divisão de trabalho, característica de um modo de produção.

Designamos por ‘espaço’ no capitalismo, o território de um mercado unificado no qual a forma-mercadoria se generalizou. Tal espaço encerra *localizações*, uma localização sendo o *locus* de um processo individual de produção (ou de reprodução). A especificidade de um espaço concreto é definida pelas relações entre suas localizações⁷. Tais relações se materializam em estruturas físicas: trilhas, estradas, fios, cabos, tubulações, satélites e assim por diante. Por sua vez as localizações em si se materializam em extensões finitas, delimitadas do território, cuja expressão elementar é a forma jurídica da propriedade – um pedaço de terra ou uma unidade de área construída⁸. Todos esses elementos precisam ser construídos através do dispêndio de trabalho humano. O espaço urbano e as localizações ali contidas são, portanto, produtos históricos. A terra *enquanto* localização, longe de ser uma dádiva da natureza, é um produto do trabalho que continuamente (re)produz o espaço de acordo com os requisitos sempre mutantes da acumulação.

A categoria *renda da terra* dá lugar assim à categoria pagamento pela *localização*. Este último pode tomar, como historicamente tomou de fato, a forma de renda ou a forma de preço, de acordo com o *período* e o *nível* de controle exercido sobre a localização



1964



1970



1980



1990

BRASIL, Rodovias pavimentadas, 1964-90 -A unificação do espaço no território nacional teve por suporte físico, no caso do Brasil, a rede de rodovias, construída em algo como três décadas. Essa rede unificou o 'arquipélago de ilhas' econômicas e possibilitou o abastecimento do mercado interno pela estrutura produtiva nacional. A configuração geométrica da rede reflete claramente o fato dessa produção estar concentrada em São Paulo.

Fonte: IBGE, vários anos, compilados: para 1964, 70 e 80 em Schiffer (1989) e para 1990, em Schiffer (1992).

enquanto condição de produção. Já mostrei em outro lugar⁹, que o preço é a forma compatível com a forma-mercadoria plenamente desenvolvida, sendo a renda uma forma subsidiária em casos como, em particular, nos estágios inicial e final de desenvolvimento de ramos industriais específicos onde a forma-mercadoria ainda não se desenvolveu plenamente ou onde ela já ultrapassou sua maturidade. Aqui lembremos apenas que *qualquer* condição duradoura de produção pode ser arrendada, com o resultado de transformar o correspondente capital fixo em capital circulante – o arrendamento da terra sendo apenas um caso particular de tal transformação.

Prosseguindo, a própria localização pode assumir várias formas, das quais a ‘terra’ é sem dúvida a mais comum, porém de modo algum a única. Uma característica peculiar do espaço contemporâneo consiste precisamente na variedade crescente das formas nas quais as localizações podem materializar-se: além da terra pode-se ter localizações (*loci* de processos individuais de produção) no ar; no mar, no solo marinho ou em satélites artificiais. Sendo uma condição necessária de produção (ou reprodução), e sendo colocadas no mercado, conquanto não *produzidas*, como mercadorias, o direito de seu uso será pago, seja na forma de renda, seja na forma de preço. Em todos esses casos, nos confrontamos com uma das muitas formas de materialização de uma mesma categoria, a saber, da categoria de pagamento pela localização.

O pagamento pela localização: um meio de organização espacial da produção

Chegamos assim à conceituação do preço da terra como sendo um meio da organização (espacial) da produção, da mesma forma como o é o preço das próprias mercadorias. Esta última idéia é colocada com clareza na definição de Rowthorn:

O preço natural [isto é, o preço de produção, CD] de uma mercadoria é simplesmente o preço que deve ser pago, em condições competitivas, para garantir a produção de tal mercadoria numa dada escala¹⁰.

Precisamos acrescentar apenas que “garantir a produção” deve seguramente incluir uma localização que por sua vez deve ser

paga, de maneira que o pagamento pela localização está incluído no preço de produção de uma mercadoria juntamente com os meios de produção, matéria-prima e trabalho. Conseqüentemente, o preço da produção determina, juntamente com a técnica (escala) de produção, o nível de pagamento pela localização e, portanto, a inserção ('localização') do respectivo processo individual de produção no espaço urbano. Note-se que esta última determinação não *precede* nem segue a determinação de um suposto processo de produção 'como tal', ou seja, sua determinação em tudo *exceto* a localização. De fato, ambas determinações são simultâneas e, na verdade, um processo concreto de produção é inconcebível sem uma localização onde possa se dar¹¹.

Na medida em que a produção é regulada pelo mercado, o preço da localização desempenha seu papel na distribuição espacial dos processos individuais de produção e reprodução. No entanto, a regulação não se dá exclusivamente através do mercado. Se a noção acerca da "natureza anárquica" da produção capitalista nunca significou a total ausência de intervenção do Estado no funcionamento da "mão invisível" de Adam Smith¹², no estágio de acumulação predominantemente intensiva tal noção deve ser definitivamente descartada. Já em 1891, Engels dava conta de que o capitalismo não podia mais ser visto como desprovido de planejamento. "Esta idéia se tornou obsoleta; desde a existência de trustes, a ausência de planejamento desaparece"¹³. Conforme prosseguia o desenvolvimento do capitalismo, ampliava-se o papel da intervenção do Estado no âmbito da produção, para não falar de seu papel na reprodução das condições 'não-econômicas' da produção¹⁴, muitas das quais pertencem precisamente ao âmbito da produção e do controle do uso do espaço.

O que é verdadeiro para a organização da produção em geral vale também para a organização espacial em particular. Assim como o fluxo de capital entre empresas e ramos industriais é regulado em grau menor ou maior (de acordo com o estágio da acumulação) através de impostos, subsídios, intervenção direta, regulação afetando a concentração e a centralização do capital, controles nas fronteiras nacionais e assim por diante, da mesma maneira a localização espacial é enquadrada mediante zoneamento legal,

impostos e taxas de localização, empreendimentos públicos etc, de modo que o preço da localização exerça sua função de organização apenas dentro daquilo que ainda resta de ‘liberdade’ ao mercado. O preço da terra – a forma dominante de pagamento pela localização – torna-se assim um dos meios de organização espacial da produção juntamente com outros meios, tais como as ações normativas, indutivas e coercivas do Estado. Da mesma maneira em que a regulação econômica se dá através de uma combinação de forças do mercado e planejamento, a regulação espacial se exerce por uma combinação dos mesmos processos, que se concretizam, respectivamente, no preço da localização e na intervenção do Estado. A combinação particular dos diversos meios de regulação utilizados em uma época histórica específica é determinada pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas, ou mais precisamente, do antagonismo entre a produção de valores de uso *enquanto* valores de troca (isto é, a produção de mercadorias) e a produção direta de valores de uso. Como será discutido adiante, um dos aspectos da crise atual diz respeito ao aumento do papel do Estado na regulação do capitalismo até um ponto que coloca em questão a própria primazia da forma-mercadoria, o que delinea uma perspectiva de abordagem para análise do pagamento pela localização e em particular, do preço da terra na aglomeração urbana.

Organização espacial em estágios específicos de desenvolvimento

É de evidência elementar que *para uma dada diversificação do espaço* (e portanto, para mesma intensidade de regulação necessária), quanto mais a organização do espaço for exercida através de intervenção estatal, menos sobra para ser organizado pelo preço – que será então mais baixo – e, reciprocamente, quanto menos intervenção direta houver na regulação espacial, maior a responsabilidade do preço das localizações o qual deverá então apresentar maiores diferenciais e, portanto, cobrirá um campo de variação maior – em outras palavras, o preço das localizações será mais elevado. Um exemplo histórico eloqüente e que ilustra o que precede foi fornecido pela introdução do *Novo Mecanismo Econômico* (NME)

na Hungria¹⁵. Em Budapeste, o preço do solo tinha se mantido estacionário e baixo, quase que puramente nominal, por cerca de duas décadas depois da II Guerra Mundial. A localização de atividades (empresas estatais, e até unidades residenciais) era regulada mediante planejamento altamente centralizado, virtualmente por decreto. Com a introdução do NME em 1968, os preços do solo na capital dispararam, para em alguns casos superarem em até dez vezes, os níveis anteriores ao NME, em um movimento cuja causa, no caso de Budapeste, não pode ser atribuída ao rápido crescimento, nem demográfico, nem da produção (que efetivamente impõe uma necessidade maior de regulação espacial), de vez que o crescimento era virtualmente nulo. Uma clara explicação do referido movimento é fornecida, contudo, pela simples descrição da natureza da mudança ocasionada pelo NME:

A essência da reforma econômica húngara de 1968 pode ser resumida como sendo a introdução de orientação *indireta* através de reguladores econômicos (preço, crédito, política fiscal e salarial) em lugar de uma orientação *direta* das unidades econômicas de instruções (Kemenes, 1981, p. 583).

Entre as tendências mais recentes do capitalismo contemporâneo, além do fortalecimento do papel da intervenção do Estado, pelo que até aqui entendemos implicitamente Estado nacional, outra transformação de longo alcance atualmente em curso refere-se precisamente ao papel do Estado nacional dentro do capitalismo mundial. Embora a acumulação de capital nunca mais e em nenhum lugar foi tal processo relativamente autônomo como nos primórdios do capitalismo na Inglaterra, pois a introdução da produção capitalista em novos centros de acumulação como Alemanha, França ou Japão foi em boa medida induzida pela pressão dos focos de irradiação constituídos pelos centros mais antigos – exercida pela Inglaterra e mais tarde pelos Estados Unidos¹⁶, os processos mais fundamentais do capitalismo, como a imposição da relação salarial e a unificação do mercado, se restringiram por ora essencialmente ao quadro institucional da nação-estado. Hoje, contudo, e qualquer que seja o desfecho da presente crise, é pouco provável que a reprodução e a reestruturação do capital possam continuar no relativo isolamento dos níveis nacionais no qual – e não obstante as várias tentativas de regulação supranacional a partir do início deste

século – tais processos permaneceram até hoje. Se é que as condições para a acumulação capitalista possam ser restabelecidas, isto deverá se dar com base em planejamento e controle transnacionais consideravelmente ampliados, o que por sua vez requer um quadro também supranacional de infra-estrutura institucional. É possível que então a organização do espaço deva ser analisada com base em novas premissas em que um nível internacional venha a ser imposto e sobreposto aos níveis regionais ou locais de organização espacial, mas tais transformações ainda são por demais embrionárias e não poderiam ser analisadas por antecipação. Nesta interim, o espaço econômico nacional, onde o livre fluxo de capital e trabalho é assegurado e onde prevalece uma relação-salário específica, continua sendo o objeto principal da organização espacial, o que, por sua vez, estabelece o referencial para a análise do preço da terra.

Valor de uso e valor do espaço e da localização

A abordagem segundo a qual o preço da terra não é uma renda paga pelo uso de uma ‘dívida da natureza’ senão um pagamento pela localização em um ambiente produzido pelo homem, permite um reexame das questões do *valor de uso* e *valor* das localizações, da produção do espaço e, finalmente, do papel desse último no processo de acumulação. Começamos pelas implicações do ‘teor de trabalho’ do espaço, tanto no que se refere ao valor da localização quanto à determinação do nível de pagamento pela mesma.

O importe do fato de que o espaço é produto do trabalho não é tanto que o espaço urbano perde seu conteúdo ‘natural’ – por certo seu estofo é matéria encontrada na natureza – senão, antes que quaisquer que sejam as transformações pelas quais os elementos constitutivos ‘originais’ da natureza que constituem o espaço tenham passado até uma determinada época, os mesmos elementos ‘naturais’ e o produto de trabalho passado podem ser novamente transformados, de maneira que não há elemento permanente no espaço. Daí a futilidade de tentativas de descobrir o elemento natural no espaço, como no caso da teoria de renda, ou de determinar a quantidade de natureza e a quantidade de trabalho ‘contidos’ no espaço em

determinada época histórica específica para medir seu valor, como no caso da teoria do valor

* No sentido de devir ('what is becoming', no original

—NA)

Tanto a teoria de renda como a teoria do valor são, na verdade, abordagens que procuram determinar o que *é* ao invés de o que *está se tornando*,* ambas, portanto, voltadas à análise de situações em vez de processos. Em última instância, ambas implicam o conceito de equilíbrio, como se um equilíbrio (de processos produtivos, de distribuição espacial de atividades etc.) pudesse instantaneamente se formar a partir de uma estrutura vigente – apenas para ser substituído no instante seguinte. Nossa própria abordagem aqui enfoca, antes, as *transformações* lavradas no espaço pelo trabalho em resposta às exigências mutáveis do desenvolvimento das forças produtivas que acompanham o processo de acumulação. Na verdade, a produção do espaço *é* transformação do espaço no sentido estrito, em que o produto final da intervenção no espaço não é alguma estrutura particular ('nova'), senão a própria transformação *em si* das relações que constituem o espaço. As estruturas físicas que se materializam no processo podem permanecer – e partes das mesmas permanecem de fato – inalteradas durante algum tempo, mesmo que somente aguardando serem, por sua vez, transformadas, assim que necessidade para tal se faça sentir. Mesmo enquanto permanecerem fisicamente inalteradas, contudo, tais partes da estrutura alteram-se ainda assim *enquanto valores de uso*, com o desenvolvimento do processo de produção (bastaria lembrar as Sete Maravilhas do Mundo, por exemplo).

Analogamente, conquanto uma localização não é consumida em produção, ao nível individual, as localizações tornam-se ainda assim obsoletas através do tempo, devido, tanto ao desgaste físico, como pelo fato de que as inovações tecnológicas que acompanham o desenvolvimento da produção implicam mudanças nos requisitos da produção e reprodução, às quais o espaço – se não, a localização individual – precisa constantemente ser adaptado mediante trabalho adicional. Portanto, nenhuma localização particular é (como a forma-preço de pagamento pela mesma poderia sugerir) uma condição 'permanente' de produção, nem possui um valor de uso intrínseco: o valor de uso de uma localização é incessantemente transformado e as atividades econômicas individuais precisam, por sua vez, se

adaptar às mudanças do espaço urbano – o que constitui o próprio processo de transformação do uso do solo. Elas devem vir de novo ao mercado como ‘consumidoras’ barganhando por localizações adequadas. Na verdade, a intervenção no espaço – a produção do espaço – consiste em transformação, mais do que, seja em conservação de estruturas existentes, seja em alcançar alguma estrutura ou ‘situação’ particular, que somente poderia ser concebida como um ‘ideal’. O que o desenvolvimento do processo de produção requer, pelo contrário, é a incessante transformação do espaço.

O valor do trabalho despendido na produção do espaço dissipa as objeções – como aquelas levantadas na Economia Política clássica no âmbito da teoria de renda – contra o fato de o pagamento pela terra entrar no preço de produção das mercadorias. O tempo de trabalho despendido na produção do espaço é socialmente validado indiretamente e ao nível agregado através do consumo das mercadorias produzidas por sobre o espaço como um todo. A correspondente transformação do espaço dá origem a novos níveis de pagamento pelas localizações contidas nesse espaço e que serão ocupadas por novos processos individuais (na mercadoria, na quantidade e na técnica) de produção. Tais pagamentos são incorporados ao preço de produção da mercadoria de maneira que o trabalho despendido na transformação do espaço seja finalmente validado nesta forma, mediante o consumo de mercadorias. ‘Valor de uma localização’, no entanto, não tem significado, *dado que nenhuma porção do espaço encerra um conteúdo específico de trabalho abstrato*: todo trabalho desempenhado sobre qualquer porção particular do espaço redefine (transforma) o espaço urbano como um todo¹⁷. Conseqüentemente – e da mesma maneira que no caso de mercadorias – o preço de uma localização não se origina em (e muito menos é regulado por) um suposto valor dessa localização, mas simplesmente no requisito de organização da produção sob as condições vigentes de competição entre capitais.

O pagamento pela localização e o processo de acumulação

Seguindo a linha da teoria de renda, o preço localização (sob a forma de preço da terra) tem sido visto como barreira à acumulação, dando

origem a teses amplamente difundidas (e, curiosamente, amiúde acompanhadas da idéia de socialização) sobre a nacionalização da terra, como maneira de ‘aumentar a eficiência’ da acumulação capitalista. Muito embora tenha sido também sobejamente assinalado que a propriedade privada da terra é essencial para a separação do trabalhador de seus meios de subsistência, isto é, para a própria existência do trabalho assalariado e, conseqüentemente, do próprio capitalismo, propostas no sentido de abolir a propriedade privada da terra atingiram o nível de debate político da Inglaterra (Massey & Catalano, 1978, p. 16 ss) ao Japão (Uno, 1964, p. 102, 108) não sem passar também pelo Brasil (Singer, 1978). Uma forma arquetípica do argumento utilizado reza que:

(...) o preço de compra da terra (renda do solo capitalizada sob a ficção [*sic*] legal do valor da terra) tem o efeito de retirar capital do investimento na produção agrícola. A propriedade privada da terra (grande ou pequena) constitui um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas na agricultura¹⁸.

Antes de passar a avaliar esta visão, examinemos um pouco mais as condições nas quais a acumulação se dá. Nem o trabalho que produz a estrutura espacial, nem o trabalho que produz a infra-estrutura político-administrativa¹⁹ estão explícitos na clássica fórmula da valorização:

$$VE = V + VS$$

na qual a relação-salário divide o trabalho abstrato total²⁰ ou valor total do trabalho da sociedade V/E, no valor da força de trabalho V e a mais-valia VS, no interior tão-somente da produção de *mercadorias*.

Vimos que a produção do espaço não pode ser ‘governada pela lei do valor imposta num mercado’ (ou mais simplesmente, governada pelo mercado) e portanto precisa ser levada ao plano coletivo. Um *quantum* da força de produção da sociedade (trabalho abstrato) é dedicado anualmente à produção da somatória de todas as mudanças nas infra- e superestruturas físicas²¹ exigidas para adaptar o espaço urbano aos requisitos da produção e reprodução. O tempo de tra-

balho despendido na produção do espaço durante um certo período representa o valor desse último. Tal valor, longe de ser uma dedução de uma mais-valia, que sem essa dedução pudesse de alguma forma ser maior (o que seria a mesma falácia que dizer, como na linha neo-ricardiana, que salários são uma ‘dedução’ dos lucros): é, pelo contrário, uma das próprias condições de produção da mais-valia. Sem a transformação do espaço não pode haver produção sustentada, de modo que o trabalho despendido na produção do espaço é tão necessário quanto o trabalho despendido na reprodução da força de trabalho e dos meios de produção, e o mesmo vale, também, para todos os demais trabalhos necessários para manter o aparelho do Estado, isto é, para reproduzir a infra-estrutura legal, política e administrativa da produção. Para explicitar essas parcelas do trabalho social, podemos então dividir o trabalho necessário total V em suas partes constituintes e escrever:

$$V = W + VL + VT$$

onde W é o trabalho despendido na reprodução da força de trabalho (‘bens de salário’) e nos meios diretos de produção (‘bens de capital’ e matéria-prima) consumidos na produção de mercadorias, enquanto VL e VT são os tempos de trabalho despendidos na produção do espaço e em todas as outras atividades do Estado, respectivamente. A fórmula da valorização torna-se então:

$$VE = (W+VL+VT) + VS$$

sendo a taxa de acumulação:

$$e = \frac{VS}{V} = \frac{VS}{W+VL+VT}$$

Agora podemos voltar à questão de o pagamento pela localização ser um entrave à acumulação e à questão de uma eventual nacionalização da terra. Fica claro pelo exposto acima que nem o pagamento pela localização entrava, nem sua ‘abolição’ iria ajudar a expansão do capital: do ponto de vista da acumulação, só o que importa nesse particular é o montante de trabalho abstrato (social) despendido

na produção do espaço como proporção do trabalho necessário²². Isto significa que a única coisa que poderia acelerar a acumulação nessa área seria a redução do tempo de trabalho necessário para produzir o espaço, L/V , reduzindo assim o tempo de trabalho total necessário V e já vimos anteriormente que isto não tem nada a ver com o preço da terra.

Se a terra não tivesse preço (e a regulação espacial fosse exercida mediante planejamento central, uma suposição tão absurda quanto uma completa anarquia da produção), a diferença seria apenas que a quantia de *dinheiro* correspondente aos pagamentos pelas localizações seria retirada de circulação – e a expressão monetária do trabalho abstrato (isto é, o ‘valor’ do dinheiro) iria mudar de acordo²³. A quantidade de trabalho despendido, as técnicas de produção e finalmente a taxa de acumulação $V/S/V$ permaneceriam as mesmas. Somente se alterariam, portanto, as *denominações* sob as quais os fluxos de capital seriam efetuados (excluindo, no último caso, a denominação ‘preço da terra’ ou ainda, no caso de meras variações no nível do preço da terra), tais como as provenientes de normas legais como zoneamento de uso do solo que não eliminam o preço da terra, mas interferem na sua magnitude as *proporções* dos mesmos fluxos que compõem o capital investido em produção, porém sem afetar $V/S/V$ nem mesmo a taxa de lucro, $V/S/W$.

Vale observar que, incidentalmente, o argumento por trás da idéia de planejamento ‘racional’ é o mesmo a sustentar que a ‘renda’ constitui um entrave à acumulação: o planejamento através do zoneamento de uso do solo, empresas públicas etc.. – tornaria a produção ‘mais eficiente’. O que precede permite-nos concluir, no entanto, que o planejamento – uma das formas de intervenção do Estado – não surge no sentido de aumentar a ‘eficiência’ da produção (digamos, elevar a taxa de acumulação) que sem ele seria ‘mais baixa’, senão antes, nasce da pura necessidade imposta pelos limites à mercadorização da economia. Em outras palavras, a intervenção do Estado não torna a produção de mercadorias mais eficiente, senão que a torna sequer possível, ao assegurar as próprias condições de sua existência.

O processo urbano

(...) Mas agora o mercado triunfou sobre a comunidade.

Christopher Hill, *Reformation to industrial revolution*

A abordagem das questões levantadas até aqui com respeito à organização espacial mostrou que a produção do espaço urbano deve sua especificidade em relação à produção de mercadorias ao fato de que o espaço não pode ser produzido como valor de uso individualizado metamorfoseado em valor de troca, isto é, ele não pode ser produzido como mercadoria. Isto nos leva à própria questão dos limites à generalização da forma-mercadoria. A generalização da forma-mercadoria constitui uma das tendências mais profundas do capitalismo dado que tem suas raízes na própria relação-salário. Esta tendência gera sua própria contratendência, antagônica, e que a nega, de modo que a produção dos valores de uso *enquanto valores de troca* precisa ser complementada pela produção de valores de uso *enquanto tais*. A dialética da forma-mercadoria assim definida não se restringe à organização do espaço, senão que domina a produção e reprodução sociais como um todo, até o ponto da reificação das relações sociais²⁴. Isto permite uma ampliação correspondente de nossa abordagem, de maneira a abarcar o que se poderia chamar também de processo urbano, sendo nada mais que o capitalismo contemporâneo²⁵.

A primazia da forma-mercadoria e o processo de reificação das relações sociais impõem que a regulação da produção capitalista seja efetuada em primeira instância pelo mercado e em segunda instância pela intervenção do Estado, a combinação específica de ambos sendo determinada pelas condições de mercadorização da produção de acordo com o estágio de desenvolvimento das forças e relações de produção. A Economia Política conseguiu isolar o setor de mercadorias da ‘economia’ e se restringir à sua análise²⁶, ao preço de paulatinamente excluir tanto o Estado como a organização espacial, à medida mesma do desenvolvimento de ambos esses últimos. O estudo da produção em suas localizações no espaço urbano, no entanto (e dizer: “o estudo do capitalismo contemporâneo” seria dizer o mesmo), torna *manifestamente* impossível sequer tentar

tal separação. É inconcebível um ‘setor mercadoria’ na produção do espaço e, inversamente, categorias ‘puramente econômicas’, tais como produção, consumo e troca, derivadas da produção de mercadorias apenas, se dissolvem em atividades urbanas ou usos do solo. Enquanto a localização ainda pode ser postulada como uma mercadoria a ser comercializada em um (conquanto restrito) mercado, a produção do espaço escapa ao processo de mercadorização e cai inteiramente no domínio do social, a ser desempenhada ao nível coletivo²⁷.

A totalidade das condições materiais da vida reemerge no processo urbano. À condição de não se excluir do processo urbano, desta vez, seu *core* e raiz na produção de mercadorias e o restringir a ‘movimentos sociais’²⁸ (isto é, a forças sociais de produção não ancoradas nas relações de produção), o processo urbano adquire uma especificidade como sendo a crise decorrente da ameaça direta à reificação das relações sociais e à primazia da forma-mercadoria. Os limites à mercadorização não advêm somente da necessidade de organização espacial, mas o estudo da organização espacial projeta tais limites em contornos particularmente nítidos ao colocar em evidência o papel necessariamente crescente da produção e regulação coletivas na produção social. Isto não deve ser obscurecido por todas as tentativas de preservação das relações (capitalistas) de produção, impondo e re-impondo a forma-mercadoria e a regulação do mercado, nem pelo disfarce do Estado por trás do ‘interesse geral’, ou ainda pelo escamoteamento da flagrante violação das relações sociais reificadas pela intervenção do Estado por trás do véu da ‘racionalidade’. Incidentalmente, tais tentativas explicam a retórica (liberal) de planejamento que acompanha a intervenção estatal, que ostensivamente se submete ao princípio da regulação do mercado, enquanto – no intuito de preservá-lo – é forçada a circunscrevê-lo cada vez mais²⁹.

Contudo, por mais liberal que seja, a retórica não pode reverter a (contra-)tendência de estreitamento dos limites à produção de mercadorias. ‘Crises de acumulação’ podem ser superadas através de uma desvalorização geral do capital e de uma reorganização da produção e da reprodução (em meio a um processo em que, ele próprio, está longe de estar isento de intervenção estatal)³⁰. Mas a

dialética da forma-mercadoria não é simplesmente um movimento pendular no qual períodos de retração da forma-mercadoria podem ser seguidos pelo seu restabelecimento, meramente através de sua reafirmação como forma dominante, tanto na produção, como nas relações sociais. A análise da organização espacial revela que o aumento da intervenção do Estado, ou da produção direta de valores de uso, só se reforça com o desenvolvimento da produção, pois quanto mais o espaço for diferenciado por força da produção de *valores* (incluindo a mais-valia postulada como ‘lucro’), maior a necessidade de homogeneização do espaço através da produção de *valores de uso*. A implicação ou a última conseqüência da retração da forma-mercadoria não é uma limitação ao aumento da produtividade do trabalho e portanto, à reprodução ampliada, senão antes, a cessação da primazia da forma-mercadoria na produção e a superação da reificação das relações sociais como princípio dominante na organização social. Enquanto isso, o antagonismo entre a forma-mercadoria e a intervenção do Estado continua sendo a força motriz da acumulação intensiva ou, em outras palavras, do processo urbano capitalista.

Notas

* Meus agradecimentos a Mike Edwards e Jörn Janssen pelos valiosos comentários a uma versão anterior do texto. –Sua versão em português foi publicado em Deák (1989).

** O mesmo argumento foi exposto mais detalhadamente em Deák (1987) “Uma interpretação histórica da teoria da renda” [aqui: Capítulo 4 –CD], Revista de Desenvolvimento Urbano e Regional 2(1):41-57 (N.do A.).

1 *Economia vulgar*: como definida por Marx, ou seja, aquela que “chafurda no interior do arcabouço aparente [das relações de produção], ruminando incessantemente material há muito revelado pela economia política científica, e procurando aí explicações plausíveis dos fenômenos mais rudimentares, para o uso caseiro da burguesia” (n.34, Cap.1 do *Capital I*. Vale acrescentar que seria um equívoco grosseiro atribuir as platitudes da economia vulgar à simples ignorância de seus produtores e promulgadores. Por sua substituição da essência pelas aparências, a economia vulgar, ensinada nas escolas e difundida pelos meios de comunicação, é poderoso instrumento de produção da apologética do capitalismo e da ideologia burguesa.

2 Um relato mais completo pode ser encontrado em Deák (1985).

3 No primeiro grupo ver, por exemplo, Lojkine (1971), Alquier (1971), Lipietz (1974), Edel (1975) e Broadbent (1975). Para crítica e debate ver Ball (1977), Murray (1977,8), Fine (1979), Ball (1980) e Fine (1980b). Ao revisar este artigo em 1988

pareceu-me que um comentário adicional seria pertinente. A parte anterior (original) desta nota refere-se à situação nos meados de 1982 quando eu estava finalizando minha própria crítica e interpretação histórica da teoria da renda, que se tornaria a Parte I de minha tese de doutoramento, concluída três anos mais tarde (Deák, 1985), cujas demais partes se voltam à análise da transformação do processo individual de produção (incluindo uma abordagem do capital fixo e da substituição de técnicas de produção) em geral e à transformação do uso do solo (incluindo o anterior, mais o pagamento pelo uso da localização) em particular. Até onde eu vejo, contudo, a situação não se alterou muito desde então. Chamaram minha atenção para Ball et *alii* (Ed, 1985), por exemplo. No entanto, por mais contribuições efetivas que a mesma traga à abordagem de algumas questões urbana, e que não são poucas, essa coletânea é tudo menos uma ruptura decidida com a teoria da renda. Este não é o lugar para substanciar esta opinião e assim posso apenas ilustrá-la lembrando tão somente o título do livro: *Land rent, housing and urban planning* (Renda da terra, habitação e planejamento urbano). Concluindo esta nota quero reiterar que meu objetivo aqui não é meramente advogar uma ‘visão crítica’ em relação à teoria da renda, senão, *adicionalmente*, mostrar que a crítica da teoria da renda conduz à rejeição dessa última de uma vez por todas; e ainda, ilustrar os caminhos abertos por tal rejeição para a análise do processo de produção em geral, aí incluída sua organização espacial em particular (N do A, 1988).

- 4 Igualmente, a Economia política não pode analisar a transformação do processo individual de produção. Mesmo em Marx, e não obstante a sugestão correta contida no conceito de desvalorização, o tratamento do capital fixo/circulante fica ausente de toda sua obra. Foi Engels que inseriu no vol. III de *O capital*: “A única distinção essencial em seu capital que o capitalista percebe se refere ao capital fixo ou circulante” (Marx, 1959 ed, p.75), que no entanto, junto com o exemplo numérico que a segue, permanece uma observação isolada.
- 5 Fine (1980a), p.145ss.
- 6 No comunismo primitivo, onde a produção não é individualizada, não é necessário que o território esteja estruturado em espaço. É claro que os membros e os objetos da comunidade não deixam de se movimentar dentro do território, mas este é usado em sua forma natural sem ser transformado através do trabalho: não se individualizam localizações. É isso que permite a tais comunidades migrar com facilidade de um território para outro sob efeito de algum impulso externo, como, por exemplo, uma agressão por parte de outra comunidade ou sociedade, ou as meras variações sazonais da natureza. Um pequeno número de tais formas de sociedade sobrevive até hoje, como, por exemplo, alguns grupos indígenas da própria região amazônica, aos quais ainda resta um território suficientemente extenso para sustentar sua forma ‘nativa’ de vida.
- 7 O plano cartesiano nada mais é que a representação matemática do espaço de um mercado unificado, onde os pontos são definidos em relação a *um único sistema de referência*. A especificidade de tal espaço é definida por uma métrica, isto é, pela maneira pela qual são medidas as distâncias entre seus *pontos*, uma representação abstrata das localizações.
- 8 Note-se que a forma mais simples de localização: um lote ou gleba, já constitui por si só um produto social materializado, se em mais nada, em um título legal escrito – cujo peso concreto foi duramente sentido por um sem-número

de lavradores independentes na Inglaterra do século XVII, depois da abolição dos direitos feudais e da instituição do direito burguês (a propriedade privada) sobre a terra, com a qual perderam o acesso ao seu meio de subsistência (ver por exemplo, Hill, 1967, p. 147ss).

- 9 Deák (1985), especialmente Capítulo 6.
- 10 Rowthorn (1980), p.183-4.
- 11 Incidentalmente tal reconhecimento acaba com a clássica disputa que perdura desde que Malthus e Ricardo terçavam armas sobre a questão de se a 'renda' (isto é, pagamento pela localização) determinava o preço das mercadorias, ou pelo contrário, o preço das mercadorias é que determina a 'renda'. Também implica que não pode haver uma 'teoria da localização' – ou seja, uma teoria da organização espacial – como tal, da mesma maneira como não pode haver uma análise do processo de produção 'em si', isto é, excluindo a questão de sua localização.
- 12 À primeira vista, é surpreendente a que ponto se generalizou designar este estágio inicial do capitalismo de 'livre-comércio' ou de capitalismo 'concorrencial'. Tais termos, além de serem relativamente irrelevantes do ponto de vista da acumulação, são na melhor das hipóteses enganosos, se se considerar que dos cerca de dois séculos nesse estágio, a Inglaterra – no intuito de assegurar o desenvolvimento de suas próprias indústrias, livre da concorrência da indústria bem mais avançada do noroeste da Europa – seguiu uma política ferrenhamente protecionista durante mais de um século e meio a partir da Revolução Inglesa e até as Guerras Napoleônicas (Hill, 1967, p.181), ao passo que a política de 'livre-comércio' teve a vida efêmera de poucos anos no final desse estágio (1846-65) – depois que a política de protecionismo havia afinal surtido seu efeito espetacular que chegou a ser chamado de 'revolução industrial'. Este estágio, que também poderia ser chamado de 'capitalismo em um só país', por se restringir essencialmente à Inglaterra, termina com a expansão do capitalismo pelo mundo durante o século XIX e desemboca no imperialismo, estágio esse também comumente chamado de 'monopolista' com uma variante posterior de capitalismo 'monopolista de Estado' com igual falta de fundamento. (Monopólio não é específico a qualquer estágio do capitalismo em particular: ele não é específico nem ao próprio capitalismo). Por essa razão, além dos razoavelmente óbvios termos 'estágio inicial' e 'imperialismo' utilizamos também (estágio de) acumulação 'predominantemente extensiva' e 'predominantemente intensiva' como em Aglietta (1976), onde estes conceitos vêm acoplados ao conceito adicional de "regimes de acumulação". O conceito de regime de acumulação de Aglietta não deixa de ser problemático e não precisamos aceitá-lo, mas as expressões 'predominantemente extensivo' e 'predominantemente intensivo' apontam com precisão um aspecto crucial de cada estágio, respectivamente. No primeiro, a expansão da produção de mercadorias se baseia principalmente na *extensão* das relações de produção capitalista (isto é, do trabalho assalariado) em detrimento de relações pré-capitalistas, enquanto no último, uma vez esgotadas as possibilidades do primeiro, a expansão só pode se dar mediante a *intensificação* da produção através do progresso técnico (vale dizer, mediante aumento da produtividade do trabalho).
- 13 Como citado em Lênin (1969ed), p.138.
- 14 Estas foram relegadas por Marx ao limbo das 'condições gerais da produção', asseguradas pelo dispêndio de trabalho 'improdutivo' (a melhor passagem a res-

peito é provavelmente *Grundrisse* p.521ss, esp. 533). Tal visão resulta da redução da produção capitalista à produção de mercadorias, cujas últimas conseqüências foram exploradas por Uno (1964) e que serão discutidas mais adiante. Pela mesma razão, também não há lugar para o Estado em *O capital* de Marx...

- 15 Esse exemplo vem de um país socialista, mas os meios de regulação socialista são muito semelhantes a seus pares da regulação capitalista, a diferença (de resto, fundamental) sendo somente que a primazia na dialética da forma-mercadoria, a saber, da produção dos valores de uso enquanto mercadoria sobre a produção dos valores de uso como tais, fica invertida. No capitalismo, não há casos de alteração tão brusca do nível de intervenção estatal e efeitos tão dramáticos sobre o preço da localização. É verdade que no Brasil e em São Paulo, em particular, por exemplo, houve um aumento significativo da atividade de planejamento e da intervenção estatal no início da década de 1970 e, de fato, houve uma queda nos preços relativos às áreas centrais e pericentrais da área metropolitana. No entanto, tal movimento não foi de longe tão intenso como no caso citado de Budapeste e seu impacto foi amortecido ainda pela tendência generalizada de elevação do nível de pagamento pelas localizações como resultado de rápido crescimento (da ordem de 7% aa e mais) e a conseqüente diferenciação do espaço.
- 16 Há uma idéia enganosa no legado de Marx no que se refere a esse ponto, a saber: a noção de que a Inglaterra é um 'país modelo' no desenvolvimento do capitalismo, no sentido de que na medida em que o capitalismo ia se expandindo pelo mundo, as demais nações iriam seguir a trajetória da Inglaterra. Embora esta visão tenha sido desafiada no que concerne aos países 'periféricos' em oposição àqueles no 'centro' da acumulação capitalista, a mesma ainda é amplamente aceita no que se refere aos países que hoje estão no 'centro'. Em contraposição a esta visão, a periodização do capitalismo em estágios inicial e maduro, acompanhados respectivamente, de acumulação predominantemente extensiva e intensiva, permite ver na Inglaterra um país *único* ao invés de modelo, um país no qual o estágio inicial ficou restrito e cujo caminho de desenvolvimento não seria seguido em nenhum outro lugar. Quando o capitalismo se espalhou pelo mundo com a formação de novos centros de acumulação, ele já estava passando ao estágio de acumulação intensiva. A Alemanha, a França, o Japão e os Estados Unidos seguiram caminhos de desenvolvimento próprios e específicos, distintos em particular daquele aberto pela Inglaterra. No que nos concerne aqui especialmente, naqueles países, a forma-renda nunca se desenvolveu como forma histórica dominante do pagamento pela localização.
- 17 O mesmo ocorre também com as mercadorias as quais 'encerram' quantidades específicas de trabalho concreto apenas, e onde também mesmo a quantidade de trabalho abstrato necessário para a produção de uma determinada mercadoria é desprovido de sentido, dado que o trabalho necessário somente pode ser definido ao nível social coletivo e que além do mais evolui com o desenvolvimento da produção. O não reconhecimento deste fato deu origem ao chamado 'problema da transformação' – a transformação de valores em preços (para alguns elementos desse debate que vem desde a Economia Política, ver, por exemplo, Kay, 1979, Aglietta, 1976 e uma interpretação do último em Driver, 1981). Vale notar a esse respeito que Driver afirma que Aglietta resolveu o problema da transformação: seria melhor dizer que para Aglietta a mesma não constitui um 'problema', uma vez que valores e preços não pertencem a um mesmo espaço por terem dimensões

diferentes. De qualquer maneira, se é mais difícil ver que não há sentido em ‘valor de uma mercadoria’ porque pareceria que a mercadoria pode ser produzida individualmente, o mesmo torna-se evidente no caso das localizações no espaço, as quais não podem sequer ser concebidas isoladamente em si.

- 18 Hindess (1972), p.16 citado em Massey & Catalano (1978), p.52.
- 19 Para uma definição de infra-estrutura, em contraposição à superestrutura, ver *nota 21*.
- 20 Seguimos aqui a visão de Aglietta segundo a qual como o trabalho abstrato, ou necessário, assim também os valores só podem ser definidos ao nível social (Aglietta, 1976, especialmente p.38-47). Apesar desta visão, contudo, o próprio Aglietta acaba por restringir o valor à forma-mercadoria na qual o trabalho socialmente necessário é *diretamente* validado e a produção direta de valores de uso (não-mercadorias) entra na sua análise como uma *divisão dos lucros*, que então podem ser remetidos de volta ao campo do valor “simplesmente como resultado *ex-post* sem maior significado” (*op. cit.* p.62).
- 21 *Infraestruturas*: que servem de suporte a unidades jurídicas de localização, ou (quando definidas na superfície da Terra e dentro de uma aglomeração urbana) lotes. *Superestruturas* construções dentro do lote, que podem (mas não necessariamente) dar origem a mais localizações individuais tais como apartamentos e escritórios. A distinção relevante entre infra-estrutura e superestrutura é que a primeira pertence ao domínio do ‘público’ – de modo que tanto sua produção como seu uso são necessariamente desempenhados coletivamente –, enquanto a última (superestrutura) pode ser produzida, servida e usada em posseção por indivíduos, vale dizer, dentro do domínio da propriedade privada e da produção de mercadorias. Aqui tratamos principalmente da infra-estrutura, mas é útil notar que a distinção entre a infra e a superestrutura, assim como a delimitação precisa de uma localização, dependem ambas da maneira – e que pode variar, adaptando-se à prática social, com o tempo – pela qual a propriedade privada é definida no território.
- 22 Também já ficou claro hoje em dia que a história não justificou o temor de Ricardo de que o capitalismo fosse ameaçado por uma tendência para estagnação, a longo prazo, por causa da tendência da elevação da renda. A *diminuição* do pagamento pela localização relativamente ao capital total investido é particularmente pronunciada na manufatura (a produção industrial propriamente dita) que ademais se tornaria o setor de produção dominante. A participação da renda no capital total do conjunto de todas as indústrias (produto nacional menos lucros e juros) caiu de mais de 40% por volta de 1689 para 31% em 1801, 22% em 1865, 18% em 1900 e para menos de 5% em 1950 (fonte dos dados brutos: Deane & Cole, 1967, p.301). Mas mesmo na agricultura. a ‘alta secular’ da renda era acompanhada por uma queda na participação da renda no valor do produto agrícola (Murray, 1978, p.23, 30-1).
- 23 A posição em favor de uma ‘abolição’ da renda implica, na verdade, em confundir capital com uma quantidade de dinheiro. Ao mesmo título poder-se-ia dizer, como já mencionado, que os salários são uma dedução do lucro (como na formulação neo-ricardiana onde o salário é uma ‘variável distributiva’), como se o último precedesse o trabalho e o salário correspondente, e como se estes não fossem a própria condição de sua existência.

- 24 Uma analogia atraente poderia sugerir que o socialismo ('existente' ou 'real') é governado por um antagonismo similar entre a produção de valores de uso e a produção de valores de troca, com a óbvia diferença de que, enquanto capitalismo é primazia da forma-mercadoria sobre o valor de uso, no socialismo a polaridade se inverte, com a afirmação da primazia do último sobre o primeiro, do planejamento sobre o mercado, e acima de tudo, das relações sociais sobre sua própria reificação. Tal analogia não deve ser levada muito adiante sem mais aprofundamento, pois a dialética (digamos) do planejamento pode não ser, e provavelmente não é, simplesmente o 'oposto' da dialética da forma-mercadoria. Mesmo o ponto alcançado até aqui torna claro, contudo, que a dialética do capitalismo (ou do socialismo) não é uma questão de mera combinação ou de proporções, entre regulação pelo mercado e intervenção do Estado, senão de qual detém a primazia; e que assim, uma ampliação do 'Estado de bem-estar' (Welfare State), por exemplo, não é uma tendência para o socialismo, nem, por outro exemplo, a China está 'se tornando capitalista' por conta de sua 'abertura ao mercado' depois de 1984.
- 25 A superação da dicotomia campo/cidade – na qual o campo era o lugar onde o excedente era produzido (sob a forma de renda), enquanto a cidade era o lugar onde aquele era trocado – no capitalismo já está razoavelmente reconhecida, hoje em dia. Ainda assim, esse conceito (na verdade, outro legado feudal) ressurgiu, amiúde, sob a forma de uma suposta dicotomia 'rural/ urbano' que, por sua vez, seria facilmente superada por críticas como Ball (1979), por exemplo, que mostra que não é possível circunscrever sequer uma economia 'urbana', e muito menos, tomá-la como categoria de análise. Espaço urbano e espaço capitalista, ou processo urbano e capitalismo, são, na verdade, expressões equivalentes. A especificidade do termo 'urbano' pode ser no máximo conotação, destinada a chamar atenção para alguns conflitos particularmente intensos, mas outrossim nada específicos, da grande aglomeração urbana que surge com a diferenciação do espaço no estágio de acumulação intensiva. Para estudá-los, em mais um passo na fragmentação das ciências sociais, temos 'urbanismo' e para lidar com eles, uma disciplina própria, o 'planejamento urbano'.
- 26 As últimas consequências da redução do capitalismo a uma 'economia de mercado' (*commodity economy*), implícita nos pressupostos de Marx são ilustradas por Uno (1964 e também por Sekine, 1977), que chega à conclusão de que uma "sociedade puramente capitalista" jamais se desenvolverá pois ela "somente pode ser aproximada pela realidade" (em decorrência dos limites à mercadorização da economia). Ou seja, *identificar* o capitalismo com a produção de mercadorias é defini-lo de tal maneira que sociedades reais se lhe escapem. Sustentar então que "o estado burguês é uma instituição estranha ao capital" (Sekine, 1977, p.154) constitui apenas mais um passo lógico na mesma direção.
- 27 Até mesmo a habitação, uma 'superestrutura' simples, tem resistido obstinadamente à mercadorização, contra todas as tentativas para estender a produção de mercadorias a este particular componente do salário, que, em países 'periféricos' (ou ex-colônias) pode atingir mais do que 40% do custo da subsistência (ver, por exemplo, Mautner, 1986, onde também estão esboçadas as condições concretas e as tentativas de mercadorização da habitação).
- 28 Como reação à abordagem economicista, muitos estudiosos do urbanismo tentaram resgatar a 'totalidade de vida' em suas análises. Contudo, o que seria comumente designado por algo como o "peso esmagador dos muitos aspectos

do processo urbano” ou sua “complexidade”, mas que, na realidade, não é senão a falta de capacidade ou de propósito de se elevar ao nível da crítica e acima da ideologia, levou freqüentemente à seleção de algum ou de alguns aspectos particulares de estudo autônomo por direito próprio – uma forma arquetípica de tal é a influente (dos meados dos anos 70 até os meados dos anos 80) abordagem dos ‘movimentos sociais urbanos’ (Castells, 1972 etc.). A dificuldade reside na recuperação do que falta para a ‘totalidade da vida’ sem se perder a conexão com seus fundamentos originais, que no capitalismo continuam deitados na produção de mercadorias. Pouco tem sido produzido a esse respeito; pode-se citar no entanto Mike Edwards em “Notes...” (Edwards, 1980).

- 29 As políticas neoliberais perseguidas ao final dos anos 70 e no começo dos 80 por parte dos governos nacionais dos países imperialistas constituem precisamente uma tentativa (crescentemente desesperada) de ‘remercadorização’ de suas economias. (O Estado capitalista tem que tentar isso, uma vez que assegurar as condições da produção de mercadorias é sua própria razão de ser, mesmo se, assim fazendo, lhe escapa inteiramente o fato de que a negação da negação da forma-mercadoria não pode restabelecer essa última: privatização não é o mesmo que mercadorização.) Tais políticas têm sido epitomizadas como ‘Reaganismo’ e ‘Tatcherismo’, um bom relato dos quais (isto é, dos casos dos Estados Unidos e da Inglaterra) pode ser encontrado em Tomaskovic-Devey & Miller (1982) e em Gough (1982), respectivamente. Tais relatos, por sua vez, tornam oportunas aqui duas observações. Em primeiro lugar, Tomaskovic-Devey & Miller usam o termo ‘recapitalização’, e não remercadorização. Uma vez que eles claramente querem dizer remercadorização (“recapitalização do capitalismo” *et seq.*, p.24), isto mostra quão forte é a idéia de identificar o capitalismo com a forma-mercadoria, em vez da *predominância* da forma-mercadoria. A distinção, contudo, é importante porque sem ela crises de acumulação não podem ser distinguidas de uma crise de mercadorização (vide também a observação anterior sobre a ‘hiperabstração do tipo Uno’). Em segundo lugar, ambos relatos compartilham a visão amplamente generalizada segundo a qual os governos dos Estados Unidos e da Inglaterra estavam fazendo *de fato* o que eles *diziam* estar fazendo – a saber, ‘reduzindo o governo’ – baseado principalmente em suas políticas de redução do salário social e de ‘privatização’. Nos poucos anos que se passaram entre os escritos daqueles autores e este [esta nota, em Deák, 1985, p.227n], já se tornou provavelmente mais aparente, contudo, que ver em “mais um [*sic*] passo para a centralização do Estado e intervenção estatal, obscurecido por uma retórica de descentralização” uma *alternativa* ao ‘Tatcherismo’ (Gough, *op.cit.*, p.62) é ter sido seduzido, precisamente, pela retórica da descentralização. O citado é de fato uma excelente descrição do que ‘Reaganismo/ Tatcherismo’ é ao invés de uma alternativa ao mesmo. Pois se tais governos de fato reduziram os benefícios sociais e privatizaram um certo número de empresas estatais (algumas delas, segundo regras muito diferentes das do mercado), eles também alargaram sua própria intervenção em uma ampla gama de áreas, desde o envio de polícia contra operários em greve, ao aumento das despesas do Estado para socorrer (grandes) bancos em falência, e até tentar (embora tenham falhado nisso) intervir no mercado monetário mundial, o derradeiro regulador financeiro, e criando cada vez mais instrumentos de controle do Estado em níveis supranacionais. Se a amplitude de tais intervenções é nova, o que também é novo é a dificuldade encontrada pelo Estado em sua própria legitimação, a ponto de se levantar a

questão da “governabilidade das democracias” à maneira de Crozier et *alii* (1975), devido precisamente à clivagem entre o que o Estado faz e o que deveria estar fazendo, ou melhor, o que a ideologia quer fazer crer que ele está fazendo.

- 30 Cujá essência é, como na colocação de Edwards (1985, p. 208) que “ativos públicos e privados obsoletos ... estão sendo desvalorizados a custo coletivo ... até o ponto em que os mesmos podem ser comprados tão barato que se tornam rentáveis para investidores privados” (CD, 1988).

PARTE III

DESDOBRAMENTOS



PARTE III: DESDOBRAMENTOS

Minha volta ao Brasil após quatro anos em 1985 foi, em certo sentido, uma segunda chegada. Diferia da primeira, porque dessa vez, estava preparado para ela. Na época fixei-me uma agenda intelectual que resumi no editorial do *Espaço & Debates* 25 em 1989:

Uma questão prévia a uma interpretação dos intensos movimentos de reestruturação territorial nas últimas duas décadas a nível internacional, por um lado, e ao nível nacional, por outro, refere-se à natureza do processo fundamental que caracterizaria as transformações do próprio capitalismo, no mesmo período. Será ele a crise de acumulação decorrente do problema da superprodução e realização da mais-valia originado na exaustão do ciclo expansivo da reconstrução pós-guerra e cuja eclosão somente tem sido adiado até hoje com a expansão do crédito numa escala nunca vista, em que somente os Estados Unidos acumularam uma dívida de US\$9 trilhões (mais de dois anos de PNB) entre dívida pública, privada e externa, cujo pagamento *sem* juros, destinando-se 5% do PNB por ano, levaria quarenta anos, o que torna essa dívida impagável? Ou seria o fundamental, numa visão mais restrita mas também mais específica, a crise fiscal do Estado, prenunciando a necessidade da reorganização da sociedade em vista da falência do Estado de Bem-Estar? Ou ainda, tratar-se-ia essencialmente de uma renovação, em escala gigantesca, das técnicas de produção, de uma verdadeira revolução tecnológica, já preconizando também a formação, afinal, do mercado mundial? Essas três linhas de interpretação, que sem dúvida admitem um sem-número de variantes e até mesmo algumas combinações, definem a amplitude do leque de posições que competem nos meios acadêmicos e políticos. A primeira deriva da crítica da Economia Política, a segunda, de uma filiação estruturalista, enquanto que a terceira, do âmbito da tradição neo-clássica, que Marx chamava de economia vulgar. As três estão presentes, de uma maneira mais ou menos explícita e consistente, nas contribuições a esse número do *Espaço & Debates*.(...)

Se as contribuições alienígenas colocam a questão de uma decisão quanto à interpretação do capitalismo contemporâneo e de sua crise atual, a natureza distintiva das contribuições brasileiras coloca uma segunda questão: Como se

rebate a primeira questão no caso do Brasil, enquanto país de origem colonial, por um lado, e em sua especificidade histórica, por outro? Em outros termos, qual a natureza, por analogia às colocações iniciais acima, das transformações em curso no país: tratar-se-á da necessidade de transformação das técnicas produtivas, ou da extensão e natureza da intervenção estatal, ou ainda, da própria sociedade?

Nos países ditos centrais a resposta a essas questões passa por uma opção entre a ideologia liberal e a crítica dessa última, opção essa precisamente ao centro das colocações ‘teóricas’ e da produção intelectual naqueles mesmos países.

No Brasil, no entanto, onde o princípio fundamental do capitalismo: *acumulação*, torna-se acumulação *entrapada*, subordinada que está ao princípio da expatriação de excedente, onde em vez de burguesia há elite, e onde igualdade formal jurídica não disfarça o superprivilegiamento, para usar uma expressão de Florestan Fernandes, de uma minúscula parcela da não-nação, ideologia liberal torna-se falácia liberal, como assinala Emir Sader, entre outros. Nessas condições, não somente a aderência servil, mas o mero apoio sobre a produção ‘teórica’ alienígena torna-se rapidamente excessivo, inócuo e produz não teoria senão a mímica da teoria. Este fato pode estar na origem da precariedade das posições teóricas da produção acadêmica entre nós. No Brasil como na América Latina, elaborar uma interpretação da ideologia liberal face às características próprias das respectivas sociedades coloca-se como tarefa anterior a qualquer tomada de posição frente ao conservantismo e a crítica, e como pré-condição para uma produção teórica propriamente dita.

O desafio é esse.

Enunciava o desafio como coletivo, e certamente incluía-me entre os desafiados. Considero uma qualidade da periodização estágio extensivo/ estágio intensivo a facilidade com a qual se prestou para apoiar a concepção da *acumulação entrapada*, base material precípua da sociedade de elite, a partir do ponto de partida estabelecido pela sociedade de elite de Florestan Fernandes e a história econômica de Nícia Vilela Luz, tema do Capítulo 7. Então, finalmente, para mim, a história brasileira – incluindo seu presente – começou ‘fazer sentido’. A certa altura, recapitulei a questão do processo de urbanização, especialmente no Brasil contemporâneo, amostrado no curto Capítulo 8; e inevitavelmente, voltei-me à crítica das correntes atuais de neo-liberalismo, em suas diversas manifestações, tomando principalmente seu tronco principal que reúne um conjunto de proposições tanto práticas como ideológicas sob a rubrica de ‘globalização’, crítica essa da qual o Capítulo 9 é um exemplo.

Constantemente temos exemplos, sempre renovados, de quão necessário é armar posições de enfrentamento da ‘onda neo-liberal’.

Se as posições ‘teóricas’ de seus defensores geralmente não passam de apologética indisfarçada, sua força provém principalmente do poder econômico atrás das mesmas e sua consequente divulgação em larga escala. Citemos apenas dois exemplos, ambos provenientes de vizinhos latino-americanos, para ilustrar que compartilhamos de um mal continental. O economista Roberto Frenkel, argentino, em meio à inação do governo do país vizinho que foi eleito para administrar o beco sem saída em que o país se meteu e que em um ano não fez nada, saiu com esta frase inacreditável para um país soberano “Nada depende de nós”¹. Por sua vez, o candidato à presidência do Peru derrotado nas eleições de 2000 com pequena margem, declarou:

Se há uma razão que justifica a globalização é a democracia, a liberdade e os direitos humanos. Sim, que venham o FMI, a internet, a CNN e a globalização.²

– Lembra a frase de prefeitos do interior dos anos 70: “Venham (a saber, as indústrias) poluir-nos”. O enfrentamento de posições como essas requer mais perseverança e tino para sátira do que pesquisa acadêmica, mas não é por isso, menos necessário: porque elas em seu conjunto formam uma muralha de defesa do *status quo*, e o *status quo* brasileiro – ou latino-americano – é inaceitável.

ACUMULAÇÃO ENTRAVADA NO BRASIL
E a crise dois anos 80

ACUMULAÇÃO ENTRAVADA NO BRASIL E a crise dos anos 80*

O encaminhamento das ‘questões urbanas’ ou, em outros termos, o estabelecimento dos níveis de serviço providos pela infraestrutura urbana decorrem do respectivo estágio de desenvolvimento específico, que impõe as condições de produção e reprodução social, e em particular, o nível de subsistência da força de trabalho. Em função desse ponto de partida eu esbocei recentemente³ uma interpretação da crise dos anos 80, em que preconizava que o esgotamento do estágio de acumulação extensiva no Brasil coloca a questão da permanência da sociedade de elite –como distinta da *burguesa*–, sociedade essa que vem se reproduzindo sem ruptura desde a época colonial, sendo a natureza da política urbana condicionada à natureza da sociedade a ser forjada pela crise ora em curso.

Retomando aquela interpretação, procuro aqui explicitar a relação da especificidade da sociedade de elite com a base material de sua reprodução, aprofundando em particular a ruptura com a visão dependentista e ressaltando o caráter autônomo do processo de reprodução social no Brasil. Enfocaremos primeiro as transformações que levaram à constituição do Estado brasileiro para captar o processo pelo qual a sociedade colonial que deriva sua formação e reprodução de forças externas, oriundas da metrópole, e cessando essas pela debilitação de Portugal, cria as condições internas para sua continuada reprodução. Passaremos em seguida à exploração do processo de acumulação entravada com sua dialética interna, em que o imperativo da acumulação está subordinado ao princípio da expatriação de excedente, como processo precípua de produção capitalista que assegura a reprodução ampliada da sociedade de

elite no Brasil.

Situaremos ainda o processo de acumulação entravada enquanto estágio de desenvolvimento, com suas relações com os estágios de acumulação extensiva e intensiva,⁴ permitindo assim um retorno à interpretação da crise atual, especialmente em sua diversidade de todas as demais crises da história brasileira.

Na época em que foi escrito (1989), este ensaio tinha necessariamente de se restringir a meras conjecturas quanto às perspectivas de desenrolar da crise dos anos 80, dada a permanência do impasse das forças sociais a que se referirá no texto. Sua apresentação no Seminário *Re-pensando o Brasil dos anos 80*, em novembro de 1990, já encerra a oportunidade de se interpretar um fato novo, a saber, a eleição e o início de atividades do governo Collor. Este é o assunto do *Epílogo: 1990*.

A gênese do Estado brasileiro

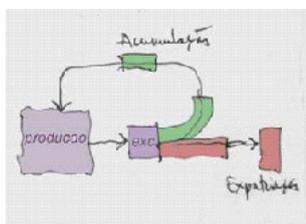
A liderança do movimento da Independência pelas categorias dominantes, ligadas à terra, aos negócios e altos cargos, garantiram a sobrevivência da estrutura colonial de produção.

Organizar o Estado sem colocar em risco o domínio econômico e social e garantir as relações externas de produção seriam seus principais objetivos.

Emília Viotti, “Introdução ao estudo da emancipação política”, 1968

A transformação da Colônia que com a vinda de D. João VI e do governo de Portugal já incorporava, ainda que embrionariamente, os processos decisórios próprios de uma nação-estado, em Estado legalmente constituído, é nosso ponto de partida para captar a especificidade do processo de reprodução social em curso no Brasil. Já se disse que descrever a gênese de um processo não é explicar suas causas: é verdade, mas nosso intuito aqui não é explicar, e muito menos, explicar ‘causas’, senão de produzir uma interpretação que desvenda a dialética do processo em questão. Nosso ponto de apoio são trabalhos de Nícia Vilela da Luz, Emília Viotti e de

outros, todos da década de sessenta ou mesmo anteriores, e que não só não foram incorporados, senão que por seu teor crítico e cunho nacionalista foram virtualmente eradicados no decurso da reação que seguiu a tentativa Goulart de dar curso a um processo de desenvolvimento endógeno, da esmagadora maioria dos trabalhos posteriores de interpretação da história brasileira. Quanto ao enfoque da abordagem, interessa-nos especialmente estabelecer as relações entre formas estruturais, tais como, Estado e classes sociais, e o processo de produção social que as molda através de seus estágios de desenvolvimento.



A produção colonial é constituída e organizada, evidentemente, em função da produção de um excedente a ser levado à metrópole.⁵ Se em estágios iniciais de sua constituição tal excedente resulta de simples extração ou saque, em estágios subsequentes o objetivo de expansão do excedente impõe a implantação de um processo de produção pròpriamente dita que inclui uma parcela local de produção para sobrevivência e mesmo de reprodução social, com produção de mercadorias. O processo de produção/reprodução local é antagonônico à extração de excedente por parte da metrópole, pois que sòmente poderia se desenvolver plenamente se pudesse utilizar o excedente por ele produzido na ampliação de sua pròpria reprodução. No desenvolver da produção colonial e da relação colônia/metrópole, portanto, o princípio da extração de excedente precisa ser continuamente re-imposto contra a tendência para a ampliação da reprodução local, que no entanto é a pròpria fonte da ampliação do excedente retirável. A história das colônias no capitalismo é precisamente a história do desenvolvimento do antagonismo entre a reprodução local e a sua exploração pela respectiva metrópole. A re-imposição da exploração colonial se deu mediante diversos meios, como repressão armada ou –mais eficiente a longo prazo– redução da escala da reprodução local mesmo que ao preço de uma correspondente redução da escala da exploração. Tal re-imposição conheceu diversos graus de sucesso, que inclui fracassos, dos quais o caso mais notável foi sem dúvida a independência da colônia norte-americana da Inglaterra meio século antes da época que nos ocupa.

Ao chegar no início do século XIX, a história do Brasil era uma

sucessão ininterrupta de re-imposições da exploração colonial, re-imposições essas em que o expediente já mencionado de redução da escala da reprodução local era predominante em virtude do enfraquecimento tanto militar como econômico de Portugal a partir do século XVII.⁶ A sociedade local –de porte considerável, com uma população de uns 3 milhões, ou um quarto da população da Inglaterra– tinha se forjado ao longo de três séculos em torno da produção colonial ‘em função do que se organizara sua vida’, no dizer de Caio Prado Júnior.⁷ Ela tinha por característica de ser invulgarmente estável *internamente*, com fortes grupos sociais da classe dominante *local* “interessados em manter a estrutura de produção baseada no trabalho escravo, destinada à exportação de produtos tropicais para o mercado europeu” (Viotti, 1968 :122, onde a ênfase deve ser colocada sobre o *essencial* ‘manter a estrutura de produção’, mais do que sobre o *circunstancial* ‘exportação de produtos tropicais’).

Não que não ganhassem qualquer expressão social também os interesses ligados à reprodução local no período imediato que precede a declaração da Independência. Os chamados ‘radicais’ liderados por Gonçalves Ledo e que constituíam um grupo que hoje chamar-se-ia de tendência nacionalista, preconizavam a constituição de um Estado de molde burguês (eleição direta da Constituinte, liberdade de imprensa etc.) com desenvolvimento desimpedido das forças produtivas e primazia, portanto, da reprodução ampliada, ou seja, do próprio princípio da acumulação capitalista. Era precisamente em resposta a esses movimentos que os ‘conservadores’ se organizaram e formaram, em torno de José Bonifácio, o *Apostolado*:

Realizar a Independência com um mínimo de alterações possíveis na economia e na sociedade era o objetivo de seus componentes, representantes da melhor sociedade da época.⁸

Como se sabe, as forças representadas pelo Apostolado –que Frei Caneca chamou de “um clube de aristocratas servis”⁹– saíram vitoriosas. Assim o objetivo da constituição do Estado brasileiro ficou sendo o de assegurar as condições da reprodução do *status quo ante*, isto é, da sociedade colonial, organizada em função da produção colonial.

A constituição de 1824

O arcabouço institucional do novo Estado foi assentado na Constituição de 1824, de forma liberal e de conteúdo elitista. Ainda nas palavras de Viotti: “Resguardava o direito de propriedade em toda sua plenitude,... excluía no entanto [*sic*] cuidadosamente dos direitos políticos as classes trabalhadoras, ...bem como todos que não tivessem uma renda líquida anual correspondente a 100\$000 em bens de raiz, indústria ou emprego” (*op.cit*, p.123).

Diferia também em outro ponto essencial do modelo burguês, a saber, no tocante à (omissão sobre a) soberania nacional:

O artigo 179 que garantia as liberdades individuais inspirava-se diretamente na Declaração dos Direitos do Homem feita pelos revolucionários franceses em agosto de 1789. Havia parágrafos que eram mera transcrição. Omitia-se entretanto a afirmação, constante na Declaração dos Direitos do Homem, da soberania da nação... (*op.cit*, p.123).

Esse fato se refletia igualmente nas atitudes efetivas do novo estado. Em vez de organizar seu próprio exército –que implicaria em armar uma parte de seu povo, do qual tinha medo–, “o governo de Rio de Janeiro contratou os serviços de oficiais e navios britânicos e franceses –Grenfell, Cochrane, Labatut (para vencer a resistência de tropas e comerciantes portugueses de Bahia, Maranhão e Pará)” (*op.cit*, p.122). A discrepância entre a forma (burguesa) e o conteúdo (elitista) do arcabouço institucional seria cuidada pela produção daquilo que acaba vindo a constituir uma dupla farsa: a ‘adaptação’ –ou simples adoção– da ideologia liberal. Se na sociedade burguesa a ideologia liberal esconde a essência (a dominação de classe), ao menos ela se apoia em algumas aparências (decorrentes da igualdade formal na reificação das relações sociais). Já no Brasil, retomando palavras de Viotti, estabelece-se uma “flagrante contradição entre o estatuto legal e a realidade brasileira ...”, que no entanto

... não parece preocupar os legisladores que depois de incluírem na carta os preceitos do liberalismo passaram a declamá-lo em frases sonoras e vazias na Câmara e no Senado.

Por outro lado, e em seguimento,

[uma] elite de letrados, porta-voz das categorias socialmente dominantes, forjaria uma ideologia mascarando as contradições do sistema e ignorando a distância entre as disposições jurídicas e a realidade (*op.cit*, p.125),

complementando a obra dos legisladores.

Faltaria ainda um elo importante nas condições de reprodução da sociedade formada na colônia após a independência dessa última. Trata-se da inserção do Brasil nas relações econômico-financeiras internacionais, de uma maneira que assegurasse a continuidade do padrão produtivo da vida econômica do país.

Fiat dívida externa

A dívida externa foi a solução encontrada. Na interpretação de Viotti, apesar da ‘simpatia discreta da Coroa Britânica’,

(o) reconhecimento da Independência exigiria não obstante um esforço penoso junto ao governo inglês que agiu como mediador entre Portugal e Brasil. A anuência de Portugal à Independência só foi obtida depois que o Brasil concordou em assumir a dívida de dois milhões de libras esterlinas de um empréstimo feito por Portugal em Londres. (*op.cit*, p.122)

Ou seja: ao nascer, o Estado brasileiro assumiu uma dívida externa que seria um dos principais meios para transformar –aqui, no sentido estrito de dar nova forma a– a remessa de uma parcela do seu excedente produzido para fora do país: no caso, o tributo colonial tomou a forma de pagamento de juros sobre a dívida externa.

Para avaliar a ordem de grandeza do valor dessa dívida surgida por geração espontânea, podemos compará-la com os investimentos em estradas de ferro na Inglaterra que construiu da ordem de 350 milhas de rede nos primórdios da ‘idade do trem’, entre 1800 e 1825, no valor total de £1,5 milhão, extensão essa que seria alcançada pelas linhas férreas brasileiras (presumivelmente, de semelhante valor) por volta de 1864.¹⁰ Ou seja, a dívida assumida pagava com folga todos os investimentos naquele novo meio de transporte feitos até aquela data na maior potência da época, ou então cobriria igualmente os investimentos correspondentes no próprio Brasil pelos 40 anos subsequentes. Pagaria ainda pelo custo, para a Inglaterra, de cinco dos vinte cinco anos de Guerras Napoleônicas, e é equivalente a 2/3 de toda a renda proveniente anualmente do exterior para o

mesmo país na mesma época.¹¹ Ainda, para se ter uma idéia de um valor atual correspondente, seria ela equivalente a algo como US\$ 23 bilhão como proporção das exportações brasileiras (metade do total anual), ou a US\$ 35 bilhão, como proporção do maior Produto Nacional do mundo (0,7%, então da Inglaterra, hoje dos EEUU). Por qualquer critério, pode-se afirmar que constituía uma amarração adequada – e que posteriormente foi ainda reforçada por uma política de comércio exterior pela qual o Brasil sustentava um déficit na balança comercial por um período de quatro décadas, aumentando evidentemente sua dívida ainda mais.¹²

Independência ou dependência?

Com a constituição do Estado independente, e estando as questões de ordem institucional e econômica resolvidas, opera-se a transformação que permite a preservação da ordem econômica e social. O que era exploração colonial torna-se expatriação de excedente. O que era determinado *de fora* passa a ser determinado *de dentro*. O que era colônia, passa a ser nação-Estado, ainda que ‘do Terceiro Mundo’, ou ‘dependente’.

Esse último ponto requer esclarecimento. Em meio a, e apesar de, sua interpretação da constituição do Estado brasileiro sobre o qual nos apoiamos no que precede, Emília Viotti escreve em conclusão do último de seus parágrafos citados acima:

... Independente de Portugal, o país passou à tutela britânica. (p.122)

Ou seja, permeia a interpretação a idéia da dependência, isto é, a determinação externa da natureza do Estado recém constituído e dos processos de reprodução de sua sociedade. ‘Teoria de dependência’ à parte, a mesma idéia permeia a maioria até mesmo das interpretações mais poderosas sobre o Brasil. Em outra formulação Caio Prado Júnior sugere igualmente a idéia de um fracasso frente a circunstâncias externas:

O Brasil, já com tantas dificuldades para sair deste sistema que lhe tinham legado três séculos de formação colonial, e em função do que se organizara sua vida, assistia agora a seu reforçamento ... (Prado Júnior, 1945:134-5),

e Chico de Oliveira intitula sua indagação sobre os processos *inter-*

nos da economia brasileira de *A economia da dependência imperfeita* (Oliveira, 1977): dependência, ainda que imperfeita ... E Nícia Vilela da Luz interpreta as lutas *em torno* da industrialização no Brasil como sendo uma luta *pela* sua industrialização (Luz, 1961). Também Faoro produz colocações dúbias, como ao notar que “(a) teia comercial, armada nos focos diretores do mercado mundial, não aniquila a autonomia nacional,” ou ao ver no Brasil de 1850 um “país dependente, mas não dominado.”¹³

Trata-se de pôr a história em pé. Isso requer mais que correções de enfoque ou a procura de respostas a questões que já encerram o conceito de dependência (além do pressuposto de uma comunidade nacional de interesses) a priori, tais como: Porque o Brasil não consegue sair da dependência? ou: Porque o Brasil ‘não dá certo’? É necessário reconhecer a especificidade da sociedade brasileira tal qual ela é –e não com referência a algo que ela ‘deveria ser’, ou ‘poderia ter sido’– e explorar a dialética do processo de sua reprodução. A importância prática de tal enfoque vem do fato de que as interpretações alternativas, como o (sub-) desenvolvimentismo, de cunho naturalista, ou o dependentismo, de filiação estruturalista levam, além de obstrução da análise, à imobilização da ação política. Já em 1972 Chico de Oliveira alertou, que

... a teoria do subdesenvolvimento sentou as bases do ‘desenvolvimentismo’ que desviou a atenção teórica e a ação política do problema da luta de classes... A teoria do sub-desenvolvimento foi, assim, a ideologia própria do chamado período populista”.¹⁴

O alerta referente à teoria do subdesenvolvimento vale igualmente para a teoria da dependência, e isso, não obstante o fato dessa colocar-se como uma crítica daquele. Pois se o primeiro coloca as ‘causas’ do subdesenvolvimento na natureza, assim como preconiza desenvolvimento como caminho ‘natural’, o segundo situa a causa da dependência no âmbito das relações internacionais (imperialismo, trocas desiguais etc.) promovidas a verdadeiro *Deus ex machina*. A atitude condenatória da teoria de dependência a tal estado de coisas pouco adianta, assim como o reconhecimento de elementos internos (burguesia ‘nacional’, ou o próprio Estado) como sócios menores com interesse na manutenção da ‘dependência’. Em ambos os casos, no essencial, os males da sociedade brasileira originam-se fora

dela e assim, sua solução fica fora do alcance dos brasileiros –fato esse que explica o sucesso de que ambas as interpretações desfrutavam e a facilidade com a qual a ideologia conseguia incorporar e neutralizá-las na prática, dada sua compatibilidade *de fato* com a manutenção do *status quo*.¹⁵

A exploração da dialética da sociedade brasileira exige conceitos novos, correspondentes à especificidade do processo em questão, tais como, *acumulação entravada* como distinto tanto de exploração colonial quanto de acumulação capitalista *em geral*, e *expatriação de excedente* como distinta de ‘produção para exportação’ ou ‘troca desigual’. Na história em pé, a sociedade colonial forjada por forças externas (da metrópole) constituiu, na Independência, as condições de sua reprodução por suas próprias forças. A base institucional dessa reprodução é o Estado, criado precisamente com este fim. Sua base de produção material é a acumulação entravada e que determinaria sua evolução futura. No que segue, esboçamos uma interpretação dessa última, um processo de expatriação de excedente que toma o lugar da exploração colonial.

Expatriação de excedente no estágio extensivo

Receava [José da Silva Lisboa, em 1808] pois, que uma política industrial de auto-suficiência causasse danos aos interesses predominantemente agrícolas do Brasil.

Nícia Vilela da Luz *A luta pela industrialização do Brasil*, 1961

Embora com a Independência a escravidão não foi abolida, nem tampouco, e apesar de todos os esforços da Inglaterra, o tráfico de escravos foi extinto, o trabalho assalariado estava se generalizando rapidamente no Brasil, fato esse do qual a *Lei da Terra* e a abolição do tráfico negreiro, ambas em 1850, constituem apenas o reconhecimento ao nível institucional, em vista da falência *de fato* do trabalho escravo.¹⁶ Assim, sendo a relação salário o próprio fundamento da produção capitalista, a especificidade do processo de reprodução social no Brasil deve ser definida em relação a esse mesmo modo de produção.

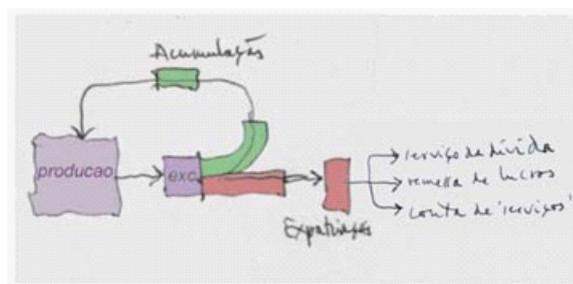
Uma sociedade capitalista é movida pelas forças antagônicas originadas na tendência para a generalização da forma-mercadoria no

mercado unificado dentro do arcabouço de uma nação-Estado, resultando em um processo de acumulação autônomo. Os limites à generalização da forma-mercadoria impõem a intervenção estatal com produção direta de valores de uso. Tal é a dialética da forma-mercadoria, em que a produção é organizada pelos processos simultâneos e antagônicos de mercado e de intervenção do Estado, sendo postulada a primazia dos primeiros. No estágio de acumulação extensiva a expansão da forma-mercadoria procede relativamente desimpedida predominantemente mediante a extensão da produção de mercadorias às custas de formas não-capitalistas de produção. Já no estágio intensivo, em que a expansão da produção fica restrita essencialmente ao aumento da produtividade do trabalho, o antagonismo entre mercado e Estado atinge novo patamar, porque a intervenção do Estado (planejamento, produção do espaço etc) –que nega a forma-mercadoria, ainda que seja necessária para sua preservação– se intensifica e a reassertão da primazia da forma-mercadoria –a *negação da negação*– torna-se cada vez mais problemática.¹⁷

Já o processo de produção e reprodução social no Brasil, como vimos, ficou subordinado na *Independência* aos requisitos da reprodução das condições de dominação por uma elite, anteriormente colonial. Ao nível das relações sociais a sociedade brasileira se diferencia no capitalismo por ser uma sociedade de elite, como distinta da burguesa, onde a reificação das relações sociais não é completa,¹⁸ como nem poderia ser, uma vez que não predomina o princípio da generalização da forma-mercadoria. No que toca à organização da produção, os mesmos requisitos se traduzem na primazia da expatriação de excedente sobre a acumulação no mercado interno e assim, sobre a própria dialética da forma-mercadoria (que demandaria a generalização da forma-mercadoria na mais larga escala possível, sendo limitada tão-somente pela ação antagônica, se necessária, do Estado). Uma *dialética da acumulação entravada* toma o lugar da dialética da forma-mercadoria, e cuja história é a recomposição/reimposição da primazia da expatriação de excedente sobre a acumulação através de crises sucessivas.

As crises são geradas pelo antagonismo entre a expatriação de excedente e a acumulação – de maneira similar ao próprio processo de exploração colonial já discutido, à diferença que nesse último tais

Acumulação entravada, com as principais formas de expatriação de excedente.



crises eram resolvidas pelo confronto entre forças *internas*, de um lado, e *externas* à colônia, do outro lado. No processo de acumulação entravada uma parte substancial do excedente é continuamente retirada e enviada além das fronteiras, ao invés de ser incorporada à reprodução ampliada. No entanto, ainda assim há uma certa acumulação (correspondente à parte não expatriada do excedente), sendo essa última uma condição da expansão do excedente expatriável, ou seja, imposta pelo próprio princípio de maximização do excedente expatriado. Uma vez que a produção — e assim, também a produção de excedente — é baseada em trabalho assalariado, a força de trabalho deve se expandir e com ela, a massa salarial, por sua vez, deve pelo menos acompanhar a taxa de crescimento da força de trabalho — mesmo que o nível salarial seja mantido baixo —, resultando em uma expansão correspondente do mercado interno. Por mais restrito que seja esse mercado, a saber, aos bens de consumo dos trabalhadores assalariados (por razões às quais voltaremos, uma atrofia crônica é imposta sobre o *Departamento I*, de meios de produção, por um lado, e por outro, a produção para subsistência é historicamente alta, ainda que em queda com o recuo paulatino das ‘fronteiras’ da expansão), a esse nível prevalecem as leis da acumulação e levantam forças antagônicas à expatriação de excedente.

Acumulação desimpedida no mercado interno tanto requereria quanto induziria o pleno desenvolvimento das forças produtivas e em particular o fortalecimento da burguesia que em última instância acabaria por desafiar a dominação da elite enquanto classe. Por essa razão a mesma é impedida a todo custo, através do dismantelamento sistemático do desenvolvimento embrionário da indústria por uma variedade de meios tais como, medidas fiscais, monetárias e financeiras,¹⁹ complementados por uma política ‘liberal’ de importações *centrada* nas indústrias estratégicas da res-

pectiva época (particularmente, dos meios de produção²⁰, donde a atrofia do *Departamento I* mencionada acima). Ciclos sucessivos de ‘substituição de importações’ são, ainda assim, necessários devido à restrição da balança de pagamentos; quando a mesma se manifesta, as indústrias dinâmicas (que variam de acordo com cada época) são entregues ao controle de capitais estrangeiros, ou em muitos casos serão constituídas em empresas estatais, que não criarão, nem os primeiros nem as segundas, *forças internas* que desafiariam a posição da elite. O resultado até a virada do século XX é ilustrado por um depoimento da época:

Cerca de 85% da atividade comercial não nos pertencem e não ficam no país; os fretes de navegação, os lucros e dividendos de bancos, de empresas de seguros de toda espécie, de aluguéis de prédios, o salário devido ao trabalho nas fazendas de café etc, e tudo isso em larga escala, aqui não fica e sai do excesso do valor de nossa produção agrícola sobre o valor que importamos.

Cerzedelo Corrêa, 1903 (*cit.in Luz, 1961:81*)

Exemplos mais recentes são o caso da indústria automobilística dos anos 1950, inteiramente em mãos estrangeiras desde o princípio, ou da indústria eletro-eletrônica durante os anos sessenta, quando uma indústria nacional nascente foi levada à falência ou depreciação através de política recessiva e então entregue ao capital estrangeiro (daí ‘entreguismo’). Tais indústrias são protegidas total ou parcialmente de competição quer seja interna quer externa, com a consequência adicional que por um lado, elas operam a taxas extremamente elevadas de lucro e por outro lado, e o que é mais importante, o estímulo ao progresso técnico é removido.

Nas crises provocadas quer por uma restrição da balança de pagamentos quer pelo excessivo fortalecimento da produção nacional no período antecedente (a um ou outro dos polos entre os quais se tende a acumulação entravada) –e tipicamente, em períodos de crise mundial em que se afrouxam os vínculos externos–, as forças a favor e contra a manutenção do status quo entram em conflito aberto. Tais crises atravessam a história brasileira em uma aparentemente infindável sucessão desde a transmigração da côrte de D.João VI (1808) de geração em geração,²¹ dando a aparência de uma ‘sociedade sem história’ onde se aplicaria o adágio “Plus ça change, plus c’est la même chose”, como lembra Florestan Fernandes²². (A frase de Lampedusa: ‘É preciso mudar, para que tudo possa permanecer o mesmo’, vem da Itália num estágio em muitos

aspectos semelhante.) A história parece estancar. De fato, o que é *o mesmo* nessas crises é que elas foram sempre resolvidas até hoje a favor da re-imposição da primazia da expatriação de excedente sobre acumulação.

No entanto, acumulação-com-expatriação-de-excedente só é possível a taxas muito elevadas de excedente, como aquelas permitidas por um estágio de acumulação extensiva, em que a taxa de expansão é igual à taxa de excedente propriamente dita (*dentro* da produção de mercadorias) *mais* a taxa de *extensão* da produção de *mais-valia* (isto é, da própria produção de mercadorias à custa de outras formas de produção), onde a *segunda* é a parcela *mais* substancial. Nessas condições, uma parte do excedente é expatriada e ainda assim sobra algum para acumulação – ainda que acumulação *entravada*.

O mesmo não ocorre com a passagem ao estágio de acumulação intensiva, em que a taxa de expansão se restringe à taxa de excedente propriamente dita proveniente exclusivamente do aumento da produtividade do trabalho, e o excedente resultante então pode *ou bem* ser expatriado *ou bem* ser utilizado em reprodução ampliada, isto é, acumulado. *Com a exaustão do estágio extensivo acumulação entravada torna-se impossível*. Assim, o que *não* é ‘o mesmo’ na história brasileira são as condições em que a primazia da expatriação de excedente tem sido re-imposta mesmo durante o estágio extensivo, com o paulatino crescimento do peso relativo do mercado interno e das forças sociais correspondentes, e decididamente *diverso* é as condições em que aquela primazia pode ser reimposta agora, findo aquele estágio.²³

A crise atual e as questões urbanas

[Outra tarefa gigantesca:] reintegrar o país dentro (*sic*) de sua linha histórica.

Presidente do Brasil, 2 junho 1988²⁴

A exploração da dialética da acumulação entravada, processo específico de reprodução social desde a Independência até o fim dos anos 1970, e especialmente sua vinculação ao estágio extensivo permite

uma interpretação da crise que se implanta no início da década de 80 e que ainda está por ser resolvida. A exaustão do estágio extensivo no Brasil implica a exaustão da acumulação entravada, e a crise precisa ser resolvida mediante um embate entre as forças sociais: seja, por um lado, a favor da manutenção da primazia da expatriação de excedente –e da sociedade de elite– que no entanto implica agora a anulação, e não mais mero retardamento, da acumulação, vale dizer, da própria reprodução ampliada; seja, por outro lado, a favor do princípio da acumulação com a passagem ao estágio de acumulação intensiva, que implica por sua vez a anulação da expatriação de excedente –e na transformação da sociedade que nela se sustenta.

As implicações da resolução específica da crise para as ‘questões urbanas’ em geral e a infraestrutura urbana em particular prendem-se às diferenças nas condições de reprodução da força de trabalho nas duas perspectivas delineadas. A primeira, da manutenção da expatriação, significa uma involução das forças produtivas com a cessação da reprodução ampliada, a suspensão do progresso tecnológico (deve estar claro que as ‘zonas francas’ e filiais de empresas estrangeiras *não* são focos de irradiação de técnica avançada), e o rebaixamento do nível de subsistência do trabalhador. A segunda, acumulação desimpedida implica na transição para o estágio de acumulação intensiva suportada no aumento da produtividade do trabalho e conseqüentemente, com a elevação do nível de subsistência da força de trabalho.

Ora, as aglomerações urbanas são o local precípua da reprodução social²⁵. A elas cabe o papel de assegurar as condições de reprodução da força de trabalho, aos níveis requeridos pelo estágio de desenvolvimento da sociedade. No passado, assistimos à miséria urbana que acompanha o estágio de acumulação extensiva, e não somente no Brasil, senão em todos os lugares históricos – recordemos apenas *Os miseráveis* de Victor Hugo ou *Oliver Twist* de Dickens. Quanto ao futuro, abrem-se duas perspectivas de encaminhamento da política urbana de acordo com as alternativas históricas abertas ao Brasil. Dessas, a primeira na ordem acima citada, ou seja, a reimposição da expatriação de excedente, não vale o papel gasto em seu esboço. Seria a ‘bolivianização’ do país, conforme preconizado recentemente (1988) por um ministro de Estado. Já a segunda, ou seja, a

transição para o estágio intensivo com a transformação da ordem elitista em ordem burguesa, deve –conforme eu havia argumentado em outro lugar²⁶ impor sobre as aglomerações urbanas requisitos de performance, alguns a um patamar nitidamente superior aos atuais, e outros inteiramente novos. Tal performance dever naturalmente ser assegurada por uma infraestrutura urbana relativa a todos os aspectos da reprodução social, da produção de mercadorias à reprodução da força de trabalho.



Para tomar apenas um exemplo, o transporte urbano não poderia continuar em seu estado de virtual abandono e preso a técnicas obsoletas. Em particular, o ritmo histórico de implantação dos Metrô de São Paulo e Rio de Janeiro, equivalente a 2 km de linha por ano na primeira dessas cidades, é insuficiente para sequer acompanhar o ritmo de crescimento de sua aglomeração urbana. Uma alteração qualitativa de tal quadro implicaria em algo como a quintuplicação do volume de investimentos para em torno de 0,5% do Produto Nacional por um período como 15 anos, para se chegar a uma rede da ordem de 300 km de extensão, o que deixaria o índice de atendimento a níveis ainda baixos segundo padrões internacionais –inclusive os latino-americanos–, mas já seria compatível com uma elevação considerável da produtividade do trabalho.²⁷ Considerações semelhantes valem também para outros elementos de infraestrutura, como telefonia e telecomunicações, saneamento básico ou equipamentos e serviços de saúde e educação. Trata-se, em resumo, de uma mudança radical e não apenas de grau, com o abandono do princípio da precariedade e sua substituição pelo reconhecimento das condições da reprodução social enquanto necessidade histórica, correspondente ao respectivo estágio de desenvolvimento.

A ideologia promove, como dizíamos, uma visão segundo a qual o processo de desenvolvimento é determinado externamente, fugindo ao alcance de membros da sociedade. Fomenta uma luta quixotesca contra inimigos imaginários, promovidos sob nomes de pseudo-conceitos –difundidos pela ‘grande’ imprensa e por boa parte dos intelectuais que, coletivamente, os produziram–, tais como *fantasma* da inflação, *espectro* da recessão, *problema* da dívida externa, *ineficiência* do Estado, *fisiologismo* de parlamentares ou *atraso* da sociedade em substituição dos respectivos processos concretos, e que são, na verdade, os próprios instrumentos de manuten-

ção do ‘status quo’. Em contraponto, o enfoque sobre a dialética do processo social brasileiro permite romper a barreira ideológica e interpretar a atual crise pelo que ela é: uma crise de reprodução da sociedade de elite no âmbito da acumulação entravada que – apesar das tentativas de recomposição do *status quo ante* desde o abandono do *II PND* há quase quinze anos –, mantém em aberto a questão mesma que todas as transições, umas mais, outras menos, ‘democráticas’ pretenderam evitar, a saber: a questão da transformação da ordem social.

Epílogo: 1990

“Por trás dos príncipes de 1850, por trás de Austria e Prússia, estava a moderna grande burguesia, rapidamente colocando-as sob seu jugo por meio da dívida nacional.”

Eu sinto ter de dizer que nesse parágrafo excessiva homenagem foi prestada à burguesia alemã. Tanto na Áustria como na Prússia ela tinha, de fato, a oportunidade de “rapidamente colocar sob seu jugo” a monarquia “por meio da dívida nacional”, mas ela não se valeu desta oportunidade em qualquer dos casos. (...) Essa burguesia não quer governar.

Engels (1874) *The Peasant War in Germany*, Prefácio

As interpretações que precedem dizem respeito à história brasileira e à crise pós-76 da maneira como essa última vinha se desenvolvendo nos anos 80 *em geral*. A realização do Seminário *Repensando os anos 1980 no final de 1990* fornece, no entanto, oportunidade para se apontar alguns desdobramentos para além do simples empate de forças sociais que prolongava a crise.

As respostas ou mesmo as implicações da questão colocada pela eventual transformação radical da economia e da sociedade brasileiras no bojo da transição para o estágio de acumulação intensiva foram simplesmente proteladas pelo imobilismo do Governo Sarney. As indefinições assim geradas em praticamente todos os níveis e âmbitos da organização social, levadas ao paroxismo no final do mesmo governo e manifestas em hiperinflação e ‘desassossego social’ iminentes, trouxeram um imponderável como elemento novo, na forma da eleição de um presidente da república inteiramente fora do espectro político, vale dizer, dos partidos políticos estabelecidos.

O novo governo anunciou no dia de sua posse uma reforma eco-

nômica de tal profundidade que, se efetivamente implantada, leva à transformação de algumas das características seculares mais fundamentais da economia brasileira, referidas acima. Entre as medidas concretas estão o fim do financiamento automático do déficit público pela via da emissão de moeda, a unificação do planejamento, execução orçamentária e política monetária, a montagem de um sistema financeiro capaz de crédito de longa maturação, e drástica redução da imunidade fiscal –tantas condições elementares de uma estrutura de produção regulada sob a primazia do mercado. Nesse mesmo sentido, a reforma inclui ainda a extinção (ou o anúncio de intenção para tanto) das muletas para indústrias selecionadas (subsídios, cartéis, monopólios, nichos de proteção), assim como a montagem de sistema de financiamento do comércio exterior (até hoje dependente de crédito de curto prazo levantado na praça de Nova York), e mais geralmente, favorecimento do desenvolvimento do Departamento I (de produção dos meios de produção), estímulo ao progresso técnico e correspondente elevação dos salários e primazia do mercado interno. No todo, tal reforma, sempre se implantada, equivale à remoção dos entraves auto-impostos à acumulação na economia brasileira. Por essa razão, de vez que uma tal transformação implica na transformação da própria sociedade –que deve perder seu caráter de elite–, a ‘reforma’ equivale também a uma revolução. Uma revolução ‘por cima’, oriunda que é da cúpula do poder executivo, e deixando a questão maior escancarada: qual a sustentação –se houver– para a efetiva implantação de tal ‘reforma’?

von Bismarck Collor de Mello?

Bismarck nunca teve a sombra sequer de uma idéia política original e era bom apenas em se apropriar de idéias toda-feitas de outrem. Mas tal estreiteza era sua sorte. Sem ela nunca poderia ser ele capaz de perceber a História sob o ponto de vista exclusivamente prussiano. ...Sua força de vontade nunca o desertou ... e que se transformava frequentemente em pura brutalidade. E era esse, acima de tudo, a chave de seu sucesso. Todas as classes dominantes da Alemanha, tanto os Junkers como os burgueses, haviam perdido suas energias a tal ponto, ser sem-caráter tornou-se tão generalizado na Alemanha ‘educada’, que o único dentre eles que ainda ostentava força de vontade, tornou-se por isso só seu maior expoente – e tirano, segundo cuja música dançavam até mesmo contra seu melhor juízo e natureza.

... Bismarck realizou os anseios da burguesia alemã contra sua própria vontade. (...) A Prússia tornou a ser uma Grande Potência, e não mais a ‘quinta roda’

do carro da Europa. A realização das aspirações nacionais da burguesia ia de vento em popa, mas o método escolhido não foi o método liberal burguês. ... Bismarck executava seu programa nacional com uma velocidade e precisão que os enchia de espanto.

Engels, *The role of force in history* 1888.²⁸

As reações à reforma econômica –prontamente denominada de ‘Plano’, como é hábito, já preconizando seu ‘fracasso’, também como de hábito–, iam do espanto, incompreensão e retórica vazia, à indignação, ódio vociferante e sabotagem. Membros individuais da elite (os ‘eleitos’) davam vazão descontrolada a sua frustração nas formas mais variadas e frequentemente pitorescas, enquanto sua ‘grande’ imprensa tratava de defender ‘os trabalhadores’ contra os efeitos maléficos da reforma cujo sentido era precisamente romper o impasse que já durava quinze anos, mantido a todo custo em nome da continuidade e do consenso e que já havia resultado no que não pôde deixar de ser chamado de década perdida. Os partidos políticos de direita foram jogados em total desorientação, enquanto os ‘de esquerda’ optaram pela oposição automática à política de um governo que só podia ser visto como ‘de direita’ enquanto se recusavam terminantemente a sua análise concreta. O resultado foi uma gigantesca cortina de fumaça que impedia, ao nível político, qualquer posicionamento mais explícito a favor ou contra o conteúdo efetivo da transformação preconizada na reforma.

Os políticos eleitos no Congresso (auto-denominados de representantes do ‘povo’) desdobravam-se em zêlos para ‘defender’ os salários dos ‘trabalhadores’, estando empenhados, *de fato*, no restabelecimento do *status quo ante*. Seus ‘economistas’ alardeavam os efeitos recessivos do ‘plano’ –como se em alguma economia a produção pudesse ser reorganizada sem uma temporária queda da taxa de lucro ou de consumo–, preconizavam seu iminente ‘fracasso’, e pontificavam a dependência do país de investimentos e de tecnologia estrangeiros²⁹, re-entoando a ladainha dos ‘liberais’ do século passado e de sempre. Aparentemente, tudo como dantes, no quartel de Abranches ...

No entanto, apesar da generalizada resistência à mudança, não emergiu qualquer projeto alternativo e assim, e somente por isso, a reforma vai se implantando aos trancos e barrancos e no reconhecimento recalcitrante da absoluta falta de alternativa. “Alternativa”,

no caso, seria a continuidade, o ‘consenso’ –isto é, a manutenção da acumulação entravada, expatriação de excedente e sociedade de elite– e isto, como vimos, é estágio superado devido à exaustão do estágio de acumulação predominantemente extensiva. Assim, a reforma é menos um grande desígnio, um ‘novo projeto para o Brasil’ que mera falta de alternativa para o desenvolvimento das forças produtivas³⁰, devido à inviabilização de acumulação com expatriação de excedente.

O que caracteriza as posições assumidas, de um lado e outro, é a virtual ausência de uma ideologia que as acompanhasse. Com todos os problemas da ideologia liberal já assinalados, ficou ela por demais associada à manutenção do *status quo* para dela ser descolada de repente e poder ser utilizada pelo projeto oposto, e isto, apesar de que por seu conteúdo, a este teria melhor aderência. Em consequência, qualquer organização das posições políticas segundo linhas partidárias (ou ‘propostas claras’) fica virtualmente impedida. Daí o caráter bonapartista, a aparência de uma ‘revolução por cima’: contra tudo e contra todos, Fernando Otto von Bismarck Collor de Mello³¹ vai se mantendo como instrumento de uma transformação social profunda em fermentação.

A menos de um ano de seu governo –ao se escrever as linhas deste epílogo, na tentativa de concluir uma interpretação da crise dos anos 80– permanece, é claro, em aberto o desfecho do processo em curso. Sabemos que

(t)ransformações são incubadas por muito tempo em segredo antes de se fazerem sentir violentamente na superfície. Um relato certo da história (econômica) de determinada época nunca pode ser produzido contemporaneamente, tão-somente em um momento subsequente.³²

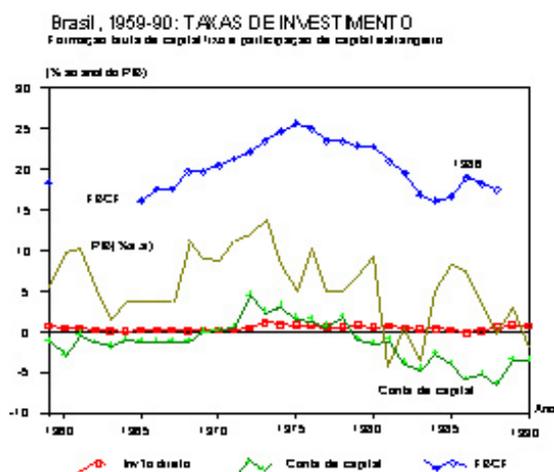
Menos ainda seriam autorizadas previsões –que seriam necessariamente profecias– sobre quais das forças em oposição prevaleceriam em última instância, ou mais exatamente, como elas mesmas iriam se transformar no processo do próprio conflito e que formas concretas –de organização social e de estágio de desenvolvimento– iria tal processo produzir. O objetivo destas interpretações também não era mais que caracterizar as tendências em jogo, bem como a própria natureza da respectiva transformação social, ora *em questão*.

ANEXO

Balço de pagamentos, Brasil 1959-90*Taxas de acumulação, investimento e expatriação*

Apresentamos aqui alguns itens selecionados das contas nacionais, agrupados de maneira a permitir uma avaliação da evolução recente da economia brasileira (1959-90) e do papel do capital estrangeiro, ou, em um sentido mais lato, das contas externas do país.

A evolução do produto nacional é uma boa medida da taxa de acumulação em si. O saldo da conta de capitais, isto é, conta de serviços mais empréstimos menos amortizações, é uma medida razoável da expatriação de excedente (Tabela 1) –que admitiria a alternativa de se considerar o saldo da balança comercial (exportações menos importações) menos a variação das reservas internacionais (Tabela 2), desprezando, no entanto, o déficit (ou mais raramente, superávit) das transações correntes. Cruz (1983), por sua vez, deduz os serviços “de alguma forma produtivos” (frete, seguros etc.) da conta de serviços, desprezando com isto o fato que tais itens são crônicamente negativos precisamente para a, ou em função da, reprodução do entravamento da acumulação. Por essa razão, nas ilustrações das Figuras 1-3, a expatriação é medida pela primeira dessas alternativas.

**Figura 1**

A *Figura 1* representa simplesmente a taxa de investimento, medida pela formação bruta de capital fixo- FBCF, e que determina em boa medida, a taxa de acumulação futura, os investimentos externos diretos e a conta de capital, contra o pano de fundo da evolução do produto nacional- *PIB*.

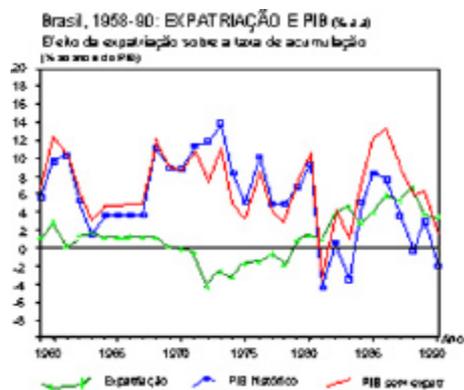


Figura 2

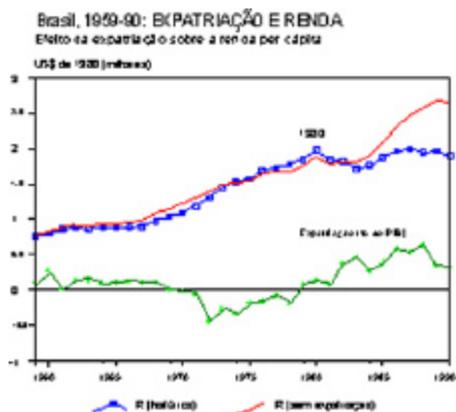


Figura 3

As Figuras 2 e 3 põem em relação a taxa de expatriação de excedente e o PIB, e aquela e a renda per capita, respectivamente. Elas apresentam a evolução histórica de fato e uma evolução hipotética ‘sem expatriação’, do produto nacional e da renda per capita, respectivamente, a partir da base de 1959. Se tais curvas chegam a ser indicativas do ‘efeito’ da expatriação, elas levam em conta apenas o efeito imediato, ano a ano, dessa última, sem tais outros como a distribuição de renda ou o aumento da produtividade a longo prazo e são assim, meramente ilustrativas das ordens de grandeza envolvidas.

Tabela 1:

BRASIL, 1959-88

PIB, BALANÇO DE PAGAMENTOS E TAXA DE INVESTIMENTO (FBCF)

US\$ Correntes

Ano	PIB		CONTA DE CAPITAL				EXPATRIAÇÃO		TxInv	Tx jur
	PIB Cr.real	(%a.a)	Inv.d.	Serviços	Emprest	Amortiz	Saldo S/PIB	FBCF	j/Div	
	(bi)	(%a.a)	US\$ mi	US\$ mi	US\$ mi	US\$ mi	US\$ mi	(%)	(%)	
	[1]	[2]	[3]	[4]	[5]	[6]	[7]	[8]	[9]	[10]
1959	17.14	5.6	124	-373	439	-377	-187	-1.1	18.5	-
1960	19.56	9.7	99	-471	347	-500	-525	-2.7		-
1961	22.44	10.3	108	-359	545	-326	-32	-0.1		-
1962	24.57	5.3	69	-406	343	-310	-304	-1.2		-
1963	25.94	1.5	30	-333	262	-364	-405	-1.6		-
1964	27.97	3.7	28	-259	226	-271	-276	-1.0		-
1965	30.17	3.7	70	-447	363	-304	-318	-1.1	16.1	-
1966	32.54	3.7	74	-550	508	-395	-363	-1.1	17.6	-
1967	35.09	3.7	76	-524	512	-447	-383	-1.1	17.6	-
1968	40.74	11.2	63	-582	700	-609	-428	-1.1	19.8	0.3
1969	46.67	9.0	136	-630	1 201	-701	6	0.0	19.8	0.1
1970	53.52	8.8	122	-815	1 510	-687	130	0.2	20.6	0.8
1971	62.60	11.4	169	-980	2 037	-850	376	0.6	21.3	2.4
1972	72.99	11.9	337	-125	4 299	-1 202	3 309	4.5	22.2	5.8
1973	87.96	13.9	974	-1 458	4 547	-1 662	2 401	2.7	23.6	9.9
1974	103.64	8.3	945	-2 433	6 891	-1 920	3 483	3.4	24.7	13.4
1975	119.06	5.1	1 007	-3 213	6 530	-2 120	2 204	1.9	25.8	5.9
1976	138.02	10.2	1 145	-3 919	7 920	-2 888	2 258	1.6	25.0	6.7
1977	153.18	4.9	956	-4 134	8 424	-4 060	1 186	0.8	23.6	6.9
1978	173.22	4.9	1 031	-6 037	13 810	-5 324	3 480	2.0	23.5	5.7
1979	200.91	6.8	1 685	-7 778	11 882	-7 314	-1 525	-0.8	22.9	8.3
1980	239.80	9.3	1 487	-10 152	10 596	-5 010	-3 079	-1.3	22.9	9.3
1981	250.34	-4.4	1 795	-13 135	15 554	-6 242	-2 028	-0.8	21.0	12.6
1982	275.51	0.6	1 370	-17 082	12 515	-6 952	-10 149	-3.7	19.5	13.1
1983	281.82	-3.5	861	-13 415	6 708	-6 863	-12 709	-4.5	16.9	9.2
1984	308.64	5.1	1 123	-13 215	10 401	-6 468	-8 159	-2.6	16.2	10.4
1985	347.96	8.3	804	-12 877	7 078	-8 491	-13 486	-3.9	16.7	10.5
1986	386.76	7.6	-120	-13 694	3 109	-11 546	-22 251	-5.8	19.0	-
1987	413.90	3.6	669	-12 678	3 988	-13 819	-21 840	-5.3	18.3	-
1988	427.11	-0.3	2 445	-15 030	2 845	-17 087	-26 827	-6.3	17.5	-
1989	457.52	3.0	3 788	-14 800	29 612	-33 985	-15 385	-3.41	16.0	-
1990	466.30	-2.0	3 256	-13 753	2 337	-7 487	-15 647	-3.4	15.0	-

Fontes:

[1] De [2] com 1980: Baer (1989):102; valores correntes segundo a inflação do dólar.

[2] 1959-63:Baer (1989):61; 1964-70: *idem*, p.81; 1971-88: IBGE (1989); 1989-90: aprox.[3] 1959-76: IBGE (1968-76: inclui reinvestimento); 1977-90: *CjEcon*.

[4] IBGE.

[5],[6] 1959-87: IBGE; 1988-90: *CjEcon*.[9] 1965-9: Paiva *et alii* (1987):181; 1970-88: IBGE (1989).

[10] Taxa de juro real sobre a dívida externa. BAER (1989): 106.

Tabela 2:

BRASIL, 1959-88
COMERCIO EXTERIOR, RESERVAS INTERNACIONAIS E
EXPATRIAÇÃO DE EXCEDENTE (US\$ correntes)

Ano	PIB	COMERCIO EXTERIOR			RESERVAS		Ex/PIB (%)
	EXPATRIAÇÃO ⁽¹⁾ US\$ (bi) [1]	Export US\$bi [11]	Import US\$bi [12]	Saldo US\$bi [13]	Varição US\$bi [14]	US\$bi (13-14) [15]	
1959	17.14	1.28	1.21	0.07	-	-	-
1960	19.56	1.27	1.29	-0.02	-0.02	0.00	0.0
1961	22.44	1.40	1.29	0.11	0.20	-0.09	-0.4
1962	24.57	1.21	1.30	-0.09	-0.20	0.11	0.4
1963	25.94	1.41	1.29	0.11	0.10	0.01	0.0
1964	27.97	1.43	1.09	0.34	-0.01	0.35	1.3
1965	30.17	1.60	0.94	0.66	0.30	0.36	1.2
1966	32.54	1.74	1.30	0.44	-0.10	0.54	1.7
1967	35.09	1.65	1.44	0.21	-0.20	0.41	1.2
1968	40.74	1.88	1.86	0.03	0.10	-0.07	-0.2
1969	46.67	2.31	1.99	0.32	0.40	-0.08	-0.2
1970	53.52	2.74	2.51	0.23	0.50	-0.27	-0.5
1971	62.60	2.90	3.25	-0.34	0.50	-0.84	-1.3
1972	72.99	3.99	4.24	-0.24	2.50	-2.74	-3.8
1973	87.96	6.20	6.08	0.12	2.20	-2.08	-2.4
1974	103.64	7.95	12.64	-4.69	-1.10	-3.59	-3.5
1975	119.06	8.67	12.17	-3.50	-1.30	-2.20	-1.8
1976	138.02	10.13	12.28	-2.15	2.60	-4.75	-3.4
1977	153.18	12.12	12.02	0.10	0.66	-0.56	-0.4
1978	173.22	12.66	13.68	-1.02	4.64	-5.66	-3.3
1979	200.91	15.24	17.96	-2.72	-2.21	-0.51	-0.3
1980	239.80	20.13	22.96	-2.82	-2.78	-0.05	0.0
1981	250.34	23.29	22.09	1.20	0.59	0.61	0.2
1982	275.51	20.18	19.40	0.78	-3.51	4.29	1.6
1983	281.82	21.90	15.43	6.47	0.57	5.90	2.1
1984	308.64	27.01	13.92	13.09	7.43	5.66	1.8
1985	347.96	25.64	13.15	12.49	-0.39	12.87	3.7
1986	386.76	22.35	14.04	8.30	-4.85	13.15	3.4
1987	413.90	26.22	15.05	11.17	0.70	10.47	2.5
1988	427.11	33.78	14.69	19.10	2.08	17.02	4.0
1989	457.52	34.38	18.26	16.12	0.54	15.58	3.4
1990	466.30	31.41	20.41	11.01	0.29	10.71	2.3

Fontes:

[11], [12] 1959-88: IBGE; 1989-90: *CjEcon*.[14] Da posição das reservas em 1959: Baer (1989): 202; em 1960-76: Cruz (1983):61; em 1977-88: IBGE (1989), e em 1989-90: *CjEcon* (1988=US\$9, 54 bilhões). (em 31/12)

Referências das fontes citadas:

IBGE: *Anuário estatístico*IBGE (1988) *Contas nacionais consolidadas do Brasil**CjEcon: Conjuntura Econômica*BAER, Werner (1989ed) *The Brazilian economy* Preager, New YorkPAIVA, Paulo et alii (1987) *Plano Cruzado/ Ataque e defesa*, Forense Universitária, Rio de Janeiro

Notas

- ¹ Em 30 de dezembro de 2000, citado por Antonio Barros de Castro (“Nada depende de nós”), *Folha de S Paulo*, 2002.1.3:B-2).
- ² Alejandro Toledo (que fazia propanganda eleitoral na televisão dos EEUU), *Veja*, 2000.12.27:16.
- * O material deste capítulo foi originalmente apresentado no Seminário *Re-pensando o Brasil dos anos 80*, em novembro de 1990 e publicado em seguida na revista *Espaço & Debates* (32), como se esclarece nos parágrafos introdutórios que seguem. A parte revisões menores, o texto permanece inalterado, inclusive no uso de expressões que se referem ao tempo, tais como, ‘atual’ ou ‘recente’.
- ³ “Preliminares para uma política urbana”, Deák (1988).
- ⁴ Uma interpretação da crise brasileira implica necessariamente em uma *periodização* do capitalismo. Assinale-se desde já a oportunidade de atentar para o parentesco, por um lado, e sobretudo a diferenciação, por outro, da conceituação aqui proposta com respeito a outras periodizações pròpriamente ditas ou conceitos parciais correlatas mais ou menos em voga, tais como, pré-capitalismo, capitalismo monopolista, dependente ou tardio, regimes de acumulação extensiva/intensiva, Fordismo ou Fordismo periférico.
- ⁵ A própria palavra significa em latim simplesmente *fazenda* (unidade de produção, no caso, agrícola).
- ⁶ Isto se refletia, entre outros, na precariedade da estrutura produtiva da colônia, se comparada com a colônia americana da Inglaterra e que acabou perdendo seu controle. Por outro lado, a relativa fraqueza da estrutura produtiva de Portugal permitia um desenvolvimento maior da reprodução brasileira local do que nas colônias inglesas onde a Inglaterra seguiu a mesma política de limitação da escala da exploração, o que estabelece uma especificidade do Brasil e também de algumas colônias espanhóis em relação às colônias inglesas e também francesas da África e da Ásia.
- ⁷ Prado Jr (1945):134-5.
- ⁸ “Eram na maioria fazendeiros, altos funcionários ou comerciantes respeitáveis. Ligados entre si por laços de família ... Constituíam uma verdadeira oligarquia depois da Independência, integrando [todos os escalões governamentais]. Dirigiram o país até meados do século.” Viotti (1968):118.
- ⁹ Citado em Viotti (1968):118.
- ¹⁰ Para a Inglaterra, Deane & Cole (1967), p.230; para o Brasil, Pinto (1968), p.141.
- ¹¹ O custo total das Guerras Napoleônicas para a Inglaterra foi estimado em £10 milhão (David Harvey, 1979, em comunicação apresentada no Seminário: *Crescimento e pobreza urbana*, Recife, 1979); a renda externa anual da Inglaterra em 1821, em £3 milhão (Deane & Cole, 1967:36).
- ¹² Entre 1823 e 1861 a balança comercial brasileira só não era negativa em seis anos isolados e nesses, era virtualmente nula (Pinto, 1968:144). O déficit acumulado no período chegava a £31 milhões (Prado Jr, 1945, *Anexos*) – para então tornar-se

positivo e nunca mais cessar de alimentar a amortização da dívida.

¹³ Faoro (1957):403 e 405 (na segunda citação, reticências omissas).

¹⁴ Oliveira (1972), p.10.

¹⁵ Ignácio Rangel já em 1963 denunciava a ‘ilusão estruturalista’, que apresentava como uma situação de escassez aquilo que na verdade, era de abundância –no caso, da capacidade produtiva instalada (Rangel,1963, pp.28-35). Mantega faz reparo similar em relação aos cepalinos e dependentistas cuja política ‘de verniz nacionalista’ acabava por levar à ‘invasão da economia brasileira pelos capitais estrangeiros’ (Mantega,1984, pp.39-76).



¹⁶ A *Lei da Terra* institucionalizava uma pré-condição do trabalho assalariado, a saber, a destituição do trabalhador de seu meio de subsistência, enquanto que a efetiva cessação do tráfico negreiro nos anos 1850-51 (Bethell,1970) era a expressão de que sua concorrência, o trabalho escravo, tinha seus dias contados. Assim a abolição da escravidão em 1888 era pouco mais de mera formalidade, quando havia menos de 800 000 escravos no Brasil, para uma população de 14 milhões (Prado Júnior, 1945:181): os escravos constituíam menos de 20% da força de trabalho, e se considerada sua produtividade, seu peso na produção era menor ainda.

¹⁷ A dialética da forma-mercadoria e as questões correlatas aqui resumidas são discutidas em mais detalhes em Deák (1985), especialmente pp.168ss e 227ss, e Deák (1986 -Aqui, o Capítulo 6 que precede- *N.A.*). Aqui lembremos apenas que neo-liberalismo consiste precisamente na tentativa quase-desesperada de combater a tendência de expansão do Estado no atual estágio intensivo do capitalismo (vide ‘Thatcherismo’ e ‘Reaganismo’), inteiramente sem sucesso, diga-se de passagem: de fato, *privatização* não é o mesmo que *mercadorização*: em uma dialética a negação da negação não restitui a tendência negada.

¹⁸ Há uma tese polêmica de Perry Anderson (Anderson,1987) severamente criticada por Barratt Brown e outros, segundo a qual na Inglaterra teria havido “por 300 anos, uma hegemonia da aristocracia e da nobreza latifundiária ligadas a uma oligarquia financeira, com uma burguesia industrial subordinada” (no resumo de Barratt Brown,1988 pp.36-7). Este não é o espaço para entrar no mérito dessa questão, no entanto é de se assinalar, tendo em vista a busca da especificidade da sociedade brasileira, que seja elite (com Anderson), seja uma fração da burguesia ligada ao ‘setor’ externo (com Barratt Brown) aquilo que se contrapõe à burguesia industrial ligada à produção nacional, sua sobrevivência/ fortalecimento depende (no que concordam Anderson e Barratt Brown) do fortalecimento dessa última, de maneira que seus interesses *de classe* são o mesmo, a saber, acumulação em produção. O conflito entre tais frações de capital é apenas um dos muitos que decorrem das contradições do capitalismo, tais como conflitos de interesse entre capitalistas individuais e entre estes e capitalistas como classe, mas os interesses de classe acabam prevalecendo (e impõem a primazia do princípio da acumulação), ao passo que no Brasil, pelo contrário, a sobrevivência da elite depende do *não*-fortalecimento da burguesia, como será discutido adiante.

¹⁹ Referimo-nos aqui a medidas tópicas apenas, tais como uma elevação *excepcional* da taxa de juro ou uma restrição *excepcional* do crédito. Na verdade nunca houve um sistema de crédito no Brasil, nem sistema financeiro digno desse nome, e que somente poderia ser assegurado pelo Estado – se se quisesse assegurar condições de desenvolvimento à produção, algo contrário à hipótese, como estamos tentando mostrar. Consequentemente, “enquanto na Europa pagava-se de 4 a 5 por cento (de

- juros sobre o capital), no Brasil cobrava-se de 8 a 10 por cento” (Luz, 1961:37).
- ²⁰ Sacrificava-se a produção dos meios de produção em nome de uma ladainha que focalizava os meios de consumo, do tipo: “a finalidade da indústria... é tornar possível o máximo de consumo... aumentando o poder aquisitivo do homem e diminuindo o preço dos produtos” (Joaquim Murtinho em 1901, *cit.in* Luz, 1961:87).
- ²¹ Como no relato magnífico de Vilela Luz. As crises observam uma periodicidade de 20 a 30 anos e uma semelhança espantosa na retórica utilizada, no desenrolar e no resultado.
- ²² Fernandes (1972):36.
- ²³ Este provavelmente é também o ponto em que as histórias dos países latino-americanos divergem e a razão que previne contra generalizações e comparações de resto atraentes, mas que requereriam uma interpretação similar específica para cada país.
- ²⁴ *Gazeta Mercantil*, 3.6.88:1.
- ²⁵ Sobre a especificidade do conceito de ‘urbano’, eu argumentava em Deák (1986), que a única especificidade, isto é, sentido, que se pode atribuir a esse termo é aquele que o mesmo adquire na expressão ‘aglomeração urbana’, sendo essa última um adensamento dos processos de reprodução social, onde algumas contradições do capitalismo manifestam-se em conflitos particularmente agudos ou intensos. São esses conflitos que tem sido erigidos em ‘problemas’ ou ‘questões’ urbanas em seu próprio direito e analisados enquanto tais por disciplinas fragmentadas como “urbanismo” ou sub-fragmentos de disciplinas –já fragmentadas– tais como “economia”, “sociologia”, “geografia” etc. –“urbanas”.
- ²⁶ Deák (1988).
- ²⁷ Uma quantificação da demanda por transporte coletivo para São Paulo, assim como uma análise do investimento para atendê-la, encontram-se no Capítulo 9.
- ²⁸ Engels (1888):56-8; 61-7.
- ²⁹ É espantosa a facilidade com a qual se propagam idéias tais como aquela segundo a qual o Brasil ‘precisa’ de investimento (ou empréstimo) estrangeiro (para sustentar taxas de crescimento acelerado, ou ‘viabilizar o crescimento’) por falta de ‘capacidade de poupança’ interna. Tal concepção, além de compartilhar a noção, já referida, de que os destinos do país residem fora dele, ignora o fato elementar de que o investimento externo (‘direto’) nunca chegou a 1% (*hum-por-cento*) do PIB nas últimas três décadas, à exceção de 1973, ano em que estabeleceu o recorde de 1,1% (cf. *Tabela 1* em Anexo). Já se disse até que o ‘milagre brasileiro’ também foi ‘financiado’ pelo capital estrangeiro, quando o país manteve uma taxa de investimento de 23-27% do PIB, sustentando uma taxa de crescimento de 9-14%, sem qualquer ‘contribuição’ externa: o investimento direto já foi comentado, mas mesmo a ‘entrada líquida de capital’ (que já inclui empréstimos) era virtualmente nula em um primeiro período (de fato, acumulou um saldo negativo no quadriênio 1968-71), para em seu auge subir a um pico de 4.5% do PIB em 1972 (e se manter acima de 2% por mais dois anos), inteiramente desnecessária para acelerar o crescimento que já estava acima de 11% ao ano –e boa parte dela ser simplesmente entesourada na forma de aumento das reservas internacionais, como assinala Cruz (1983):65ss (ver também itens selecionados das contas nacionais da referida *Tabela 1* em Anexo). Contra esse pano de fundo e tais ordens de magnitude, é ridículo esperar que a taxa

de investimento extremamente baixa dos últimos anos (14% em 1990 [est]) possa ser elevada a algo como 25% do PIB com base em investimento estrangeiro (que, ademais, nos últimos anos anda na casa de 3 a 6% *negativos*). Tal nível de investimento, necessário para se alcançar uma taxa de crescimento da ordem de 6% ao ano, somente pode ser conseguida com base em uma política econômica voltada para esse fim, com --não é demais repetir-- a constituição de um sistema financeiro, crédito de longa maturação, controle de monopólios, subsídio às indústrias-chave, notadamente àquelas do *Departamento I*, dos meios de produção (ao invés da cana de açúcar, por exemplo), política tarifária e cambial ativa etc. – vale dizer, o exato oposto da política que historicamente prevaleceu.

³⁰ Em retrospecto, poderia parecer que o movimento da unificação alemã sob a liderança da Prússia, que transformou uma constelação de micro-principados de constituição arcaica (monarquia absolutista) em uma nação de primeira grandeza durante o meio século que vai do fim das guerras napoleônicas até 1870, e que desafiava a própria preponderância britânica, era movido por algum grande desígnio, um projeto geo-político de grande envergadura, concebido e executado por por alguém ou algum grupo político ou classe social. Na verdade (ver Engels, 1888, pp.47-9), trata-se mais de um rumo seguido na falta absoluta de alternativas pelo desenvolvimento do capitalismo na Alemanha.

³¹ Segundo tirada de Chico de Oliveira (Oliveira, 1990). *Bonapartismo* é precisamente a implantação, por meios não-burgueses (ou ‘liberais’), de um projeto não-hegemônico (por não estar apoiado em uma ideologia) no interesse da burguesia enquanto classe, mas contra a vontade expressa de seus próprios membros (vide Engels, 1888).

³² Engels (1985), p.8.



Renina Katz *Lugares XIII*

8 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

Creio que certas realidades americanas, por não haverem sido exploradas literariamente, por não haverem sido *nomeadas* exigem um grande, vasto, paciente, processo de observação. ... Convenço-me que a grande tarefa do romancista americano de hoje está em inscrever a fisionomia de suas cidades na literatura universal...

Alejo Carpentier *Literatura e consciência política na América Latina*, 1969

Em pouco mais de uma geração a partir dos meados deste século, o Brasil se transformou de um país predominantemente agrário em um país virtualmente urbanizado. Em 1950, tinha uma população de 33 milhões de camponeses –em crescimento– com 19 milhões de habitantes nas cidades, ao passo que hoje tem a mesma população no ‘campo’ –agora diminuindo– mas a população urbana sextuplicou, para mais de 120 milhões. É claro que transformações quantitativas de tal magnitude implicam em transformações qualitativas de profundidade. O país, se não está inteiramente ‘urbanizado’, tem seguramente caráter preponderantemente urbano. As condições de produção nas áreas urbanas – nas ‘cidades’ – são agora as da virtual totalidade da economia e as condições de vida nas aglomerações urbanas são aquelas da maioria da população. Acima de tudo, as aglomerações urbanas constituem a base e o palco das transformações futuras da sociedade assim como de sua economia.

O impacto da urbanização e planejamento

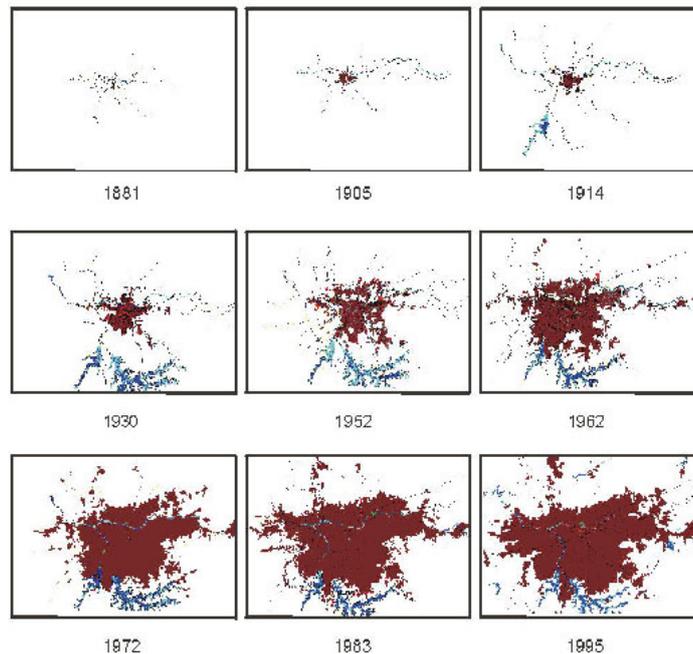
Rapidez e intensidade têm caracterizado o processo de urbanização desde seus primórdios no último quartel do século passado. Escrevendo em 1970, quando São Paulo já havia se tornado o símbolo e epítome da urbanização no país, o geógrafo Juergen Langenbuch

assim se referiu a seu crescimento no período 1874-1920:

A evolução da cidade, de pequeno burgo de vinte mil habitantes a um aglomerado apreciável de meio milhão, em menos de cinquenta anos, constitui fenômeno de veras notável.

Langenbuch (1970) *A estruturação da Grande São Paulo*, p.77.

Em mais vinte anos, alcançaria 1 300 000 habitantes... Mas se o *ritmo* da urbanização era explosivo já desde o século passado, é a



São Paulo, 1881-1995 Expansão da aglomeração urbana no período, durante o qual a periferia produziu em torno de 180 000 ha de área urbanizada com uma população de 18 milhões de habitantes.

partir do segundo quartel deste que a *escala* alcançada pela mesma começou a provocar iniciativas por parte do Estado e modificações na administração pública. Um dos resultados nesse sentido é o aparecimento de uma nova atividade governamental com a finalidade específica de tratar dessas entidades novas que estavam surgindo: as aglomerações urbanas. É o nascimento do planejamento e em particular, do planejamento urbano, cujos primórdios podem ser situados no Estado Novo – no advento do qual Otavio Ianni via, significativamente, a consolidação de “uma vitória importante ... da *cidade* sobre o *campo*”.¹

Trinta anos mais tarde os planos urbanísticos e a atividade de planejamento no Brasil chegavam a seu auge, na década de sessenta–início de setenta. Recebiam, nessa época, um duplo estímulo: no plano das idéias, a produção efervescente da reconstrução pós-guerra principalmente na Europa; e no plano material, o reconhecimento governamental de que o processo de rápida urbanização em curso, que alcançava todo o Brasil, era definitivamente uma das transformações fundamentais da sociedade brasileira e requeria intervenção estatal, consagrando precisamente o que se denominou de *planejamento urbano*.

Entendia-se por planejamento urbano o conjunto das ações de ordenação espacial das atividades urbanas que, não podendo ser realizadas ou sequer orientadas pelo mercado, tinham que ser assumidas pelo Estado, tanto na sua concepção quanto na sua implementação. Em sua época de ouro, foram elaborados grandes e às vezes grandiosos ‘planos integrados de desenvolvimento’ (os *PDI*) para todas as cidades brasileiras exceto aquelas poucas que ficavam à margem do surto de urbanização. Tais planos, mais por falta de critério de delimitação do campo do que seria ‘planejamento urbano’ do que por arroubos de ambição excessiva, abarcavam todos os aspectos possíveis e imagináveis da vida das cidades, desde obras de infraestrutura física à renovação e desenho urbanos, ordenação legal do uso do solo e paisagem urbana, até a provisão de serviços tão pouco espacial-específicos quanto saúde e educação pública. O estímulo governamental ao planejamento urbano manifestava-se de várias formas: se as cidades não eram obrigadas por lei (como viriam a ser mais tarde, pela *Constituição* de 1988) a ter seu plano de desenvolvimento, certamente não poderiam esperar obter financiamento para obras de infraestrutura se não o tivessem – e vários programas, a começar pela Planasa (*Plano Nacional de Saneamento*), ofereciam ‘fundos’ de urbanização na forma de crédito subsidiado. Foram criados vários órgãos a nível ministerial, com o SERFHAU (*Serviço Federal da Habitação e Urbanismo*, criado em 1964) à frente, para administrar os recursos alocados à atividade –os próprios planos eram financiados– e prestar assessoria às cidades menores cujos governos locais não sabiam nem o que exatamente era um ‘plano urbanístico’ e muito menos tinham condições de conhecer os meandros entre os fundos disponibilizados e os escritórios especializados, que por eles faziam os planos.

A onda de planejamento local centralmente orquestrado com sua desova de planos de desenvolvimento integrado durou uma década, com pico na virada de sessenta para setenta. Mas em alguns anos começou a se generalizar um crescente sentimento de frustração quanto aos planos: vistosos em sua concepção, pouco deles era efetivamente ‘implantado’ e o crivo entre a ‘teoria’ e a ‘prática’ de planejamento (urbano) tornava-se tão gritante que não podia mais ser ignorado. Virou lugar-comum que os planos ‘ficavam na prateleira’ e os meados dos anos ’70 presenciaram a extinção dos planos integrados (sintomaticamente, o SERFHAU foi extinto em 1974). Por algum tempo, em uma atitude mais pragmática –e modesta–, elaboravam-se ainda planos ‘setoriais’ –um sistema de saneamento, um programa habitacional ou um plano de transportes– mas, com o abandono do II PND² em 1976, o planejamento urbano perdeu todo o seu vigor e virtualmente cessou com a recessão de 1982-3. Durante o período de recuperação/recessão alternadas de 1985 até hoje, o planejamento urbano chegou a ser promovido a atividade obrigatória pela *Constituição* de 1988, mas permanece restrito a iniciativas isoladas e anêmicas, que na melhor das hipóteses arrolam ‘problemas’ mas nem preconizam, e muito menos propõem ‘soluções’, a não ser pífias, mas que amiúde simplesmente procuram desviar a atenção das áreas críticas do processo urbano, promovendo problemas falsos (como conservação da natureza), intangíveis (como qualidade de vida) ou inócuos (como ‘impacto ambiental’).

O que é o processo urbano?

Os que me criticam, a favor ou contra, é que devem ir mais longe e entabular o debate que marcará *le grand tournant* da sociologia no Brasil. Tal debate – e não o presente livro – indicará o grau de maturidade teórica e crítica dos sociólogos brasileiros.

Florestan Fernandes, 1976 “Prefácio à segunda edição” *A revolução burguesa no Brasil*

Se os dias do auge do planejamento urbano atestavam que o *fato* da urbanização era evidente, a *natureza* da urbanização era tudo

menos óbvia. Falava-se em ‘atração’ das cidades (sobre a ‘população’) pela variedade de oportunidades de vida que ofereciam – o que deixava inexplicada a massa de sub-proletariado que se avolumava nas aglomerações urbanas. E quando atração da cidade foi substituído por ‘repulsão do campo’, chegava-se mais próximo à essência do processo, sem ainda expressá-la, contudo, com clareza conceitual.

O processo de urbanização teve início logo após a consolidação da nova nação-Estado quando da dominação dos movimentos separatistas e/ou republicanas que estouravam do Sul ao Norte com focos em Minas Gerais e o próprio Rio de Janeiro mas abrangendo um leque de províncias do Rio Grande do Sul ao Pará (1849). Completada o que Caio Prado Jr chamava de ‘trajetória reacionária’, e que assegurou a continuidade da formação social de origem colonial, elitista e patrimonialista, esta sociedade consolidada procedeu ao preparo da inevitável passagem do trabalho escravo ao trabalho assalariado. Logo em 1850 duas medidas fundamentais foram tomadas: a promulgação da *Lei das Terras* e a supressão *de fato* da importação de escravos. A primeira preparava a condição institucional da existência do trabalho ‘livre’, isto é, do trabalho assalariado: transformando a terra em *propriedade privada*, priva o trabalhador de seu meio de sobrevivência e que assim, para viver, é obrigado a vender sua força de trabalho e por seu preço – o salário – comprar seus próprios meios de sustento no mercado.³ A segunda medida livrava a nova relação de trabalho – o assalariamento – da competição da escravidão e com isso, acelerava sobremaneira a transição dessa para aquela. De fato, desprovida de sua fonte principal de reprodução – sua taxa de reprodução vegetativa sendo negativa –, nos 27 anos que seguiram a abolição do tráfico de negros, a população de escravos caiu de 2 500 000 em 1850 para 723 000 em 1887, enquanto a população do país crescia de 8 000 000 para 14 000 000 de habitantes, de modo que a proporção dos escravos caiu de um em cada três habitantes (31 %) ao nível quase-desprezível de um em vinte (5 %).⁴ Assim vingavam as bases lançadas em 1850 na acelerada implantação do trabalho assalariado como relação de produção predominante no país.

Os trabalhadores desprovidos de seus meios de subsistência afluíam às cidades onde tornar-se-iam assalariados na produção e circula-

ção de mercadorias. No processo, as cidades, além de começarem a crescer, iam perdendo suas características enquanto contraponto ao campo, uma vez que incorporavam agora a produção de mercadorias, para se transformarem em aglomerações urbanas. A dicotomia campo-cidade ia desaparecendo. O *trabalho assalariado* –vale dizer, o desenvolvimento do capitalismo–, *industrialização* e *urbanização* não são apenas inseparáveis ou interrelacionados: são um só processo. Parafraseando Marx, pode se dizer que urbanização é o crescimento do proletariado . . . Nessa ótica, ambos os ‘slogans’: “São Paulo não deve parar” e seu anverso “São Paulo deve parar”, referindo-se ao epítome nacional da urbanização, revelam-se igualmente inócuos, refletindo apenas a falta de compreensão da natureza do processo em questão. Para parar São Paulo, seria necessário reverter o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, nada menos. Os dias da vida edênica do país, do idílio exótico, da natureza imutável, do tempo suspenso, enaltecida também em seu hino nacional, estavam contados. A sociedade continuaria uma sociedade de elite, mas também, uma sociedade capitalista, com sua formação social específica e que imprimiria suas características sobre, entre outras coisas, a vida urbana brasileira, diversa em sua particularidade da urbanidade de todos aqueles países –Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos– de onde provém o ‘pensamento’ urbano brasileiro. O ‘arquipélago’ de territórios que compunham a economia colonial ia se transformando em algo como um espaço nacional sob a pressão da produção de mercadorias que requer um mercado unificado, mas o espaço era entrecortado por barreiras naturais e artificiais, retardando sua homogeneização e mantendo seu caráter fracionado. O Estado do Brasil era um Estado nacional, mas embargado por instâncias sub-nacionais e entraves funcionais institucionalizados que o fragilizavam e dele fizeram o ‘gigante com pés de barro’. A produção de uma compreensão/ interpretação desse processo em sua especificidade só pode ser realizada endôgenamente (“O assunto de Colombo devia ser tratado por um americano” –enunciava já Machado de Assis), vale dizer, sem recurso à importação de idéias que inevitavelmente se referem a processos sociais diversos do nosso. O que define uma agenda não-desprezível, pois que descrever, entender ou interpretar o processo de urbanização do Brasil

implica na verdade, descrever, entender, interpretar a natureza de sua própria sociedade.

Insuficiência crônica, ou a reprodução da precariedade



Pancada de chuva em São

A par da natureza específica do processo urbano brasileiro, uma outra questão em aberto, enfatizada também pela exaustão da onda planejanteira, é qual a perspectiva de continuidade do processo urbano e que práticas a sociedade estará prestes a gestar para a organização de uma sociedade inteiramente urbanizada. A resposta a essa questão, como também àquela referente à natureza do processo urbano, reside no âmbito mais amplo da própria organização social: as perspectivas de evolução das eventuais crises, impasses ou dilemas da gestão urbana dependem inteiramente das perspectivas de desenrolar dos atuais processos de transformação da sociedade, ora em estado de quasi-ebulição. Em particular, as aglomerações urbanas terão saneamento mais acurado, transporte rápido de massas abrangente, transporte coletivo diversificado e de boa qualidade, redes adequadas de telefonia e de informações, áreas públicas e de lazer mais generosas e equipadas, serviços públicos acessíveis, ou patrimônio histórico respeitado e conservado e paisagem urbana condizente, se as transformações da sociedade o requererem, isto é, se a sociedade brasileira se livrar do lastro patrimonialista e dos entraves a seu desenvolvimento para entrar em um estágio de desenvolvimento fundado no aumento da produtividade do trabalho, que requer, enquanto necessidade histórica, uma elevação – sempre crescente – dos níveis de reprodução da força de trabalho e conseqüentemente, dos níveis de serviço das infraestruturas e serviços urbanos.

Novos instrumentos de ‘gestão’ – práticas de organização espacial ao nível local – deverão nascer das novas condições técnicas e das novas práticas políticas correspondentes ao novo estágio – que ao nível da produção social talvez possa ser caracterizado como intensivo, ou maduro, ou tardio, e que ao nível da re-produção social seguramente tem como uma de suas principais características a de ser *urbano*. A gestão dos recursos ambientais, dos serviços públicos, a produção e regulamentação do uso do espaço urbano terão de se adaptar à evolução do estágio de desenvolvimento. Em

última instância, a questão que se coloca é quais os imperativos, aos níveis institucional e político, que decorrem dessa transformação, ou mais exatamente, das transformações na própria sociedade brasileira e em sua economia, transformações essas das quais o processo de urbanização faz parte. A resposta a essa questão será produzida pelas forças sociais em presença no Brasil contemporâneo; a sua mera colocação instrumental, no entanto, tomadas de posição individuais na prática diária da vida urbana – vale dizer, social. Se esta coletânea⁵ contribuir para tanto, através da interpretação da natureza específica do processo urbano brasileiro, terá atingido seu objetivo.

Notas

¹ IANNI, Otávio (1971) *Estado e planejamento no Brasil contemporâneo* Civilização Brasileira, Rio de Janeiro

² *IIPND: Plano Nacional de Desenvolvimento*, elaborado no governo Geisel e que visava a continuidade do crescimento econômico após o fim do ‘milagre’ em 1973.

³ É por isso que assalariamento e generalização da forma-mercadoria vão de par, sendo, na verdade, dois aspectos de um mesmo processo: a penetração e generalização das relações capitalistas de produção na sociedade.

⁴ Caio Prado Jr (1933) *Evolução política do Brasil*, Brasiliense, São Paulo 1987, p.99.

⁵ Isto é, *O processo de urbanização no Brasil*, de Csaba Deák e Sueli Schiffer (Organizadores, 1999), do qual este capítulo é a Apresentação.

GLOBALIZAÇÃO, OU CRISE GLOBAL?

A palavra e o conceito

Os clássicos

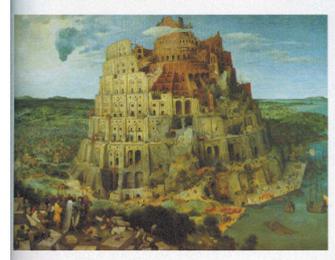
A dialética da forma-mercadoria

Crises, estágios de desenvolvimento e a intervenção do Estado

Globalização e a nação-Estado

A globalização no Brasil

9 GLOBALIZAÇÃO, OU CRISE GLOBAL?



18 maio 1993 – A Dinamarca, após muitas hesitações, reticência e garantias recebidas, cedeu à pressão do pânico coletivo e disse *sim* a Maastricht. Mas o Tratado continua sendo um pecado mortal na consciência de muitos signatários, e um pesadelo ainda mais angustiante para as almas do resto ...

Miguel Torga, *Diário*, Vol. XVI

A unificação é ainda somente um nome, uma marca registrada. Ninguém pode avaliar os benefícios reais de uma associação como essa. Se nós estamos falando de um novo uniforme, uma nova côr unificada, então eu estou fora. A Europa é feita de muitos campos que trazem muitas flores de múltiplas cores e de muitas espécies diferentes.

István Szabó, Entrevista, 25ª *Semana do Cinema*, Budapest 1994

To sum up, what is Free Trade under the present conditions of society? Freedom of capital.

Marx, *Speech at the Democratic Association of Brussels*, January 9, 1848

A palavra e o conceito

Globalização acabou se tornando uma das palavras-chave mais em voga dos anos oitenta e sobrevive nos anos noventa, ao lado de outras tais como, ‘privatização’, ‘ecologia’, ‘desenvolvimento sustentado’ ou o ‘fim da história’, além dos inúmeros neo- e pós- *-ismos*, como neo-liberalismo, pós-fordismo, pós-industrial ou pós-moderno. No entanto, no caso da globalização assim como no dos demais neologismos citados, uso frequente ou largamente difundido não é garantia de significado claro ou sequer emprego consistente. De maneira geral, neologismos são utilizados como se fossem novos conceitos quando na verdade procuram apenas encobrir o sentido de conceitos pré-existentes bem definidos, substituindo-os. Eis como no início dos anos ‘70 Hugo Radice argumentava contra o uso da expressão ‘firmas *multinacionais*’ ao invés de ‘*internacionais*’:

O termo geralmente usado para descrever companhias com instalações fabris em mais de um país é ‘empresa (corporação, firma) multinacional’. Eu uso o

termo ‘empresa internacional’, em parte porque é mais acessível, e em parte porque o mesmo enfatiza o movimento de capital *através* e entre ‘nações’ da economia mundial, enquanto que ‘multinacional’ tem uma falsa conotação de ‘mais de uma nacionalidade’.

Introdução, Radice (Ed, 1975):9

No caso da globalização, o termo é usado a torto e a direita, para explicar fenômenos do capitalismo contemporâneo,¹ para justificar medidas econômicas de governos nacionais e até políticas urbanas de governos locais. O que é *geral* é que na maioria dos casos a palavra ‘globalização’ vem com uma conotação de inexorável, acompanhante inevitável do rolo compressor da modernidade.²

Afim de demarcar o terreno de sua definição, e também a guisa de introdução, vamos passar em breve revista os possíveis significados da palavra globalização, ou mais exatamente, os significados compatíveis com o uso corrente da palavra, para dar um primeiro passo para sua clarificação. Vamos lembrar também algumas formulações clássicas da Economia Política que foram soterradas na avalanche neo-liberal que vem tomando conta do discurso sobre o capitalismo contemporâneo.

O aprofundamento da generalização da forma-mercadoria

Uma das características mais arraigadas do capitalismo é a tendência fundamental para a generalização da forma-mercadoria, na tentativa de produzir tanto *valor de uso* (materializado no objeto útil) enquanto *valor de troca* (materializado na mercadoria, forma em que o mesmo objeto é produzido) *quanto possível*. Esse movimento se concretizou historicamente dentro de mercados unificados no âmbito de nações-Estado; e a história do capitalismo até hoje pode ser vista, como a história do desenvolvimento dos mercados nacionais e dos conflitos entre os mesmos e as nações que os suportam. O *mercado mundial*, não-obstante frequentemente invocado e sonhado a partir da segunda metade do século passado pelas nações-Estado mais fortes, continuou fugidio e chegou a submergir na confrontação das mesmas nações-Estado disputando seu domínio. Ainda assim, a ausência de ‘Guerras Mundiais’ (globais?) desde a *Segunda* (não obstante inúmeras guerras localizadas) produziu um período relativamente longo de relativa paz, o que pode ter

levado muitos a ver –finalmente– a miragem do mercado mundial. Fronteiras nacionais teriam sido derrubadas por certo número de ‘mercadorias mundiais’ (carros, gravadores vídeo, computadores), cujos folhetos estão impressos em meia dúzia de línguas, ligações a cabo permitem a transmissão de sinais de televisão e de computador ao redor do planeta e isto é somente o começo... Há alguns anos, o efeito do último acordo GATT³ de 1993 foi jubilarmente estimado em 200 bilhões de dólares de comércio internacional *adicional* para a próxima década. Veremos, que tais abordagens entusiastas precisariam ser submetidas ao crivo de parâmetros concretos dos processos a que se referem.

Livre-comércio (ou tendência para)

O último acordo comercial do GATT, a chamada “Rodada Uruguai”, assinado a muito custo após oito anos de barganha, logo se tornaria obsoleto, mas já na época de sua assinatura em 15 de dezembro de 1993 tinha significado dúbio e era sujeito a interpretações subjetivas. Em outras palavras, o significado do GATT era tudo menos global. Assim, enquanto um representante dos países centrais comemorava:

Hoje o mundo escolheu abertura e cooperação no lugar de incerteza e conflito.

Peter Sutherland, Diretor-Geral do GATT⁴,

ecos bem menos otimistas vinham das ex-colônias, ou países ‘periféricos’. No relato da *Gazeta Mercantil*, em continuação ao citado acima:

“Com toda franqueza, devemos dizer que os resultados da Rodada Uruguai nos deixaram algumas vezes com sentimentos contraditórios”, disse, em tom muito mais austero, o embaixador do Brasil no GATT, Luiz Felipe Lampréia, no discurso final no plenário.

Ele não foi uma exceção. Os países em desenvolvimento, de forma geral, reclamaram das poucas concessões obtidas (especialmente nas áreas agrícola e têxtil).

O que era verdade. Efetivamente, nos últimos estágios da negociação eles simplesmente dispersaram, na nítida –e bem fundada– impressão de que os acordos tornaram-se um assunto privado entre os “três grandes”: os EEUU, a Comunidade Européia e o Japão.

De fato, em acordos de última hora com a CE, os EEUU negociavam acordos bilaterais que mantinham subsídios compensados de parte a parte principalmente à produção agrícola –um item de particular interesse aos países menos industrializados– em flagrante contradição ao ‘espírito’ do acordo. ‘Livre comércio’ continua sendo, como sempre foi, mais retórica que fatos. Nem os supra-referidos 200 bilhões de dólares de reforço ao comércio mundial suscitou consenso mesmo entre os países mais ricos. Os franceses logo assinalaram, que

Près de 200 milliards de dollars... Un chiffre martelé par les dirigeants britanniques mais qui a laissé sceptique la plupart des responsables politiques en France, M. Balladur notamment, qui l’a qualifié de ‘littéraire’.

Le Monde, 92.11.28:23⁵

Assim, nesse caso, a ‘globalidade’ não chegou a abarcar nem sequer os 42 *km* que separam os dois lados do Canal da Mancha... Recentemente (relativo à revisão deste texto para publicação, em 2000) tem surgido reações populares às políticas e da Organização Mundial do Comércio (OMC, que sucede ao GATT): pela primeira vez em Seattle na reunião anual da OMC, houve verdadeira batalha campal entre a polícia e manifestantes vindos dos mais diversas organizações e cantos do mundo (uma reação global à globalização?), fato que se repetiu no ano subsequente na Suíça. O rolo compressor da globalização parece estar perdendo ímpeto, ou mais exatamente, o consenso em torno da idéia da globalização está se rompendo. Ao nível da produção acadêmica e dos meios de divulgação, levantam-se algumas vozes também, referidos abaixo em alguns exemplos, a começar pela *Monthly Review*, de longa tradição na crítica da ideologia liberal.

A Monthly Review

Uma rara visão, não-apologética, da globalização, foi expressa em um editorial em 1992 –tomando a oportunidade do quicentenário do ‘descobrimento’ da América– pela revista *Monthly Review*. Começava por resumir ‘as características fundamentais do processo de globalização’ como sendo

a rápida expansão do investimento estrangeiro, a importância relativa crescente das finanças quando comparadas à produção real na economia global, a luta

sempre mais ferrenha entre as três maiores potências capitalistas pela primazia, a manutenção da divisão do mundo entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, e o fosso sempre mais largo que separa o core (centro) da periferia do capitalismo.

Mas lembrava o fato, já sugerido na própria data de publicação do número especial, que aquilo a que comumente se refere como ‘globalização’ começou há 500 anos, uma idéia à qual voltamos abaixo. Porém mais importante, e acima de tudo, o artigo da *MR* coloca um ponto de vista, raramente assumido e ainda mais raramente enfatizado, a saber, que globalização tem sido largamente usada como um eufemismo –para capitalismo tardio– ou simples neologismo⁶ – como uma *alternativa* a uma visão histórica do capitalismo, uma visão que forçaria até mesmo os mais recalcitrantes a enxergar a crise que está diante dos próprios olhos.

A título apenas de alguns exemplos de outros estudos no mesmo veio, vale lembrar aqui a coletânea de ensaios organizado por Henk Overbeek (Overbeek, 1993) cujo enfoque geral é uma avaliação do estado e das perspectivas do capitalismo contemporâneo; e para as implicações dos últimos desdobramentos desse ao nível do processo urbano, estudos de Les Budd (Budd, 1995,1998).

O que é novo, na verdade?

Muitos dos fenômenos que em conjunto passam por constituintes da ‘globalização’ não são absolutamente novos. Nem a própria idéia da globalidade é tão nova, ao fim das contas. Muito antes da ‘aldeia global’ “descoberto” por McLuhan nos anos ‘60, havia, por exemplo, a *Liga das Nações* organizada pelos vencedores da Primeira Guerra Mundial –se bem que a mesma não foi capaz de ‘orquestrar’ os interesses conflitantes das nações-Estado do mundo –como o provou o reinício da guerra mundial em 1939–, nem, por outro lado, em sustar a eclosão ou debelar a eclosão das revoluções socialistas em encubação, à exceção da Alemanha (1918), da Hungria (1919) e da Grécia (1923) e talvez na Espanha (1936). Mas, nas verdade, a última grande notícia a respeito de ‘globalização’ é muito anterior ainda: é a descoberta e implantação do telégrafo no início dos anos 1850, que reduziu o tempo de percurso de uma notícia de Londres para, digamos, a recém-fundada colônia de Hong Kong, de 40-50 dias em um navio veleiro (o vapor estava só

começando) a uma fração de segundo através de um cabo no fundo do mar, informando a cotação da seda, pimenta do reino, açúcar ou das ações na Bôlsa de Londres pelo mundo inteiro. Foi *então* que o globo ficou pequeno (há cento e cinquenta anos) e seguia-se o progresso rápido nas técnicas de transporte de carga (vela para máquina a vapor, carroça para estrada de ferro) para também reduzir substancialmente o tempo de transporte de mercadorias para todos os cantos do planeta.

Não obstante, também não foi o telégrafo, por certo, o *primeiro* passo em direção à ‘globalidade’. Cinco anos *antes* de sua invenção, uma descrição das tendências contemporâneas do capitalismo por Marx e Engels soa como se tivesse sido escrito hoje:

Ao invés das necessidades antigas, satisfeitas por produtos do próprio país, temos novas demandas supridas por produtos dos países mais distantes, de climas os mais diversos. No lugar da tradicional auto-suficiência e do isolamento das nações surge uma circulação universal, uma interdependência geral entre os países.

Marx e Engels, *O manifesto comunista*, 1848

Na verdade, os primórdios da unificação da economia mundial são muito anteriores ainda, e é difícil discordar de Samir Amin para quem a globalização, começou *de fato* em 1492 e foi rapidamente dominada pelo próprio capitalismo, vindo a seguir, a ser praticamente identificada com o mesmo:

(Se fosse para designar uma data para o nascimento do mundo moderno,) Eu escolheria 1492, o ano em que os europeus começaram sua conquista do planeta – nos sentidos militar, econômico, político, ideológico, cultural, e até, num certo sentido, étnico. Mas o mundo em questão é também o mundo do capitalismo, um sistema social e econômico qualitativamente diferente de todos os sistemas da Europa ou alhures. Esses dois traços são inseparáveis, e esses fatos colocam em xeque todas as análises e respostas à crise da modernidade que deixam de reconhecer sua simultaneidade.

Samir Amin, 1992

Independentemente de tal associação *analítica* –discutível– entre europeus e capitalismo (poderia haver algo como uma ideologia europeia?), é sempre bom lembrar que o que quer que esteja acontecendo *hoje*, na época contemporânea, acontece *no* e *ao* capitalismo.

Toda essa discussão em torno da questão da globalização, apesar da imprecisão dos termos em que ela tem sido levada, pode ser aproveitada de alguma forma. O que quer que seja entendido

por globalização, os ‘aspectos’ acima arrolados – a ampliação da intermediação financeira, a perda relativa do peso das manufaturas, a ampliação do papel do Estado e a desesperada reação neo-liberal – são, na verdade, quaisquer que sejam suas possíveis interpretações, indicadores de algumas das principais características do estágio atual de desenvolvimento capitalista. A sua colocação em perspectiva histórica, ou a avaliação de seus potenciais desdobramentos futuros a partir desse estágio, exige uma periodização do capitalismo, assim como, em particular, uma interpretação do *atual* estágio de desenvolvimento do capitalismo mundial. A proposição aqui colocada é que o presente estágio se caracteriza pelo término da transição, iniciada há pouco mais de um século, do processo de acumulação predominantemente *extensiva* para um processo de acumulação preoeminantemente *intensiva* em todos os principais centros de acumulação capitalista, ou em outras palavras, que o atual estágio de desenvolvimento é caracterizado pela *exaustão do estágio de acumulação predominantemente intensiva*. Uma vez que não há indicação, e menos ainda, garantia, de algum possível *terceiro* estágio de desenvolvimento capitalista (“acumulação pós-intensiva” só poderia ser concebida como piada), coloca-se um ponto de interrogação referente às perspectivas futuras da produção de mercadorias sob regulação capitalista.

Antes de esboçar uma interpretação do capitalismo contemporâneo dentro de uma perspectiva histórica, no entanto, vamos recordar algumas formulações anteriores, hoje ditas ‘clássicas’, das mais relevantes, porém hoje soterradas sob debaixo de espessa camada de produção da ideologia liberal, agora requentada na forma neo-liberal.

Os clássicos

Modo de produção, periodização, estágios de desenvolvimento histórico, crises e muitos mais conceitos utilizados pela Economia Política tornaram-se categorias esquecidas, e seu lugar foi sendo ocupado por pseudo-conceitos. E no entanto, a maioria das questões que nos tocam hoje haviam sido formuladas e foram discutidas em termos dos mais claros desde Adam Smith e aprofundadas com o desenvolvimento do materialismo dialético. Lembraremos aqui

duas das colocações –ou controvérsias– clássicas que dizem diretamente respeito ao assunto que tem sido designado por globalização –e que não é nada mais (ou menos) que o capitalismo contemporâneo. Trata-se da discussão sobre o mercado mundial e do debate sobre o ultra-imperialismo.

Mercado mundial ou imperialismo?

Quanto ao mercado mundial, é o mesmo apresentado como um derivado técnico, decorrência direta do progresso tecnológico ou ainda, uma tendência natural, efeito do desenvolvimento, ao qual as economias nacionais se sentem atraídas. Algumas foram mesmo atraídas; outras necessitam de um empurrão e empurradas foram. Assim, enquanto a Alemanha se revelou bom entendedor, no Japão o mercado mundial teve manifestar-se por tais meios não-mercado, como os canhões de vasos de guerra (procedimento chamado cãndidamente de ‘gun-boat diplomacy’). Quando o ‘mercado mundial’ (vale dizer, a hegemonia da indústria inglesa pós-revolução industrial) se fez sentir na Alemanha, ele provocou uma resposta endógena na forma de uma transformação social no sentido da sociedade burguesa –marcada pela revolução de 1848– e da formação do Estado nacional a partir da união aduaneira. Quando o mesmo mercado mundial falhou em provocar uma resposta no Japão, ele começou falar mais alto através da boca dos canhões de navios de guerra americanos, quando então acabou provocando transformações sociais tão profundas –ou mais– quanto aquelas iniciadas na Alemanha uma década antes: a dissolução da sociedade feudal e a introdução do trabalho assalariado (Restauração Meiji). E o mesmo mercado mundial também falou alto para o Paraguai, que cometeu o pecado capital de isolar-se na América Latina como um país que preferiu fabricar, a comprar, tudo, de alimento a vestuário e máquinas e até armamentos, e inventou de acabar com o analfabetismo. No que o mercado mundial *visitou* o Paraguai na forma da Tríplice Aliança (Argentina, Brasil, Uruguai) e virtualmente aniquilou o país desalinhado.

Isto, para mencionar apenas dois casos, marcadamente diferentes entre si, mas é claro que metade da Ásia e toda a África tiveram destino semelhante. O fato é que ‘mercado mundial’ só não usa força armada quando ele (isto é, o Estado-nação dominante de plantão)

consegue se impôr *sem* fazê-lo. É esse fato que levou à gênese da palavra ‘imperialismo’, mais eloquente que ‘mercado mundial’.

Ultra-imperialismo, ou rivalidade inter-imperialista?

O termo *imperialismo* foi cunhado pelo economista inglês A J Hobson para descrever a economia mundial dominada pela Grã-Bretanha. Seu livro homônimo foi publicado em 1902, no fim do período da preponderância britânica quase-absoluta. Com o surgimento de novos centros mundiais de acumulação –Alemanha, EEUU, França, Japão–, e o conseqüente ocaso da *Pax Britannica*, os conflitos em torno da ‘divisão do bolo’ iam se aguçando. O cerne da questão discutida no início desse século era se poderia existir um ‘capitalismo pacífico’, como sustentado pelos social-democratas alemães com Kautsky –que vislumbrava um ultra-imperialismo, uma espécie de consórcio de países dominantes que compartilharia o domínio da economia mundial– e disputado pelos bolsheviques russos com Lênin à frente. Este último assim o resumiu em sua “Introdução” ao *Imperialismo e a economia mundial* de Bukharin (1915):



Quanto a Kautsky em particular, seu rompimento expresso com o marxismo o levou a sonhar com um ‘capitalismo pacífico’. Se o nome de ultra-imperialismo for dado à unificação internacional de imperialismos nacionais (ou mais corretamente, limitados ao âmbito do Estado nacional), e que permitisse eliminar os conflitos mais perturbadores e repulsivos, como guerras, convulsões políticas etc, dos quais a pequena burguesia tem tanto medo, então porque não se entregar a sonhos inocentes de um ultra-imperialismo comparativamente sem conflitos, relativamente não-catastrófico?

Independentemente de uma tomada de posição ao lado de um ou outro entre os oponentes, o que é flagrante é a nitidez com a qual se colocava a problemática do capitalismo da época. Tais formulações inequívocas são alheias à sociedade moderna –vale dizer, o capitalismo contemporâneo–, que produz uma ideologia sempre mais superficial na medida mesmo que sua crise se aprofunda.⁷ O pilar central de tal ideologia é uma visão a-histórica da sociedade, que não permite enxergar mais do que conjunturas ou fenômenos superficiais, tais como, ‘períodos de paz’, ‘de relativa estabilidade’, ‘de *boom*’ (ou recessão), ‘guerras locais’ ou ‘instabilidade regional’, ou ainda ‘tendência para autoritarismo’ (ou ‘re-democratização’). Se não há história, não há transformação e se não há transformação, não há crise⁸ e assim, o que é (a sociedade burguesa) torna-se *natural* e vai *permanecer*, enquanto que os problemas miúdos que

acometem a ordem natural das coisas – como uma ‘queda de confiança dos mercados’ – será por certo resolvido, pode-se afiançar, por meio de expedientes igualmente miúdos – como um reforço da confiança dos investidores, a constituição de uma força-tarefa ou de uma comissão especial –, por pouco que ‘a sociedade’ (a anôdina ‘sociedade civil’) lhes dedique um pouco de esforço.

No que segue, esboçaremos uma visão crítica do capitalismo contemporâneo, para poder, voltando à questão da globalização em seguida, avaliar finalmente o âmbito e o significado daquele ‘conceito’ em sí, e especialmente em suas adaptações no Brasil.

A dialética da forma-mercadoria

A principal força motriz do capitalismo continua sendo o mesmo processo que o trouxe à luz, através da transição do feudalismo para o capitalismo, a saber, a generalização da forma-mercadoria. Enquanto no feudalismo a mesma era restrita ao *excedente*, produzido pelo servo, apropriado pelo senhor – na forma de *renda* – e levado ao mercado nas cidades, sendo os meios de reprodução da força de trabalho providos mediante produção para a subsistência diretamente como valores de uso, no capitalismo ambos, excedente e meios de subsistência, tornam-se mercadorias (assim como a própria força de trabalho). Isso é chamado de ‘generalização da forma-mercadoria’.⁹ Valores de uso são produzidos enquanto mercadorias, vale dizer, enquanto valores de troca, e a primazia do valor de troca sobre o valor de uso tende a estender-se a toda a produção. Os trabalhadores, desprovidos de seus meios de produção e assim, de subsistência, são obrigados a vender sua força de trabalho, ela própria agora *mercadoria*, pelo salário, para com esse salário comprar no mercado seus próprios meios de reprodução.

Nem tudo pode ser produzido enquanto valor de troca, no entanto. O mercado é capaz de organizar uma parte da produção social, mas não pode organizar a produção social como um todo. O que exatamente pode e o que não pode ser produzido enquanto mercadoria varia de acordo com os estágios históricos específicos do capitalismo, mas a produção direta de valores de uso *necessariamente* inclui a infraestrutura urbana e espacial – o ambiente construído – por um lado, e as condições institucionais para a contínua re-imposição da

relação salário/ capital, por outro; e ela *geralmente* também inclui um certo número de ramos industriais nascentes e outros, obsoletos.¹⁰ Aquela parte dos produtos que não pôde ser mercadorizada é produzida diretamente enquanto valor de uso, sob a intervenção direta do Estado.

Dessa forma, a generalização da forma-mercadoria somente pode ser enunciada como uma dialética, mais do que algum processo de 'evolução' linear. Assim, capitalismo se caracteriza pela *tendência* para a generalização da forma-mercadoria, que por sua vez acarreta a necessidade da intervenção do Estado e a produção direta de valores de uso. No entanto, se a intervenção estatal é de fato necessária para preservar a forma-mercadoria (assegurando as condições de funcionamento do mercado), a mesma é também antagonística com aquela última, ao impor um limite à expansão da forma-mercadoria precisamente enquanto e na medida em que a sustenta. Assim, a *tendência para a generalização da forma-mercadoria levanta uma contra-tendência que a nega, a saber, a sempre mais abrangente intervenção estatal*¹¹ e a produção direta de valores de uso. É a isso que chamamos de dialética da forma-mercadoria.

O capitalismo pode ser então visto como movido pela relação antagônica do mercado e do Estado, em que é postulada a *primazia do mercado*. De fato, a característica fundamental do capitalismo é essa primazia, que atribue ao Estado um papel coadjuvante, de sustento, em relação ao mercado, mais do que algum grau ou nível particular de generalização da forma-mercadoria. Por sua vez, o desenvolvimento do antagonismo na dialética da forma-mercadoria, isto, é, a medida da penetração da produção de mercadorias na produção social como um todo, caracteriza os *estágios de desenvolvimento* do capitalismo.

Uma vez que a produção é regulada conjuntamente pelo Estado e pelo mercado, é claro que, concretamente, quanto mais ativo for o Estado na organização da produção, menos resta ao mercado para regular, e *vice-versa*, quanto menor a intervenção do Estado, maior é a responsabilidade da regulação pelo mercado – e a taxa de lucro, o instrumento de regulação *por excelência* à disposição do mercado– deve ser mais alta. E inversamente, lucros menores, como ocorre no estágio de acumulação intensiva com menores taxas de crescimento, exigem uma expansão da intervenção do Estado,

para compensar pelo enfraquecimento do instrumento básico de regulação pelo mercado, a saber, a taxa de lucro que regula o fluxo de capitais –a alocação de recursos de produção– entre os ramos industriais. Assim, menores taxas de crescimento e portanto, de lucro, e intervenção estatal em expansão são dois lados da mesma moeda no estágio intensivo – vale dizer, no capitalismo contemporâneo.

Para a globalização, em particular, isso significa que se por ela se entende a generalização da forma-mercadoria à escala mundial, então é ela um processo antagônico –como já o é dentro dos limites de nações-Estado–, e como tal, sujeito à contra-tendência que a tendência à generalização suscita.

Crises, estágios de desenvolvimento e intervenção do Estado

As crises do capitalismo podem ser vistas como sendo, em última análise, períodos em que o desenvolvimento do antagonismo no interior da dialética da forma-mercadoria alcança um estágio em que a própria *primazia* da produção torna-se ameaçada. Em tais crises, a própria contra-tendência –a saber, a ampliação da produção de não-mercadoras– acaba por suscitar seu oposto, na forma de tentativas, que não raro chegam às raias de esforços desesperados, de recompor e re-impôr a primazia da forma-mercadoria. A negação da negação, no entanto, *não* é a tendência original –razão pela qual, *privatização* não é o mesmo que *mercadorização*.¹² Por isso, também, as crises do capitalismo não pontuam ‘ciclos’: em cada crise ocorrem transformações que, longe de reconduzir ao período (‘ciclo’) anterior, desenvolvem o antagonismo da forma-mercadoria ainda mais. Diz-se que a história do capitalismo é a história de suas crises. Mais especificamente poderia-se dizer que a história do capitalismo é a história da re-imposição da primazia da forma-mercadoria.

Em particular, as crises se aguçam no estágio de acumulação predominantemente intensivo¹³ e põem sempre mais em relevo o papel sempre mais amplo do Estado. Enquanto que o Estado sempre foi, naturalmente, ‘necessário’ para o capitalismo (desempenhando

tarefas tão fundamentais como assegurar a propriedade privada, impor o próprio trabalho assalariado e conduzir guerras), o crescimento rápido da produção de mercadorias no estágio extensivo, como resultado da combinação de acumulação propriamente dita (no âmbito da produção de mercadorias) e de sua *extensão* à produção até então não-capitalista (produção independente, produção para subsistência, trabalho escravo etc.) ajudava a evitar desafios realmente sérios à primazia da forma-mercadoria. Já no estágio intensivo, esgotadas as possibilidades de extensão, o crescimento da produção de mercadorias fica restrito ao aumento da produtividade do trabalho (progresso técnico), a contra-tendência à generalização da forma-mercadoria torna-se uma ameaça de fato.

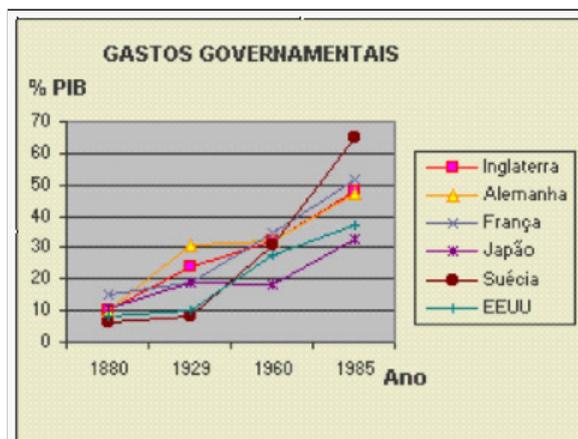
Este é o contexto contemporâneo da ampliação da intervenção do Estado. Uma das áreas precípuas de intervenção estatal e de produção direta de valores de uso, é a produção do espaço, ou em outras palavras, a produção/transformação de estruturas espaciais, ou ainda, o ambiente construído. Se o planejamento urbano enquanto tal nasceu com a transição para o estágio intensivo do capitalismo na segunda metade do século passado, o interesse no ambiente construído aumentou ainda mais com a crise iniciada nos anos 1970 –ainda não superada– e que seguiu a exaustão do ‘boom’ da reconstrução pós-guerra. Questões como a da habitação (a lembrar que a ‘Questão da habitação’ surgiu como uma preocupação maior há mais de cem anos durante a Grande Depressão na Inglaterra, gerando um debate público no qual o próprio Engels tomou parte, com seu *A questão da habitação*, de 1872) e a possibilidade de sua mercadorização, o preço do solo e ao próprio *status* da propriedade privada em terra na aglomeração urbana, e nessa conexão, a própria teoria de renda tornaram-se assuntos de grande interesse para o urbanismo. A um nível ainda mais geral, as atenções voltaram-se à relação entre a transformação do espaço e o processo de acumulação mesmo (como o aumento do investimento em infraestrutura espacial em épocas de recessão e vice-versa – um comportamento que tem sido chamado de ‘contra-cíclico’).¹⁴

Mas, naturalmente, a penetração da regulação estatal na economia não se restringe ao ambiente construído apenas. Como já mencionado, ela abarca os ramos de produção mais diversos, ainda que dependendo do estágio de desenvolvimento em curso, tais como, a

proteção de ramos industriais obsoletos (atualmente, siderurgia e indústria pesada em geral), o subsídio aos ramos industriais novos e à indústria de armamentos (‘pesquisa’, ‘defesa’) e –last but not least– ‘resgate’ a bancos falidos e sustentação de toda a estrutura financeira ao nível nacional e até internacional. Para se ter uma idéia da ordem de grandeza envolvidas no processo de expansão da participação do Estado no estágio intensivo, vamos lembrar que há um século, a parcela da produção diretamente dependente do Estado era da ordem de 10 a 15%, ao passo que hoje a mesma subiu para algo entre um terço a dois terços das economias nacionais. A figura acima ilustra essa evolução através de um século até 1985 – o que já inclui uma década de Reaganismo-Thatcherismo, isto, é, tentativa de recomposição do domínio do mercado.

Participação do Estado no Produto Nacional, 1880-1985 em alguns países centrais.

Fonte: cf. Anexo (p.202).



Nessa perspectiva deve estar claro que exatamente quanto de *regulação pelo mercado/ intervenção estatal* há em determinada sociedade e época não é uma tecnicidade (de ‘eficiência’ etc.) ou mesmo de vontade de tal ou tal grupo ou classe social. O exemplo pelo averso, a descentralização tardia das economias planejadas do Leste europeu, mostra precisamente que a reforma não era o resultado de algum projeto (de uma nova organização), senão tão-somente uma ‘resposta’ à crise da sociedade centralmente planejada, ou ainda, se tal ‘projeto’ houve, o mesmo era simplesmente uma resposta à crise do planejamento centralizado, sendo portanto, na verdade, a própria necessidade histórica. Da mesma forma, se uma característica precípua do estágio intensivo é a ampliação do papel do Estado, toda empreitada no sentido de ‘restabelecer o equilíbrio’

em favor do mercado só poderá ser uma tentativa vã de voltar aos ‘bons velhos tempos’ do capitalismo. Isto para não falar da tendência de encolhimento do âmbito da produção manufatureira (isto é, industrial), *locus* privilegiado da produção de mercadorias, em função do próprio desenvolvimento das técnicas...

Um rebatimento do desenvolvimento do estágio intensivo ao nível da ideologia é o surgimento da figura do ‘Estado de bem-estar’ (*Welfare state*) que se coloca como que a materialização concreta da idéia do bem comum (*commonwealth*), assim como a forma política que lhe corresponde, a social-democracia. Esta se originou na Alemanha, mas acabou tendo uma trajetória turbulenta devido à derrota daquele país nas duas guerras mundiais. Não podemos nos estender aqui sobre a questão da social-democracia, que mereceria uma discussão sobre ela só; mas vamos tocá-la em algumas de suas implicações adiante, ao abordar a questão e o significado da ‘globalização’ aqui no Brasil. Por ora, retornemos a mais um processo relacionado com o capitalismo contemporâneo: a saber, da eventual transformação do papel da nação-Estado em meio à presente crise e suas perspectivas futuras.

Globalização e a nação-Estado

Entre as tendências recentes do capitalismo contemporâneo, além da crescente abrangência do papel do Estado, pelo qual até agora nós entendíamos a nação-Estado, uma outra transformação de fundo atualmente em curso diz respeito precisamente ao papel da nação-Estado no ‘capitalismo mundial’ ou seja, internacional. Apesar de que a acumulação de capital nunca mais e nenhures foi um processo relativamente tão autônomo quanto em seu nascedouro na Inglaterra, pois a penetração da produção capitalista, ou mais exatamente, das relações de produção capitalista, nos centros mais novos de acumulação, tais como, Alemanha, França ou Japão se deu, em boa medida, sob o efeito da pressão exercida pela Inglaterra e mais tarde, os EEUU,¹⁵ ainda assim, os processos mais fundamentais do capitalismo: a unificação do mercado e a imposição do trabalho assalariado, junto com o asseguramento das ‘condições gerais da

produção’, vale dizer, de uma infraestrutura física e institucional, sempre se deram dentro dos limites do arcabouço da nação-Estado. Em resposta à crise atual, a saber, da reprodução e re-estruturação do capital no relativo isolamento dos âmbitos nacionais aos quais –e não obstante as numerosas tentativas à regulação supra-nacional desde o início desse século– tais processos estão, até hoje, restritos, o que estamos presenciando é uma multiplicação dessas mesmas tentativas. A ‘tese’ da globalização é precisamente que as condições da acumulação capitalista podem ser recompostas na base de planejamento e controle supra-nacionais bastante ampliados, que requereriam, naturalmente, um arcabouço de infraestrutura física e institucional igualmente ampliado (o que diz muito sobre o nível de coerência das diversas vertentes do neo-liberalismo, entre cujas teses centrais a primeira é a necessidade de ‘diminuir’ o Estado).

Independentemente da questão da violenta assimetria que uma tal organização ‘supra-nacional’ significaria para países inseridos em relações de força como, por exemplo, EEUU/ Brasil, ou Brasil/ Paraguai, à qual voltamos adiante, consideremos tal perspectiva hipotética ainda ao nível geral e no plano abstrato um pouco mais. Poderia ser que –contrariamente ao que quem aqui escreve, acredita– tais transformações transcorram e a *então* a organização do capitalismo deverá ser analisada sob novas premissas, onde um nível supra-nacional seja superimposto às ordens regional e local. Tais transformações estão hoje, na máximo, ainda em incubação e não podem ser analisadas por antecipação. Enquanto isso, o espaço econômico nacional –onde há livre fluxo de capital e de força de trabalho e uma relação de produção específica prevalece, com seus próprios nível de subsistência e formas políticas e ideológicas de sustentação– permanece o objeto central de análise da sociedade capitalista, e que fornece, por sua vez, o referencial de análise do processo urbano no capitalismo contemporâneo.

Ainda, e independentemente da ‘probabilidade’, ou verossemelhança, de sua concretização no futuro, a própria conceituação da globalização carece definir precisamente que futuro preconiza, isto é, se o eventual sucesso dos movimentos na direção de associações regionais supra-nacionais resultaria em algo mais que simplesmente nações-Estado maiores, como foi o caso, por exemplo, com

a aglutinação gradual dos Estados Unidos da América do Norte, a unificação alemã e o nascimento da Itália moderna, ou última-mente, a por ora ainda eventual unificação européia. Uma coisa é a formação de nações-Estado maiores, uma outra coisa inteiramente diferente é resultar um Estado único (por ser ‘global’), que deveria ainda *conter em si mesmo* todas as tendências para concentração/diferenciação, assim como todos os antagonismos presentes no processo de generalização da forma-mercadoria, os quais, por sua vez, não poderiam deixar de suscitar contradições e ‘forças centrípetas’ no interior do Estado global, que acabariam por quebrar sua unidade e sua unicidade. Por menos que isso, caiu a Torre de Babel e se dissolveu o Império Romano...

De qualquer modo, mais do que a escala e agrupamento das unidades nacionais, a discussão da crise e do estágio atual do capitalismo gira em torno da questão suscitada pelo fato fundamental que uma porção considerável do produto social não pode ser produzido enquanto valor de uso individualizado metamorfozado em valor de troca, isto é, não pode ser produzida como mercadoria. Efetivamente, a questão da crise do capitalismo é a questão dos limites à generalização da forma-mercadoria, e isto independe dos níveis de agregação das sociedades do mundo. ‘Globalização’, *nos centros mundiais* de acumulação, é pouco mais que uma tentativa de estabelecer alguma regulação internacional no interesse do grande capital, materializado nas companhias transnacionais e eventualmente, como instrumento de manutenção do *status quo* das relações de força internacionais. *No Brasil*, e demais países coadjuvantes do concerto internacional de produção de mercadorias, ela adquire no entanto um sentido adicional que precisamos abordar agora.

A globalização no Brasil

No Brasil e na América Latina, o liberalismo assumiu um papel inverso ao das metrópoles. Se lá ele foi a ideologia da burguesia industrial ascendente, aqui seu signo foi invertido.

Emir Sader, *Constituinte, democracia e poder*¹⁶

De maneira geral, quando elementos da ideologia liberal –produzidos nos países centrais– chegam ao Brasil, eles ou bem perdem o sentido e ficam com um conteúdo apenas demagógico, ou bem

seu sentido sofre um deslocamento que o altera inteiramente em relação ao original. É o caso também da globalização, que podemos ilustrar através de um caso particularmente crucial, a saber, em sua relação à social-democracia, uma das questões mais candentes do capitalismo contemporâneo.

No estágio intensivo –vale dizer, no capitalismo contemporâneo– o nível de subsistência do trabalhador tende a se elevar (é quando começa-se falar até em qualidade de vida), e melhores níveis de vida incluem também formas políticas de organização social, que possam dar vazão à expressão dos níveis necessários de reprodução da força de trabalho na forma de reivindicações sociais. Social-democracia é precisamente a forma política precípua –por oposição, inclusive, à democracia liberal ‘clássico’, do estágio extensivo– de uma sociedade já em seu estágio de desenvolvimento predominantemente intensivo.

Uma controvérsia acompanha o próprio conceito de social-democracia desde o início, e ela diz respeito à questão de poder existir ou não (algum grau de) socialismo no capitalismo. De fato, é essa questão que opôs Engels e Kautsky –esse último, o fundador da social-democracia alemã– e originou em seguida, uma sucessão infundável de disputas, que a rigor, ainda não terminou. As formas concretas de social-democracia geraram pouca experiência prática por causa da trajetória atribulada do país onde nasceu, a Alemanha; suas formas hoje mais desenvolvidas tem sido gestadas nas últimas décadas em alguns países do noroeste europeu, com a Escandinávia, Holanda, e a própria Alemanha à frente. Admite ademais uma variante mais despolitizada, mas que lhe corresponde *de fato*, a saber, o *Welfare State* –o Estado de bem-estar– inglês.

Pode-se definir então social-democracia como a forma política assumida em uma sociedade burguesa quando esta entra em seu estágio de desenvolvimento intensivo. Sendo assim, a que pode corresponder a social-democracia no Brasil?

O Brasil vem reproduzindo sua sociedade de origem colonial, uma *sociedade de elite*, sustentada em uma organização da produção também de origem colonial (permanentemente sustada, atrofiada, aleijada e acéfala), a *acumulação entravada*.¹⁷ É um desenvolvi-

mento que anda de freio de mão puxado, e assim, o Brasil conseguiu permanecer no estágio extensivo por 120 anos a partir do início de seu desenvolvimento capitalista em 1850. Trata-se de um fato singular: dos países centrais que iniciaram seu desenvolvimento capitalista na mesma época a Alemanha e o Japão concluíram o mesmo estágio em uma geração; até os EEUU, um país ‘novo’ e americano, terminou seu estágio extensivo nos anos 1920 – uns 50 anos após a Guerra Civil e a unificação de seu território. Ainda assim, o estágio extensivo acabou por se esgotar, no Brasil, ao final dos anos ’70. No entanto, a crise dos anos ’80 (a ‘década perdida’) e que ainda não terminou, consiste precisamente na recusa de sua sociedade recalcitrante em reconhecer a exaustão do estágio anterior e efetivar a transição para o estágio predominantemente intensivo. Dessa maneira, se é verdade que a questão da social-democracia se constitui, ao findar dos anos setenta, em questão candente e atual, na medida que *seria* a acompanhante da transição a um novo estágio de desenvolvimento, a saber, de acumulação predominantemente intensiva, ela acaba tornando-se uma farsa precisamente pela negação daquela transição. Desde quando o partido que leva seu nome foi fundado (PSDB), portanto, e até hoje, a *social-democracia* no Brasil é feito carro na frente dos bois, ou melhor, um carro *sem* bois (o estágio intensivo), uma expressão vazia com puros propósitos demagógicos.¹⁸

Assim, a globalização que poderia ser apenas uma expressão nova para um conceito velho, introduzido principalmente por seu caráter a-histórico, acaba sendo um pouco mais: da maneira como é utilizada *aqui*, a globalização torna-se pretexto para privatização do patrimônio público, abandono dos controles endógenos e soberanos da economia e do mercado interno, sub-investimento em infraestrutura... em suma: arma na defesa da manutenção dos entraves ao desenvolvimento que resultam na atrofia geral da produção, acefalia da economia mediante entreguismo nos setores-chave, ausência de sistema financeiro e demais características da econômica neo-colonial. Tudo que sempre e até recentemente se fez em nome da ‘vocalização agrícola’ do Brasil, se faz agora em nome da globalização. Em uma palavra, a globalização torna-se um instrumento de manutenção do *status quo* da sociedade de elite.

A globalização e seu conceito-irmão, o neo-liberalismo são, na Europa, uma reação à social-democracia, ao prestígio do Estado de bem-estar e da democracia embasada em uma camada relativamente ampla de classe média. No Brasil, onde nunca houve social-democracia ou estado de bem-estar, não passam de novas formas mal dissimuladas de entreguismo.

Para uma interpretação da situação do país e instrumentar uma tomada de posição com respeito a um projeto nacional, vale lembrar a agenda proposta por Jacó Gorender, na conclusão de sua contribuição no seminário *Globalização e estrutura urbana* realizado em setembro de 1997, na FAUUSP. Ele distinguia uma maneira passiva e outra, ativa, de inserção no processo de globalização –vale dizer, duas posições opostas quanto à inserção internacional do Brasil. A primeira consiste essencialmente em seguir a cartilha da ideologia dominante propagada pelos países centrais e manter-se na posição subalterna histórica no ‘concerto das nações’. A segunda, preparar-se instrumentalmente para enfrentar os efeitos da evolução das técnicas de comunicação e principalmente a rivalidade internacional que se intensifica em meio à agudização dos antagonismos do capitalismo tardio.

Quanto ao primeiro item da agenda, vale mencionar apenas que o ‘imposto Tobin’ –taxação das transações financeiras, de maneira a aumentar a fricção dos fluxos financeiros internacionais – é relativamente pouco difundido entre nós, mas é longe de ser uma proposta obscura: de fato, tem ganho sempre mais atenção nos países centrais não tanto em razão da preocupação com a estabilidade financeira dos países periféricos, senão para tentar restabelecer alguma estabilidade nos circuitos financeiros dos próprios países centrais, frente à super-aceleração recente da intermediação financeira e a decorrente ‘volatilidade’ dos mercados. Os demais referem-se à preparação do país para se inserir na rivalidade internacional, e Gorender arrola as seguintes medidas:

Mercosul: reforçar - Dentro do arcabouço do Mercosul, a experiência adquirida em sua construção, o trato de questões de comércio internacional em pé de igualdade, e o peso conjunto dos países-membro, são tantos recursos valiosos a mais para o país poder enfrentar a concorrência internacional, assim como

as pressões para fazer parte de outros grupos em posição de franca inferioridade (como no caso da Alca).

Barreiras não-tarifárias – Barreiras não-tarifárias são expediente comum de defesa ‘informal’, vale dizer, à margem dos tratados de comércio internacional, do mercado interno e da indústria nacionais.

Redução da jornada de trabalho A redução da jornada de trabalho, além de consistente com a transição ao estágio intensivo na medida que permite a elevação do nível de formação da força de trabalho, que assim fica mais preparada para a evolução tecnológica, é também a única forma endógena (não condicionada a um aumento das exportações, que depende dos ‘parceiros comerciais’, vale dizer, de compradores externos) de diminuir o desemprego, que, quando excessivo, enfraquece a organização da economia e da própria sociedade.

Defesa dos recursos nacionais – ou simplesmente, uso não-predatório dos recursos naturais. Sua necessidade decorre do fato simples e elementar, que os recursos naturais fazem parte do patrimônio nacional, e seu uso não-predatório –incluindo-se aí a não-poluição ou não-deterioração, além da exploração propriamente dita– é uma condição *sine qua non* do desenvolvimento sustentável.

Educação –Universalização e extensão –inclusão de maior parcela da população e aumento do período escolar do indivíduo são obviamente uma pre-condição do desenvolvimento nacional e aqui somente é necessário lembrá-la por seu abandono *de fato*, ainda que ninguém disputaria abertamente sua importância, alegando, ao invés, ‘falta de recursos’ ou similar, como se ‘falta de recursos’ pudesse se aplicar a uma condição de desenvolvimento em determinado estágio histórico.

De minha parte, eu adicionaria mais dois itens, sem os quais, mesmo na aproximação mais rudimentar, o rol de medidas fundamentais não poderia ser completa:

Sistema financeiro: moeda e crédito – É necessário assegurar a existência de moeda estável e conversível, instrumento de trocas internas e de parcerias externas em pé de igualdade, assim como crédito a médio e longo prazos – em suma, um

sistema financeiro digno deste nome sem o qual o capital não tem fluidez e a estrutura produtiva fica asfixiada.

Subsídio à pesquisa e desenvolvimento de produto – na verdade, uma política ativa de desenvolvimento: que identifica setores-chave da estrutura produtiva e lhes canaliza recursos ora em antecipação (pesquisa pròpriamente dita), ora em reforço estratégico (em resposta a situações conjunturais da economia mundial), ora em socorro contra extinção (ramos industriais obsoletas, mas necessárias, como siderurgia). O exato oposto à política historicamente praticada...

Como se pode ver, assim como o conceito da globalização não é nova, essas idéias também não o são – apenas que foram sempre derrotadas, como mostra relato magistral de Nícia Vilela Luz, *A luta pela industrialização no Brasil* (Luz, 1961). Na verdade, não são mais do que uma agenda mínima para estabelecer as bases do efetivo desenvolvimento –não mais entravado– econômico e social no Brasil, pendente desde seu estabelecimento como país autônomo.

Preparar-se para a globalização é simples, portanto. Trata-se apenas de um conjunto de procedimentos normais de uma nação-Estado –enquanto entidade econômica, social e cultural– em prol da reprodução de sua sociedade, *burguesa* – é bem verdade que no Brasil isto implica na transformação da sociedade de elite. As condições da urbanização e a ‘vida nas cidades’, por sua vez, dependerão igualmente da concretização, ou não, das potencialidades encerradas na presente crise da *velha* sociedade.

São Paulo, cidade mundial?

Um programa para São Paulo

No âmbito de políticas urbanas, uma das contribuições mais significativas que poderia haver para a remoção dos entraves ao desenvolvimento nacional é a superação, ou abandono, do princípio da precariedade da infraestrutura urbana, pois esse ‘paradigma’ – país pobre, infraestrutura precária– reproduz a fragilização da estrutura produtiva ao nível físico, ao mesmo tempo que contribui para a perpetuação de seu ‘espírito’. Já discutimos essa questão a

vários níveis de abstração; aqui levantarei alguns exemplos concretos, como que exemplificando as colocações anteriores.

Um dos componentes mais fundamentais da infraestrutura urbana é o sistema de transportes: ele assegura a coesão do espaço, a própria existência da aglomeração urbana. Se o faz precariamente, as funções urbanas (vale dizer, a estrutura de produção e de reprodução sociais) ficam fragilizadas. Durante mais de década advoguei a construção de uma rede de Metrô ‘decente’ para São Paulo –vale dizer, mais generosa, mais à escala da aglomeração urbana. Há sinais de que a necessidade de um sistema de transporte de massa para São Paulo esteja, ainda que vagarosamente, se difundindo, a julgar pela menção ocasional, mas um pouco mais frequente, dessa mesma necessidade, por não-especialistas (economistas, jornalistas etc.) e a elaboração recente de um plano –o PITU 2020– que pela primeira vez desde o PUB de 1968, ao menos enuncia a necessidade de uma ampla rede de transporte rápido de massas e apresenta uma proposta de traçado.

Ainda outros elementos de infraestrutura indispensáveis são o ‘saneamento ambiental’, ou, eu diria simplesmente, *uso não-predatório* do ambiente (não precisamos de ‘ciência ambiental’ para saber que se poluirmos a água que bebemos, teremos problemas), drenagem das águas pluviais, de maneira a cidade não ficar inundada a cada pancada de chuva de verão, abastecimento de energia elétrica confiável e disposição e tratamento do lixo, todos itens básicos, para não dizer elementares, da infraestrutura urbana. Qualquer enumeração de itens programáticos prioritários tende a resvalar numa antologia do óbvio...

Para além do imediatamente necessário, finalmente, como coroa-mento, porque não pensar, também, nos visitantes? Um arquiteto antigo¹⁹ disse que “uma cidade deve ser construída para a comodidade e satisfação de seus habitantes e para a admiração dos visitantes”. Além das coisas úteis, uma cidade mundial deve decerto possuir charme adicional: São Paulo tem talvez seus restaurantes de que se gabar, mas em termos de infra-estrutura urbana, poderia-se pensar, por exemplo, num monotrilha, que iria de Cumbica até a República e eventualmente até Congonhas; lembraria aquele do filme do Truffaut (*Fahrenheit 471*), onde aparece o monotrilha

experimental que liga o aeroporto a Paris, construído há mais de 30 anos atrás. Em tempo: nós temos tecnologia nacional para fazer isso (é bom que não se compre, digamos, na Alemanha, um trem magnético, e que só aumentaria a opulência de *lá*, deixando um vácuo tecnológico *aqui*...), como a Koester-Sûr de Porto Alegre com seu trecho experimental funcionando no centro daquela cidade, ou qualquer outro que poderia ser desenvolvido. Portanto, porque não deixar maravilhados os visitantes, que deslizariam do Aeroporto de Cumbica, ao longo do Parque Ecológico e da várzea do Tietê, até o centro histórico... — este, em pleno processo de revitalização, devido a sua acessibilidade devolvida pela rede de Metrô?

É bom frisar que todos os empreendimentos aqui preconizados dependem de iniciativas governamentais cujo âmbito na situação presente está fracionado e desestruturado. São Paulo — e não é só São Paulo: as áreas urbanas todas, nossas aglomerações urbanas em geral — precisam de uma reforma administrativa e institucional que os aparelhasse a administrar a sua própria vida. Das infraestruturas que mencionamos, duas dependem de instâncias fora do alcance municipal. O *Metrô* está sob administração estadual, e as telecomunicações estão à cavaleira entre uma administração estadual e uma forte regulação no âmbito federal. Para ilustrar tais dificuldades institucionais, recordemos a tentativa esboçada pela administração Luíza Erundina (1989-92), de implantar uma ‘rede municipal de informática’, que seria a interconexão dos órgãos administrativos do município através de uma rede de comunicações de alta capacidade. Não para a cidade toda, que estaria fora de questão, mas, pelo menos para os órgãos municipais, eventualmente extensiva para os órgãos das demais instâncias de governo. Afinal, o projeto nem saiu do papel, porque apesar de que o custo da implantação seria baixíssimo, da ordem de 75 milhões de dólares, não dava nem para começar, por várias razões. O candidato natural para operacionalizar a iniciativa era a Telesp, que não tinha capacidade empresarial para executá-la (pelo que ficou claro *a posteriori*, a inépcia acima do normal da Telesp já era uma estratégia para sua desvalorização, em preparação para sua privatização). Poderia se fazer um sistema privado da Prefeitura, com um canal de satélite e uma estação retransmissora no Pico do Jaraguá, mas

isto dependeria do aval do Ministério das Comunicações... vale dizer, a iniciativa morreu no nascedouro, e o projeto não chegou a sair dos segundos escalões do governo municipal. Em suma: na organização institucional atual, com a melhor das boas vontades, é muito difícil pensar numa administração da aglomeração urbana que a levasse a novos patamares de nível de serviço, ou a novos níveis de qualidade do ambiente urbano.

E no entanto, o prêmio seria considerável. Além do benefício imediato do salto de qualidade da vida urbana, haveria toda a potenciali-

Urbanização no core do Mercosul-
Uma vista noturna do sul do Brasil, Paraguai, Uruguai e o norte de Chile e da Argentina mostra a intensidade da urbanização na região (suplemento, *National Geographic*, outubro 1998)



zação decorrente do ainda embrionário Mercosul. A figura acima ilustra São Paulo enquanto candidato a centro econômico já não somente do Brasil, senão de toda a região do Mercosul. Trata-se apenas de uma potencialidade, já que atualmente nem São Paulo está equipada condignamente, nem o Mercosul é uma região efetivamente integrada e de mercado unificado. Mas, maior a pujança de São Paulo, melhores as perspectivas de integração no Mercosul; e reciprocamente, mais se integra o Mercosul, mais sólida se torna a base econômica de São Paulo.

O futuro de São Paulo reside sem dúvida em primeiro lugar em São Paulo, em segundo lugar, no Brasil, em terceiro lugar, no Mercosul e a América Latina. Em quarto lugar, no 'mundo'...

* * *

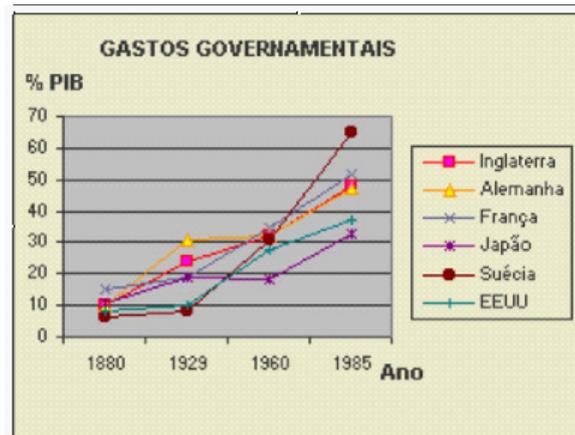
APÊNDICE

A tabela abaixo, dos gastos governamentais em alguns principais países centrais, mostra as ordens de grandeza envolvidas no processo de expansão do âmbito do Estado na produção social (total dos produtos nacionais, ou PIB-s), que acompanha o desenvolvimento do estágio intensivo do capitalismo:

GASTOS GOVERNAMENTAIS EM PAÍSES SELECIONADOS, 1880-1985
Em proporção ao produto nacional (% do PIB)

Ano	Inglaterra	Alemanha	França	Japão	Suécia	EEUU
1880	10	10	15	11	6	8
1929	24	31	19	19	8	10
1960	32	32	35	18	31	28
1985	48	47	52	33	65	37

World Bank, World Development Report 1991, Washington



O Banco Mundial não é pródigo em dados análogos mais recentes, mas seu sítio na rede Internet dá na *Tabela 1.5: Receitas do governo central* ('Central government revenue'), sob a rubrica *Government finance/Long term structural change*, que tais receitas (governo central apenas, sem o governo local ou empresas estatais) passaram de 19% do PIB em 1970 a 30% em 1998 (esse período inclui os dez anos de Thatcherismo/Reaganismo com sua fúria privatizante e avaliado em Ball *et alii*, 1989, já referido), indicando que a tendência de ampliação do âmbito do Estado continua.

(Fonte: http://www.worldbank.org/data/wdi2000/pdfs/tab1_5.pdf)

Notas

- ¹ Termo que usamos aqui para designar o estágio atual do capitalismo, caracterizado pela exaustão de seu estágio intensivo (*estágio intensivo*: ver também *Nota 14*, adiante), ao qual Ernst Mandel chamou de *late capitalism* e discutiu em livro homônimo (Mandel, 1972), e que *não* se traduz bem para ‘capitalismo tardio’.
- ² A onda de neologismos de modo algum fica restrita ao campo ‘teórico’ da ideologia neo-liberal. Em áreas ‘aplicadas’, como planejamento urbano, por exemplo, viceja igualmente, e deu origem à derrocada do planejamento *tout court*, para propor abordagens fragmentárias, tais como, ‘projetos setoriais’ ou estudos de ‘impacto ambiental’. Acena também com planejamento *estratégico* ou planejamento *participativo*, ou melhor ainda, com ambos – e nada poderia gerar mais calor, se não luz, do que um debate entre os ‘partidários’ de um e outro.
- ³ *General Agreement on Trade and Tariffs* (Acordo Geral de Comércio e Tarifas) que, através de sucessivas revisões, procurava estabelecer regras para o comércio internacional desde a Segunda Guerra mundial. Foi substituído pela *Organização Mundial do Comércio* – OMC em 1994.
- ⁴ *Gazeta Mercantil*, 93.12.16:1 “Diminui o protecionismo [sic]”.
- ⁵ “Quase 200 bilhões de dólares... Uma cifra martelada pelos dirigentes britânicos mas que deixou cética a maior parte dos responsáveis políticos na França, o Sr. Balladur [homem-forte da política econômica na França], notadamente, que a qualificou de ‘literária’ “, em artigo intitulado “Un accord ne favoriserait pas une reprise de la croissance mondiale”, assinado Xavier Harel. No mesmo número do *Le Monde*, outro artigo dizia mais diretamente, e simplesmente, em seu título: “Le GATT doit mourir” — o GATT deve morrer.
- ⁶ Doreen Massey deu exemplos eloquentes dos perigos da utilização (de boa fé) de neologismos, em sua crítica-resenha ao famoso livro de Harvey, *A justiça social e a cidade* (Massey, 1974).
- ⁷ A última leva de estudos sobre o imperialismo data da virada dos anos sessenta/setenta, que marca a exaustão do ‘boom’ da reconstrução pós-guerra e do próprio estágio intensivo (Magdoff, 1969, Mandel, 1972, Radice, 1975, apenas por exemplo). Com o advento da recessão, o abandono da paridade dólar/ouro (1971) e o início da política de endividamento estadunidense que financia o grosso da expansão da produção nos pa, a ofensiva neoliberal recrudescer e procura fazer esquecer até que *houve* uma vez uma economia política.
- ⁸ A palavra *crise* se usa, mas seu significado ficou limitado ao sentido vulgar de perturbações locais e/ou conjunturais: a crise do Golfo (aqui, um eufemismo para agressão), a crise da bolsa tal, a crise da dívida, a crise asiática etc; nunca no sentido de nascedouro de uma transformação histórica.
- ⁹ Pelo fato de generalização da forma-mercadoria incluir a força de trabalho, é a mesma uma característica do capitalismo mais abrangente até que a própria relação salário/capital. Ela implica também, naturalmente, na (tendência para a) reificação da totalidade das relações sociais, e não apenas das relações de produção.
- ¹⁰ Tal produção de ‘não-mercadorias’ inclui, mas não fica restrito, ao que hoje nos chamamos de *infraestruturas* e que Marx havia chamado de ‘condições gerais da produção’, onde ‘produção’ se referia exclusivamente à produção de mercadorias.

Marx se restringia principalmente à análise da produção de mercadorias (para uma ilustração das últimas consequências disso, ver Uno, 1964 e Sekine, 1967; para uma discussão, Deák, 1985) com base no argumento de que a produção de valores de uso não produz ‘mais-valia’. Pela mesma razão ele foi até o ponto de chamar o trabalho dispendido na produção das ‘condições gerais da produção’, de *trabalho improdutivo* (*Grundrisse*: 531, Penguin ed.). Na verdade, no entanto, trabalho dispendido na produção de mercadorias e aquele dispendido na produção das ‘condições gerais da produção’ dos primeiros participam de um mesmo processo de produção social; e o excedente só pode ser definido a esse mesmo nível, onde o mesmo determina a medida da reprodução ampliada das condições de produção, vale dizer, da própria sociedade (cf. também Aglietta, 1976). Com aquela separação do trabalho ‘produtivo’ e ‘improdutivo’, Marx, irônica e abriou uma brecha para a redução neo-liberal da *produção*, à *produção de mercadorias*, e no passo seguinte, manter o Estado refém da pecha ‘ineficiente’, por ser improdutivo – como é sempre implicado, mas nunca explicitado.

- ¹¹ Muitos talvez não aceitariam esse ponto sem uma discussão, e no entanto, ele foi muitas vezes demonstrado. Ademais, na verdade, a essência do grosso das políticas econômicas contemporâneas é precisamente a tentativa de combater essa contra-tendência (cf. ainda adiante).
- ¹² A privatização tem, *de fato*, outra direção. Sua essência, como definida por Michael Edwards em 1984 “é que ativos (patrimônio) públicos já implantados ... estão sendo desvalorizados a um custo coletivo (‘socializado’) ... até um ponto em que podem ser comprados tão barato que investidores privados podem operá-los” (Edwards, 1984). Outro estudo, pioneiro, sobre os efeitos de dois governos sucessivos de Thatcher mostrou que –surpreendentemente, na época– a participação do Estado no PIB inglês *aumentou*, e não *diminuiu*, no período. Qual era então o ‘efetivo’ efeito principal do Thatcherismo? – o estudo identifica um só: *concentração de capital* (Ball *et alii*, 1989).
- ¹³ Os conceitos de estágios extensivo/ intensivo como utilizados aqui enquanto periodização do capitalismo se assemelham bastante àqueles utilizados em Aglietta (1976) –mas que absolutamente não incluem o conceito de regulação–, e são resumidos em Deák (1989).
- ¹⁴ Uma lista sucinta de autores tais como David Harvey, Doreen Massey, Robin Murray, Alain Lipietz, A J Scott e Michel Aglietta ilustra esse ponto – assim como a amplitude do espectro coberto pelas respectivas abordagens.
- ¹⁵ Já que estamos nos apoiando nos ‘clássicos’ da Economia Política, ou mais exatamente, em seu método, é mister reconhecer aqui, que há uma idéia enganosa com respeito a esse ponto deixada por Marx, a saber, a idéia de que a Inglaterra é (ou era) o ‘país-modelo’ no desenvolvimento do capitalismo no sentido que na medida em que o capitalismo se expandia pelo mundo afora, os demais países seguiriam o caminho trilhado pela Inglaterra. Se bem que tal visão tem sido criticado com bastante sucesso quanto à distinção fundamental entre países da ‘periferia’ e no ‘core’ da acumulação mundial (os hindus, que *obviamente* não estavam seguindo o caminho da Inglaterra, foram os primeiros a explicitar essa crítica), ela predomina ainda em boa medida com respeito aos países *hoje* no core. Em contraposição a essa visão, a periodização do capitalismo segundo os estágios primitivo e maduro, acompanhados por acumulação predominantemente extensivo, e acumulação predominantemente intensivo, respectivamente, apresenta

a Inglaterra como um caso único, mais que ‘modelo’, um país ao qual o estágio extensivo ficou exclusivamente restrito e cuja trajetória não seria seguida em nenhum outro lugar ou sociedade. Quando o capitalismo se espalhou pelo mundo para novos centros de acumulação, já estava em seu estágio maduro. França, Alemanha, Japão seguiram trajetórias específicas, de acordo com sua história, e diferentes da Inglaterra em particular, no fato de que quando o capitalismo se desenvolveu nesses países, começou diretamente no estágio intensivo. Basta lembrar o *status* da forma política precípua do estágio intensivo, a social-democracia, por exemplo, inteiramente diverso em cada um desses países, para ilustrar a especificidade de cada.

¹⁶ In Sader, Emir (org,1986) *Constituinte e democracia no Brasil hoje* Brasiliense, São Paulo, p.143.

¹⁷ Para o conceito de sociedade de elite, ver Fernandes (1972), para acumulação entravada, Deák (1990) – aqui, Capítulo 7 [N.A.].

¹⁸ Demagogia na sociedade de elite faz as vezes da ideologia, assim como social-democracia se torna populismo, ditadura vira autoritarismo e ‘interesse público’, piada de mau gosto.

¹⁹ San Savino, século XVI.



BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA



- AGLIETTA, Michel (1976) *A theory of capitalist regulation* New Left Books, London, 1979
- ASHBY, W Ross (1956) *An introduction to cybernetics* Chapman & Hall, London. Tradução em português *Introdução à cibernética* Perspectiva, São Paulo, 1973
- ALQUIER, François (1971) "Contribution à l'étude de la rente foncière sur les terrains urbains" . *Espaces et Sociétés* 1 (2):73-7
- AMIN, Samir (1992) "1492" *Monthly Review* 44 (3):10-19
- ANDERSON, Perry (1979) *Lineages of the absolutist state* London, Verso
- ANDERSON, Perry (1987) "Figures of descent" *New Left Review* 161:20-77
- ASHBY, W Ross (1956) *An introduction to cybernetics* Chapman & Hall, London. Tradução em português *Introdução à cibernética* Perspectiva, São Paulo, 1973
- BALL, Michael (1977) "Differential rent and the role of landed property." *International Journal of Urban and Regional Research*, 1 (3):380-403.
- BALL, Michael (1979) "A critique of urban economics" *International Journal of Urban and Regional Research*, 3 (3):309-32.
- BALL, Michael (1980) "On Marx's theory of agricultural rent: a reply to Ben Fine" *Economy & Society*, 9 (3): 304-326
- BALL, Michael (1981) "The development of capitalism in housing provision" *International Journal of Urban and Regional Research*, 5(2): 145-77.
- BALL, Michael *et alii* (Ed, 1984) *Land rent, housing and urban planning* Croom Helm, London
- BALL, Michael, GRAY F & MCDOWELL, L (1989) *The transformation of Britain. Contemporary economic and social change* Fontana, London
- BARRATT BROWN, Michael (1988) "Away with all the great arches: Anderson's history of British capitalism" *New Left Review* 167:26-51
- BATISTA, Paulo Nogueira (1994) "O Mercosul e os interesses do Brasil" *Revista Estudos Avançados* 21:79-95
- BETHELL, Leslie (1970) *A abolição do tráfico de escravos no Brasil (A Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos 1807-1869)* Expressão e Cultura/Edusp, São Paulo, 1976

- BREITLING, Peter (1980) "The rôle of the competition in the genesis of urban planning: Germany and Austria in the nineteenth century" in Sutcliffe (Ed,1980)
- BROADBENT, T A (1975) "An attempt to apply Marx's theory of ground rent to the modern urban economy" *RP 17*, Centre for Environmental Studies, London
- BUDD, Leslie (1995) "Globalisation, territory and strategic alliances in different financial centres" *Urban Studies* 32 (2)
- BUDD, Leslie (1998) "Territorial competition and globalization: Scylla and Charybdis of European cities" *Urban Studies* 35(4):663-85
- CASTELLS, Manuel (1972) *La question urbaine* Maspéro, Paris.
- CASTELLS, Manuel (1996) *The rise of the network society* Blackwell, Oxford
- CROZIER, Michel; HUNTINGTON, S. & WATANUKI, J. (1975) *The crisis of democracy: report on the governability of democracies to the trilateral Commission*, UP, New York.
- CHAUI, Marilena. "Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira". In: CHAUI, Marilena & CARVALHO FRANCO, M S (1978), *Ideologia e mobilização Popular* Cedec/Paz e Terra, São Paulo
- CRUZ, Paulo Davidoff (1983) "Notas sobre o endividamento externo brasileiro nos anos setenta" in BELLUZZO, Luiz Gonzaga & COUTINHO, Renata (Org,1983) *Desenvolvimento capitalista no Brasil, N°2/ Ensaio sobre a crise Brasileira*, São Paulo
- DEÁK, Csaba (1971) "Efeitos e alcances da realimentação social tipo lógico" *Revista de Administração de Empresas* 11 (3)
- DEÁK, Csaba (1972) "Modelo de Simulação do Assentamento Residencial- MOSAR" *Revista de Administração de Empresas* 12 (2)
- DEÁK, Csaba (1975) "Modelo de Simulação do Crescimento Urbano" *Revista de Administração de Empresas* 15 (1)
- DEÁK, Csaba (1985) *Rent theory and the price of urban land/ Spatial organization in a capitalist economy* PhD Thesis, Cambridge
- DEÁK, Csaba (1986) "The market and the State in spatial organization of capitalist production" Comunicação BISS 1986 -BARTLETT INTERNATIONAL SUMMER SCHOOL, Dessau, BISS *Working Paper*, London, 1988
- DEÁK, Csaba (1987) "Uma interpretação histórica da teoria de renda" *Revista de Desenvolvimento Urbano e Regional* 2: 41-57; *Sinopses* 18: 26-39, 1992
- DEÁK, Csaba (1988a) "Preliminares para uma política urbana" *Espaço & Debates* 24:7-13
- DEÁK, Csaba (1988b) "The crisis of hindered accumulation in Brazil" BISS 10/ BARTLETT INTERNATIONAL SUMMER SCHOOL, Cidade do México, *Proceedings*, London
- DEÁK, Csaba (1989) "O mercado e o Estado na organização espacial da produção capitalista" *Espaço & Debates*, 28:18-31
- DEÁK, Csaba (1990) "Acumulação entravada no Brasil/ E a crise dos anos 80" *Espaço & Debates* 32:32-46
- DEÁK, Csaba (1990) "Elementos para uma política de transportes públicos em São Paulo" *Espaço & Debates* 30:42-55

- DEÁK, Csaba & SCHIFFER, Sueli (Orgs, 1999) *O processo de urbanização no Brasil* Edusp/ Fupam, São Paulo
- DEANE, Phyllis & COLE, W A (1967) *British economic growth 1688-1959* CUP, Cambridge
- DECCA, Edgar de (1975) *O silêncio dos vencidos* Brasiliense, São Paulo
- DRIVER, Ciaran (1981) "A theory of capitalist regulation: the US experience/ A review" *Capital & Class*, 15:150-68.
- EDEL, Matthew (1975) "Marx's theory of rent: urban application" *Housing and class in Britain* Conference of Socialist Economists, London
- EDWARDS, Michael (1980). "Notes for analysis of land use planning" *The production of built environment, vol.I* Bartlett School of Architecture and Planning, London.
- EDWARDS, Michael (1984) "Planning and the land market: problems, prospects and strategy" in Ball *et alii* (Eds, 1984)
- ENGELS, Friedrich (1882) "Letter to Kautsky, Sept. 12" *Marx-Engels selected correspondence* Progress, Moscou, 1955: 330-1
- ENGELS, Friedrich (1885) "Introduction" to MARX, Karl (1850) *The class struggles in France, 1848-50* Progress, Moscou, 1979
- ENGELS, Friedrich (1888) *The role of force in History* Lawrence & Wishart, London, 1968
- FAINSTEIN, Norman & FAINSTEIN, Suzanne S (Ed, 1982) *Urban policy under capitalism* (Urban affairs annual review, Vol.20) Sage, Beverly Hills, Ca
- FAORO, Raimundo (1957) *Os donos do poder/ Formação do patronato político brasileiro* Globo, Rio de Janeiro, 1984
- FERNANDES, Florestan (1972) "Classes sociais na América Latina" in Fernandes (1972) *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina* Zahar, São Paulo, 1981
- FINE, Ben (1979) "On Marx's theory of agricultural rent" *Economy & Society* 8 (3): 241-78
- FINE, Ben (1980a) *Economic Theory and ideology* London, Arnold
- FINE, Ben (1980b) "On Marx's theory of agricultural rent: a rejoinder" *Economy & Society* 9 (3): 327-31
- FINE, Ben (1982) *Theories of the capitalist economy* Arnold, London
- GILL, Stephen (1993) "Neo-liberalism and the shift towards a US-centered transnational hegemony" in Overbeek (Ed, 1993)
- GOLDNER, William (1971) "The Lowry Model heritage" *Journal of the American Institute of Planning*, Março
- GOUGH, Ian (1982) "The crisis of the British welfare state" in Fainstein & Fainstein (Ed, 1982)
- HARVEY, David (1972) "Society, the city and the space-economy of urbanism" Association of American Geographers *Resource Paper* N° 18, Washington
- HARVEY, David (1973) *Social justice and the city* Arnold, London

- HARVEY, David (1978) "The urban process under capitalism: a framework for analysis" *International Journal of Urban and Regional Research* 2 (1): 101-31
- HARVEY, David (1982) *The limits of capital* Blackwell, London
- HILL, Christopher (1967) *Reformation to industrial revolution* Penguin, Harmondsworth, 1969
- HILL, Christopher (1969) *God's Englishman*. Penguin. Harmondsworth, 1972
- HILL, Christopher *Reformation to industrial revolution* Penguin. Harmondsworth, 1969.
- HILL, Christopher (1940) *The English Revolution 1640* Lawrence & Wishart, London, 1955.
- HILTON, Rodney (ed, 1976), *Transition from feudalism to capitalism* Verso, London, 1978
- HINDESS, B (1972) "Lenin and the agrarian question" *Theoretical Practice* 6:3-19
- HOBBSBAWN, Eric (1969) *Industry and empire* Penguin, Harmondsworth
- HOLLANDER, Jacob (1910) "David Ricardo/ A centenary estimate" *John Hopkins University Studies* XXVIII (4) Baltimore
- JESSOP, BOB (1982) *The capitalist State/ Marxist theories and methods* Martin Robertson, Oxford
- KAY, Geoffrey (1975) *Desenvolvimento e subdesenvolvimento: uma análise marxista* Civilização brasileira, Rio de Janeiro
- KAY, Geoffrey (1979) "Why labour is the starting point of Capital" in ELSON, Dianne (Ed, 1979) *Value/ The representation of labour in capitalism* CSE Books, London
- KEMENES, Egon (1981) "Hungary: economists in a socialist planning system" *History of Political Economy* 13 (3):580-99
- KEYNES, John M (1936) *The general theory of employment, interest and money* Macmillan, London
- LAYZER, David (1975) "The arrow of time" *Scientific American* Dezembro
- LENIN, Vladimir I (cca1910). *British labour and British imperialism* Lawrence & Wishart, London, 1969
- LENIN, Vladimir I (1915) "Introduction" to BUKHARIN, Nikolai (1915) *Imperialism and world economy* Merlin, London, 1972
- LIPIETZ, Alain (1974) *Le tribut foncier urbain* Maspéro, Paris.
- LOJKINE, Jean. (1971) "Y a-t-il une rente foncière urbaine?" *Espaces et Sociétés* 1(2): 89-94.
- LOWRY, Ira S (1971) "A short course in modern design" *Journal of the American Institute of Planners*, Maio
- LUKÁCS, György (1968) *Művészet és társadalom* Gondolat, Budapest
- LUZ, Nícia Vilela (1961) *A luta pela industrialização do Brasil* Alfa-Omega, São Paulo, 1975

- MAGDOFF, Harry (1969) *The age of imperialism/ The economics of U.S. foreign policy* Monthly Review Press, New York
- MANDEL, Ernest (1972) *Late capitalism* Verso, London, 1978
- MANTEGA, Guido (1984) *A economia política brasileira* Polis, São Paulo
- MARGARIT J & BUXADÉ, C (1969) *Introducción a una teoría del conocimiento y del diseño* Blume, Barcelona
- MARX, Karl (1859) *Grundrisse*, Penguin, Harmondsworth, 1973
- MARX, Karl (1861-3) *Theories of surplus value I-III* London, Lawrence & Wishart 1969; 1972.
- MARX, Karl (1867) *Capital I* Lawrence & Wishart, London, 1954.
- MARX, Karl (1864, Engels, 1894) *Capital III* Lawrence & Wishart, London, 1959.
- MASSEY, Doreen (1974) "Social justice and the city: A review" *Environment & Planning A* 6: 229-35; Tradução em português (1990) *Espaço & Debates* 28
- MASSEY, Doreen (1979) "In what sense a regional problem?" *Regional Studies* 13 (2):233-43
- MASSEY, Doreen (1984) *Social divisions of labour* MacMillan, London
- MASSEY, Doreen and CATALANO, Alejandra. (1978) *Capital and Land* London, Arnold
- MAUTNER, Yvonne (1986) "The building industry which works at the fringes of capitalist production: the case of São Paulo" BISS 8, Dessau, in: *The production of the built environment*, Vol.8, Bartlett School of Architecture and Planning, London
- MERRINGTON, John (1976) "Town and country in the transition to capitalism" in Hilton (Ed, 1976)
- MONOD, Jacques (1970) *Le hasard et la nécessité* Seuil, Paris
- Monthly Review, The Editors (1992) "Globalization – to what end? Parts I-II" *Monthly Review* 43 (9-10)
- MORTON, A L (1938) *A people's history of England* Lawrence & Wishart, London, 1965
- MOTTA, Carlos Guilherme da (Org, 1968) *O Brasil em perspectiva* Difel, São Paulo
- MURRAY, Robin (1977) "Value and theory of rent: Part One" *Capital & Class* 3: 100-22.
- MURRAY, Robin (1978) "Value and theory of rent: Part Two" *Capital & Class* 4: 11-33.
- OLIVEIRA, Francisco (1972) "A economia brasileira: crítica à razão dualista" *Cadernos Cebrap*, 2:5-98
- OLIVEIRA, Francisco (1977) *A economia da dependência imperfeita* Graal, São Paulo
- OLIVEIRA, Francisco (1990) "Fernando Otto von Bismarck Collor de Mello" *Folha de SP*, 26.3.90:3

- OVERBEEK, Henk (Ed, 1993) *Restructuring hegemony in the global political economy/ The rise of transnational neo-liberalism in the 1980s* Routledge, London
- PARK, Robert E, BURGESS, E W & McKENZIE, R B (1925) *The city* Chicago UP, Chicago
- PIJL, Kees van der (1984) *The making of an Atlantic ruling class* Verso, London
- PINTO, Virgílio N (1968) “Balanço das transformações econômicas no século XIX” in Motta (Org, 1968)
- PRADO Jr, Caio (1933) *A evolução política do Brasil* Brasiliense, São Paulo, 1987
- PRADO Jr, Caio (1945, 76) *História econômica do Brasil* Brasiliense, São Paulo, 1986
- RADICE, Hugo (Ed, 1975) *International firms and modern imperialism* Penguin, London
- RANGEL, Ignácio (1963) *A inflação brasileira* Biental, São Paulo
- REY, Pierre-Philippe (1973) *Les alliances de classes* Maspéro, Paris.
- RICARDO, David (1817) *Principles of political economy and taxation* Dent & Sons, London, 1973.
- ROBINSON, Joan & EATWELL, John (1973) *An introduction to modern economics* McGraw Hill, London
- ROSDOLSKY, Roman (1967) *The making of Marx's Capital* Pluto, London, 1977
- ROWTHORN, Bob (1980) *Capitalism, conflict and inflation* Lawrence & Wishart, London
- SALTER, W E G (1960) *Productivity and technical change* CUP, Cambridge.
- SCOTT, Allan (1980) *The urban land nexus and the State* Pion, London
- SCHIFFER, Sueli (1989) *As políticas nacionais e a transformação do espaço paulista, 1955-80* Tese de doutorado, FAUUSP, São Paulo
- SEKINE, Thomas T (1977) “Translator’s foreword”; “An essay on Uno’s dialectic of capital”; “A glossary of technical terms” in Uno (1964)
- SEMMEL, Bernard (1970) *The rise of Free Trade Imperialism 1750-1850*. Cambridge, CUP
- SENIOR, M L (1973) “Approaches to residential location modelling 1: Urban ecological and spatial interaction models (A review)” *Environment & Planning A* 5:165-97
- SENIOR, M L (1974) “Approaches to residential location modelling 2: Urban economic models and some recent developments (A review)” *Environment & Planning A* 6: 369-409
- SINGER, Paul (1978) O uso do solo na economia capitalista” *Mimeo* FAUUSP, São Paulo
- SMITH, Adam (1776) *The wealth of the nations* Várias eds.
- SOBOUL, Albert (1965) *A short history of the French Revolution, 1789-1799* University of California Press, Berkeley, 1977

- SRAFFA, Piero (1960) *Production of commodities by means of commodities* CUP, Cambridge
- SUTCLIFFE, Anthony (Ed,1980) *The rise of modern urban planning 1800-1914* Mansell, London
- SUTCLIFFE, Anthony (1981) *Towards the planned city/ Germany, Britain, the United States and France, 1780-1914* Blackwell, London
- SWEEZY, Paul (1972) "On the theory of monopoly capitalism" *Modern capitalism and other essays* Monthly Review Press, New York
- THOM, René (1976) "Crise et catastrophe" *Communications* N° 25
- TOMASKOVIC-DEVEY, Donald & MILLER, S M (1982). "Recapitalization: the basic US urban policy in the 1980's" in Fainstein & Fainstein (Ed,1982).
- UNO, Kozo (1964) *Principles of political economy/ Theory of a purely capitalist society* Harvester, Essex
- VIOTTI da Costa, Emilia (1968) "Introdução ao estudo da emancipação política" in Motta (Org, 1968)
- WEBER, Max (1894) "Developmental tendencies in the situation of East Elbian rural labourers" in: *Economy & Society* 8 (2):177-205, 1979